

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

ALINE SANTOS DA COSTA

O CORTIÇO: 100 anos depois de Pereira Passos

Rio de Janeiro

2016

ALINE SANTOS DA COSTA

O CORTIÇO: 100 anos depois de Pereira Passos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosemere Santos Maia.

Rio de Janeiro

2016

O CORTIÇO: 100 anos depois de Pereira Passos

ALINE SANTOS DA COSTA

Monografia defendida e aprovada, em 14 de junho de 2016, pela banca examinadora:

Professora Doutora Rosemere Santos Maia

Orientadora

Professora Doutora Leilah Landim Assumpção

Professora do curso de Serviço Social – ESS/ UFRJ

Professora Doutora Gabriela Maria Lema Icasuriaga

Professora do curso de Serviço Social – ESS/ UFRJ

Dedico este trabalho a todos aqueles que contribuíram nos céus, na Terra e nos cortiços, de forma direta ou indireta, para conclusão do mesmo.

Agradeço primeiramente todos que me proveram de suporte psicológico, espiritual, financeiro, bibliográfico e fraternal, que em muitas vezes acreditaram na minha vocação e qualificação para enfrentar esta jornada acadêmica do Serviço Social, mais do que eu. Em especial agradeço as bravas estudantes Kátia Ferreira e Maria Olívia Macedo, às excepcionais professoras Rosemere Maia, Verônica Cruz e Ludmila Cavalcanti, ao brilhante professor Charles Toniolo, aos meus benevolentes pai Alfredo e mãe Maria das Graças e a quem sabiamente me conduziu à profissão de Assistente Social, meu Deus.

“Costuma-se dizer que estes espaços se “deterioram”, ou seja, perderam seu significado de opulência e poder (palácio) para se tornarem símbolo de marginalidade ou pobreza.”

Raquel Rolnik

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso discorre sobre a presença dos cortiços na atualidade na cidade do Rio de Janeiro, depois de passados aproximadamente cem anos de seu arrasamento durante o *bota-abaixo* na gestão do Prefeito Francisco Pereira Passos. Iniciamos este trabalho apresentando elementos bibliográficos que constataam a formação e desenvolvimento dos cortiços no Rio de Janeiro, a partir da segunda metade do século XIX, assim como os elementos inseridos no seu contexto: seus principais moradores, os motivos que levaram a optar por tal moradia, a insalubridade, criminalização da pobreza. O conjunto de elementos negativos e pejorativos atribuídos aos cortiços, que quase provocou sua extinção, resultou em ações governamentais de “limpeza urbana”, principalmente, quando Pereira Passos e Barata Ribeiro, assumiram a Prefeitura do Rio de Janeiro - em um período em que se buscava remodelar a capital federal, de acordo com modelos europeus, instituindo-se a Belle Époque Tropical, como mostraremos. Diante da constatação da existência dos cortiços atualmente, principalmente, na cidade do Rio de Janeiro, apresentaremos, por meio de observação empírica, as suas características atuais, bem como o perfil e o modo de vida de seus moradores, abordando as relações sociais, econômicas e políticas, além das dinâmicas culturais presentes entre os moradores desses espaços de moradia. Logo, conforme verificamos, apesar de ao longo dos três últimos séculos no Brasil, as favelas, as vilas operárias, os conjuntos habitacionais, e mais recentemente, os condomínios populares, considerados os principais espaços de habitação popular das famílias das classes pobres nas grandes cidades, o cortiço ainda é um modelo de moradia viável utilizado por muitas dessas famílias. Assim, questionamos: o cortiço como habitação popular, pode ser eliminado dos planos governamentais, como uma alternativa utilizada pelos segmentos populares para o enfrentamento da “questão habitacional”? Com o objetivo de analisar o papel que, atualmente, o cortiço desempenha entre os segmentos habitacionais contemporâneos, este trabalho buscou identificar as determinações econômicas, sociais, espaciais e culturais contidas na escolha pela moradia no cortiço; comparar as semelhanças e diferenças no modo de vida estabelecido no âmbito dos cortiços, existentes na atualidade com aqueles apresentados na sua formação; e constatar as interferências das políticas governamentais na persistência desse modelo de habitação. Os resultados que obtivemos neste trabalho mostraram extrema relevância e primordialidade do cortiço no contexto da habitação popular brasileira.

Palavras-chave: Cortiço; Habitação Popular; Classes Pobres.

ABSTRACT

This course conclusion work talks about the presence of slums today in the city of Rio de Janeiro, after about a hundred years after its demolition during the boot below the management of Mayor Francisco Pereira Passos. We started this work presenting bibliographic elements which state formation and development of slums in Rio de Janeiro, from the second half of the nineteenth century, as well as the elements included in its context: its main residents, the reasons to opt for such housing, unhygienic conditions, criminalization of poverty. The set of negative and pejorative elements assigned to the tenements, which nearly caused their extinction, resulted in government action "urban cleansing", especially when Pereira Passos and Barata Ribeiro, took the City of Rio de Janeiro - a period in which sought to reshape the federal capital, according to European models, instituting the Belle Époque Tropical, as we will show. Given the finding of the existence of slums today, especially in the city of Rio de Janeiro, we will present, through empirical observation, its current characteristics, as well as the profile and the way of life of its residents by addressing the social, economic and policies, and the cultural dynamics present among the residents of these housing spaces. As soon as we found, although over the last three centuries in Brazil, the shanty towns, the workers' villages, housing developments, and more recently, the popular condominiums, considered the main public housing spaces of the families of the poor in large cities the tenement is still a viable housing model used by many of these families. So we ask: the tenement as public housing, can be eliminated from government plans, as an alternative used by popular segments to face the "housing problem"? In order to analyze the role that currently the tenement plays among contemporary residential segments, this study sought to identify the economic determinations, social, spatial and cultural contained in choice for housing in tenement; compare the similarities and differences in the way of life established within the slums that exist today with those presented in their training; and observe the interference of government policies in the persistence of this housing model. The results obtained in this study showed extremely important and primordiality the tenement in the context of Brazilian popular housing.

Keywords: Tenement; Popular housing; Poor classes.

LISTA DE SIGLAS

APAC: Área de Proteção do Ambiente Cultural
BNDE: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNH: Banco Nacional de Habitação
CAPs: Caixas de Aposentadorias e Pensões
CHISAM: Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana
CLT: Consolidação das Leis do Trabalho
COHABs: Companhias de Habitação
DHP: Departamento de Habitação Popular do Distrito Federal
FCP: Fundação da Casa Popular
FGTS: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FINEP-GAP: Financiadora de Estudos e Projetos – Grupo de Arquitetura e Planejamento
HIS: Habitação de Interesse Social
IAPI: Institutos de Aposentadoria e Pensão dos Industriários
IAPs: Institutos de Aposentadoria e Pensões
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano
MAM: Museu de Arte Moderna
MRU: Ministério da Reconstrução Urbana
PAC: Programa de Aceleração do Crescimento
PAR: Programa de Arrendamento Residencial
PMCMV: Programa Minha Casa Minha Vida
PNHR: Programa Nacional de Habitação Rural
PNHU: Programa Nacional de Habitação Urbana
PPP3: Parceria Público Privada e com o Terceiro Setor
SERFHAU: Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SFH: Sistema Financeiro de Habitação
SMH: Secretaria Municipal de Habitação
UOP: Unidade de Ordem Pública
UPPs: Unidades de Polícia Pacificadoras

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 Rua Visconde de Itaúna, número 119 (RJ).....	22
FIGURA 2 Barracão de madeira componente da estalagem existente nos fundos dos prédios dos números 12 a 44 da Rua do Senado (RJ).....	24
FIGURA 3 Casinhas novas da estalagem nos fundos dos prédios números 12 a 44 da Rua do Senado (RJ).....	25
FIGURA 4 Estalagem localizada na Rua do Senado (RJ).....	28
FIGURA 5 Fachada do cortiço <i>Chácara da Floresta</i> , na Rua da Ajuda (RJ).....	32
FIGURA 6 Entrada de habitação coletiva (RJ).....	41
FIGURA 7 Barricada no bairro da Gamboa, durante a Revolta da Vacina, 1904 (RJ).....	46
FIGURA 8 Charge inspirada no negro “ <i>Prata Preta</i> ”.....	47
QUADRO 1 Classificação da pobreza urbana brasileira do final do século XX até os anos 1980.....	50
QUADRO 2 Qualificação da pobreza urbana brasileira das décadas de 1990 à 2000.....	50
FIGURA 9 Charge da cabeça de um porco servida em um prato chorando, enquanto uma barata roía-lhe a cabeça, anunciou o ocorrido no famoso cortiço.....	56
FIGURA 10 <i>Bota-abaixo</i> : demolições para a construção a Avenida Central (RJ).....	62
FIGURA 11 Frente do Casarão Rosa (RJ).....	127
FIGURA 12 Péssimas condições que se encontram as paredes e piso do 1.º andar do <i>Casarão Rosa</i> (RJ).....	131
FIGURA 13 Frente de quarto da área anexa do <i>Casarão Rosa</i> (RJ).....	132
FIGURA 14 Lateral esquerda do <i>Casarão Rosa</i> , onde se vê abaixo das janelas a entrada para o andar térreo (RJ).....	133
FIGURA 15 Lateral esquerda do <i>Casarão Rosa</i> , onde se vê abaixo da grande janela dois quadradinhos de passagem de ar dos quartos do andar térreo (RJ).....	134
FIGURA 16 Corredor do andar térreo do <i>Casarão Rosa</i> (RJ).....	134
FIGURA 17 Uma das escadas de acesso ao sótão (2.º andar) do <i>Casarão Rosa</i> (RJ).....	135
FIGURA 18 Corredor do 1.º andar do <i>Casarão Rosa</i> , onde se vê outra escada de acesso ao sótão (2.º andar) (RJ).....	135
FIGURA 19 Área de pias, no 1.º andar do <i>Casarão Rosa</i> (RJ).....	138

FIGURA 20 Tanques da lavagem de roupas, na lateral esquerda do casarão (RJ).....	138
FIGURA 21 Portas dos banheiros da área anexa do casarão (RJ).....	139
FIGURA 22 Banheiro interno do Casarão Rosa, localizado no 1.º andar (RJ).....	139
FIGURA 23 Vista do <i>Casarão Rosa</i> , onde se vê o prédio vizinho na lateral direita (RJ).....	141
FIGURA 24 <i>Casarão Rosa</i> do alto, onde dá para avistar o prédio vizinho da lateral esquerda (RJ).....	141
FIGURA 25 Vista parcial do quintal do casarão (RJ).....	142
FIGURA 26 Produção de uma festa infantil no <i>Casarão Rosa</i> com cama elástica, piscina de bolas e tenda (RJ).....	142
FIGURA 27 Um dos bilhetes atribuído ao administrador do <i>Casarão Rosa</i>	146
FIGURA 28 Parte da área externa do casarão, onde podemos ver algumas antenas de serviço de TV de canais fechados (RJ).....	151
FIGURA 29 Frente do <i>Casarão Branco</i> (RJ).....	154
FIGURA 30 Entrada do <i>Casarão Branco</i> (RJ).....	154
FIGURA 31 Área de convivência do <i>Casarão Branco</i> (RJ).....	156
FIGURA 32 Corredor principal do Casarão Branco (RJ).....	156

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	OS CORTIÇOS NO BRASIL NA VIRADA DO SÉCULO XIX/ XX.....	19
2.1	INTRODUÇÃO.....	19
2.2	O SURGIMENTO DOS CORTIÇOS NO BRASIL.....	20
2.2.1	Sua formação.....	20
2.2.2	Seus principais moradores.....	28
2.2.3	Os motivos que levaram a optar por tal moradia.....	34
2.2.4	A perspectiva higienista: a insalubridade dos cortiços – representações sobre moradias coletivas.....	36
2.2.5	Criminalização da pobreza.....	42
2.3	RIO DE JANEIRO E A BELLE ÉPOQUE TROPICAL.....	51
2.3.1	As ações de Barata Ribeiro.....	51
2.3.2	A gestão de Pereira Passos.....	60
3	A POLÍTICA HABITACIONAL BRASILEIRA AO LONGO DO SÉCULO XX E XXI.....	73
3.1	INTRODUÇÃO.....	73
3.2	VILAS OPERÁRIAS.....	73
3.3	FAVELAS.....	78
3.4	OS CONJUNTOS HABITACIONAIS.....	89
3.5	CONDOMÍNIOS POPULARES.....	106
4	PESQUISA DE CAMPO: OS ATUAIS CORTIÇOS DA GLÓRIA.....	116
4.1	INTRODUÇÃO.....	116
4.2	A HISTÓRIA DA GLÓRIA.....	117
4.2.1	Formação do bairro.....	117
4.3	OS ATUAIS CORTIÇOS.....	126
4.3.1	O Casarão Rosa.....	127
4.3.1.1	As condições estruturais.....	128
4.3.1.2	Os equipamentos para higiene.....	136
4.3.1.3	A organização.....	139
4.3.1.4	A relação com o proprietário.....	143

4.3.1.5 As relações entre os moradores do casarão.....	146
4.3.1.6 A convivência com os demais moradores da rua.....	148
4.3.1.7 A modernidade do novo cortiço e vantagem de morar nesta residência.....	150
4.3.1.8 As vantagens e desvantagens de residir no bairro.....	151
4.3.2 O Casarão Branco: um cortiço “em particular”.....	153
5 CONCLUSÕES.....	158
REFERÊNCIAS.....	164
ANEXO.....	179

1 INTRODUÇÃO

O tema do presente trabalho quase que necessariamente nos (sociedade brasileira) remete, a pelo menos um de dois nomes, presentes de forma significativa na história e literatura brasileira: Pereira Passos e Aluísio de Azevedo. Ainda que a obra literária de Aluísio de Azevedo, *O Cortiço*, seja um romance, muito do que foi apresentado neste livro, revela características marcantes de uma forma de habitação e modo de vida de seus moradores que foram incorporados ao “imaginário” da sociedade brasileira como realidade. Podemos constatar que tais revelações literárias levaram a população, que teve acesso à obra, a formar uma imagem estritamente pejorativa da habitação coletiva chamada cortiço e daqueles que ali vivem.

A ratificação da imagem negativa do cortiço, na qual se inclui o estigma do cortiço como foco de toda sorte de doenças e mazelas sociais, verificamos no histórico *bota-abaixo*, do Prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos, entre 1903 e 1906. Ainda que este marco histórico até nos faça pensar que tenha ocorrido uma total eliminação dos cortiços no país e principalmente no Rio de Janeiro, a realidade contemporânea se revela exatamente oposta.

Constatada, através de bibliografia e observação empírica, a existência, mesmo nos dias de hoje, dessas habitações coletivas, buscaremos aqui revelar suas características atuais, bem como o perfil e o modo de vida de seus moradores, abordando as relações sociais, econômicas e políticas, além das dinâmicas culturais presentes entre os moradores desses espaços de moradia.

Sendo assim, o título, “O Cortiço: 100 anos depois de Pereira Passos”, não pretende suscitar a identificação de um trabalho que aponte para a confirmação ou negação dessa habitação coletiva como foco de mazelas, como na perspectiva higienista presente no século XIX e XX, mas sim que suscite o desvelamento das expressões da questão social que determinam e/ou atravessam a busca por esse tipo de moradia, bem como os impactos dessa “escolha” sobre o modo de vida de seus moradores.

Portanto, a presença atual de cortiços em áreas bem localizadas (na Zona Sul e Centro) da cidade do Rio de Janeiro, pode-se confirmar que, mesmo diante das diversas intervenções urbanísticas e políticas habitacionais vivenciadas neste município, os cortiços resistem, necessariamente, no panorama carioca. Diante do atual déficit habitacional, que não se pretende zerar com o presente Plano Nacional de Habitação, os cortiços que podem ser

encontrados ainda, significativamente, em muitas partes do país, apontando para a necessidade de análise dessas moradias no contexto habitacional em que se encontram.

Deparei-me com essa realidade a partir do momento em que iniciei minha participação como bolsista PIBIC/ UFRJ, em 2013, na pesquisa “*Sob o discurso da beleza e da ordem: Política Urbana e criminalização da pobreza no Rio de Janeiro em tempos de mercantilização das cidades*”, sob a coordenação da Prof.^a Dr.^a Rosemere Santos Maia. Esta aproximação ocorreu, mais precisamente, quando, em pesquisa de campo, identifiquei, por meio de observação, a existência de cortiços na cidade do Rio de Janeiro. Esta identificação trouxe surpresa, por revelar que podemos encontrar, ainda hoje, esse tipo de moradia na cidade. Estendendo a pesquisa sobre este modelo de residência, cheguei à descoberta e constatação de que os cortiços estão presentes em diversos bairros do Rio de Janeiro e, também, em outros Estados do Brasil. Assim, diante desse fato, bem como da constatação de que, apesar de serem ao longo dos três últimos séculos, no Brasil, as favelas, as vilas operárias, os conjuntos habitacionais e, mais recentemente, os condomínios populares, os principais espaços de habitação das famílias nas grandes cidades, os cortiços ainda são utilizados por muitas famílias como forma de enfrentamento do déficit habitacional e da situação de pobreza. Portanto, questionamos: o cortiço, como habitação popular, pode ser eliminado dos planos governamentais, como uma alternativa utilizada pelos segmentos populares para o enfrentamento da “questão habitacional”? Quais as motivações que os levam a buscar esse tipo de moradia? Dá-se dessa forma a extrema relevância desta pesquisa e a minha motivação para realizá-la.

A moradia está enquadrada como um dos direitos sociais básicos, instituída na Constituição Federal Brasileira de 1988 (Cap. II, Art. 6º). Anterior à nossa Constituição, a moradia já fora reconhecida como um direito humano fundamental na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, assim como, o direito à cidade na Conferência Internacional do Habitat II, realizada no ano 1966. No âmbito brasileiro, o Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257/2001), também é um significativo dispositivo legal que trouxe um novo alento às demandas apresentadas devido às refrações da “questão social” relacionadas ao “cenário” urbano, mais precisamente, à “questão habitacional”. Entretanto, a moradia considerada como um elemento constituinte das necessidades vitais básicas, não está reduzida a uma simples edificação, mas a um conceito de habitação mais amplo, contemplando todos aspectos que envolvem os estados de habitabilidade e salubridade (BRAGA et al, 2007).

Porém, mesmo depois instituídos estes dois dispositivos legais brasileiros, a moradia, direto básico, tem estado ausente em sua totalidade do cidadão, constituindo um déficit habitacional que atravessa séculos, alterando seus números nesses tempos, mas persistindo em não desaparecer (zerar), assim, ratifica-se a “questão habitacional” e todos os elementos que por elas transpassam. Desse modo, no enfrentamento da “questão habitacional”, por intermédio das políticas sociais, auxiliadas por seus órgãos governamentais ou não, necessariamente se utilizam corpo técnico especializado, onde atua impreterivelmente o profissional de Serviço Social. Desta maneira, este trabalho de pesquisa pretende suscitar o desvelamento das expressões da “questão social” que determinam e/ou atravessam a moradia no cortiço, apresentando-se de extrema relevância ao profissional de Serviço Social, que tem em sua práxis profissional um constante desvelar das contradições postas à sociedade vigente.

Diante da constatação da necessidade do conhecimento da realidade do cortiço *in loquo*, o campo de pesquisa empírica, apresentado neste trabalho, está localizado nos cortiços da Glória, na Zona Sul do município do Rio de Janeiro, bairro este bastante heterogêneo no que se refere ao nível socioeconômico de seus moradores, mas que ainda abriga em seu contexto um número significativo de espaços “encortiçados”. Embora, o bairro possua uma quantidade considerável de cortiços, o número de adesões à pesquisa não foi tão grande quanto o desejado, mesmo considerando que se trata de uma pesquisa qualitativa. As diversas negativas à entrevista proposta aos moradores dos locais “encortiçados” revelaram um sentimento de medo, bem coerente diante do fato de alguns casarões se encontrarem em situações de irregularidade (ocupação, imposto atrasado, entre outros). Porém, até mesmo nos cortiços tombados, reformados e de melhor padrão os moradores foram bastante firmes nas suas negativas. Foram realizadas buscas diretas e indiretas por entrevistados em algumas ruas do bairro, nos comércios locais, entre moradores locais (moradores e não moradores dos cortiços) e entre os trabalhadores informais, como taxistas e ambulantes. Entretanto, deparamos com uma comunidade bem reticente.

Desta forma, com o auxílio de informantes privilegiados, que foi possível iniciar o ciclo de entrevistas, estabelecendo pontes entre os moradores, que abriram as portas dos casarões, possibilitando conhecer a realidade destes locais. Nos próprios cortiços que participaram efetivamente deste trabalho, nos quais utilizei os codinomes de *Casarão Rosa* e *Casarão Branco*, obtivemos diversas negativas, porém, provavelmente, devido a uma aproximação maior, os moradores não se continham em justificar o receio em participar da pesquisa relatando que “algumas pessoas já estiveram, em outros casarões da rua, fazendo

entrevistas, e depois os casarões foram fechados e os moradores expulsos”. Talvez se deva ao medo do que possa ser feito com seus depoimentos, ou mesmo um descrédito em relação às pesquisas, o maior fator de poucas pessoas dispostas a colaborar com a entrevista, já que não teriam garantia de alguma melhoria de suas condições de vida, em caso de adesão. Assim, até mesmo quanto ao registro, por meio de fotografias, foi extremamente limitado no caso do *Casarão Branco*, onde foi possível registrar poucas áreas comuns do imóvel.

Todavia, no *Casarão Rosa* o maior receio estava relacionado ao medo de que, ao conceder a entrevista, isto pudesse lhes render desavenças ou prejuízos futuros com o proprietário, ainda que, nos últimos anos este casarão tenha aberto as portas para reportagens jornalísticas. A grande aversão e desconfiança quanto à entrevista veio a afirmar a necessidade do aspecto qualitativo da pesquisa. A abordagem qualitativa da pesquisa estabelece uma melhor afinidade com o objetivo a ser alcançado, pois, por meio desta “trabalha-se com atitudes, crenças, comportamentos e ações, procurando-se entender a forma como as pessoas interpretam e conferem sentido a suas experiências e ao mundo que vivem”, ou seja, “preocupa-se com a compreensão interpretativa da ação social” (MINAYO et al, 2005, p. 82).

Outra “barreira” desta pesquisa foi posta em relação à entrevista com o Presidente da Beneficência Portuguesa do Rio de Janeiro. A entrevista seria de substancial importância diante da representatividade histórica da instituição no bairro e do relato que a mesma seria proprietária de um ou mais casarões – transformados em cortiços – na região. Entretanto, em todas as tentativas realizadas para solicitação de entrevista foi comunicado que tanto o Presidente ou a pessoa que poderia encaminhar a minha solicitação não se encontravam no local. Portanto, sem outro meio de comunicação possível, as informações e dados que desejávamos colher desta instituição ficaram em aberto.

Portanto, os instrumentos utilizados para a avaliação desta pesquisa foram: a observação sistemática, a entrevista semiestruturada e a pesquisa bibliográfica. Observada a necessidade de obter, nas entrevistas, informações pontuais que irão contribuir para a melhor análise do universo subjetivo e a contexto social dos entrevistados, foi escolhido o modelo de entrevista *semiestruturada*, pois, este “combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (MINAYO et al, 2005, p. 91). Os itens abordados na entrevista assumem uma grande importância “para o delineamento do objeto em relação à realidade

empírica, facilitando a abertura, a ampliação e o aprofundamento da comunicação” (MINAYO et al, 2005, p. 137).

Através da pesquisa realizada, objetivamos analisar o papel que, atualmente, o cortiço desempenha entre os segmentos habitacionais contemporâneos. Deste modo, para atingir tal objetivo procuraremos, especificamente, identificar as determinações econômicas, sociais, espaciais e culturais contidas na escolha pela moradia no cortiço; comparar as semelhanças e diferenças no modo de vida estabelecido, no âmbito dos cortiços, existentes na atualidade com aqueles apresentados na sua formação; e constatar as interferências das políticas governamentais na persistência desse modelo de habitação.

Quanto à estrutura, este trabalho foi organizado em três capítulos, conforme descritos resumidamente a seguir:

- No capítulo I serão apresentados os cortiços no Brasil na virada do séc. XIX/XX, no qual trataremos mais especificamente do surgimento dos cortiços no Brasil e as especificidades que os envolveram, a sua formação, seus principais moradores, os motivos que levaram a optar por tal moradia, a perspectiva higienista / a insalubridade dos cortiços – representações sobre moradias coletivas e a criminalização da pobreza. Ainda neste mesmo capítulo trataremos de outro item sobre o período de transformações urbanísticas e culturais no qual os cortiços sofreram grande impacto - o Rio de Janeiro e a *Belle Époque Tropical* - no qual destacaremos a administração de dois grandes prefeitos de período, nos subitens intitulados como: as ações de Barata Ribeiro e a gestão de Pereira Passos.
- No capítulo II apresentaremos a Política Habitacional Brasileira ao longo do século XX e XXI, traduzida nos segmentos de habitação populares deste período. As habitações populares das quais iremos tratar não podem ser constituídas propriamente como alternativas ou opções para as camadas pobres da população, pois, todas as políticas habitacionais aqui apresentadas estavam submetidas às regras limitadoras ou não buscavam acabar com o déficit habitacional. Para tal compreensão abordaremos quatro itens: as vilas operárias, as favelas, os conjuntos habitacionais e os condomínios populares. As favelas são a exceção por não terem a sua formação relacionada a alguma política habitacional, porém, o seu crescimento e permanência, na cidade do Rio de Janeiro, rendeu ações e até a criação de políticas habitacionais de intervenção, portanto, necessariamente, foram incluídas nesta análise.

- No capítulo III, o último, iremos apresentar por intermédio de pesquisa de campo os atuais cortiços. Como os cortiços analisados nesta pesquisa estão localizados no bairro da Glória, no Rio de Janeiro, iremos primeiramente, neste capítulo, mostrar como o bairro se formou e desenvolveu e como os cortiços estão contextualizados na história do bairro, portanto, o primeiro item do capítulo será a história da Glória: a formação do bairro, no qual teremos auxílio da entrevista concedida pelo presidente de Associação de Moradores da Glória (AMA – Glória). Posteriormente, apresentaremos a pesquisa de campo propriamente dita, por meio de observação e entrevistas com moradores em dois dos atuais cortiços localizados na Rua Santo Amaro, na Glória, no Rio de Janeiro. Os dois cortiços analisados estão subdivididos em dois itens nos quais chamaremos de “*O Casarão Rosa*” e “*O Casarão Branco*”, nos quais abordaremos sobre as suas condições estruturais, higiênicas, organizacionais, relacionamento dos moradores com o proprietário, a convivência entre os “encortiçados”, a convivência entre os “encortiçados” e os demais moradores da rua, a modernidade do novo cortiço, a vantagem de morar nessas residências e as vantagens e desvantagens de residir no bairro da Glória.

2 OS CORTIÇOS NO BRASIL NA VIRADA DO SÉCULO XIX/ XX

2.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo será apresentado o surgimento dos cortiços no Brasil, no qual trataremos, mais especificamente, das influências quanto ao seu surgimento e as especificidades que envolveram a construção do conceito de cortiço. A grande participação dos imigrantes, sobretudo, portugueses, dos negros (ex-escravos) e até mesmo a literatura marcaram fortemente as especificidades da modalidade de moradia – cortiço - que abordaremos, desde a sua formação, seus principais moradores, os motivos que levaram a optar por tal moradia, a perspectiva higienista / a insalubridade dos cortiços – representações sobre moradias coletivas e a criminalização da pobreza.

Entretanto, a cidade do Rio de Janeiro, desde sua fundação até os primeiros anos do século XX, teve o seu crescimento em torno da área portuária e nos arredores do Morro do Castelo. O porto carioca foi um importante ponto escoador de ouro e diamantes de Minas Gerais e, posteriormente, de café, que eram os principais artigos que movimentaram a economia do país, naquele período (BOAVENTURA, 2011).

No entanto, a população da próspera cidade crescia desordenadamente e em grande velocidade e, com ela, cresciam os problemas. A falta de higiene, a sujeira da cidade que rodeava esse aglomerado de pessoas, disseminaram doenças e epidemias que dizimavam a população e começavam a criar entraves preocupantes ao comércio exterior e a imigração.

Era necessário reverter a situação na qual se encontrava o Rio de Janeiro, especialmente, após a Proclamação da República, em que se elevou o Rio ao título de Capital da República. A virada de página carioca sofreu grande influência da França no período considerado civilizatório e considerado a melhor época francesa para muitos, daquela sociedade, que teve o nome de *Belle Époque*.

No Brasil, a *Belle Époque Tropical* vivenciada pelos cariocas (nascidos no Rio ou somente moradores) – na qual, por intermédio de transformações urbanísticas e socioculturais, tentou-se romper com o período colonial passado e se encaminhar para o moderno - teve em seus maiores representantes os Prefeitos: Cândido Barata Ribeiro e Francisco Pereira Passos. As ações elaboradas e executadas sob a administração municipal desses dois personagens históricos, que visavam uma nova e bela cidade, incidiram, sobremaneira, na vida dos

moradores mais pobres da Capital Federal, em especial, os residentes de moradias populares, como os cortiços.

Contudo, apresentaremos também neste capítulo a trajetória de gestão municipal desses dois prefeitos da *Belle Époque Tropical*, no qual a conjuntura de acontecimentos, resoluções e resultados evidenciaram que a época não foi bela para todos, a partir do momento em que a força do capital se colocava em detrimento dos trabalhadores destas terras.

2.2 O SURGIMENTO DOS CORTIÇOS NO BRASIL

2.2.1 Sua formação

A partir da segunda metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX, o Brasil – principalmente sua capital - passou por transformações significativas nas esferas política, social, cultural, econômica e espacial, constatou Vaz (1994).

Dentre tais transformações que podemos destacar a implantação dos sistemas de transporte coletivo (bondes e estradas de ferro), de esgoto, de abastecimento de água, telégrafo, iluminação a gás, telefone, energia elétrica, a substituição do trabalho escravo pelo assalariado, a crise do café no Rio de Janeiro, importante crescimento demográfico entre os anos 1870 e 1890, que significou quase o dobro da existente no início deste período.

Mumford (1991, p. 484) nos revela que os antigos princípios baseados em uma cultura rural foram substituídos por uma devoção ao industrialismo, atingindo todas as cidades do mundo, até de uma forma avassaladora, conforme o mesmo Mumford (1991) descreve:

[...] Os novos mestres da sociedade desdenhosamente voltavam às costas ao passado e a todos os ensinamentos acumulados pela história, dedicando-se à criação de um futuro que, segundo sua própria teoria do progresso, seria igualmente desprezível, uma vez que também houvesse passado – e seria arrasado de maneira igualmente impiedosa (p. 484).

Este processo de inserção de equipamentos facilitadores e modernizantes da vida na cidade também foi marcado por uma dimensão que estava ligada a um intenso processo de exclusão do mão-de-obra negra e, conseqüentemente, do negro na sociedade, que era anteriormente a principal força-de-trabalho do país, como verificamos em Vaz (1994):

[...] À medida que carris de ferro rodaram sobre trilhos e que água e esgoto fluíram através de tubos e canos de ferro, os escravos foram dispensados junto com liteiras, carroças, baldes e barris. Muitos «tigres¹», aguadeiros, carregadores e carroceiros foram postos à margem da economia urbana, excluídos pela modernização (p. 582).

Além da exclusão indireta, sofrida pelos ex-escravos, produzida pela introdução de certos equipamentos na vida urbana, há também de se considerar a exclusão direta causada pelo preconceito, que afetava principalmente o homem negro naquele momento. Esta situação é descrita por *Dona Carmem Teixeira da Conceição*, moradora do Rio de Janeiro que chegou da Bahia antes do século XX:

“Não era fácil não, eles não gostavam de dar emprego pro pessoal assim que era preto, da África, que pertencia à Bahia, eles tinham aquele preconceito. Mas a mulher baiana arranjava trabalho (...) elas tem assim aquelas quedas, chegavam assim, iaiá, que há? e sempre se empregavam nas casas de família (...) tinha fábrica (...) mas eram os brancos que trabalhavam, muitas mulheres trabalhavam em casa lavando pra fora, criando as crianças delas e dos outros ...” (MOURA, 1983 *apud* VELLOSO, 1990, p. 211).

Assim, as mulheres negras (baianas) formavam a base das suas famílias e tinham um maior destaque em sua comunidade. Estas conseguiam sustentar suas famílias com trabalhos domésticos, com as vendas de quitutes em seus tabuleiros e outros trabalhos que geravam pouca renda. Desta forma, na relação de marido e esposa, tinha o homem o papel de proteção e apoio e a mulher, de sustento. Este modo de vida peculiar, mas que também se tornara natural, rendeu um samba de um dos primeiros e mais famosos sambistas do país, “[...] não é à toa a música de João da Baiana, *Quem paga a casa pra homem, é mulher* (1915). Malandragens à parte, essa era uma realidade [...]” (VELLOSO, 1990, p. 211).

Constatamos que até a “tia” que se tornou a mais famosa do Rio, por ter sua casa como núcleo aglutinador, por conta das reuniões que ali aconteciam, que ultrapassavam as barreiras étnicas por meio da música, dança, comida e religião - *Tia Ciata* - teve seu marido afetado pela falta de oportunidade de trabalho. Graças à rede de conhecimentos, mais comum à mulher baiana, *Tia Ciata* – na base da troca de favores – intercedeu para que seu marido conseguisse um emprego, fato comprovado por Moura (1983):

[...] Foi com ervas e rezas que a "tia" curou Venceslau Brás de um problema dado como insolúvel pelo saber médico da época. Agradecido, o presidente atenderia o pedido de Ciata, concedendo ao seu marido um emprego no gabinete do chefe de polícia. A partir daí estaria garantida a inviolabilidade da casa da *Tia Ciata* (*apud* VELLOSO, 1990, p. 219).

¹ Tigres: denominação dos escravos carregadores de dejetos (VAZ, 1994, p. 582).



**Figura 1. Rua Visconde de Itaúna, número 119 (RJ). Local onde no final dos anos 1910 e início dos 1920, ficava a casa de *Tia Ciata*. A Rua Visconde de Itaúna deixou de existir com a abertura da Avenida Presidente Vargas.
Fonte: MALTA, 1941.**

Portanto, a casa, a rua e o trabalho eram fatores intrinsecamente ligados à sociedade da época, especialmente, como verificamos aos moradores de cortiço. O trabalho – tido como obrigação do homem – sempre relacionado à rua a qual se confere o peso de espaço cruel, de luta, batalha, onde não há “nem amor, nem consideração, nem respeito, nem amizade” (DAMATTA, 1991, p. 29). Porém, o contexto socio-histórico conferiu à mulher a possibilidade de manutenção da sua vida e dos seus (familiares/ agregados), por meio do trabalho, levando a mulher à rua – local onde esta não era bem vista excessivamente. Portanto, a casa, o local de harmonia, amor, permeada de valores e moral, perdia relativamente a sua maior representante, a mulher. Vê-se, neste contexto, mas não só neste, novos símbolos que a casa, ou seja, o cortiço, passava a agregar: a desordem, confusão, competição e até mesmo lazer, típicos da rua.

Ainda que, pelo que verificamos, a casa tivesse passado a assumir símbolos antes conferidos à rua, a casa – cortiço - apresentava muitas vezes a peculiaridade agregadora de receber novos moradores que não são da família, somando-se traços positivos que compõe a identidade social de seus domiciliados (DAMATTA, 1991). O tipo de relação vivido dentro da casa dos baianos, caracterizado pelo apoio mútuo, se estendeu não somente às suas famílias nucleares, mas também a outros que chegavam da Bahia, como uma *solidariedade mecânica*², transmitindo um sentimento de garantia de sobrevivência daquela “grande família”. Constatamos este hábito em Moura (1983):

² Conceito criado pelo sociólogo francês Émile Durkheim, que estudava a integridade das sociedades na era moderna. “Na solidariedade mecânica cada indivíduo permanece largamente inconsciente de seu “isolamento”

[...] Para sinalizar a chegada de novos baianos, a embarcação já trazia na proa a bandeira branca de Oxalá. A acolhida e proteção da "tia" era certa. Lá eles encontravam o apoio necessário para enfrentar a dura batalhada sobrevivência na cidade hostil. [...] (*apud* VELLOSO, 1990, p. 209).

O negro de matriz africana vindo da Bahia, caracterizado anteriormente, era uma presença que poderia ser considerada normal no Rio de Janeiro, se não fosse esse duplo processo de exclusão, já que este lugar fora considerado “um dos maiores portos negreiros do país”, como afirmado por Velloso (1990), que tinha um grande número de negros da África que vinham, principalmente, do porto de Salvador. Após a Abolição da escravatura, o caminho Bahia/Rio se tornou cada vez mais usual para os baianos que viam na capital do país um local onde as oportunidades de vida eram melhores e a identidade com os “seus” tornaria a cidade do Rio de Janeiro o “pedaço” ideal.

Deste modo, podemos perceber uma das primeiras versões dos cortiços cariocas, que não tiveram destaque propriamente pelas características físicas das habitações, mas pelo caráter agregador e aglomerador impostos às “tias baianas”, onde acolhiam, em suas casas, pessoas de um mesmo grupo étnico, como se fossem todos de uma mesma família.

Entretanto, constatamos motivações que vão além da filiação étnica que contribuíram para a formação dos cortiços no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro. O aumento populacional de grande proporção na segunda metade do século XIX, na capital que se tornara cada vez mais desenvolvida e com a estrutura econômica modificada, a crise habitacional atingiu principalmente a população pobre que sofria com o aumento exagerado dos aluguéis. Segundo Neto (2007, p. 03), “foi então neste contexto que surgiram as habitações coletivas e/ou multifamiliares.” Porém, devemos lembrar que o primeiro modelo de moradia coletiva ou multifamiliar no país foi a senzala³, que segundo Teixeira (1994) inspiraram a criação dos ainda incipientes cortiços que apareceram em quantidade muito reduzida nos anos 1820. Assim, podemos destacar que a referência inicial quanto a este tipo de habitação se deu pelo nome de estalagem, conforme nos assinala Neto (2007):

[...] As estalagens ficaram sendo identificadas como os primeiros cortiços. Essas habitações consistiam em pequenas casas térreas que enfileiradas de um ou dos dois lados formavam um pátio interior. Neste pátio localizavam-se as instalações sanitárias coletivas [...] (p. 04).

como indivíduo já que, dominado pela *conscience collective*, ele compartilha traços similares com outros membros da sociedade; os limites da sua autonomia estão estritamente confinado” (GIDDENS, 1998, p. 149).

³ As senzalas, que eram os alojamentos tradicionais dos escravos, construídas adjacentes à casa dos seus donos, podem ter sido um destes modelos. Tal como os cortiços, as senzalas eram constituídas por uma série de quartos construídos em banda, abrindo para um pequeno pátio (TEIXEIRA, 1994, p. 572).

A palavra cortiço⁴ começa a se tornar usual a partir dos anos 1850, quando cresce notadamente o número do mesmo. Ribeiro (1994) afirma que, verificando os processos criminais da época, era difícil distinguir os cortiços, das estalagens, das hospedarias, e das casas de cômodos, porém, havia um diferencial no qual “as hospedarias, albergues e casas de cômodos destinavam-se a moradia temporária, por dia” (RIBEIRO, 1994, p. 638).

Os cortiços também foram notadamente presentes em outras cidades do país como São Paulo e Santos. Igualmente ao Rio de Janeiro, eram “cidades brasileiras que serviam como elo de ligação do país com o exterior” (SANTOS, André, 2011, p.550). A proximidade com o local de trabalho, o intermitente aumento da população dessas cidades, por imigrantes principalmente, colaborou para a formação dessas moradias a partir dos anos 1870, nas cidades paulistas (SANTOS, André, 2011).

Quanto à localização dos cortiços na capital política e administrativa do país, confirma-nos Vaz (1994), que se deu nas antigas freguesias centrais do Rio, até mesmo porque o seu modelo de moradia era o que se possibilitava construir no restrito espaço disponível desta região, na época. Podemos considerar a grande demanda de moradia nesta área, visto que, o Centro era onde se concentrava as principais atividades da vida cidadina, como o Porto, os armazéns, os serviços, que tornavam esta região o “coração” da cidade, nos afirma Neto (2007), aproximando também seus moradores dos locais onde se concentravam a maior quantidade de trabalhos.



⁴ Cortiço: «caixa cilíndrica, de cortiça, na qual as abelhas fabricavam o mel e a cera» (Dicionário Etimológico Nova Fronteira). O uso do termo cortiço para habitação coletiva provém, provavelmente, da associação que se fazia entre as estalagens e as colmeias: formadas por minúsculos casulos que abrigavam as abelhas-operárias, que passavam o dia trabalhando em meio a intenso zumbido. Outra hipótese, mais remota, sobre a origem do termo se apoia na associação a uma pequena corte, isto é, a um pátio, como no caso alemão, que denomina de «Hof» (corte ou pátio) o conjunto de pequenas casas ao redor de um pátio, e também no caso português, que denomina de «pátio» (em Lisboa) e «ilha» (no Porto) o que chamamos de cortiço (VAZ, 1994, p. 49).

Figura 2. Barracão de madeira componente da estalagem existente nos fundos dos prédios dos números 12 a 44 da Rua do Senado (RJ).

Fonte: MALTA, 1906a.



Figura 3. Casinhas novas da estalagem nos fundos dos prédios números 12 a 44 da Rua do Senado (RJ).

Fonte: MALTA, [1906b?].

Semelhante ao Rio, as áreas centrais das cidades de São Paulo e Santos tornavam-se de maior atração para os que procuravam novas alternativas de trabalho também viram nos bairros centrais a maior possibilidade de ser manterem moradores das grandes cidades. Assim, em Santos as primeiras habitações coletivas se formaram nos bairros do Centro e Valongo, em São Paulo, nos bairros da Sé, Santa Ifigênia, Bela Vista, do Brás e da Mooca (SANTOS, André, 2011; LIMA, 2011).

Dentre as motivações diversas quanto a criação dos cortiços podemos destacar a proveniente da estreita relação entre Portugal e Brasil, que continuou mesmo após a proclamação da República. Teixeira (1994, p. 556) afirma dentre “um dos principais veículos para a permanência destes laços a emigração portuguesa [...]”.

Momentos importantes para os dois países incentivaram o crescente número de imigrantes portugueses que vinham para o Brasil, dentre os principais destaca Teixeira (1994, p. 570), “a abolição da escravatura no Brasil, em 1888, seguida pelas iniciativas estatais de promover a imigração, correspondeu a um período de crise econômica em Portugal”, sendo que 50% destes fixavam-se no Rio de Janeiro.

A população da capital do país, no final do século XIX, crescia tanto por conta crise das plantações de café, que causou uma densa migração das pessoas do meio rural para a cidade, quanto pela imigração externa que aqui procuravam melhores condições de vida. Relata Teixeira (1994, p. 571), que: “aos portugueses correspondia uma parte importante

deste crescimento populacional do Rio de Janeiro: no final do século os portugueses eram cerca de 20% da população total da cidade”.

Desta relação luso-brasileira resultou em uma grande influência econômica, social e cultural que foi comprovada na forte semelhança entre as Ilhas da cidade do Porto e os cortiços do Rio de Janeiro. Sendo os emigrantes portugueses os maiores construtores e proprietários dos cortiços do Rio de Janeiro, fatos podem confirmar que a similaridade entre esses dois tipos de habitações coletivas e que tal similaridade não se fizeram por coincidência. Afirma Teixeira (1994, p. 556) que “a maior parte dos portugueses que imigraram para o Brasil eram da região do Porto e no Brasil o principal porto de chegada era o Rio de Janeiro”, e a influência direta de tais imigrantes na construção dos cortiços do Rio eram quase que inevitáveis.

A segunda metade do séc. XIX, foi também o período no qual a cidade do Porto, em Portugal, adotara uma nova modalidade de moradia popular, as Ilhas. Segundo Teixeira (1994, p. 555), as Ilhas “consistiam em filas de pequenas casas térreas, com uma média de 16 m², construídas nas traseiras de antigas habitações das classes médias”, sendo que, ocasionalmente, este tipo de moradia chegava a ocupar lotes inteiros de terreno que iam até a rua. A semelhança desta habitação foi bem perceptível com relação ao cortiço conceituado por Teixeira (1994, p. 555-556) como: “filas sucessivas de pequenas habitações térreas ou de um piso, construídas no interior de quarteirões urbanos, numa situação segregada, com o mesmo tipo de relação com a estrutura urbana envolvente, e ocupada pela população pobre da cidade”, sendo que as Ilhas sofreram adaptações às condições socioespaciais do Rio de Janeiro. As instalações sanitárias eram compartilhadas entre os habitantes dos dois tipos de moradias, mas no caso do Porto, Teixeira (1994, p. 567) afirma que um sanitário tinha a utilização média dividida para “cinco casas, ou vinte e cinco pessoas”.

As condições precárias em que eram encontradas as moradias estavam muito relacionadas com os poucos investimentos aplicados por seus proprietários, pois, os mesmos não dispunham de muitos recursos, como afirma Teixeira (1994):

[...] Estas eram construídas predominantemente pelas classes médias baixas: pequenos comerciantes, lojistas, artesãos, por vezes pequenos industriais. Eram estas pessoas, de recursos relativamente limitados, que investiam, construíam e possuíam a maior parte das ilhas, muitas vezes nos seus próprios quintais, ou que emprazavam ou subemprazavam pequenos lotes de terreno em zonas desvalorizadas da cidade para construir ilhas (p. 561).

No caso da capital do Brasil, Ribeiro (1994) afirma que o mesmo grupo social promoveu os cortiços. Sendo assim, confirma-se:

Não raro os papéis dos proprietários de casas comerciais e de imóveis de aluguel eram um só. O dono da venda ou quitanda alugava cômodos ou pequenas casas para seus empregados, ou para trabalhadores pobres. Ali conviviam todos no mesmo minúsculo espaço urbano [...] (p. 639).

Quanto à construção dos cortiços, nos relata Teixeira (1994), era realizada aos poucos, de maneira que os lucros gerados pelas habitações já erguidas financiavam as próximas construções. O mesmo autor Teixeira também relata que além dessa estratégia, que trazia em um menor prazo de tempo o investimento e o lucro para o bolso dos lusitanos, a utilização máxima do terreno e a baixa qualidade do material de construção utilizado garantia um lucro muito maior, conforme constatamos:

O investimento nos cortiços era bastante lucrativo. O objectivo (*sic*) do promotor era investir o mínimo possível e obter o maior lucro possível. Um cortiço podia render ao seu proprietário um lucro de 50%, por vezes 100%, sobre o capital investido [...] (TEIXEIRA, 1994, p. 577).

Inserido nesta lógica de lucro máximo, Vaz (1994) relata que mesmo com os altos aluguéis cobrados, tornando os cortiços um negócio muito rentável no final do século XIX, quando essas moradias já estavam espalhadas em toda cidade do Rio com uma grande população habitacional, relatou Teixeira (1994) que:

[...] No final do século, em 1890, calculava-se que entre 20% e 25% da população do Rio, correspondendo a cerca de 100 000 ou 125 000 habitantes, viviam nos cortiços. Havia estimativas ainda mais elevadas, segundo as quais 36% dos habitantes da cidade viviam em cortiços em 1906, quando a população total do Rio de Janeiro era de 805 335 habitantes [...] (p. 574).



**Figura 4. Estalagem localizada na Rua do Senado (RJ).
Fonte: MALTA, 1906c.**

2.2.2 Seus principais moradores

A cidade do Rio de Janeiro - dos anos finais do século XIX – fervilhava transformações tornando-a cada vez mais atraente aos olhos dos que aqui viviam e dos que ainda não a tinham como seu habitat. O crescente populacional desse período na zona urbana, atravessado por uma conjunção socio-histórica, afetou principalmente a vida da população pobre que tivera a grande cidade como sua morada. Portanto, os cortiços foram o destino desse extrato da sociedade, como nos descreve Ribeiro (1994, p. 638): “nessas habitações conviviam operários, artesão e população pobre a mais variada”.

Ao cortiço frequentemente era atribuído à reputação de local de moradia de pessoas de moral extremamente baixa, para a sociedade da época, como capoeiras, mulheres da vida reles e criminosos. Porém, era constituído, na realidade, da população mais pobre, a qual Ribeiro (1994) especifica, composta por alguns tipos de trabalhadores como: marinheiro mercante, alfaiate, marceneiro, trabalhador braçal, escultor, costureira, doméstica, entre outros. Teixeira (1994) ainda ressalta que alguns trabalhadores, como: costureiras, cigareteiras, alfaiates, barbeiros, sapateiros utilizavam as áreas comuns do espaço como: pátio, corredor central e até mesmo seu espaço de moradia como local de trabalho.

Podemos verificar que a parcela da população que constituía os cortiços tinha uma relativa similaridade com a descrita por Engels (2008), quando se referia ao extrato de moradores presente em moradias dos bairros mais pobres de Londres, como St. Giles, no

século XIX. Ainda que, a princípio, sob um olhar bastante preconceituoso, Engels (2008) caracterize os que residiam nas moradias mais pobres de Londres, embora estas fossem constituídas, predominantemente, por trabalhadores laboriosos:

[...] Aqui vivem os mais pobres entre os pobres, os trabalhadores mais mal pagos, todos misturados com ladrões, escroques e vítimas da prostituição. A maior parte deles são irlandeses, ou seus descendentes, e aqueles que ainda não submergiram completamente no turbilhão da degradação moral que os rodeia a cada dia mais se aproximam dela, perdendo a força para resistir aos influxos aviltantes da miséria, da sujeira e do ambiente malsão (ENGELS, 2008, p. 71).

Entretanto, Engels (2008) afirma que nem todos que se encontravam na situação de extremo pauperismo se assemelhavam moralmente às condições deploráveis que se encontravam seus locais de moradia:

Mas afirmo que milhares de famílias honestas e laboriosas – muito mais honestas e estimáveis que todos os ricos de Londres – encontram-se em condições indignas de seres humanos e que todo proletário, sem qualquer exceção, sem que a culpa seja sua e apesar de todos os seus esforços, pode ter o mesmo destino (ENGELS, 2008, p. 74-75).

Engels (2008, p.75) ainda ameniza e justifica a situação dos moradores dos “cortiços” de Londres, diante do fato de milhares pessoas que na mesma cidade ficavam sem saber onde repousariam suas cabeças à noite, o autor descreveu que “os que dispõem de todo modo de um teto são mais felizes que aqueles que não têm [...]”

No âmbito brasileiro as cidades de São Paulo e Santos que tinham o cortiço como uma modalidade de habitação operária (SANTOS, André, 2011), se diferenciavam do Rio de Janeiro quanto a ocupação de tal moradia, que estava diretamente ligada à influência dos imigrantes portugueses, como nos relata Teixeira (1994):

[...] Eles começaram a construir-se antes da industrialização, e, apesar do desenvolvimento da indústria, os operários fabris nunca se tornariam os principais ocupantes dos cortiços, o que não significa que a maioria deles aí não vivesse efectivamente (*sic*). A maior parte dos habitantes dos cortiços eram estrangeiros: 56,1% em 1869; de entre eles, os portugueses constituíam a maioria (p. 576).

Os portugueses além de se sobressaírem, com muito trabalho, como principais proprietários de cortiços e comércios no Rio de Janeiro, também faziam parte dos que tentavam sobreviver nesta cidade. Ribeiro (1994, p. 571) informa que a maior parte dos que

emigravam de Portugal eram “pobres e iletrados, estavam destinados trabalhos não qualificados e mal pagos”, sujeitados a sorte da nova cidade grande.

Parte significativa da parcela pobre que lutava para permanecer na cidade foram os negros, ex-escravos. Os negros representavam durante o período da escravatura, já na metade do século XIX, mais da metade da população da corte (VELLOSO, 1990), e vieram a engrossar a população da capital após a abolição, vindos, sobretudo, de Salvador, ocuparam primeiramente a região portuária do Rio (Gamboa, Saúde e Santo Cristo) e, posteriormente, por força política, a região da Cidade Nova, nos afirma Velloso (1990):

Já no início do século XX, a reforma urbana de Pereira Passos viria modificar radicalmente a fisionomia da cidade. Uma das áreas mais atingidas pela famosa política do "bota abaixo" (*sic*) seria a zona portuária e imediações, trecho onde normalmente residiam os baianos. A maioria desloca-se, então, para a Cidade Nova, ao longo da Avenida Presidente Vargas, transformando os casarões construídos pela burguesia⁵ de meados do século passado em habitações coletivas (cortiços) [...] (p. 209-210).

A relação dos moradores dos cortiços com seus proprietários era muito próxima, pois, era comum que seus proprietários morassem no mesmo local ou bem próximo ou, quando mais, tinha seu pequeno comércio no mesmo terreno do cortiço que geria (TEIXEIRA, 1994, p. 577). Assim, era exercido o controle do sobre o seu negócio e ainda introduziam mais uma forma de gerar lucro sobre (o contexto que o cortiço proporcionava) aqueles que ali viviam, cita Teixeira (1994):

[...] Através da sua loja, construída à face da rua, controlava a entrada e toda a vida do cortiço construído por detrás. Podia-se também entrar no cortiço através da loja. Esperava-se dos inquilinos que fossem clientes assíduos da mercearia ou da taberna do senhorio, que assim, de várias formas, controlava as suas vidas (p. 577).

Até mesmo João Romão, personagem português do romance de Azevedo (1997, p.15), possuía sua venda enquanto aos fundos erguia o seu grande cortiço São Romão, “e o fato é que aquelas três casinhas, tão engenhosamente construídas, foram o ponto de partida do grande cortiço de São Romão”.

⁵ A burguesia por sua vez se autosegregou nos arrebaldes ou subúrbios mais próximos do Centro da cidade como: a Glória, Catete, Tijuca e São Cristóvão. Se afastando do tumulto e epidemias da cidade, a aristocracia carioca se transferia, paulatinamente, para residências permanentes nos arrebaldes ou subúrbios da cidade (CARDOSO, 2010). O desenvolvimento dos transportes na capital, tanto os bondes quanto os trens irradiou os membros “melhor aquinhoados” da sociedade carioca para subúrbios mais distantes, como os bairros do Méier, Madureira e Inhaúma, até mesmo porque esta camada da sociedade que tinha possibilidade de custear o transporte (SANTOS, Leonardo, 2011).

Hoje quatro braças de terra, amanhã seis, depois mais outras, ia o vendeiro conquistando todo o terreno que se estendia pelos fundos da sua bodega; e, à proporção que o conquistava, reproduziam-se os quartos e o número de moradores (AZEVEDO, 1997, p. 15).

O lucro sobre lucro foi a base de crescimento das terras do rentável cortiço de João Romão, conforme escrito por Azevedo (1997):

Sempre em mangas de camisa, sem domingo nem dia santo, não perdendo nunca a ocasião de assenhorear-se do alheio, deixando de pagar todas as vezes que podia e nunca deixando de receber, enganando os fregueses, roubando nos pesos e nas medidas, comprando por dez réis de mel coado o que os escravos furtavam da casa dos seus senhores, apertando cada vez mais as próprias despesas, empilhando privações sobre privações, trabalhando e mais a amiga como uma junta de bois, João Romão veio afinal a comprar uma boa parte da bela pedreira [...] (p. 15-16).

Não obstante, vários proprietários de cortiços ainda usufruíram de uma terceira forma de exploração, advinda dos cortiços - neste caso indireta – baseada na possibilidade de especular o terreno. As diversas obras pelas quais passou a cidade do Rio de Janeiro, valorizaram em grande escala as áreas do Centro e Zona Sul e especialmente no período Pereira Passos, quando houve bastante desapropriações, os *senhores* dos cortiços podiam ainda obter indenizações bem proveitosas. As vantagens de ser possuidor de cortiço foram verificadas, aprovadas e incorporadas também pelo grande capital, ainda mesmo no período Imperial, afirma Benchimol (1990):

[...] Na freguesia da Glória, por exemplo, figuram, às vezes com mais de um cortiço, o Banco Predial, a Santa Casa de Misericórdia, os conselheiros José Feliciano de Castilho e Simões da Silva, um procurador, um juiz de órfãos [...] até mesmo o cônsul da Argentina, Manuel de Frias, era proprietário de um cortiço na Rua da Carlota, com quatro quartos (p. 135).



**Figura 5. Fachada do cortiço *Chácara da Floresta*, na Rua da Ajuda (RJ).
Fonte: MALTA, [19--].**

Entretanto, quando ao analisarmos convívio entre senhorios e inquilinos, constatamos que a proximidade entre estes tornou-se um dos maiores motivos geradores da clivagem entre brasileiros e portugueses, este último considerado “explorador” e “sugador” (RIBEIRO, 1994, p. 631). Sendo os cortiços de propriedade prevalentemente lusitana, afirma Teixeira (1994, p. 577): “perto do final do século, em 1879, metade dos cortiços do Rio de Janeiro, nalgumas freguesias chegando aos 63%, era propriedade de portugueses.”

A rixa luso-brasileira era sempre relacionada a uma situação de dependência entre os dois povos que residiam nas terras cariocas. As brigas eram pela falta de pagamento e alto valor dos aluguéis ou ainda “por pesos e medidas, por troco, por aumento de preços e produtos considerados caros, por rivalidades comerciais, por dinheiro, trabalho, etc.” (RIBEIRO, 1994, p. 633).

Portanto, o antilusitalismo esteve claramente presente na relação entre os pobres encortiçados e seus senhorios, que desafiavam de todo jeito os portugueses de forma que evitassem o eminente despejo, diante das recorrentes falta de pagamentos dos aluguéis. Por conseguinte, tais desavenças geralmente se encaminhavam para as autoridades policiais que acarretou a abertura de diversos autos criminais, como o caso dos portugueses, Joaquim Saraiva e Mariana Teixeira de Macedo onde foram réus⁶ no auto, datado de 1902, como vamos verificar em Ribeiro (1994):

⁶ Processo criminal Joaquim Saraiva e Mariana Teixeira de Macedo (réus), m. 85, 1903, APTJ, e processo criminal José Esteves Gomes (réu), m. 192, 1916, APTJ (Arquivo do Primeiro Tribunal do Júri *apud* RIBEIRO, 1994, p. 641).

[...] Os portugueses eram donos de uma casa-de-cômodos (*sic*) no Largo da Imperatriz n.º 3. Ao voltarem da festa da Penha, foram ao quarto do estivador Martinho, brasileiro de cor parda, cobrar-lhe dois meses de aluguel em atraso. Martinho recusou-se a pagar a quantia. O português Saraiva, com auxílio de sua mulher, agrediu o brasileiro aos gritos de «tratante eu te mato» (p. 641).

Os encortçados, em diversos outros autos, mudam de posição e são colocados como réus da ação. Porém, Ribeiro relata que, ainda que usual, durante a República Velha, o ditado popular «quem mata galegos⁷ não tem crime»⁸, os proprietários portugueses de variados tipos de estabelecimentos “eram «protegidos» pelas autoridades” (1994, p. 648). Todavia, o que se destaca realmente, além do antilusitanismo presente nos processos criminais da época, foi a enorme quantidade de “pendengas” domésticas, principalmente, entre proprietários e inquilinos, que quase sempre se tentara solucionar nas delegacias e pretorias. Ribeiro (1994) ainda relata o desenrolar da contenda, do Largo da Imperatriz n.º 3, em que amostra a interferência de outros moradores que costumeiramente também chegavam às autoridades para depor a favor ou contra os réus. Quase sempre as testemunhas escolhiam depor a favor de seus conterrâneos, como verificamos:

A briga atraiu a atenção de outros moradores e populares. Os portugueses tentaram fugir e se esconderem. Entretanto, não conseguiram. Foram barrados por brasileiros, e presos. Na delegacia e na pretoria há somente depoimentos de testemunhas de nacionalidade brasileira culpando o casal português pela agressão a punhaladas. Na versão de Joaquim e Mariana, eles apenas reagiram a Martinho, que os havia recebido com um «cacete no nariz» (RIBEIRO, 1994, p. 641).

Como já não bastasse o controle direto e contínuo do senhorio sobre habitantes de seu cortiço, que chegava a invadir a privacidade destes, também era comum a participação ativa dos moradores na vida dos outros, onde praticamente se conhecia as movimentações previsíveis de todos que ali moravam.

⁷ Galego é um apelido que “[...] era considerado um xingamento e era usado na cidade com relação aos portugueses que vinham para o Brasil amealhar fortuna, sujeitando-se aos piores empregos e papéis para enriquecerem, a exemplo dos galegos em Portugal” (RIBEIRO, 1994, p. 647). Galego, em Portugal, é uma palavra muito preconceituosa. Galego é um termo pejorativo usado no sul de Portugal para designar uma pessoa pobre, sem instrução, fazendo um trabalho de baixa qualificação e oriunda do norte de Portugal. É parecida com aqueles termos horrendos pejorativos usados no sul do Brasil para se referir às pessoas do nordeste. O norte de Portugal fez parte de uma província romana chamada Gallaecia (de onde vem a atual Galícia, na Espanha, galego = nativo da Galícia). Essa região nunca foi ocupada pelos mouros/árabes, por isso é mais comum de se encontrar lá pessoas de pele mais clara, cabelos louros e olhos claros. Ironicamente, e talvez por isso, o termo “galego” é usado no Brasil sem nenhum teor depreciativo para designar justamente alguém louro e de pele clara, geralmente descendente de alemão, polonês, holandês, italiano, ucraniano, etc (DICIONÁRIO INFORMAL, 2015).

⁸ Processo criminal Epaminondas Mirandella, n.º 735, maço 883, Galeria A, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (*apud* RIBEIRO, 1994, p. 651).

O que podemos concluir é que a raiz das reclamações e das contendas dos brasileiros era relacionada ao “«excesso» de «exploração»” (RIBEIRO, 1994, p. 643). Porém, a inserção dos portugueses em quase todas as áreas de trabalho também incomodava e na maioria das vezes conseguia “empregos privilegiados” (RIBEIRO, 1994, p. 645). De acordo com a ideologia dominante de *modernização* e do *branqueamento* os portugueses e outros estrangeiros eram favorecidos. Assim, a fama de monopolizador e até o medo de uma recolonização estavam presentes nas ruas e nos espaços de moradias (RIBEIRO, 1994).

2.2.3 Os motivos que levaram a optar por tal moradia

Como já fora citado neste capítulo, as metrópoles e suas regiões centrais, do séc. XIX, eram o “coração” da vida cidadina. As áreas centrais eram onde “pulsavam” todos os sonhos de uma vida melhor das cidades que cresciam em serviços, trabalhos, era onde tudo acontecia. Neste momento socio-histórico não havia separação de área de trabalho e moradia, era comum que os trabalhadores morassem em seus locais de trabalho, conforme consta no Cadastro de Habitações do Distrito Federal, de 1895 (VAZ, 1994). A autora ainda cita que registros confirmam esta prática usual no período da República Velha: “[...] se confirma pelos relatos de diferentes origens, seja jornalística, sanitarista ou literária, que se referem a padeiros dormindo junto aos fornos das padarias, jornaleiros nas tipografias, caixeiros nos armazéns, etc [...]” (VAZ, 1994, p. 588).

Ainda que registros deem por início da presença dos cortiços na capital do Brasil, Rio de Janeiro, o ano de 1850 e a implantação do sistema de transporte coletivo de trens no ano de 1861, não evitou-se a expansão de tais moradias populares a partir da década de 1870, quando a crise habitacional se instalara na cidade. Sendo assim, morar distante das áreas centrais da cidade não era só um fator dificultoso conforme explica Cardoso (2010):

[...] Aos pobres restava a moradia junto ao Centro da cidade, preferencialmente nos diversos cortiços que ali haviam sido construídos; passaram então a abrigar uma população sem recursos para arcar com custos de transportes e que necessitava estar perto do trabalho, então concentrado no centro da cidade, onde se encontrava a maior parte das oportunidades de trabalho (p. 80).

O cortiço, então, nesta perspectiva, não se constituiu uma opção para a maioria de seus habitantes que fazia parte da camada mais pobre da sociedade, migrantes, cariocas, entre

outros, que dependiam de residir em uma região onde a oferta de serviços e trabalho eram mais viáveis. Lima (2011, p. 03) ainda aponta que “as facilidades de locação como não exigência de fiador e impossibilidade de comprovação de renda” impulsionavam este mercado de locação imobiliário. Contudo, tais facilidades não conferiam a tranquilidade de moradia aos moradores, como verificamos em Ribeiro (1994):

[...] Juntavam-se a isto os salários mirrados da população. A solução eram as habitações coletivas, que nem por isso eram baratas. Excesso de gente e pouca moradia: realidade que conferia aos proprietários o poder de cobrarem o quanto quisessem, de aumentarem continuamente os aluguéis e mesmo despejarem os inquilinos pela força, em uma época em que não existiam leis reguladoras dos contratos (p. 638).

No caso dos negros baianos, que vinham morar no Rio, encontravam nas casas (cortiços) das “tias” baianas o “porto seguro” para a sua tentativa de vida na nova e promissora cidade. Era o ponto de partida para um nova vida. Entretanto, os baianos influenciados por sua cultura, também enxergavam o cortiço como um referencial de espaço que não se igualava ao “lar doce lar” da burguesia (VELLOSO, 1990). Da Bahia eles trouxeram o costume de se agruparem em “cantos” de acordo com as etnias locais (nagôs, hauçás, gurucins, ...). Os “cantos” proporcionavam a organização quanto ao mercado de trabalho destes, além ser um local para colocar a conversa em dia e onde tinha alguém para fornecer ajuda (VELLOSO, 1990, p. 212).

A união das pessoas se tornara o ponto principal da dinâmica reinante nos cortiços baianos, o que caracterizava o seu espaço o seu “pedaço”. Neste sentido, Velloso (1990) nos mostra em um relato como funcionava esse espaço de sociabilidade da cultura afro-baiana:

[...] Entre nós, essa tradição era encabeçada pelas mulheres que, muitas vezes, acabavam transformando suas casas em verdadeiras oficinas de trabalho. As casas eram os *cantos*, o *pedaço* onde era possível unir esforços, dividir tarefas, enfim, reunir os fragmentos de uma cultura que se via constantemente ameaçada (p. 213).

Na cultura negra o espaço tem sentido de um local conquistado, marcado pela luta de um povo, portanto, tanto o espaço da rua como o da casa trazem sentidos fortemente relacionados à sua cultura, como explica Velloso (1990):

[...] O espaço não é regulado apenas pelas leis e regras institucionais, mas pela própria dinâmica das necessidades, daí a rua virar "ponto" e a casa virar "centro". Assim, desfaz-se a rígida segmentação entre o domínio público e o privado. O privado pode se transformar em público (casa-centro), da mesma forma que o público pode apresentar-se como privado (pontos na rua) (p. 225).

Neste contexto de casa-centro e dos pontos na rua, as “tias” tinham presença marcante tanto na casa como na rua, recebiam muitas vezes codinomes como a “alma do bairro” ou a “dona do pedaço” (VELLOSO, 1990, p. 223). Assim, a sociabilidade presente nos cortiços das baianas está diretamente relacionada ao candomblé, que se tornara fator agregador não só entre os baianos, membros da filiação étnica, mas entre todos que frequentavam as casas-centro das tias, membros da família de santo. Velloso (1990) nos informa como a família, neste sentido, se associa ao espaço e a cultura deste povo:

É a necessidade de garantir o pedaço e ampliar a liderança pelos mais variados domínios da vida social (umbanda, samba, jongo), ampliar o espaço da casa (centro), ampliar a idéia (*sic*) de família ("grande família"), ampliar a concepção de rua (só mero local de passagem mas "ponto") enfim ampliar o espaço do terreiro além dos limites fundiários. Sem dúvida, o candomblé introduziu e consolidou muitas dessas idéias (*sic*) e valores aqui no Rio [...] (p. 225).

Deste modo, verificamos em Velloso (1990) que aos baianos a relação entre espaço e identidade cultural não foi gestada pelas classes dominantes, mas pelas próprias “famílias” das casas que ali demarcavam o seu espaço. Era um pequeno espaço físico, porém, era de cunho fundiário, político, social e simbólico, mas onde se fazia uma verdadeira África.

2.2.4 A perspectiva higienista: a insalubridade dos cortiços – representações sobre moradias coletivas

Tendo conhecido o barateamento do material utilizado para a construção dos cortiços, o espaço mínimo que geralmente era disposto para a construção de tais habitações, a crise habitacional, a grande porção de trabalhadores de baixa renda e o alto valor dos aluguéis – até mesmo nos cortiços – era habitual a alta densidade domiciliar da população encortiçada. Teixeira (1994, p. 574) nos afirma que os inquéritos oficiais contam que os cortiços tinham a “média de 2,6 habitantes por fogo⁹ em 1888, outros inquéritos referem exemplos de quartos habitados por oito ou nove pessoas”.

Porém, além desses fatores que tornaram seus moradores cada vez mais comprimidos num espaço comum, sua arquitetura interna favorecia o aglomerado que se distribuía quase

⁹ Fogo: 5 Casa, família (DICIONÁRIO DO AURÉLIO, 2015).

sempre em um quarto, uma janela, uma porta, “que permanecia aberta a maior parte do tempo a fim de iluminar e ventilar, na medida do possível, o interior” (TEIXEIRA, 1994, p. 574). Em algumas casinholas de melhor qualidade foram constatados mais cômodos como: “saleta, um ou dois pequenos quartos ou alcovas, cozinha” (TEIXEIRA, 1994, p. 574). Nestas habitações quase não haviam divisões que pudesse classificar os cômodos existentes. Quando presente divisões eram feitas com biombos e cortinas, que tinham representatividade quase que simbólicas, pois estas não bloqueavam barulhos ou conversas (VELLOSO, 1990).

Devido ao espaço de uso particular neste tipo de habitação apresentar-se extremamente pequeno para as atividades da vida diária, inclusive íntimas, acabavam externalizadas e até mesmo compartilhadas com os demais moradores do local. Esta forma de viver e compartilhar a vida acabaram por ser características marcantes e até do cunho pejorativo sobre o cortiço, consequentemente, sobre os seus moradores, como podemos verificar na obra de Azevedo:

Em casa de Rita Baiana a animação era ainda maior. Firmo e Porfiro faziam o diabo, cantando, tocando bestialógicos, arremedando a fala dos pretos caçanges (*sic*). Aquele não largava a cintura da mulata e só bebia no mesmo copo com ela; o outro divertia-se a perseguir o Albino, galanteando-o afetadamente, para fazer rir à sociedade. O lavadeiro indignava-se, dava o cavaco”. Leocádia, a quem o vinho produzira delírios hilaridade, torcia-se em gargalhadas, tão fortes e sacudidas que desconjuntavam a cadeira em que ela estava; e, muito lubrificada pela bebedeira, punha os pesados pés sobre os de Porfiro, roçando as pernas contra as dele e deixando-se apalpar pelo capadócio. O Bruno, defronte dela, rubro e suado como se estivesse a trabalhar na forja, falava e gesticulava sem se levantar, praguejando ninguém sabia contra quem. O Alexandre, à paisana, assentado ao lado da mulher, conservava quase toda a sua seriedade e pedia que não fizessem tanto barulho porque podiam ouvir da rua. E notou, em voz misteriosa, que o Miranda tinha vindo já espiar por várias vezes da janela do sobrado (1997, p. 56).

A infraestrutura dos cortiços era muito carente e algumas áreas internas eram necessariamente compartilhada entre os moradores. As cozinhas eram, em sua maioria, coletivas e externas, até mesmo a fim de evitar incêndios (TEIXEIRA, 1994). Além da falta de água constante, os banheiros – sanitários – “eram comuns a todos os seus habitantes, e “relatórios do município do Rio de Janeiro, realizados em 1883, referem exemplos de cortiços com uma latrina para dez ou vinte habitações e alguns cortiços completamente desprovidos de instalações sanitárias [...]” (TEIXEIRA, 1994, p. 574).

Não somente as habitações coletivas populares tinham uma infraestrutura deficitária, mas as casas brasileiras em geral tinham características incisivamente criticadas “por suas pequenas e estreitas janelas, portas baixas, salas quentes, alcovas úmidas sem condição de ventilação, esgoto na cozinha, despejos aglomerados produzindo toda sorte de miasmas” (FREYRE, *apud* COSTA, 1979). Para que vida debaixo de um teto se tornasse possível,

famílias de sangue ou não, se amontoavam nos cubículos em que alugavam, onde também se amontoavam a desorganização e sujeira, como lemos em Azevedo (1997):

Do lado esquerdo, toda a parte em que havia varanda foi monopolizada pelos italianos; habitavam cinco a cinco, seis a seis no mesmo quarto, e notava-se que nesse ponto a estalagem estava já muito mais suja que nos outros. Por melhor que João Romão reclamasse, formava-se ai todos os dias uma esterqueira de cascas de melancia e laranja. Era uma comuna ruidosa e porca a dos demônios dos mascates! Quase que se não podia passar lá, tal a acumulação de tabuleiros de louça e objetos de vidro, caixas de quinquilharia, molhos e molhos de vasilhame de folha-de-flandres, bonecos e castelos de gesso, realejos, macacos, o diabo! E tudo isso no meio de um fedor nauseabundo de coisas podres, que empestava todo o cortiço (p. 156).

As péssimas condições sanitárias também eclodiram nos bairros pobres da Londres Oitocentista, levando seus habitantes a viverem um acentuado nível de insalubridade. O modo restrito da população pobre sobreviver nessa grande cidade, mesmo que devido a falta de opções, deferindo das classes dominantes, predominantemente burguesas, conferiu à grande parte dos moradores pobres de Londres os menores valores morais, de acordo com o relato de Engels (2008):

Essas ruas são em geral tão estreitas que se pode saltar de uma janela para outra da casa em frente e as edificações têm tantos andares que a luz mal pode penetrar nos pátios ou becos que as separam. Nessa parte da cidade não há esgotos, banheiros públicos ou latrinas nas casas; por isso, imundícies, detritos e excrementos de pelo menos 50 mil pessoas são jogados todas as noites nas valetas, de sorte que, apesar do trabalho de limpeza das ruas, formam-se massas de esterco seco das quais emanam miasmas que, além de horríveis à vista e ao olfato, representam um enorme perigo para a saúde dos moradores. É de espantar que não se encontre aqui nenhum cuidado com a saúde, com os bons costumes e até com as regras elementares da decência? Pelo contrário, todos os que conhecem bem a situação dos habitantes podem testemunhar o ponto atingido pelas doenças, pela miséria e pela degradação moral. Nesses bairros, a sociedade chegou a um nível de pobreza e de aviltamento realmente indescritível. As habitações dos pobres são em geral muito sujas e aparentemente nunca são limpas; a maior parte das casas compõe-se de um só cômodo que, embora mal ventilado, está quase sempre muito frio, por causa da janela ou porta quebrada; quando fica no subsolo, o cômodo é úmido; frequentemente, a casa é mal mobiliada e privada do mínimo que a torne habitável: em geral, um monte de palha serve de cama a uma família inteira; ali deitando-se, numa promiscuidade revoltante, homens, mulheres, velhos e crianças. Só há água nas fontes públicas e a dificuldade para busca-la favorece naturalmente a imundície (p. 79).

No Rio de Janeiro, da República Velha, o conceito de moradia para a camada popular era bem diferente do conceito burguês, o qual, inclusive, tentava passar, aos demais, seu modo de vida e de habitar pautado em valores relacionados à “privacidade, regularidade de hábitos e produtividade” (VELLOSO, 1990, p. 214). Para os populares a casa era conceituada como um

espaço de sociabilidade onde a reunião, era um motivo para união de forças para enfrentar a dura luta do dia-a-dia (VELLOSO, 1990). O conceito de sociabilidade ultrapassava as barreiras da intimidade e das limitações espaciais no pedaço baiano, como Borges (1971) nos mostra um relato da vida nas casas (cortiços):

“Naquele tempo (1910) não havia lugar para se divertir. Não havia cinema. Havia só festa familiar. Nós os da raça (negro) já sabíamos de cor onde se reunir. Havia sempre festa, com baile e até com assunto religioso, em numerosas famílias. Lá os crioulos se reuniam, comiam, sambavam, se divertiam, namoravam e casavam ou então se amigavam! Mas de qualquer jeito arranjavam companhia. Havia muitas casas (centros) onde os negros se reuniam. As principais, que eu me lembro eram de Perciliana, mãe do João da Bahia, da Amélia do Aragão, mãe do Donga e da tia Ciata [...]” (apud VELLOSO, 1990, p. 213-214).

Portanto, as moradias populares que não eram consideradas casas pelos padrões dominantes, no Brasil, por suas condições precárias, foram consideradas foco de desordem, insalubridade e promiscuidade¹⁰ (VELLOSO, 1990). A essas “não-casas”, das quais se incluem os cortiços, tiveram voltadas as atenções sanitárias-higienistas, principalmente, a partir do momento que se propagaram doenças contagiosas, por toda a cidade, atingindo quase a totalidade da população do Rio de Janeiro, conferindo à cidade a alcunha de “capital das endemias” como: “febre amarela, peste, cólera, varíola e de outras doenças fatais como a tuberculose [...]” (VALLADARES, 1991, p. 84).

A imagem pejorativa que conferia aos cortiços a característica de promíscuo, citada por Engels (2008), também pode ser constatada quando a personagem de João Romão passa a ter sua estalagem higienizada, mas ainda pode-se presenciar na cidade cortiços, como o “*Cabeça-de-Gato*” que parece apresentar-se ausente às regras *Belle Époque* que se instaurava na cidade, como aborda Azevedo (1997):

[...] no “*Cabeça-de-Gato*” que, à proporção que o São Romão se engrandecia, mais e mais ia-se rebaixando acanalhado, fazendo-se cada vez mais torpe, mais abjeto, mais cortiço, vivendo satisfeito do lixo e da salsugem que o outro rejeitava, como se todo o seu ideal fosse conservar inalterável, para sempre, o verdadeiro tipo da estalagem fluminense, a legítima, a legendária; aquela em que há um samba e um rolo por noite; aquela em que se matam homens sem a polícia descobrir os assassinos; viveiro de larvas sensuais em que irmãos dormem misturados com as irmãs na mesma lama; paraíso de vermes, brejo de lodo quente e fumegante, donde brota a vida brutalmente, como de uma podridão (p. 171).

¹⁰ Promiscuidade é a característica daquilo que é promíscuo, que se mistura desordenadamente. É uma convivência confusa entre as pessoas. Promiscuidade identifica o que não tem ordem, o que é libertino ou indistinto (SIGNIFICADOS, 2015).

O problema de saneamento atingiu o Rio de Janeiro da mesma maneira ou de forma até mais intensa da que atingiu as metrópoles europeias, como Paris e Londres, que se desenvolviam por conta do industrialismo (VALLADARES, 1991). Engels (2008, p. 68) assemelha a condição de vida miserável do trabalhador operário londrino a uma guerra social na qual “os capitalistas, se apropriam de tudo, enquanto aos muitos fracos, aos pobres, mal lhes resta apenas a vida”.

A insalubridade atingiu uma proporção tão exagerada os cortiços que, no final do século XIX, notícias, denúncias, relatórios e pareceres elaborados por médicos, engenheiros, comissões e imprensa indicando, se tornaram corriqueiros não só na cidade do Rio de Janeiro, mas também nas cidades de São Paulo e Santos (VAZ, 1994). Os documentos redigidos denunciavam tanto as condições físicas (higiênicas) quanto “a mortalidade infantil, o regime alimentar e sua relação com as moléstias, a prostituição [...]” (COSTA, 1989 *apud* VALLADARES, 1991, p. 85).

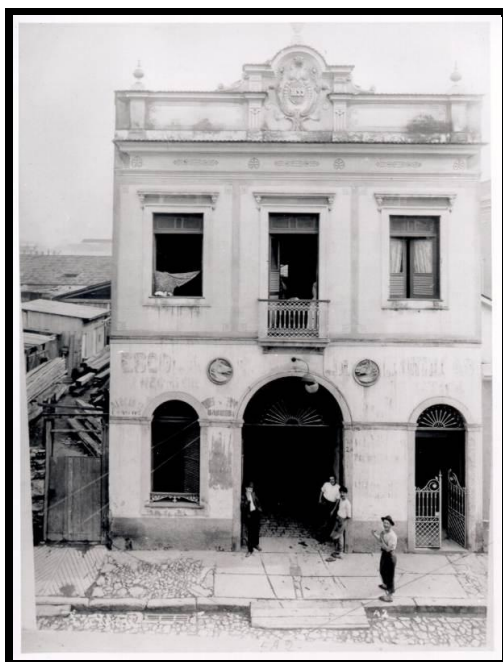
No Rio de Janeiro, tais denúncias também continham propostas interventivas sobre a situação calamitosa, que “foram incorporadas ao Código de Posturas Municipais do Rio de Janeiro e, em 1851, o Estado cria a Junta Central de Higiene Pública denominada posteriormente Inspetoria Geral de Higiene [...]” (COSTA, 1979, p. 57 *apud* VALLADARES, 1991, p. 85). Na cidade de Santos as medidas foram bem parecidas, mas que resultaram mais significativamente nas obras da rede de esgotos da cidade em 1892 e na instauração da Comissão Sanitária do Governo do Estado, em fevereiro de 1893. Na esfera municipal foi elaborado, em 1897, o Código de Posturas Santista que, aliando-se ao Código Sanitário do Estado, realizou transformações no meio urbano, sobretudo, nas construções (SANTOS, André, 2011).

Dentre algumas ações efetuadas no Rio os objetivos principais eram reestabelecer a higiene, a ordem e a moralidade básicas às moradias populares. Assim, o Código de Posturas do Município determinava que a habitação “deveria ser ampla, iluminada, arejada e com número moderado de ocupantes, com mais elementos de uso privativo e menos elementos de uso coletivo, além de permitir facilidade de controle sobre seus moradores” (VAZ, 1994, p. 584). Quando estas determinações não eram realizadas, os cortiços eram fechados ou multados. Diante de tantas regras e determinações, os cortiços foram desaparecendo da paisagem da cidade aos poucos (VAZ, 1994). Já em Santos, “a extinção dos cortiços e das cocheiras era um dos principais pontos do programa e eles foram, de forma violenta e

autoritária, sendo demolidos do meio urbano entre 1896 e 1900 [...]” (SANTOS, André, 2011, p. 552).

A palavra cortiço passa então a ser mais usual nesse período, como um termo de significado negativo. A “fama” do cortiço que tinha por nome “*Cabeça-de-Porco*”, um dos maiores já visto, ajudou a generalizar o termo cortiço, quando se tornara o símbolo das habitações coletivas insalubres no Rio, que foi demolido em 1893 (VAZ, 1994). Engels (2008) descreve a mesma classificação de “fama” negativa conferida aos bairros de Londres, predominantemente, habitados pela classe operária, onde a miséria se destacava nas moradias dos mesmos:

Todas as grandes cidades têm um ou vários “bairros de má fama” onde se concentra a classe operária. É certo ser frequente a miséria abrigar-se em vielas escondidas, embora próximas aos palácios dos ricos; mas, em geral, é-lhe designada uma área à parte, na qual, longe do olhar das classes mais afortunadas, deve safar-se, bem ou mal, sozinha [...] (ENGELS, 2008, p. 70).



**Figura 6. Entrada de habitação coletiva (RJ).
Fonte: MALTA, 1906d.**

Alguns anos depois a saúde pública ainda era uma preocupação para as autoridades da capital brasileira, principalmente, quando se tentava combater o mosquito transmissor da febre amarela, doença ainda normalmente presente na cidade do Rio de Janeiro, no início do séc. XX. Porém, o método aplicado para prestação de tal serviço público foi mal articulado,

de maneira que os agentes de saúde invadiam as casas para combater os focos dos mosquitos (ARRUDA; PILETTI, 2000, p. 330).

Foi neste momento tenso que o jovem médico Oswaldo Cruz liderou algumas campanhas sanitárias das quais a que teve maior destaque foi a de vacinação contra a varíola, em 1904, quando o governo decretou a obrigatoriedade da vacina aos que moravam no Rio. Esta obrigação eclodiu em uma enorme rebelião entre os dias 12 e 15 de novembro de 1904. Dentre os motivos para a *Revolta da Vacina*, como ficou conhecida, a população alegava que não poderiam ser obrigados a se vacinar, tinha receio de alguma contaminação por meio da vacina, alguns acreditavam que a vacina era uma violação ao corpo da mulher e para a “numerosa população de origem africana, a varíola tinha características sagradas, que a vacina profanava” (ARRUDA; PILETTI, 2000, p. 330). A maior parte dos revoltosos era de origem baiana, que tinha como base do movimento o bairro da Saúde, onde a união do grupo foi a força para a revolta, como descreve Carvalho (1987):

[...] O depoimento de uma das lideranças do movimento comprova a identidade étnica que unia os participantes: "De vez em quando é bom a negrada mostrar que sabe morrer como homem". Na época também foi publicada uma charge onde o negro '*Prata Preta*¹¹', reconhecida liderança no *pedaço*, sobrevoava a cidade empunhando em cada mão um revólver. Era o símbolo da resistência negra que acertava as suas contas com o governo (*apud* VELLOSO, 1990, p. 210).

As habitações coletivas populares, mais especificamente os cortiços, foram assim consideradas a causa da insalubridade existente pelas autoridades, esquecendo-se de locais como fábricas, escolas, quartéis, moradias não populares, entre outras, onde as condições higiênicas eram as mesmas (VAZ, 1994).

Desta forma, os cortiços iam desaparecendo sob a intervenção do Estado que visava uma cidade nova, mais condizente com a mais famosa metrópole do Brasil e com os empresários do setor imobiliário, que almejavam um novo modelo de edificação ao Rio de Janeiro (VAZ, 1994).

1.2.5 Criminalização da pobreza

¹¹ Horácio José da Silva, mais conhecido como *Prata Preta*, era um capoeirista e estivador, morador da cidade do Rio de Janeiro. É considerado por muitos um símbolo de luta contra o governo durante a Revolta da Vacina (WIKIPÉDIA, 2015).

O cortiço que, a princípio, teve, como motivo de sua eliminação, a insalubridade, por ter sido considerado o principal foco de doenças da cidade, também teve a promiscuidade e a falta de ordem de seus habitantes como pontos relevantes dos relatórios de seus denunciante: médicos, entre outros. Como podemos constatar em Valladares (1991), não só a estrutura física da habitação popular chamada cortiço causava preocupação da sociedade (classe dominante), mas seus próprios moradores, “[...] sobretudo aos olhos da elite política nacional, ‘o berço do vício e do crime’ pois era aí que residia e se concentrava o que se chamava de ‘classes perigosas’” (p. 86).

Portanto, falar de “classes perigosas”^{12 13} neste contexto era a mesma coisa que se referir às classes menos favorecidas financeiramente, assim, perigoso tornara-se conotação de pobre (VALLADARES, 1991). Na República Velha o modo de vida burguês e seu discurso dominante impunham o que era o melhor para a vida em sociedade. Apoiados por uma fase de industrialismo crescente, pelo ideal do início da República, onde a ordem associa-se ao progresso e a um processo de expansão da metrópole, as classes dominantes tinham como discurso ideológico dualista o mundo do trabalho e o mundo às avessas. Entretanto, o referido mundo do trabalho era o mundo da moral, da ordem e da fábrica, logo, “o mundo às avessas era tido como o mundo amoral, vadio, caótico [...]”, do cortiço e da rua (VALLADARES, 1991, p. 87).

Assim, o processo de saneamento da cidade não se resumia na simples derrubada de velhas, sujas e mal construídas casinhas, mas também como afirma Bresciani (1983), no “afastamento das ‘classes perigosas’, da nação subterrânea, daqueles que enfeivavam a cidade e provocavam tumultos, entendidos como manifestações de uma ‘barbárie colonial’” (*apud* RODRIGUES, 2009, p. 88). Portanto, o Estado e suas ações, por intermédio da autoridade policial, que passara a representar a ordem, promoveu a “limpeza” urbana das áreas más, doentes, sujas e antigas de cidade (VALLADARES, 1991). Sendo assim, Rodrigues (2009) afirma: “[...] que o Estado é o lugar de onde derivam todas as manifestações de organização: o lema “ordem como progresso” permanecerá mesmo depois de proclamada a República” (p. 88).

¹² A expressão “classes perigosas” surgiu na primeira metade do século XIX, num período em que a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva atingira grandes proporções na Inglaterra (GUIMARÃES, 1983).

¹³ No discurso da segunda metade do séc. XIX no Brasil: “os pobres carregavam vícios, os vícios produzem os malfeitores, os malfeitores são perigosos à sociedade; juntando os extremos da cadeia, temos a noção de que os pobres são por definição, perigosos” (CHALHOUB, 1999).

Azevedo (1997) demonstra muito bem em sua obra a característica “perigosa” atribuída ao cortiço e aos que ali viviam:

Lá no cortiço, de portas adentro, podiam esfaquear-se à vontade, que nenhum deles, e muito menos a vítima, seria capaz de apontar o criminoso; tanto que o médico, que, logo depois da invasão da polícia, desceu da casa do Miranda à estalagem, para socorrer Jerônimo, não conseguiu arrancar deste o menor esclarecimento sobre o motivo da navalhada. “Não fora nada!... Não fora de propósito!... Estavam a brincar e sucedera aquilo!... Ninguém tivera a menor intenção de fazer-lhe massa (*sic*)! [...] (p. 101).

Desta forma, a cidade do Rio de Janeiro, no dia 26 de janeiro de 1893, assistiu a derrubada do mais famoso cortiço que já existiu, o “*Cabeça-de-Porco*”. Local concebido pela imprensa como morada de capoeiras e criminosos, onde se estima ter habitado cerca de quatro mil pessoas. O ato de demolir essa moradia popular foi realizado pelo então Prefeito, Barata Ribeiro, acompanhado por cavalaria, infantaria e polícia civil (RODRIGUES, 2009, p. 102).

Entretanto, Azevedo (1997) indica a costumeira “intervenção” policial nos cortiços do Rio de Janeiro do final do século XIX e suas possíveis imoderações contra os seus moradores:

A polícia era o grande terror daquela gente, porque, sempre que penetrava em qualquer estalagem, havia grande estropício; à capa de evitar e punir o jogo e a bebedeira, os urbanos invadiam os quartos, quebravam o que lá estava, punham tudo em polvorosa. Era uma questão de ódio velho (p. 99).

No Rio de Janeiro dos anos 1890, sucederam-se várias demolições de habitações e até de morros, locais de moradia de população da camada pobre, durante anos, o que ocasionou um significativo afastamento desses das áreas centrais da cidade. Desse modo, muitos trabalhadores não tinham para onde ir após uma extenuante jornada de trabalho. Fato esse que Ribeiro (1994, p. 638-639) relaciona com “o aumento do número de prisões por vadiagem e mendicidade no período”. Assim, a rua se tornara também um local e constante conflito entre a população e a polícia, onde a vadiagem e a mendicância já eram punidas desde o Império:

[...] como crimes policiais a prática da vadiagem e da mendicância, a polícia usava e abusava do livre-arbítrio, prendendo frequentemente aqueles que perambulavam pelos espaços públicos. Eram considerados vadios todos aqueles que não possuíam ocupação honesta e útil que pudessem subsistir. A persistência em tal estado após a advertência pelo Juiz de Paz implicava pena de prisão com trabalho por oito a vinte e quatro dias. Quanto aos mendigos, o fato de mendigar tendo supostamente condições para trabalhar implicava prisão, simples ou com trabalho (BRANDÃO; MATTOS; CARVALHO, 1981 *apud* VALLADARES, 1991, p. 87-88).

Diversas outras ações do Estado colaboraram para o aumento dos índices de violência e criminalidade na capital brasileira, entre elas novas posturas e hábitos a serem absorvidos por todos residentes da capital, relatado por Carvalho (1987):

[...] Proibindo vacas leiteiras nas ruas, a cultura de hortas, a criação de suínos, a venda ambulante de bilhetes de loteria, e mandando recolher a asilos os mendigos, o governo colocaria uma boa parte da população em confronto com a força policial que passou a fiscalizar veementemente as artérias centrais da cidade. Rebuliço maior ainda seria aquele desencadeado pelas seguidas campanhas sanitárias comandadas por Oswaldo Cruz (febre amarela, peste bubônica, varíola) que colocaram a população residindo nas casas de cômodos e cortiços frente a frente com as brigadas sanitárias que invadiam as habitações, desinfetando, exigindo reformas, interditando prédios, removendo doentes (*apud* VALLADARES, 1991, p. 88).

A cidade do Rio de Janeiro presenciou diversas revoltas nas últimas décadas do século XIX, entre elas a do Vintém obteve um expressivo destaque. Dependendo do ponto de vista de alguma “testemunha ocular” sobre o fato, poderia encarar como mais uma revolta de ignorantes, sempre prontos a condenar os governos e manipulados por interesses alheios. É certo de que na Revolta do Vintém (reação a um imposto¹⁴ sobre passagens de bonde – embora a população estivesse insatisfeita de forma geral com o serviço ofertado pelos bondes¹⁵) houve uma participação significativa de políticos, publicistas e republicanos, “em geral membros dos setores médios urbanos nascentes da sociedade carioca” (JESUS, 2006, p. 74). Entretanto, realmente havia a tentativa de parte da sociedade mais abastada, que apoiava a população pobre revoltosa, em se favorecer com isso nos propósitos ideológicos e políticos, em detrimento do povo que já sofria a falta de moradia, emprego e a precariedade das condições sanitárias. A revolta se concretizou por meio de manifestações públicas, com grandes quantidades de pessoas, por mais de uma semana, entre os dias 28 de dezembro de 1879 e 4 de janeiro de 1880. A violência dos protestos foi destacada pela depredação dos bondes e pelas barreiras colocadas no meio das ruas como forma de enfrentar a força policial (JESUS, 2006).

¹⁴ O “imposto do vintém” foi instituído pelo ministro da Fazenda como medida de contenção do déficit orçamentário da coroa, anunciado em treze de dezembro de 1879 e marcado para vigorar em 1º de janeiro de 1880. Consistia na cobrança da taxa de um vintém, ou vinte réis, sobre o valor das passagens dos bondes que circulavam na cidade do Rio de Janeiro. Temendo a impopularidade da medida, a companhia Botanical Garden chegou a sugerir que o imposto fosse cobrado junto às empresas de transporte, pela estimativa do movimento de passageiros, sendo posteriormente repassado para as passagens. Porém, as outras companhias de bondes alegavam a impossibilidade de efetuar o pagamento por estimativa. A solução do governo, corroborada pelo parlamento, foi cobrar o tributo diretamente dos usuários (JESUS, 2006, p. 73).

¹⁵ Verificar em: TERRA, Paulo Cruz. Conflito cotidianos e motins: os usuários de bondes do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX. *História Social*, Campinas, n. 22/ 23, p. 235-253, 2012. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/viewFile/1211/843>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

Mesmo diante da intensidade em que se deu a Revolta do Vintém, em 1880, o caso que mais assustara as elites, carioca e nacional, foi a Revolta da Vacina em 1904 quando se tratava da obrigatoriedade da vacinação da varíola (VALLADARES, 1991). No entanto, foi constatada a participação de três estratos da sociedade, que por motivos distintos, fizeram-se presentes na luta contra a obrigatoriedade da vacina. O primeiro estrato constituiu-se das camadas populares, já abatidas pelas demolições, despejos, carestia alimentícia e de trabalho; o segundo, formado por políticos opositores e positivistas, unidos em parte às massas populares; e o terceiro, formado por militares e positivistas, aliados a alguns setores monarquistas e opositores ao governo, mas não aliados às camadas populares (BENCHIMOL, 1990). Todavia, a eclosão da Revolta da Vacina se deu basicamente em consequência da forma que a população pobre e, particularmente, negra vinha sendo maltratada e mal acolhida pela capital nacional, como já nos referimos neste capítulo.

O epicentro da revolta foi, evidentemente o Centro. Os locais mais convulsionados foram o Largo de São Francisco, a Praça Tiradentes, a Praça da República e o bairro da Saúde. Deslocando-se por entre as ruínas das demolições, os restos de ruas, os alicerces das obras, a população usou contra a polícia de táticas de guerrilha urbana (BENCHIMOL, 1990, p. 308).



**Figura 7. Barricada no bairro da Gamboa, durante a Revolta da Vacina, 1904.
Fonte: ARRUDA; PILETTI, 2000.**

Porém, os motins relacionados à revolta “estouravam” em vários outros pontos da cidade como em Vila Isabel, São Cristóvão, Santa Teresa, Largo do Estácio, na Rua Voluntários da Pátria e outros pontos da periferia (BENCHIMOL, 1990).

Contudo, depois de uma tentativa frustrada de golpe contra Rodrigues Alves, outro grupo de militares, por volta de 300 alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, liderados por Lauro Sodré, tentaram ser mais enfáticos na intenção de depor o Presidente da República e

marcharam em direção do palácio do Catete, prontos para o combate. Porém, na Rua da Passagem (bairro de Botafogo) os revoltosos travaram um embate contra as tropas governamentais, ocasionando muitos tiros, feridos e mortes, inclusive a morte de Lauro Sodré. Todavia, o governo continuou a apontar seus canhões para os bairros da Gamboa e Saúde, bairros proletários, com grande concentração de negros e cortiços da cidade.

Noticiando a revolta, a imprensa dava destaque ao revoltoso “*Prata Preta*”, como se suas ações realizadas sozinho, tivessem causado maior impacto do que as das centenas de militares que participaram e geraram diversas baixas na revolta. Assim, como a imprensa, os intelectuais e a autoridade policial, negavam a participação dos diversos segmentos sociais e tentava qualificar os revoltosos da vacina como meros “desordeiros”. Negava-se deste modo um movimento de luta pelos direitos civis, e reduzia-o a uma “simples rebelião promovida por desordeiros desocupados”, onde não se incluía a participação de trabalhadores, em especial, o operariado (VALLADARES, 1991, p. 88-89).



Figura 8. Charge inspirada no negro “*Prata Preta*”.
Fonte: ACERVO DA CASA DE OSWALDO CRUZ.

Contudo, constatamos que a pobreza enormemente instalada na cidade do Rio tem uma relação direta com os desdobramentos da abolição da escravatura (1888) e a não inserção dos abolidos no mercado de trabalho formal. Pode parecer contraditório afirmar que ao mesmo tempo em que o industrialismo crescia nas metrópoles brasileiras como no Rio de Janeiro e o assalariamento chegara também às fazendas, pudesse mesmo assim haver um grande contingente de ex-escravos sem uma ocupação formal assalariada, mas foi verídico tal fato. Porém, ao mesmo tempo em que poderia se enxergar “novos horizontes” para os recém-libertos da escravidão, viu-se seguidas “iniciativas estatais de promover a imigração” para o Brasil, como descreve Teixeira (1994, p. 570).

Velloso (1990, p. 211) nos relata a dificuldade enfrentada pelos negros, sobretudo, homens, no Rio de Janeiro, em conseguir uma oportunidade de trabalho. Em entrevista concedida por Dona Carmem Teixeira da Conceição que viveu a virada do século XIX para o XX no Rio verificamos que o preconceito contra o negro foi fator preponderante para exclusão do negro – homens e mulheres - no mercado de trabalho formal, onde as fábricas eram consideradas oportunidade de trabalho do seguimento da sociedade de cor da pele branca. Neste contexto, coube à mulher negra o papel de provedora da família, devido a sua facilidade de inserção nos trabalhos informais como domésticos, vendas de rua no tabuleiro e outros que a fizeram “arrimo” de suas famílias.

Portanto, vê-se claramente a ideologia modernizante adotada dessas décadas, na qual propositalmente excluía e marginalizava o negro da sociedade vigente, a ideologia do branqueamento¹⁶. Hofbauer (2006) nos confirma a utilização de tal ideologia, no Brasil, como verificamos:

[...] Em Preto no Branco¹⁷ (Black into White), o autor refere-se ao branqueamento como um discurso científico e político do final do século XIX, que se apresentava como “solução nacional” para os problemas sociopolíticos pós-abolição: “Aceita pela a maior parte da elite brasileira nos anos que vão de 1889 a 1914, era teoria peculiar ao Brasil [...]” (p. 20-21).

Segundo Hofbauer (2006, p. 21), a ideologia do branqueamento nasceu em um contexto sociopolítico e histórico cheio de incertezas da passagem da sociedade escravista para “um modelo social, de sistema capitalista”. Ainda afirma Hofbauer (2006) que tal ideologia serviu como incentivo da imigração Europeia para o Brasil, conforme constatamos:

[...] a idéia (*sic*) de branqueamento serviu como uma saída ideológica para esse momento crítico de transformações na política e na economia. Serviu à elite política e econômica do país também como argumento para promover uma grande campanha de “importação” de mão-de-obra branca européia (*sic*) – o que teria como “efeito colateral”, a marginalização (não-integração) dos negros na nova sociedade de classe que estava surgindo nos centros urbanos do país (p. 21).

Contudo, o modo de vida, que na realidade era modo de sobrevivência, conferido pelas classes dominantes à grande parte dos pobres, enormemente, negros, em vez de ser a de

¹⁶ Branqueamento: a qualidade de um fato biológico-estatístico quando cogita que a diminuição da reprodução da “população preta” (detectada em pesquisas quantitativas) pode ter contribuído “de maneira substancial para o processo de ‘branqueamento’, cuja promoção”, diz o autor, “tornou-se o coração do ideal racial brasileiro” (SKIDMORE, 1989, p. 59).

¹⁷ SKIDMORE, Thomas. Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro (1870-1930). São Paulo: Paz Terra, 1989.

trabalhadores informais eram tidos como aqueles que “viviam sob uma égide de uma ‘ética da malandragem’” (VALLADARES, 1991, p. 91). Verificamos assim que da mesma maneira que foi conferida aos cortiços e afins o conceito de “não-casa” os trabalhadores informais (ilegais) lhes foi conferida a categoria de “não-trabalho” explicada por Valladares (1991):

Este verdadeiro exército de homens, mulheres e crianças, sobrevivendo na maioria dos casos à base de ganhos irregulares, não era visto como um contingente humano produtivo mas sim como um “resíduo”. Aos olhos das elites, eles integravam o mundo do NÃO-TRABALHO [...] Quem não trabalhasse em fábrica ou oficina (domínio dos artesãos) ou junto aos serviços públicos não era trabalhador. A concepção de trabalho era portanto era restrita e ligada às atividades econômicas que definiam a nova ordem industrial e urbana que se implantava. E, no limite, só o trabalho assalariado era considerado trabalho (p. 91).

Inserido nesta construção ideológica, o pobre que vivia no mundo do não-trabalho “ficava fora do controle da nova ordem instituída” (VALLADARES, 1991, p. 91). Contudo, o homem pobre que não trabalhava, era considerado “vadio” tanto pela sociedade quanto para a ordem jurídica:

[...] constava do Código Criminal desde a época imperial e que, no Código de 1890, se referia a todos aqueles que deixassem de “exercitar profissões, ofício ou qualquer mister em que ganha a vida (BRANDÃO; MATTOS; CARVALHO, 1981, p. 224 *apud* VALLADARES, 1991, p. 91).

[...] A esse vadio improdutivo, necessariamente pobre, se associava uma série de atributos – a ociosidade, a preguiça, a malandragem, a vagabundagem – que o distanciava cada vez mais do seu oposto, o trabalhador (VALLADARES, 1991, p. 91).

A vadiagem associada à ociosidade e, conseqüentemente, a pobreza se opunha ao trabalhador honesto que produzia para promover o bem comum na sociedade, empregando sua força de trabalho ao sistema capitalista (VALLADARES, 1991, p. 91-92). Dentro dessa lógica, “pressupunha ainda que o trabalhador não fosse pobre ou que pelo menos a miséria lhe fosse um horizonte distante” (VALLADARES, 1991, p. 92).

Todavia, é importante ressaltar o comportamento dos trabalhadores fabris na sociedade que começava a se organizar em associações e movimentos, com intuito da valorização real de seu papel na sociedade. Esse personagem fabril teve sua significância na constituição da classe trabalhadora do Brasil, nas reivindicações políticas, nas lutas por “melhores salários, pela redução da jornada de trabalho e pela melhoria das condições de trabalho em geral” (VALLADARES, 1991, p. 92-93).

O quadro a seguir sintetiza ao que corresponde em cada um desses períodos a concepção particular da pobreza urbana referentes até os anos 1980, segundo Valladares (1991, p. 83):

Virada do Século XX	Trabalhadores × vadios Classes perigosas	Cortiço
Décadas de 1950-1960	População marginal Subemprego População de baixa renda	Favela
Décadas de 1970-1980	Setor informal Estratégias de sobrevivência Moradores Trabalhadores pobres × bandidos	Periferia

Quadro 1. Classificação da pobreza urbana brasileira do final do século XX até os anos 1980.
Fonte: VALLADARES, 1991.

Dando continuidade e atualizando o quadro apresentado em Valladares (1991), Raichelis (2006) apresenta a concepção de pobreza urbana nas décadas de 1990 e 2000, de acordo com a inserção espacial/residencial da população pobre da cidade, que para a mesma referencia como:

As novas formas de segregação e *estigmatização* espaciais e sociais, a escalada da violência, a crescente presença do narcotráfico e do tráfico de armas nas favelas e nos bairros populares das grandes cidades brasileiras, o isolamento social das elites, a disseminação da '*cultura do medo*'[...] (RAICHELIS, 2006).

Décadas de 1990-2000	Trabalhador × desocupado Desemprego, precarização e informalização do trabalho Naturalização da pobreza e banalização da violência Pobres e miseráveis – subcidadãos Criminalização da pobreza – retorno das "classes perigosas", violência, pobreza e bandidagem	Modelo centro-periferia e emergência de "novas centralidades" Periferização acentuada (casas precárias, loteamentos clandestinos, "cortiços da periferia", ocupações de terra) rua – cortiço – favela enclaves fortificados distantes do centro
-----------------------------	---	--

Quadro 2. Qualificação da pobreza urbana brasileira das décadas de 1990 a 2000.
Fonte: RAICHELIS, 2006.

2.3 RIO DE JANEIRO E A BELLE ÉPOQUE TROPICAL

2.3.1 As ações de Barata Ribeiro

O cargo executivo do Distrito Federal – Rio de Janeiro – ocupado pelo Dr. Cândido Barata Ribeiro teve a sua relevância pautada na situação conjuntural vivida nestas terras a partir dos anos 1880. Alguns dos problemas sociais ocorridos nesse período histórico no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro, já foram abordados neste trabalho ou ainda serão posteriormente, porém, se fizeram necessários agora, para contextualizar a nomeação do renomado e experiente sanitarista supracitado.

A crise do café, mais especificamente a decadência das fazendas de café em maior parte situada no Vale do Paraíba, pode-se dizer que foi o ponto de partida dos problemas daquele período. A derrocada cafeeira foi transpassada por vários aspectos como: o esgotamento dos solos, o envelhecimento da força de trabalho¹⁸ e o declínio da produtividade.

As dívidas eram enormes e os fazendeiros não tinham como financiar a necessária aquisição de máquinas ou a instalação de colonos. Em 1883, a crise se agravou e os escravos eram a única fortuna dos fazendeiros do Vale, em muitos casos eram $\frac{3}{4}$ de seus bens. A abolição da escravatura, em 1888, veio a piorar a situação dos produtores de café, quando grande parte dos ex-escravos foram para a capital fazer parte do proletariado. “De 1880 a 1889, a produção de café da província do Rio de Janeiro reduziu-se de 2.229 mil sacas de 60 kg para 1.309” (BENCHIMOL, 1990, p. 168-169).

A economia da província e cidade do Rio de Janeiro se alterou severamente com a crise, principalmente a partir de 1888. Portanto, procurando da “nova vida” aos setores produtivos, o ministro da Fazenda do Governo Provisório (1889-1891) – Rui Barbosa - (1889-1891), chefiado por Deodoro da Fonseca, criou uma série de medidas econômico-financeiras que ficaram conhecidas como Encilhamento¹⁹. Estas medidas acabaram por aprofundar a crise

¹⁸ O envelhecimento progressivo dos escravos e a inevitabilidade da abolição – retardada por medidas graduais e inócuas como a Lei do Ventre Livre e a dos Sexagenários – provocou a rápida desvalorização do braço escravo que, de 1877 a 1887, passou a ser estimado pela metade do seu preço de mercado nas operações de penhor agrícola [...] (BENCHIMOL, 1990, p. 168).

¹⁹ Esta política, denominada por seus críticos de Encilhamento, pretendeu promover a industrialização e a modernização das estruturas produtivas do país, porém provocou uma grave e aguda crise que se prolongou até a presidência de Campos Sales. A especulação financeira, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, saiu do controle das autoridades financeiras, pois ações de empresas fictícias eram vendidas com a cobertura do Tesouro Nacional e os créditos bancários não tinham mais a garantia do lastro em ouro. O resultado desta desenfreada especulação foi o crescimento dos endividamentos, calotes e falências, ou seja, o desmantelamento de centenas de empresas. O governo federal, para fazer frente à crise, aumentou a emissão de moeda em circulação, o que

econômica que atingiu, sobretudo, as classes mais desfavorecidas da população, gerando muitas demissões, aumento o nível de desemprego.

[...] Essa situação alimentou as lutas e reivindicações dos trabalhadores urbanos, aprofundando e acirrando a instabilidade política geral, culminando nos conflitos institucionais entre os presidentes militares e as forças oligárquicas hegemônicas e seus representantes nos estados e no Congresso Nacional (FERNANDES, 2011, p. 96).

O aumento populacional do Rio de Janeiro, percebido especialmente no início dos anos 1890, também foi mais um fator a contribuir nesta conjuntura. O porto do Rio de Janeiro se tornara a principal porta de entrada dos estrangeiros e de brasileiros de outros cantos do país, que cada vez mais chegavam e permaneciam na capital (BENCHIMOL, 1990).

Em meio ao momento econômico difícil que atravessava o país e sua capital, o Rio de Janeiro ainda agregava condições favoráveis à instalação de uma variedade de novas indústrias. A começar pela grande quantidade de força de trabalho disponível, o fácil acesso à matéria-prima e maquinário através do porto formaram fatores positivos para suas instalações.

As indústrias estavam concentradas em seis grupos produtivos principais: moinhos de trigo, vestuário, construção naval, bebidas e tecidos²⁰, sendo que “o setor de ponta da indústria carioca era o de fiação e tecelagem” (BENCHIMOL, 1990, p. 173). Ainda assim, podemos verificar um aumento populacional no setor terciário, onde se expandiu nos anos 1890, o número de pessoas no comércio (entre comerciantes, caixeiros e guarda-livros), profissionais liberais e de serviços domésticos.

Na década de 1890, os problemas sanitários, alcançaram um nível de exacerbação jamais visto, onde diversas epidemias atingiam o Rio e tirou a vida de milhares de pessoas. A crise sanitária se abatia cruelmente sobre a população trabalhadora e mais miserável do Rio de Janeiro, que crescia constantemente com chegada de novos imigrantes. Ainda que constatado um expressivo crescimento populacional dos subúrbios e de bairros residenciais em geral, especialmente por onde passavam os transportes coletivos – trens e bondes - o foco das epidemias era a área central do Rio. A área central do Rio de Janeiro era a região de maior densidade de moradias coletivas e conseqüentemente onde se deu o maior número de vítimas dessas doenças (varíola, febre amarela, malária, tuberculose e influenza).

provocou a alta da inflação, do custo de vida e do câmbio, resultando na crescente desvalorização do mil-réis nos mercados nacional e mundial (FERNANDES, 2011, p. 96).

²⁰ Aproximadamente metade dessas empresas foram criadas na época do Encilhamento e a ele sobreviveram (BENCHIMOL, 1990, p. 173).

No II Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, realizado em setembro de 1889, congressistas alarmaram e fizeram propostas de melhorias na cidade que viriam a resolver o problema epidêmico que se arrastara por décadas. As propostas eram muitas e passavam das soluções mais simples às mais complexas, como: calçamento e lavagem cotidiana das ruas; destruição do lixo removido da cidade; alargamento das ruas; canalização de esgotos; canalização de rios, regatos e valas; drenagem e aterro dos terrenos baixos e alagadiços. Bento Gonçalves Cruz, inspetor-geral de Higiene, diante ao insucesso de suas ações, frente ao cargo que exercia e a impotência que a crise sanitária lhe condicionava, revelou:

[...] esta cidade continuará a apresentar o aspecto nada recomendável da aglomeração de maltrapilhos nas ruas e cortiços, em pleno verão, à espera do trabalho, oferecendo pasto à febre amarela e às pirexias palustres (*sic*), o que não pouco contribui para o descrédito sanitário do nosso país. A internação, pois, dos imigrantes, por outro porto que não o do Rio de Janeiro, embora à primeira vista pareça ofender os princípios sociológicos e econômicos, é matéria resolvida pelo interesse predominante da salvação pública (BENCHIMOL, 1990, p.181).

Associado ao problema sanitário, a moradia popular, se tornara um problema que era colocado em “xeque”, nos primeiros anos da República. Nesse período houve um grande adensamento populacional na região central da cidade, em que estavam alocadas, em sua grande parte, nas habitações coletivas, “desde o ínfimo cortiço e as impossíveis casas de dormida, até os grandes hotéis e luxuosas casas de pensão” (BENCHIMOL, 1990, p. 181).

Ao mesmo tempo em que a população de maior renda, nesse momento com maior intensidade, tenha se deslocado para outras áreas residenciais da cidade, não representa que as antigas moradias burguesas foram ocupadas em sua totalidade por aqueles que queriam e necessitavam residir na área central de cidade. Muitos prédios e casas foram transformados em armazéns, casas de comércio, bancos, companhias comerciais e industriais. Portanto, crescia-se a população da cidade, porém, desproporcionalmente ao número de moradias (BENCHIMOL, 1990).

As freguesias de maior elevação na densidade populacional foram a do Sacramento, com aumento de 3.250 habitantes; a de São José que quase dobrou o número de habitantes com elevação em 98% e a de Santa Rita que recebeu mais 8.780 novos moradores. Outras freguesias adjacentes à região também tiveram acréscimo na quantidade de moradores, como as freguesias de São Cristóvão, do Engenho Velho e da Glória, em virtude do “maior crescimento no número de cortiços” (BENCHIMOL, 1990, p. 182).

Contudo, não restava ao Presidente Marechal Floriano Peixoto – “Marechal de Ferro” – nomear em 17 de dezembro de 1892, o Dr. Cândido Barata Ribeiro ao cargo de Prefeito do Distrito Federal (Rio de Janeiro), tomou posse no dia 19 de dezembro de 1892. O cargo²¹ foi criado em 20 de setembro de 1892, quando sancionada a Lei nº 85. O prefeito do Distrito Federal, nomeado pelo Presidente da República, aprovado pelo Senado Federal, exerceria o seu cargo até dia 31 de dezembro de 1894 (MACEDO, 1955).

Barata Ribeiro era natural da Bahia, médico pediatra, lente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foi abolicionista e republicano fervoroso. Anterior ao cargo de prefeito, Barata Ribeiro foi Presidente da Intendência Municipal, que por ser uma pessoa de bem e correto, criou algumas desavenças meio dos grandes proprietários e homens de negócios. O primeiro prefeito do Distrito Federal teve uma curta, porém, profícua, gestão municipal. Ficou conhecido pelos diversos decretos, por ele sancionados, os quais aqui serão destacados os de maior impacto em sua trajetória no cargo executivo do Distrito (MACEDO, 1955).

O Decreto nº 1, de 09 de janeiro de 1893, merece atenção não só por ser primeiro dessa administração, mas porque envolve um dos “fios que teciam” a conjuntura problemática dos moradores da capital, que diz respeito:

Art. 1.º A Intendência Municipal deixa de abater por conta própria, no matadouro de Santa Cruz, o gado necessário ao abastecimento deste capital, continuando completamente livre a matança.

Art. 2.º Os possuidores de gado abatido pagarão a taxa de 4\$ por cabeça e, provisoriamente, com 50% de abatimento, enquanto a carne não puder ser fornecida a preço baixo à população.

Art. 3.º A fim de evitar a falta de gado para o abastecimento da população, falta esta que possa ser produzida pela liberdade de matança, por prevenção fica o Prefeito Municipal autorizado a fazer as operações de crédito necessárias para a importação, devendo previamente dar conhecimento ao Conselho.

Art. 4.º A fiscalização e o serviço do matadouro e São Diogo²² serão regulados pela Municipalidade.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário (MACEDO, 1955, p. 15).

Conseguir suprir de carne os grandes centros consumidores como o do Rio de Janeiro era realmente muito difícil. Os gados, que eram criados e abatidos em regiões distantes, proviam carnes que quase sempre chegavam ao seu destino duras em estado pútrido e com péssimo sabor.

²¹ [...] Floriano Peixoto designou como prefeito interino o presidente da extinta Intendência Municipal, Dr. Alfredo Augusto Vieira Barcelos, médico de certo renome e republicano histórico, que exerceu o cargo de 3 a 16 de dezembro de 1892 (BENCHIMOL, 1990, p. 183).

²² [...] O Mercado de São Diogo funcionava como um entreposto – era ali que os açougueiros tinham acesso à carne verde para a revenda ao consumidor final (SANTOS, Luciana, 2011, p. 85-86).

Depois da deterioração e aterramento dos dois outros matadouros, a implantação do Matadouro de Santa Cruz, poucos anos antes da instauração da República, viria a resolver o problema de abastecimento de carne para a cidade do Rio de Janeiro, trazendo para a população carne fresca, recém-abatida, também chamada de *carnes verdes*. Mesmo após a criação desse matadouro e a sua transferência de responsabilidade ser passada para prefeitura, diversos interesses, advindos dos que se valiam do fornecimento das carnes, desde sua criação até a venda ao consumidor final, ainda geravam obstáculos para que o produto chegasse ao prato da população.

Entretanto, Barata Ribeiro chegou ao cargo de Prefeito tomando soluções para o caso. Primeiramente, conseguiu preços mais baixos para as carnes verdes, “depois de conseguir isenção de impostos para as boiadas com destino ao consumo do Rio de Janeiro” (MACEDO, 1955, p. 17). Assim, também aumentou o estoque de carne do matadouro, que estava à míngua, quando assumiu a Prefeitura. Para chegar a tais resultados e promulgação do Decreto n.º 1, o prefeito teve vários embates, dos quais empenhou muito dos seus esforços contra o poder dos monopolistas.

Entretanto, a ação mais conhecida do prefeito Distrital foi a demolição do cortiço “*Cabeça-de-Porco*”, que desencadeou outras ações desse tipo posteriormente. Durante a monarquia, seguiram-se diversas ordens de Ministros pedindo a desocupação do local que se tornara um amontoado de pessoas vítimas da pobreza, abrigo de capoeiras e de animais de tração, mas não conseguiram fazê-lo naquele período.

Em 24 de dezembro de 1892, o Prefeito Barata, recebeu um ofício enviado pelo Ministro da Justiça e Negócios do Interior, Dr. Fernando Lôbo, remetendo-lhe documentos com propostas e problemas, relativos ao tal cortiço, o qual as providências cabiam ao Poder Municipal. O ofício foi publicado em *Diário Oficial* do dia 1 de janeiro de 1893 (MACEDO, 1955).

Assim, todo o aparato para a destruição do “*Cabeça-de-Porco*” foi montado, para que na tarde do dia 26 de janeiro de 1893 desaparecesse da paisagem do Rio de Janeiro o tão falado cortiço, que ficava na altura do nº 154 da Rua Barão de São Félix, na Gamboa, onde foi construído posteriormente o túnel João Ricardo. Os moradores foram avisados quanto à ação que seria realizada, mas como estavam acostumados a não efetivação da mesma, prometida várias vezes anteriormente, não levaram em conta tal aviso²³.

²³ Em 21 de janeiro de 1893, enviou aos proprietários da estalagem uma intimação, dando-lhes o prazo de cinco dias para começarem a demolição, sob pena de ser feita pela própria prefeitura, à custa dos proprietários [...] (BENCHIMOL, 1990, p. 183).

Portanto, Barata Ribeiro foi rumo à derrocada final da gigantesca estalagem acompanhado por cem trabalhadores da Prefeitura, com picaretas e archotes; Cavalaria Policial; Bombeiros; 1º Batalhão de Infantaria; pessoal do corpo de saúde, com ambulância; suas chefias e comandantes. A convocação desta diversidade de servidores era uma medida para que se garantisse a “preservação da ordem, assim como do sossego público (bombeiros desfariam nuvens de poeira); previsão contra eventuais acidentes” (MACEDO, 1955, p. 23).

O anoitecer daquele dia foi o momento escolhido para o início das operações. Começou-se a demolição pelas paredes, depois os telhados e, à medida que a estalagem era posta abaixo, saíam pessoas e ovinos para todos os lados, “objetos e móveis, depositados em carroças, permaneciam sob a guarda de seus proprietários e fiscalização da polícia” (MACEDO, 1955, p. 25). De acordo com o que se falava na época, o cortiço era de propriedade do Conde d’Eu, genro de D. Pedro II, mas quem aparecia como proprietária *D. Felicidade Perpétua de Jesus* (MACEDO, 1955).

Às seis horas da manhã, o Prefeito se retirou, mas convocou outros trabalhadores para substituírem aqueles que atravessaram a noite no duro trabalho. Assim, seguiram-se os trabalhos até que restasse somente a lembrança daquele que foi considerado o maior cortiço da cidade. O feito do Prefeito rendeu assunto por um bom tempo e apareceu em um carro alegórico do carnaval de 1893 em uma alusão ao ato com uma barata roendo a cabeça de um porco (MACEDO, 1955).



Figura 9. Capa da revista com charge da cabeça de um porco servida em um prato chorando, enquanto uma barata roía-lhe a cabeça, anunciou o ocorrido no famoso cortiço. A charge na capa da Revista Ilustrada mostra um dos veículos de comunicações que anunciaram o fim do cortiço “Cabeça-de-Porco”. Fonte: REVISTA ILUSTRADA, 1893.

O bem sucedido feito da Prefeitura acarretou outras intervenções do mesmo tipo em diversos cortiços da cidade. As intervenções a serem realizadas, necessitavam de uma prévia intimação da autoridade sanitária, portanto, passaram a seguir um padrão legal como descreve Macedo (1955), que seguia “[...] por intimação direta da autoridade sanitária, repita-se, após os seguintes crivos legais: Inspetoria de Higiene, Diretoria de Obras, Prefeitura, Chefia de Polícia no caso de resistência, ação sumária quando esgotados os prazos de intimação” (p. 31).

Na carta ao Distrito Federal de nº 27, Barata Ribeiro se justifica diante as críticas recebidas quanto às demolições e fechamentos de cortiços realizados na sua gestão, conforme descreve Macedo (1955):

Não há um só cortiço fechado ou demolido no Rio de Janeiro por arbítrio meu. [...] não tinha outra função senão a de sancionar o ato de funcionários, que agiam nas respectivas esferas: a Inspetoria de Higiene mandando fechar cortiços por motivos insanáveis, a Diretoria de obras intimando a demolição por ameaçarem ruína. [...] A administração municipal nunca impediu a edificação de casas, nunca dificultou a reconstrução das que podiam ser reconstruídas no regime das leis que vigoram; impediu, porque não podia deixar de impedir, que se reconstruíssem cortiços sem condições de higiene, vedou que fossem reconstruídos na zona da cidade, em que são proibidos por lei²⁴ desde 1876 (p. 31-32).

Macedo (1955) relata que o Prefeito Barata Ribeiro compadecia do sofrimento dos pobres e que o mesmo cuidou da “pobreza honesta”, criando o plano de construção de casas para proletários. Nesse plano o trabalhador pagaria um aluguel de 15 a 30 mil réis e seria isento de taxas e impostos. As construções do plano seriam realizadas por concorrência pública. O autor acima citado isenta o Prefeito de uma posterior falta de abrangência do plano.

Outra ação esperada e solicitada anteriormente por autoridades, que veio a se efetivar, foi o Decreto do Recuo dos Prédios. No entanto, para que fosse constituído o decreto, se fez necessário e pontual a mensagem do Prefeito enviada ao Conselho Municipal, no dia 12 de janeiro de 1893:

²⁴ [...] Postura municipal de 1º de setembro de 1876, proibindo cortiços no perímetro entre praças D. Pedro II e Onze de Junho, inclusive todo o espaço entre Ruas do Livramento e Riachuelo; postura de 2 de abril de 1892, acrescentando à anterior toda a área da freguesia de S. Antônio (MACEDO, 1955, p. 30).

Senhores membros do Conselho Municipal. De tempo imemorial todas as comissões, encarregadas de estudar as condições de insalubridade desta capital, notaram, salientando-os, os gravíssimos defeitos de suas ruas, não só pela falta de largura como de orientação, defeitos agravados pela raridade das praças, exiguidade das que existem e ausência completa de arborização – poderosíssimo meio de saneamento do solo e da atmosfera. [...] Chegou-se assim à deplorável situação em que achamos, situação que se impõe à vossa cogitação sob qualquer ponto de vista que a considereis. A nossa cidade é uma cidade de vielas e becos, onde nem circula o ar nem penetra a luz; a nossa habitação é um túmulo de vivos! (MACEDO, 1955, p. 54-55).

O Decreto nº 5, de 14 de janeiro de 1893, providenciou a abertura de vias públicas – para tal foi necessária a desobstrução das vias, retirando várias moradias - salvo sob algumas condições determinadas, e um complemento da medida surgiu em seis de abril de 1893, quando fica proibida a construção de edificações nas ruas ou praças não aceitas pela Prefeitura.

No dia 1 de fevereiro de 1893, o Prefeito enviou uma mensagem ao Conselho Municipal demonstrando sua preocupação com as condições dos cemitérios da cidade. Reclamou do estado deplorável ao qual os encontravam, recomendou a limpeza, drenagem e alargamento de alguns cemitérios nas zonas suburbanas e agrícolas. Seu pedido foi atendido e recebeu autorização para construir cemitérios novos em Inhaúma, Guaratiba, Irajá e Realengo, através do Decreto nº37, de 5 de maio de 1893 (MACEDO, 1955).

Na mesma mensagem enviada em fevereiro de 1893 ao Conselho, Barata destaca o mau estado em que se encontrava o matadouro de Santa Cruz. Macedo (1955) descreve as palavras do Prefeito que enfatiza a situação do matadouro que disse, que “em Santa Cruz tudo é asqueroso e repelente; tudo á antigo; tudo é estragado; tudo é anticientífico; tudo atenta contra a vida; tudo colabora para a morte!!” (p. 61).

Neste caso o pedido municipal foi atendido com maior rapidez, e no dia 7 de fevereiro do mesmo ano, por meio do Decreto nº 23, veio a proposta de resolução dos problemas ali encontrados. O decreto autorizou a abertura de uma concorrência pública na qual seriam apresentadas propostas e projetos de matadouros organizados e higiênicos.

Por fim, o Prefeito também viu a necessidade de organizar o ensino municipal e, no dia 9 de maio de 1893, publicou o Decreto nº 38, que regulou o ensino público no Distrito Federal. Através deste Decreto, o ensino público deu um grande salto de qualidade, tanto na organização, quanto na valorização do professor e na facilitação do acesso ao ensino, como Macedo (1955, p. 62-63) relata:

Divisão do ensino em três setores: primário, normal, profissional e artístico; o primário em jardins de infância e escolas de 1º e 2º graus; o normal em uma ou mais escolas normais (previsto assim o desdobramento, que só mais tarde adviria); profissional, em escolas de comércio, liceus e artes e ofícios, escola agrícola, cursos de aprendizado profissional; ensino leigo, gratuito e obrigatório (no 1º grau), com material fornecido pela Municipalidade, inclusive livros; currículos equilibrados, com iniciativas interessantes para a época; divisão do magistério em classes: catedrático, inamovível e vitalício, beneficiado por gratificações adicionais e aposentadoria de vencimentos integrais; o adjunto, vitalício, beneficiado por gratificações adicionais e aposentadoria de vencimentos integrais; o adjunto, vitalício ao fim de cinco anos de exercício efetivo, contado seu tempo para efeito de adicionais e também jubilado com todos os vencimentos; computar-se-iam, para efeito de jubilação, o tempo de serviço em comissões científicas e o de trabalho gratuito em cursos noturnos, além de outros; concessão de prêmios em dinheiro ou impressão tipográfica, por conta da prefeitura, de compêndios escritos por professores; direção suprema do ensino confiada ao Prefeito (muito centralizador, nesse ponto), por intermédio do Diretor de Instrução Pública do Distrito Federal, assessorado pelo Conselho de Instrução Pública; subvenção a escolas particulares que ministrassem instrução gratuita a 15 alunos pobres, pelo menos; instituição das caixas escolares.

Outras iniciativas, também relevantes, foram realizadas durante esta administração do Distrito Federal, entre elas:

Determinou a volta de todos os servidores afastados de suas funções, fossem quais fossem os motivos do afastamento; fiscalizou os quiosques, transformados em casas de pasto e vendas de bebidas alcoólicas; reprimiu os ‘camelots’; proibiu, de acordo com o Código de Posturas, a locação em ruas e praças para exploração de qualquer ramo de indústria e de comércio; combateu o monopólio do peixe, aliás o monopólio sob todas as modalidades sub-reptícias ou não; proibiu que continuassem transformados em cortiços os próprios municipais da Praça da Harmonia e Praça da Glória; reestabeleceu o Carnaval na época própria; planejou ou realizou, por iniciativa sua ou em concordância com atos do Conselho, melhoramentos em Paquetá, Governador, Guaratiba, Cascadura, Santa Cruz, Sepetiba, Campo Grande, Jacarepaguá; removeu estábulos do centro da cidade; tentou a localização em Manguinhos de fornos de incineração de lixo; segundo Wolf Teixeira (op. cit.), ampliou o Largo do Machado e exerceu severa fiscalização sobre o serviço de bondes a despeito de tentativas retrógradas, manteve a Postura de fechamento do comércio aos domingos tornando-a outrossim extensiva às casas de negócios situadas nas freguesias de Gávea, Engenho Velho, São Cristóvão, Engenho Novo, assim como aos barbeiros e cabeleireiros; providenciou a construção de pontes; criou um imposto, o único, sobre casas de negócios que se conservassem abertas até uma da madrugada; contraiu um empréstimo interno de dez mil contos (MACEDO, 1955, p. 65-66).

No entanto, o desgaste da imagem do Prefeito Barata Ribeiro junto aos mandantes e donos do capital na cidade foi praticamente inevitável. As medidas adotadas por Barata Ribeiro em sua administração custou a perda do cargo de prefeito. O Senado Federal vetou a sua nomeação depois de seis meses de trabalhos do Dr. Barata à frente da Prefeitura do Rio de Janeiro. O prefeito entregou seu cargo em 25 de maio de 1893 (FERNANDES, 2011).

2.3.2 A gestão de Pereira Passos

A expansão das grandes cidades modernas dá um valor artificial, colossalmente aumentado, ao solo em certas áreas, particularmente nas de localização central; os edifícios nelas construídos, em vez de aumentarem esse valor, fazem no antes descer, pois já não correspondem às condições alteradas; são demolidos e substituídos por outros. Isto acontece antes de tudo com habitações operárias localizadas no centro, cujos alugueres nunca ou então só com extrema lentidão ultrapassam um certo máximo, mesmo que as casas estejam superpovoadas em extremo. Elas são demolidas e em seu lugar constroem-se lojas, armazéns, edifícios públicos. Por intermédio de Haussmann, o bonapartismo explorou da forma mais colossal esta tendência em Paris, para burla e enriquecimento privado; mas o espírito de Haussmann passeou também por Londres, Manchester, Liverpool, e em Berlim e Viena ele parece sentir-se igualmente em casa. O resultado é que os operários vão sendo empurrados do centro das cidades para os arredores, que as habitações operárias e as habitações pequenas em geral se vão tornando raras e caras e muitas vezes é mesmo impossível encontrá-las, pois nestas condições a indústria da construção, à qual as habitações mais caras oferecem um campo de especulação muito melhor, só excepcionalmente construirá habitações operárias (ENGELS, 1979).

Este trecho do texto escrito por Engels (1979), se referindo aos anos 1870, se assemelha muito a situação vivenciada no Rio de Janeiro do início do século XIX, tanto que pode nos servir de síntese, para compreender o viés da gestão do Prefeito Pereira Passos. A renovação urbana - marca principal da administração de Pereira Passos - foi atravessada por ações modernizadoras que manifestada em processos de expropriação de uma parcela da sociedade - mais pobre - semelhante àquelas citadas por Engels (1979) na Europa, o que verificaremos consequentemente.

No Império e nos primeiros anos da República, multiplicaram-se as concessões ao grande capital, que prometia regenerar a cidade. Contudo, na virada do século, essa questão era objeto de intensas controvérsias, prevalecendo a posição de que cabia ao Estado, agora, assumir diretamente a execução dos melhoramentos e do saneamento urgentemente reclamados pela capital (BENCHIMOL, 1990, p. 201).

O trecho a cima mostra o panorama instalado na cidade, naquele momento, que envolvia o desejo de renovação da cidade, que custava a se concretizar. As dificuldades enfrentadas para a efetivação dos melhoramentos da capital estavam diretamente relacionadas à disputa de interesses das classes dominantes que seriam favorecidas pelo processo de remodelação da cidade.

Rodrigues Alves, enquanto candidato à Presidência da República, em outubro de 1901, deu destaque, em seu programa de governo, às medidas a serem tomadas para sanear a capital da República. Em 1902, o fazendeiro de café do Estado de São Paulo, Rodrigues Alves, se

tornara oficialmente candidato à Presidência, ratificando a provável continuidade da *política “café com leite”*²⁵ (BENCHIMOL, 1990).

Eleito Rodrigues Alves, pouco tempo antes de tomar posse, prometeu dedicar-se exclusivamente ao saneamento da cidade e às melhorias necessárias no porto do Rio de Janeiro. Ao tomar posse, no dia 15 de novembro de 1902, o novo Presidente da República reafirmou seus planos dizendo que “a capital não pode continuar a ser apontada como sede de vida difícil, quando tem fartos elementos para constituir o mais notável centro de atração de braços, de atividades e capitais nesta parte do Mundo” (PINHEIRO; FIALHO JR., 2006, p. 09).

O Presidente sustentou o seu discurso alegando a atenção necessária à imigração, parte mais relevante ao desenvolvimento econômico do período pós-escravidão.

Antes mesmo do início do novo Governo Presidencial, uma lei que autorizou o lançamento de um empréstimo em títulos de papel ouro para as reformas de todos os portos da República, porém, acabou sendo destinado somente para as melhorias do porto do Rio de Janeiro. O governo federal também foi o responsável direto por outras grandes obras na mesma época, no Rio de Janeiro, a abertura das avenidas: Rodrigues Alves, Francisco Bicalho e Central²⁶, além do prolongamento do canal do mangue (BENCHIMOL, 1990).

A avenida Central foi a principal e mais famosa obra realizada por esse governo, cortando uma enorme área da Zona Central da cidade, a qual influenciou positivamente o comércio que ali já existia, e foi fator atrativo para que novas casas comerciais se instalassem nas suas proximidades. Para a grande avenida ser aberta foram eliminadas do mapa várias ruas estreitas cheia de cortiços e casas de cômodos. Nesse momento o programa de governo de Rodrigues Alves começava a se tornar realidade com moldes de cidade moderna, civilizada e salubre.

²⁵ Ficou assim conhecida, mas não era uma política propriamente dita, uma estratégia política adotada nos primeiros anos da República, para garantir o poder da República nas mãos dos “coronéis” (grandes proprietários de terras), principalmente da cultura do café e produção do leite, dos Estados de São Paulo e Minas Gerais (ARRUDA; PILETTI, 2000).

²⁶ [...] passou a se chamar Avenida Rio Branco, em 1912, em homenagem àquele estadista, morto no mesmo ano (BENCHIMOL, 1990, p. 226).



Figura 10. Bota-abaixo: demolições para a construção a Avenida Central.
Fonte: TORRES, 1904-1905.

Para realizar seu grandioso programa, Rodrigues Alves contou com um círculo de intelectuais republicanos, fortemente influenciados pela ideologia positivista, da França e as concepções liberais, vindas da Inglaterra. O Barão do Rio Branco e Pereira Passos foram peças chaves desta *intelligentsia*, o primeiro ocupando o cargo de ministro das Relações Exteriores e o segundo, o de Prefeito do Distrito Federal (FERNANDES, 2011). Pereira Passos era um engenheiro experiente e bem sucedido em todas as suas empreitadas. Não se detinha a novos desafios, porém, a qualidade mais importante e necessária ao cargo a ser assumido era o fato de o engenheiro ser apolítico, “se mantinha acima dos interesses dos partidos e facções” (BENCHIMOL, 1990, p. 205).

Assim, após as curtíssimas gestões, de treze prefeitos que sucederam Barata Ribeiro, foi nomeado prefeito do Distrito Federal, pelo Presidente da República, Francisco Pereira Passos que tomou posse no dia 30 de dezembro de 1902. O Prefeito Passos recebeu condições mais favoráveis para governar a cidade que seus antecessores, sendo que, no dia 29 de dezembro de 1902, o Conselho Municipal, através do Decreto Federal n.º 939, alterou a Lei n.º 85, de 20 de setembro de 1892, onde o novo decreto dava plena liberdade ao prefeito para legislar no município e de consumir operações de crédito. O Congresso, a imprensa e opositores do governo reclamaram e contestaram a medida decretada acusando de que se formara uma ditadura na capital (BENCHIMOL, 1990).

O Senador, Barata Ribeiro, enquanto esteve nesse cargo, foi grande opositor de Pereira Passos, e o acusava de ser incompetente no ato de vetar orçamento e de praticar uma “ditadura financeira”. Em meio aos impasses criados também pelo Conselho, o orçamento de 1904 foi

prorrogado pelo prefeito. Barata Ribeiro, intransigente antagonista do prefeito, convocou o povo, através de uma coluna no jornal, a não pagarem mais os impostos ao município.

Nos primeiros seis meses de governo, o novo prefeito adotou medidas que impactaram sobretudo a vida da grande parte da população que morava e trabalhava no Centro da cidade e também a da circunvizinhança, subúrbios e zonas rurais. Eram medidas que atingiram e alteraram certas atividades econômicas, de lazer e comportamentos profundamente enraizados na vida sociocultural carioca.

Impedir certas condutas enraizadas no estilo de vida carioca favoreceu sem medidas o grande capital. As interdições, maior exemplo, geraram através das multas, impostos de licença, entre outros, uma elevação na receita do município. Entretanto, sobraria uma boa porção do ônus da renovação aos moradores da capital, mais desprovidos de recursos, em especial aqueles que tentavam sobreviver trabalhando no setor terciário. Para revalidar esta situação vivenciada na Capital Federal, temos as palavras do próprio Prefeito Pereira Passos:

Comecei por impedir a venda pelas ruas de vísceras de reses, expostas em tabuleiros, cercados pelo vôo contínuo de insetos, o que constituía espetáculo repugnante. Aboli, igualmente, a prática rústica de ordenharem vacas leiteiras na via pública, que iam cobrindo com seus dejetos, cenas estas que, ninguém, certamente, achará dignas de uma cidade civilizada.

[...] Mandei, também, desde logo, proceder à apanha e extinção de milhares de cães, que vagavam pela cidade, dando-lhe o aspecto repugnante de certas cidades do Oriente, e isso com grave prejuízo da segurança e da moral públicas.

Tenho procurado pôr termo à praga dos vendedores ambulantes de bilhetes de loteria, que por toda parte, perseguiram a população, incomodando-a com infernal grita e dando à cidade o aspecto de uma tavalagem. Muito me preocupei com a extinção da mendicidade pública, o que mais ou menos tenho conseguido, de modo humano e equitativo, punindo os falsos mendigos e eximindo os verdadeiros à contingência de exporem pelas ruas sua infelicidade [...] (BENCHIMOL, 1990, p. 277).

Isso aconteceu em janeiro de 1903, mas em janeiro do ano seguinte, a municipalidade achou melhor retroceder em sua decisão e permitiu essas práticas comerciais, estabelecendo algumas regras: que tivesse um limite de horário até as dez horas da manhã, sendo imprescindível que os ambulantes transportassem as caixas com miúdos na cabeça ou em carros, e as caixas deveriam ser de zinco divididas internamente, sob pena de multa, caso alguém descumprisse o determinado. Por mais que o comércio ambulante representasse o mercado de consumo popular, vivia-se um momento de recessão e desemprego em que tal proibição não cabia naquele período de carestia (BENCHIMOL, 1990).

Passos ainda proibiu uma prática comercial muito comum naquele período, inclusive no meio urbano, que era a ordenha de vacas leiteiras na porta do cliente, que acontecia

diariamente nas ruas da cidade. A medida visava questões sanitárias, sendo que somava-se à medida, a obrigatoriedade de vacinação das vacas e maior fiscalização dos estábulos das zonas rural e urbana. Além das vacas, o prefeito retirou, ainda no início do ano de 1903, os cachorros das ruas da capital. Obrigava que os cães do Distrito Federal tivessem uma matrícula e os donos por sua vez teriam que pagar um imposto anual por conta de seu cão. Logo depois o imposto foi suspenso, mas a matrícula dos cachorros permaneceu.

Dentre este conjunto de atos governamentais iniciais, um atingiu diretamente a parcela mais empobrecida da população, que foi a proibição da mendicância pública (Decreto n.º314, de 11/04/1903). Segundo Benchimol (1990), a lei ainda tratava dos que viviam a mendigar da seguinte forma:

Segundo a lei, os inábeis para o trabalho, depois de submetidos ao exame de uma comissão de três médicos da Diretoria Geral de Higiene e Assistência Pública, eram recolhidos ao asilo S. Francisco de Assis. Aqueles considerados válidos e, portanto, vadios, incluindo os menores de idade, eram entregues às autoridades policiais e enquadrados no Código Penal (BENCHIMOL, 1990, p. 281).

Contudo, como era de se esperar, não havia na cidade leitos suficientes para colocar toda aquela gente que vivia da mendicância. Em todo o governo, Passos insistiu, por meio de circulares, que seus agentes fizessem cumprir a lei, mostrando que a mendicidade era uma chaga que não se fechava sempre com mendigos à vista na cidade. A caçada, neste momento, já não se fizera somente àqueles desocupados, mas também às tradicionais figuras da paisagem do Rio de Janeiro: os ambulantes e vendedores de bilhetes de loteria.

Os ambulantes, vendedores diversos e artesões persistiam permanecer à vista da cidade no recém-chegado século XX. Antes escravos de ganho, agora negros e mulatos “livres” disputavam o pão de cada dia com uma grande quantidade de imigrantes estrangeiros, principalmente, portugueses. Estas pequenas atividades comerciais já não faziam mais parte do novo cenário que se pretendia da Capital Federal. Apesar de fazerem parte desta parcela da sociedade também os italianos, turcos, estrangeiros de outras nacionalidades e retirantes de outros Estados do país.

Dentre outras medidas transformadas em decretos estão (BENCHIMOL, 1990):

- o de n.º 421, do dia 14 de maio de 1903, proibiu a exposição de artigos, alimentícios ou não, nas umbreiras e vão das portas que se abriam para a via pública, exceto quando coberto por vitrines;
- o de n.º 422, do dia 15 de maio de 1903, proibiu cuspir nas ruas;

- o de n.º 430, do dia 08 de junho de 1903, proibiu as crianças de soltarem pipa e fogueiras, balões e fogos de artifício nas festas de São João, em todo perímetro urbano;

- o de n.º 492, do dia 3 de agosto de 1904, proibiu o plantio de capinzais e de hortas, tanto de uso particular quanto comercial, em um perímetro que ia do bairro de Botafogo até o Rio Comprido.

A Prefeitura ainda reprimiu práticas do cotidiano popular e cultural, considerados indignos diante da cidade civilizada como:

- o batuque, a serenata e a boemia muitas vezes presente no contexto destas atividades musicais foram coibidos;

- o carnaval, que foi considerado uma festa promíscua pelo prefeito, foi transformado em “Batalha das Flores”, sem pós, estalos e confetes, tradicionais do carnaval;

- o candomblé e demais cultos de origem africana sofreram uma perseguição impertinente. A “Pequena África” não tinha espaço na cidade de Pereira Passos (BENCHIMOL, 1990).

A homogeneidade era uma das metas do projeto de Passos para a cidade moderna que se idealizava. O desejo de transformar o Rio de Janeiro em uma “Europa Possível” tornava o projeto modernizador incompatível em relação às territorialidades culturais presentes. Nos pensamentos modernizantes que pairavam sob a prefeitura era difícil conciliar a “Pequena África” e a “Europa Possível”. Velloso (1990) cita como eram vistas estas expressões da cultura heterogênea carioca por parte da sociedade naquele momento na qual “[...] cidade sertaneja, aldeamento indígena, feira africana foram expressões utilizadas pelas nossas elites, referindo-se aos espaços da cidade que pretendiam excluir do imaginário urbano” (p. 208).

Transformar o Rio de Janeiro em uma “Europa Possível” rendeu ao Prefeito do Distrito Federal – Francisco Pereira Passos – análises que o assemelharam ao Prefeito do Departamento de *Seine* - Paris (1853-1870), Georges Eugène Haussmann. Nomeado por Napoleão III, Haussmann foi um grande transformador e modernizador de Paris. O Prefeito de *Seine* criou ruas e avenidas de ponta a ponta em Paris, praças públicas, parques, mercados públicos, estações, quartéis, canalizações de água e esgoto, facilitou a circulação de mercadorias na cidade, criou estratégias urbanísticas para conter motins do proletariado revolucionário, demoliu quarteirões de moradias populares, entre outros feitos. Quase todas as ações aplicadas na modernização do Departamento de *Seine*, por Haussmann, tiveram

justificativas relacionadas a melhores condições sanitárias para a população (BENCHIMOL, 1990).

Além das transformações urbanísticas realizadas por Pereira Passos – as quais ainda continuaremos a descrevê-las – serem bem semelhantes às realizadas por Eugène Haussmann, a convivência mais próxima de Passos com as obras do Prefeito de *Seine*, enquanto esteve na *École de Ponts et Chaussées*, também levam a crer, mais fortemente, na grande influência que o administrador francês causou naquele que seria algum tempo depois o Prefeito do Distrito Federal, Francisco Pereira Passos.

As similaridades das ações de Passos com as realizadas no Departamento de *Siene* é ainda melhor entendida na implementação do Plano de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro. O plano foi elaborado entre os anos 1875 e 1876 pela Comissão de Melhoramentos que, na época, era liderada pelo próprio Pereira Passos, que adaptou-o e executou-o 30 anos depois na condição de prefeito (PINHEIRO; FIALHO JR., 2006). As obras, que seriam enormes, previstas pela comissão, incluíam salubridade e saneamento, abertura e alargamento de ruas, criação de praças e parques, retificação e embelezamento de logradouros, canalização de rios, obras viárias, remodelação arquitetônica das edificações e outras – mudariam o aspecto do Rio (PINHEIRO; FIALHO JR., 2006, p. 07).

A Comissão de Carta Cadastral tornou-se um dos Serviços da Diretoria Geral de Obras e Viação da Gestão Pereira Passos. A institucionalização da Carta serviu para o aprimoramento do Plano de Melhoramentos a ser executado (FERNANDES, 2011). A efetivação do plano da Prefeitura contou com um grande número de obras gigantescas que causaram um enorme rebuliço em toda cidade. Assim, esse momento histórico para o Rio de Janeiro foi popularmente dado o nome de *bota-abaixo*. A Comissão da Carta Cadastral do Distrito Federal explanou a amplitude dos objetivos do plano, conforme descreve Benchimol (1990):

Dar mais franqueza ao tráfego crescente das ruas da cidade, iniciar a substituição das nossas mais ignóbeis vielas por largas ruas arborizadas, promover melhores condições estéticas e higiênicas para as construções urbanas, proporcionar aos grandes coletores das canalizações subterrâneas mais facilidade de colocação e visita, encurtar as distâncias a percorrer na cidade, substituir os infectos rios da parte baixa dos arrebaldes por galerias estanques, sanear, embelezar, melhorar enfim a nossa maltratada capital: eis os intuítos da Prefeitura elaborando o seu plano de melhoramentos (p. 235).

A Comissão Carta Cadastral fundamentou os objetivos descritos:

O problema do saneamento do Rio de Janeiro foi sempre considerado, por todas as autoridades que dele se têm ocupado, como dependendo em grande parte da remodelação arquitetônica de sua edificação e conseqüentemente da abertura de vias de comunicação duplas e arejadas em substituição das atuais ruas estreitas, sobrecarregadas de um tráfego intenso, sem ventilação bastante, sem árvores purificadoras e ladeadas de prédios anti-higiênicos.

Certamente não basta obtermos água em abundância e esgotos regulares para gozarmos de uma perfeita higiene urbana. É necessário melhorar a higiene domiciliária, transformar a nossa edificação, fomentar a criação de prédios modernos e este desideratum (*sic*) somente pode ser alcançado rasgando-se na cidade algumas avenidas, marcadas de forma a satisfazer as necessidades do tráfego urbano e a determinar a demolição da edificação atual onde ela é mais atrasada e mais repugnante se apresenta (BENCHIMOL, 1990, p. 235).

A criação de avenidas contidas no plano pretendia não só resolver questões de ordem higiênicas, mas melhorar a circulação urbana entre diferentes bairros da cidade, dar fluidez ao tráfego urbano, principalmente no que se refere à zona portuária, onde havia constantemente grande movimentação de homens (força de trabalho) e mercadorias. Contudo, as novas vias foram pensadas nos âmbitos econômico, social e espacial, dos quais podemos citar:

- facilitariam a expansão da Zona Sul da cidade, atendendo aos interesses não só as classes dominantes que ali passavam a morar, mas aos interesses das companhias construtoras, loteadoras e de transporte;
- em relação à Zona Norte e subúrbios descomplicaria a locomoção dos trabalhadores, que diariamente iam para seus postos de trabalho na Zona Sul e também auxiliaria sobremaneira o traslado, para o mesmo local, de produtos de colheitas vindas de bairros como Rio Comprido;
- no caso das vias de ligação da Zona Norte e subúrbios ao Centro atenderiam a um número cada vez maior de trabalhadores que passavam a encher as regiões norte e oeste, mas que permaneciam trabalhando no Centro, na maioria em atividades de trabalho dos setores secundário e terciário.

A Avenida Beira Mar, inaugurada em setembro de 1904, foi uma das obras executadas dentro do prazo (23 meses) e que trouxe grandes benefícios com a ligação entre o Centro e bairros como Catete e Botafogo, já urbanizados, e outros bairros proximais. Esta bem executada obra serviu também de atração de novos moradores para orla marítima, em bairros como o de Copacabana. Benchimol (1990) ainda informa como a destruição de outras áreas da cidade contribuiu para criação da bela avenida:

Toda a faixa da avenida foi conquistada ao mar por um aterro protegido por enrocamento (*sic*) de pedras. Os entulhos provieram do desmonte de partes dos morros do Castelo e São Bento e das demolições para abertura da Avenida Central

(transportados, em sua maior parte, por carroças puxadas a burro e, em menor escala, por bondes da Cia. Jardim Botânico) (p. 237).

A Avenida Mem de Sá e a Avenida Salvador de Sá estão também no elenco de realizações da Prefeitura, sendo a Salvador de Sá a primeira a ser aberta por Passos e para a sua obra foram demolidos vários quarteirões. O alargamento das Ruas da Assembleia, Carioca, Frei Caneca e Estácio de Sá rendeu a demolição de vários prédios em algumas ruas todo o lado par, em outras todo lado ímpar. Outras obras deste viés foram projetadas e executadas pela Municipalidade, incluindo o alinhamento e alargamento de ruas e recuo de fachadas, conferindo aos seus proprietários as devidas indenizações pelo recuo. O plano também contemplou a canalização de rios – substituídos por galerias subterrâneas estanques – construção de três pequenos mercados, o ajardinamento e arborização de praças e ruas e a abertura de praças (BENCHIMOL, 1990).

Quanto à conservação e reconstrução do calçamento, em janeiro de 1903, a Prefeitura escolheu que ela mesma o fizesse. Imperou a escolha pelos ainda vistos na cidade, paralelepípedos, mas para sua conservação necessária foi promulgado em 14 de novembro de 1903 o Decreto n.º 972, que regulamentava o transporte de cargas no Rio de Janeiro. Segundo Benchimol (1990), obrigava a lei:

[...] a modificação dos aros das rodas dos veículos de cargas, aos quais se deve impor largura que estabeleça a distribuição do peso da carga sobre maior superfície calçada, evitando dessa forma o mal que operam sobre o calçamento de rodas de estreitíssimos aros que, por assim dizer, fendem a superfície da calçada, ao ponto de cavarem nas ruas de pouca largura verdadeiros sulcos (p. 242).

A lei ainda se estendeu na obrigação da diminuição da largura dos veículos, discriminando também o limite de altura máxima da carga de acordo com o tipo de veículo e proibiu que no horário das sete da manhã às nove da noite, na zona urbana, transitasse qualquer tipo de veículo com gado vacum na tração.

O prefeito Pereira Passos, no início de 1903, tentou dar uma solução definitiva ao problema que os bondes não deveriam causar à população. Determinou que as Companhias de Bondes fizessem a substituição dos trilhos e que tivessem certo número de reboques. Porém, a questão que mais trazia transtornos é a quantidade de carros, principalmente, os de segunda classe, que eram visivelmente insuficientes. De acordo com Benchimol (1990) a proposta da Prefeitura era a seguinte:

[...] Autorizava o uso de um carro quando necessário; de dois carros, desde que o segundo pelo menos, fosse de segunda classe; de três só aos domingos, feriados e dias de movimento excepcional. Era proibido o reboque de mais de três carros. Exigia, ainda, no prazo de três meses, o aumento de pelo menos 50% do número de viagens de segunda (p. 243).

As companhias não gostaram nada da proposta, especialmente, a chamada *Jardim Botânico* (*Botanical Garden*), a mesma que controlava o transporte coletivo entre a Zona Sul e o Centro e que havia introduzido o bonde elétrico na cidade, ainda que os bondes puxados a burros tivessem permanecido do cenário carioca até 1907. As linhas eletrificadas, a princípio, atendiam a demanda da Zona Sul da capital, havendo diferenciação entre os carros de primeira e segunda classe como das pessoas que usavam o serviço, sendo os pobres usuários dos carros de segunda. Para se somar ao mau serviço oferecido havia a questão do preço da passagem, que era altíssimo (BENCHIMOL, 1990). Ainda que a década de 1890 tenha sido marcada por “depredações de bondes por populares, em protesto contra a qualidade do serviço”, isso não resultou nas melhorias esperadas (BENCHIMOL, 1990, p. 241). Em 15 de março de 1904 a Companhia Jardim Botânico entrou em acordo com a Prefeitura, porém, efetuou alterações na proposta anteriormente apresentada, desfavorecendo principalmente os usuários dos bondes de segunda classe.

Contudo, chegamos nesse momento aos dois pontos mais emblemáticos imputados à trajetória administrativa de Francisco Pereira Passos, sendo que os dois estão associados ao mesmo objetivo de formar uma cidade higiênica (salubre), a primeira é a obrigatoriedade da vacinação contra as principais epidemias instaladas na cidade e a segunda é o processo de demolição de enumeráveis moradias populares, mais especificamente, as coletivas denominadas como cortiços.

O combate às doenças que assolavam a cidade foi “bem direcionado” no Governo de Rodrigues Alves, pois, não abrangia todas as moléstias que dizimavam os moradores do Rio de Janeiro, incluía-se, portanto, somente aquelas que indicavam interromper a estrutura comercial e produtiva. Embora Rodrigues Alves tenha mostrado como um dos seus principais objetivos de governo, higienizar a capital federal, quando a questão pôs-se em xeque criou-se uma contenda entre os Governos Federal e Municipal sobre de quem assumiria a responsabilidades e execução dos trabalhos devidos para tornar finalmente o Rio de Janeiro uma capital saneada.

Nomeado Diretor-geral da Saúde Pública, em março de 1903, Oswaldo Cruz se comprometeu em acabar, principalmente, com a febre amarela no Rio de Janeiro, em um prazo de quatro anos. Os métodos adotados para alcançar tal objetivo seriam os mesmos

utilizados pelos norte-americanos em Havana, quando ocuparam Cuba. Posteriormente, foram incluídos nos trabalhos de Oswaldo Cruz o combate das igualmente devastadoras varíola e peste bubônica (BENCHIMOL, 1990).

Para auxiliar os trabalhos do Diretor-geral da Saúde Pública, foi criado, em 15 de abril de 1903, o Serviço de Profilaxia da Febre Amarela, que atuou como verdadeira brigada de saúde, com vários profissionais, para combater a doença. As ações desenvolvidas por Oswaldo Cruz reestabeleceu a boa imagem da cidade em relação ao mercado mundial que havia sido, antes, rechaçada por meio de dispositivos pautados nos regulamentos sanitários internacionais (BENCHIMOL, 1990).

No ano de 1904, a Diretoria Geral da Saúde Pública escolheu como um novo e principal eixo de suas campanhas, a vacinação, mas, para que atingisse a eficácia desejada, foi solicitada a obrigatoriedade da vacina. Aprovada em nove de novembro de 1904, pelo Senado, logo começaram distúrbios em toda cidade, sob a união de forças sociais díspares, envolvidas por interesses diversos, entre eles o de depor Rodrigues Alves. Os motins ocorridos na cidade, impulsionados pela aprovação da vacina obrigatória, ficaram conhecidos como a *Revolta da Vacina*, da qual já analisamos, anteriormente, neste capítulo.

Mais de um ano antes que a lei da vacinação obrigatória fosse decretada e eclodisse na Revolta da Vacina, em 3 de março de 1903, por meio do Decreto n.º 400, Pereira Passos enviou equipes para a fiscalizar, executar e tomar as devidas providências de higienização dos cortiços e dos locais necessários. Dentre as providências, foram realizadas “[...] a remoção do lixo, à limpeza e desinfecção dos reservatórios de água, bueiros, ralos, tanques e valas, à extinção de focos de insetos, à desocupação de sótãos e porões, ao confisco de galinhas, porcos, etc. [...]” (BENCHIMOL, 1990, p. 296).

A regulamentação do Serviço de Profilaxia da febre Amarela que se deu somente em março de 1904, pelo Decreto n.º 5.157, aumentou o poder de intervenção das autoridades sobre os imóveis, sobretudo, cortiços, conferindo-lhes a autoridade de demolir prédios que fossem considerados insalubres.

No final do ano de 1905 a população ainda sofria os impactos negativos causados pelo objetivo higienizador e pelas obras de embelezamento do Rio de Janeiro, que demoliram uma quantidade enorme de moradias populares, acentuando a escassez de moradia na capital federal. A oposição colocou o governo contra a parede questionando-o sobre as diversas obras espalhadas pela cidade que não incluíam soluções para a população que ficara desabrigada:

Enquanto transcorriam as demolições, a oposição acusava o governo de só promover a construção de palácios, deixando a população pobre desabrigada, ao passo que os intelectuais e jornalistas subservientes ao poder celebravam cada demolição de cortiço como mais um passo na direção do progresso material da cidade e moral da população (BENCHIMOL,1990, p. 287).

O Conselho Municipal autorizou à municipalidade de construir casas para operários nas sobras de terrenos e em locais desapropriados para a abertura da Rua Salvador de Sá, mas a quantidade não chegava nem perto da carência de moradias. A quantidade de casas derrubadas pelos governos federal e municipal ultrapassaram grandiosamente as expectativas. As práticas de valorização e especulação do solo, que elevaram o preço dos aluguéis, também foram motivos de desabrigamento do proletariado.

A princípio, a população ficava como de “*galho em galho*” (de cortiço em cortiço) na área central e adjacentes da cidade, até ser desalojado novamente, mas se deslocava cada vez mais para longe do centro da cidade. Havia, nesse contexto, aqueles que se destinaram aos subúrbios²⁷, principalmente, da Zona Norte, porém, não foi a grande parte dos desalojados que puderam tomar este destino, pois, tal ação dependia de certa estabilidade financeira, que suprisse diversas despesas como as de transporte, aquisição do terreno, construção no terreno ou aluguel de imóvel (BENCHIMOL,1990). Outros fatores, como o tempo demorado de viagem de trem – principal meio de transporte para o deslocamento dos trabalhadores que iam dos subúrbios ao Centro – o alto preço da mão-de-obra da construção civil – primordial na construção das casas – foram também obstáculos que frearam, naquele momento, a instalação da camada mais empobrecida da população nos subúrbios.

Isto posto, constatamos que parte significativa dos afetados diretamente pela remodelação urbana – os que moravam em cortiços - continuaram no Centro da cidade e nas suas áreas proximais. Os bairros da Cidade Nova, Gamboa e Saúde continuavam a ser os mais procurados pelos trabalhadores mais desfavorecidos como: carroceiros, catraieiros, lavadeiras, entre outros, onde viviam ainda mais comprimidos (BENCHIMOL,1990).

Ficou constatado que não havia nem de longe edifícios disponíveis para suprir as demandas geradas pelas demolições. As reconstruções que ocorriam na cidade, além de serem

²⁷ Os subúrbios só se constituem, concretamente, em uma opção para os trabalhadores das camadas populares por volta do ano 1930, quando condições mais favoráveis passaram a atrair estes (SANTOS, Leonardo, 2011): a partir da unificação das tarifas de trem, a própria eletrificação das linhas da Central do Brasil, a expansão viária da região (a construção da Avenida Brasil é o maior exemplo), o que permitiu, entre outras coisas, a própria expansão do serviço de ônibus. Talvez, nesse momento, possamos falar efetivamente de uma ocupação em massa dos subúrbios por segmentos mais pobres da classe dos trabalhadores da cidade. Muito embora, não possa ignorar, mesmo antes, a grande presença das classes pobres nesta região [...] (SANTOS, Leonardo, 2011, p. 263).

mais lentas que as demolições, não atenderiam os clientes anteriores. A situação ainda se agravava pelos fatos dos ex-proprietários das moradias coletivas, muito bem indenizados, não tinham interesse em reconstruí-las e a cidade abarrotava-se cada vez mais de migrantes que vinham do campo (BENCHIMOL,1990).

Tornou-se, portanto, urgente uma solução para o problema da falta de moradias na cidade. Entre as autoridades da Comissão da Carta Cadastral formaram-se duas posições contrárias, uma na qual figuravam Hilário de Gouveia e Everardo Backheuser propunha: “a intervenção franca, positiva e declarada do Estado, emprestando capitais ou construindo ele mesmo as casas e alugando-as, a princípio, a seus operários e demais a toda a gente” (BENCHIMOL, 1990, p. 293).

Contudo, a maioria da comissão, oposta as ideias de Backheuser e Gouveia, em parte tiveram medo do surgimento do socialismo de Estado, escolheram uma prática política muito usual para tentar solucionar o problema:

[...] optaram por reeditar a antiga política da concessão de privilégios e isenção de direitos de importação aos capitalistas que se dispusessem a construir casas para os pobres, tendo como única novidade a inclusão de cláusulas destinadas a coibir certos abusos praticados no passado (BENCHIMOL, 1990, p. 293).

No entanto, como já era de se esperar, velhos hábitos não trariam resultados diferentes, ou melhor, o que favorece o capital dificilmente favoreceria ao povo. Os desdobramentos da questão habitacional e os resultados das ações governamentais adotadas na tentativa “solucionarem-na” será apresentada no próximo capítulo.

3 A POLÍTICA HABITACIONAL BRASILEIRA AO LONGO DO SÉCULO XX E XXI

3.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, apresentaremos a Política Habitacional Brasileira ao longo do século XX e XXI traduzida nos segmentos de habitação populares deste período. As habitações populares das quais iremos tratar, não podem ser constituídas propriamente como alternativas ou opções para as camadas pobres da população, pois, todas as políticas habitacionais aqui apresentadas estavam submetidas às regras limitadoras ou não tinham como preocupação acabar com o déficit habitacional. Para tal compreensão abordaremos quatro itens: as vilas operárias, as favelas, os conjuntos habitacionais e os condomínios populares. As favelas são a exceção por não terem a sua formação relacionada a alguma política habitacional, porém, o seu crescimento e permanência na cidade do Rio de Janeiro, rendeu ações e até a criação de políticas habitacionais de intervenção, portanto, necessariamente, foram incluídas nesta análise, na qual descreveremos a formação e desenvolvimento habitacional destas.

3.2 VILAS OPERÁRIAS

Nas últimas décadas do século XIX, no Brasil, o poder público assumindo um caráter higienista, realizou obras de urbanização e saneamento, visando a ordem e o controle sanitário das habitações. Foram determinações e leis que ficaram explicitadas em códigos de posturas. (VIANNA, 2004). Devido a tal conjuntura, alegando a “deterioração física e moral das classes laboriosas” (VAZ, 1994, p. 584), construtores receberam incentivos e isenções de impostos para a construção de vilas higiênicas e baratas para trabalhadores, chamadas *vilas operárias*.

Portanto, com o objetivo de assegurar a salubridade das casas das vilas, estas deveriam obedecer algumas normas e adicionar aos seus projetos elementos que dispenderiam um valor alto, como nos descreve Vaz (1994):

[...] Para garantir as condições de ordem, moralidade e disciplina a moradia deveria ser ampla, iluminada, arejada e com número moderado de ocupantes, com mais elementos de uso privativo e menos elementos de uso coletivo, além de permitir facilidade de controle sobre seus moradores [...] (p. 584).

A ideia de implantação das *vilas operárias* no Brasil foi claramente inspirada no modelo e experiências Europeias onde o processo de urbanização e a Revolução Industrial no século XIX gerou um grande aumento na demanda de moradias (VIANNA, 2004). Neste contexto, o francês Fourier foi um dos idealizadores destas habitações operárias como nos descreve Tramontano (1998, p. 22):

É nessa ótica que surgem, em 1822, as propostas do filósofo francês Charles Fourier, cujo principal emblema é o Palácio Societário ou Falanstério, concebido como um grande edifício onde, além das habitações para três mil e quinhentas pessoas, alguns equipamentos de uso coletivo complementar a vida doméstica comunitária (*apud* VIANNA, 2004).

A cidade de São Paulo tornou-se velozmente em uma metrópole industrial. Portanto, a conjuntura de processo de urbanização e saneamento confluía as ações inovadoras da época. Tal situação favoreceu a construção de muitas casas operárias na cidade que seguiam três tipos de iniciativas segundo Vianna (2004, p. 08) “[...] a que era empreendida pelo próprio trabalhador, a empreendida por investidores ou companhias privadas que visavam lucro com aluguel, e a terceira delas que foi a construção de habitações pelas indústrias para seus operários”.

Os investidores tinham a posse da maior parte das casas operárias construídas próximas às fábricas, até 1910, com a finalidade de aluguel. Alguns agrupamentos de casas não formavam vilas, mas cidadelas, mas estavam locais afastados da metrópole, com ausência dos serviços disponíveis na cidade. As habitações operárias fora da metrópole, mas especificamente situadas em áreas rurais tinham o objetivo de aproximar os trabalhadores para mais perto das fábricas construídas nestes locais e estabelecer um padrão de disciplina e controle no qual também os afastariam de movimentos político-ideológicos (VIANNA, 2004).

Um exemplo do controle do empresário sobre os operários é o caso da *Vila Maria Zélia*, que neste caso ofereceu uma gama de serviços em torno das moradias, como explica Rolnik (1981):

Localizada ao lado da fábrica, a Vila Maria Zélia contava com escola, creche, igreja, armazém e salão de recreação, além, obviamente, das moradias, permitindo um controle absoluto do tempo livre dos operários e suas famílias. Vila exemplar em termos da qualidade habitacional, ela realizava a utopia empresarial do controle total dos trabalhadores, sendo saudada pelo poder público como um modelo a ser reproduzido (*apud* BONDUKI, 1994, p. 716).

As casas operárias tinham um diferencial notório quanto às antigas habitações, os cortiços, pois, as casas eram habitações unifamiliares. Esta era a configuração das habitações operárias até o ano de 1929, quando passaram a obedecer ao Código de Obras Arthur Saboya²⁸, na qual permitia a construção de no máximo três cômodos, incluindo área de cozinha e privada (VIANNA, 2004). No entanto, no modelo Europeu as casas seguiam certo padrão quanto a sua disposição externa, conforme explica Vianna (2004, p. 05) que “[...] a grande maioria formada por casinhas isoladas, geminadas duas a duas, em blocos de quatro ou mesmo enfileiradas, e sempre próximas às fábricas”.

Todavia, a concepção de moradia digna e sociedade ideal que tinha Fourier contrastavam com os ideais do poder público da República Velha do Brasil, que inserido em uma lógica liberalista, suas ações que determinavam as construções de vilas higiênicas (operárias) privilegiou os empresários do mercado imobiliário, se afastando totalmente do caráter intervencionista que poderia vir a solucionar o problema habitacional brasileiro (BONDUKI, 1994).

Ainda que, a intenção do Estado fosse deixar a cargo da iniciativa privada o provimento das novas habitações coletivas populares, podemos constatar algumas exceções de iniciativas estatais no Rio de Janeiro e em Recife, como relata o Grupo de Arquitetura e Planejamento (1985):

É o caso da construção do provavelmente primeiro grupo de moradias construídas pelo poder público no Brasil: 120 unidades habitacionais na Avenida Salvador de Sá (RJ), em 1906, pela prefeitura do distrito federal, que se via fortemente pressionada pela crise habitacional gerada pela derrubada de milhares de cortiços necessária para a abertura da Avenida Central (GAP, 1985). Ou ainda, o início da construção, pelo governo federal, da «Vila Proletária Marechal Hermes», que foi parcialmente «abandonada com as obras nos alicerces por quase duas décadas» (Vargas, 1938, i, 241) — o que dá bem conta da importância que os governos da República Velha davam à questão —, e a construção em Recife em 1926 de 40 unidades pela Fundação A Casa Operária (*apud* BONDUKI, 1994, p. 714).

Entretanto, ao promover facilidades para a construção das vilas operárias, o poder público não regulou quem poderia se candidatar a construí-las e usufruir das benesses fiscais do Estado (VIANNA, 2004). Este fator, associado ao real custo da construção, que tornara-se alto, tiveram um maior peso do que os incentivos estatais para a construção das vilas e torná-las acessíveis financeiramente à população. Assim, este modelo habitacional não teve o êxito desejado, principalmente, na cidade do Rio de Janeiro, como verificamos em Vaz (1994):

²⁸ Lei nº 3.427, de 19 de novembro de 1929.

Foram muitas as concessões outorgadas, mas pouquíssimas as *vilas operárias*²⁹ construídas (Lobo, 1981). Uma das poucas foi a Vila Ruy Barbosa, já demolida, composta de 145 casas para famílias e 324 cômodos para celibatários, com banheiros e latrinas comuns (p. 585).

Entretanto, consta que, no Rio de Janeiro, o registro de algumas fábricas que possuíam vilas operárias:

- Fábrica de Fiação, tecelagem e Tinturaria Aliança, do ramo têxtil, localizada no bairro das Laranjeiras, fundada em 1880;
- Cia. de Fiação e Tecidos Carioca, do ramo têxtil, localizada no bairro do Jardim Botânico, fundada em 1886;
- Cia. de Fiação e Tecidos Confiança Industrial, do ramo têxtil, localizada no bairro de Vila Isabel, fundada em 1887;
- Cia. de Fiação e Tecidos Corcovado, do ramo têxtil, localizada no bairro da Gávea, fundada em 1889;
- Cia. América Fabril (Fábrica Cruzeiro), do ramo têxtil, localizada no bairro do Engenho Velho, fundada em 1893;
- Companhia Tijuca, do ramo têxtil, localizada no bairro da Tijuca, fundada em 1904;
- Cia. de Tecidos da Sinha de Sapopemba, do ramo têxtil, localizada no bairro de Deodoro, fundada em 1906;
- Fábrica de Tecidos Botafogo – Cia. América Fabril, do ramo têxtil, localizada nos bairros de Botafogo e Andaraí, fundada em 1907;
- Fábrica Mavilis, do ramo têxtil, localizada no bairro da Ponta do Caju, fundada em 1911;
- Cia. Luz Stearica, do ramo de velas – não foi identificada sua antiga localização e data de fundação (VAZ, 2002).

Grande parte das determinações técnicas adotadas nas posturas municipais foram sugestões feitas por empresários, porém, apesar do foco na higiene dessas novas habitações, elas tinham muita semelhança quanto ao tamanho da área de moradia. Foram mantidos espaços da dimensão de cubículos - quartos para celibatários - e áreas como sanitária e de serviço continuavam coletivas (VAZ, 1994).

²⁹ A denominação de «vila operária» designa não apenas os conjuntos de casas construídas pelos industriais, mas também aquelas realizadas por empresários imobiliários, tendo em comum o fato de serem habitados principalmente por trabalhadores (VAZ, 1994, p. 50).

Devido às normas rígidas que definiam a construção das vilas que acabavam por não baratear as habitações para possibilitar a moradia para a população mais pobre, surgiu um modelo intermediário de habitação que foram as avenidas. Estas poderiam representar uma evolução melhorada e higienizada das estalagens (cortiços) (VAZ, 1994, p. 585). Podemos verificar até mesmo no livro de Aloísio de Azevedo a transformação da *Estalagem São Romão* para *Avenida São Romão*, após a realização de uma reforma:

E, como a casa comercial de João Romão, prosperava igualmente a sua avenida. Já lá se não admitia assim qualquer pé-rapado: para entrar era preciso carta de fiança e uma recomendação especial. Os preços dos cômodos subiam, e muitos dos antigos hóspedes, italianos principalmente, iam, por economia, desertando para o "Cabeça-de-Gato" e sendo substituídos por gente mais limpa. Decrescia também o número das lavadeiras, e a maior parte das casinhas eram ocupadas agora por pequenas famílias de operários, artistas e praticantes de secretaria. O cortiço aristocratizava-se (1997, p. 169).

De acordo com Benchimol (1990, p. 291) “avenida era uma ‘estalagem aperfeiçoada’ que se enquadrava nos regulamentos de obras para as habitações ditas proletárias: compunha-se de uma rua central calçada, com passeios, ladeada de casas separadas, com cozinha, banheiros e latrinas independentes, quartos arejados e áreas cimentadas para a lavagem de roupas”.

Porém, Vaz (2002) constatou, no passado, a existência de uma *avenida* na Rua Santo Amaro n.º 61, no bairro da Glória, no Rio de Janeiro, onde suas características pouco se diferia das antigas estalagens. A avenida que apesar de constar melhoramentos de ordem higiênica, apresentou ainda uma ventilação precária entre os cômodos (quarto e cozinha) das “casinhas” e ainda um pequeno número de banheiros.

Verificamos que, ainda que as avenidas representassem um modelo intermediário de habitação, ainda se apresentava acima dos padrões financeiros dos antigos moradores de cortiço. Benchimol (1990, p. 291) se refere às avenidas como “verdadeiro luxo, inacessível à bolsa do pobre, pois se alugam correntemente por 80\$000 a 120\$000”.

Nesse sentido, dava-se espaço para um novo tipo de público nas renovadas instalações habitacionais e transformava seus ex-moradores em “retirantes” à procura de um novo habitat.

3.3 FAVELAS

Seria fácil imaginar ou até mesmo supor que a formação das favelas veio a se tornar realidade após as obras de saneamento da cidade (*bota-abaixo*), quando os cortiços perderam espaço na cidade e assim as habitações populares também, porém, o *bota-abaixo* só acentuou a crise habitacional existente, aumentando o número de moradores das já existentes favelas, enquanto outras também se formavam. Deste modo, Vaz (1994, p. 587) afirma que [...] passada a «era das demolições», a habitação popular deixava de ser vista como uma construção (cortiço) entre outras e se tornava uma área (favela) entre outras [...].

Ferreira (2009) nos relata que a forma incipiente de favela data do ano de 1865, quando se notava “casebres em morros da cidade”. No entanto, Vaz (1994, p. 590-591) informa que o agrupamento das casinhas pobres nos morros só pôde ser considerado favela, efetivamente, quando passa a conotar “adensamento, ilegalidade, insalubridade, desordem, autoconstrução e falta de serviços e infraestrutura urbana” e a essa fase inicial das favelas seria uma forma intermediária de habitação “entre o cortiço e a favela, entre o velho e o novo”. As semelhanças iniciais entre cortiços e favelas, fez com que se referissem ao antigo cortiço “*Cabeça-de-Porco*”, como cita Vaz (1994), como a “semente da favela”, principalmente pelos casebres e barracos presentes no interior do cortiço.

No entanto, a relação com a formação das favelas com a vinda de soldados que voltavam de guerras é persistente. A primeira e mais antiga desta relação indica que em 1870, os ex-combatentes da guerra do Paraguai, teriam ocupado as encostas de alguns morros. Contudo, podemos considerar que a favela³⁰ tem como marco inicial da sua história o Morro da Providência, até hoje situado na região central do Rio de Janeiro. Após o combate na guerra de Canudos, os soldados que atuaram na guerra, aproveitando a proximidade do morro com o Ministério da Guerra, ficaram por ali a aguardar uma resposta sobre sua situação militar (VAZ, 1994). Ferreira (2009) ainda informa que no ano de 1897, se deu o surgimento do morro da Providência e também do morro Santo Antônio. O morro Santo Antônio teve sua formação populacional bem parecida com o da Providência, que só veio e diferir quando foi cortado da paisagem da cidade, conforme descreve Abreu e Vaz:

³⁰ O termo favela provém da presença no local de arbustos com favas, que no sertão baiano eram chamados de «faveleiros». Inicialmente esta palavra designou o morro e os moradores. Na primeira década do século XX, o morro da Providência já era designado por morro da Favela; por volta de 1920 a palavra já era utilizada como substantivo nos jornais (VAZ, 1994, p. 591).

Apesar de não ser conhecida, a história da favela de Santo António (já desaparecida) tem origem semelhante: os praças de outro batalhão, também retornados da campanha de Canudos, que construíram seus barracos com autorização dos chefes militares no morro situado nos fundos do quartel entre as Ruas Evaristo da Veiga e Lavradio. Em 1897 já havia 41 barracos no local; em 1901, 150 casinhas com mais de 600 moradores, e, em 1910, 1314 barracões com cerca de 1000 habitantes (ABREU; VAZ, 1991 apud VAZ, 1994, p. 591).

Portanto, não podemos deixar de dar a devida importância ao Prefeito Pereira Passos (1902-1906) que, de várias formas, “estimulou” a expansão das favelas na cidade do Rio de Janeiro. Observando que as vilas operárias não obtiveram o impacto desejado e necessário, uma opção que poderia se estabelecer era habitar nos subúrbios³¹, já que, desde 1880, o subúrbio passaria a ser uma “opção de moradia popular” (VAZ, 1994, p. 587), pois, como afirma Vaz, as facilidades para a construção neste local, viabilizava a moradia para os trabalhadores [...] lá encontrava grande oferta de lotes e podia construir ou autoconstruir sua casa, pois lá vigorava a «liberdade de construção» (designação de um conjunto de facilidades vigentes) [...] (1994, p. 587).

Todavia, a oportunidade concedida para a construção não foi o suficiente para que a classe menos “abastada” ocupasse os subúrbios do Rio de Janeiro. Além da distância maior até os locais de trabalho, que se concentravam em grande parte na região central cidade, a implantação do sistema ferroviário (1861) não foi suficiente para resolver tal percalço, pois o trabalhador tinha que custear o valor da passagem do transporte. No ano de 1903, o Prefeito Pereira Passos baixou um decreto que viria a dificultar mais um pouco a situação de quem tinha a intenção de morar no subúrbio com pouco dinheiro, desta maneira nos explica Vaz:

[...] O prefeito Passos, buscando o controle total do espaço, baixou o decreto n.º 391 de 10 de fevereiro de 1903, regulando as construções e instituindo uma série de exigências técnicas, arquitetônicas e legais que oneravam novas edificações em toda

³¹ [...] essa palavra sofreu uma transformação em seu significado tradicional, fazendo com que deixasse de representar todas áreas circunvizinhas à cidade para designar, de forma particular e exclusiva, os bairros populares situados ao longo das ferrovias nos setores norte e oeste da cidade do Rio de Janeiro (FERREIRA, 2009, p.05).

Ainda hoje, no Rio de Janeiro, é comum o uso de expressões como: subúrbio da Leopoldina (referindo-se aos bairros servidos pela Estrada de Ferro da Leopoldina) e subúrbio da Central (tratando-se dos bairros servidos pela Estrada de Ferro da Central do Brasil) (FERREIRA, 2009, p. 06).

[...] o trinômio trem–subúrbio–pobreza só veio de fato a se concretizar depois do início do século XX, com o desenvolvimento da ideologia da casa própria no subúrbio. “Subúrbio”, então, passou a ser entendido como as áreas servidas por ferrovia que foram abertas ao proletariado como um dos símbolos das alterações das relações sociais que conformam e caracterizam as reformas urbanas verificadas no Rio de Janeiro [...] (FERREIRA, 2009, p. 05).

a cidade. O rol de imposições encareceu de tal maneira a construção na zona suburbana que a inviabilizou para os trabalhadores (1994, p. 587).

O mesmo decreto também veio a proibir que os cortiços tivessem qualquer tipo de obra, recuperação ou reformas. Também ficava proibida a construção de barracões “salvo nos morros que ainda não tiverem habitações” (VAZ, 1994, p. 592). Assim, caracterizava-se a relação entre Estado e a carência habitacional que “empurraram” os habitantes mais pobres do Rio de Janeiro para uma opção de moradia com tantos problemas de insalubridade ou até mais do que a antecessora, afirma Vaz (1994):

Expulsos do centro e impedidos de se assentar até nos locais mais distantes e mais econômicos, os pobres encontraram outra opção na ocupação de morros vazios nas proximidades do centro. A autoconstrução com materiais precários sobre terrenos de propriedade incerta se difundiu rapidamente e a favela começou a se fazer notar na paisagem da cidade (p. 588).

Sendo assim, a área central do Rio de Janeiro foi a região onde primeiramente tiveram a presença das favelas no final do século XIX. No início do século XX os casebres foram se espalhando pela Zona Norte e Sul da cidade, o morro do Salgueiro em 1909, da Mangueira em 1910 e em Copacabana em 1907 (VAZ, 1994), porém, Ferreira (2009) nos relata que a intensidade no crescimento das favelas da Zona Sul se deu a partir dos anos 1910.

Contudo, somente a partir dos anos 1940 as favelas passam a ser reconhecidas como um fenômeno oficial, quando em pouco tempo a presença destas começaram a ser indesejadas, reprimidas e removidas. A partir dos anos 1950, começou a ver-se o desmonte do Morro Santo Antônio³², sob a administração do Prefeito Dulcídio Cardoso (1952-54).

No final do governo Lacerda (1960-1965) o Morro Santo Antônio ficaria somente na memória dos cariocas, quase dez anos após início do seu desmonte³³ (AMOROSO, 2006). Após a instauração do golpe militar (1964) as ações de remoções (eliminações) das favelas tornou-se intensa, sobretudo, sobre as favelas da Zona sul do Rio de Janeiro, como os casos das favelas da Praia do Pinto, que localizava-se na orla da Lagoa Rodrigo de Freitas, e Morro da Pasmado, localizado no bairro de Botafogo (BRUM, 2012). Conseqüentemente, vimos uma quantidade enorme de remoções e seus resultados nada promissores como nos explica Ferreira (2009):

³² O Morro Santo Antônio localizava-se no Centro da cidade do Rio de Janeiro e atingia a área onde hoje situa-se a Avenida República do Chile, tende seus limites até as ruas Evaristo da Veiga, Senador Dantas, Carioca e Lavradio.

³³ Entretanto, uma pequena parte do morro foi mantida, que é onde se localiza o antigo Convento de Santo Antônio.

[...] Foi assim que presenciamos uma longa história de remoções, desconsiderando um fato fundamental: durante toda a história o trabalhador buscou estar próximo ao local de trabalho. E nesse sentido não é de espantar que a maior parte das remoções não obteve sucesso, pois os moradores eram alocados em locais muito distantes e sem infra-estrutura (*sic*) de transportes (p. 04).

Entretanto, as favelas acompanharam a expansão da cidade e não pararam de ampliar sua área geográfica na cidade inclusive nas suas regiões nobres. O crescimento da metrópole carioca a partir da metade do século XX não conteve o espraiamento populacional em todos os cantos possíveis do Rio, como explica Ferreira (2009):

Desde meados do século XX, a ocupação da cidade continuou seguindo o caminho traçado já no início desse mesmo século: o declínio da população residente na área central era cada vez maior e enquanto os subúrbios absorviam as classes mais baixas da população, a zona sul manteve-se como área preferida da classe mais abastada da cidade. Durante a primeira metade do século XX a cidade se expandiu e em seu interior as favelas foram sendo criadas (p.04).

Os programas de remoção se tornaram inviáveis com o passar das décadas e atravessados por diversos interesses, trazendo ao Estado (Rio de Janeiro) um novo Programa, o *Favela-Bairro*, foi posto em prática, em que traria a urbanização para o interior da favela, o “projeto de urbanização de favelas iniciado na segunda metade dos anos de 1990, orçado em cerca de 600 milhões de Reais, parcialmente financiados pelo Banco Mundial” (CAVALCANTI, 2009, p. 70).

O Programa teve sua duração do ano de 1995 a 2000, e abrangeu o total de 54 favelas e oito loteamentos irregulares. O *Favela-Bairro* tinha o objetivo de integrar a favela à cidade e potencializar os atributos internos da comunidade, através de uma infraestrutura urbana comum aos bairros como: calçamento, ruas largas, esgotamento sanitário, creches, postos de saúde, além da regularização dos imóveis e da realocação das moradias em áreas de risco³⁴ (SILVA, 2010).

O Programa, no entanto, não conseguiu eliminar a lógica segregadora que separa a favela do asfalto (do restante do bairro). A urbanização, portanto, não se mostrou suficiente para garantir a incorporação da favela no panorama urbano (SILVA, 2010, p. 81).

Todavia, o novo conceito de bairro dado às favelas do Rio colaborou para sua valorização e aumento de interesses imobiliários em tais regiões, ainda que a presença marcante do tráfico de drogas, desde o final do século XX, tenha proporcionado o aumento

³⁴ Decreto n.º 14.332, de 7 de janeiro de 1995.

das fronteiras sociais entre os moradores das favelas e os de fora, ditos do “asfalto” (CAVALCANTI, 2009).

Os anos 1990 também vivenciou um novo momento na qual elevou a favela a mais um patamar, que foi a sua inserção na rota turística brasileira, principalmente, no Rio de Janeiro. A conservação de uma cultura autêntica foi um fator importante para a constituição desse novo destino turístico. Entretanto, a Eco-92³⁵ foi apontada como o ponto de partida do turismo na favela, passando a uma atração rentável e bem concorrida (MEDEIROS, 2006).

Os passeios turísticos nas favelas estão enquadrados na modalidade chamada *reality tours*. Estes *reality tours*, como seu próprio nome indica, estabelece uma maior relação com a realidade, com a autenticidade e atraem os apaixonados por esse mundo onde as motivações para o seu conhecimento possuem legitimidade, onde se encontra a “exótica favela”.

O novo olhar sobre as favelas que colaborou para o sucesso dos *reality tours* e atração do público internacional para eles, teve seus pontos facilitadores para aproximação, a partir da imagem de favela fornecida para o exterior pelos mundos artístico e empresarial como: o filme *Cidade de Deus* (2002); a instalação *Favelité*, no ano do Brasil na França (2005); os clubs *Favela Chic*, em Paris, Miami, Glasgow e Londres; o restaurante *Favela*, em Tóquio; o *Favela Restaurant*, em Sidney; e o *Club Favela*, na Alemanha, todos estes, sob seu ponto de vista, adotaram seu conceito temático as influências das favelas brasileiras (MEDEIROS, 2006).

No contexto dos *reality tours* as favelas estão conceituadas na especificidade³⁶ de “tours sociais³⁷”, que envolvem elementos e estimulam a sua adesão, conforme descreve Medeiros (2006):

A favela que é elaborada e vendida como atração turística leva ao paradoxismo as premissas dos reality tours: ao mesmo tempo em que permite engajamento altruísta e politicamente correto diante da paisagem social, motiva um sentimento de aventura

³⁵ A ECO 92, ou ainda como ficou conhecida também, Rio 92, foi uma Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cnumad), realizada em junho de 1992 no Rio de Janeiro, marcou a forma como a humanidade encara sua relação com o planeta. Foi naquele momento que a comunidade política internacional admitiu claramente que era preciso conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a utilização dos recursos da natureza (BRASIL, 2015).

³⁶ A outra especificidade de *reality tours* é a de “tours sombrios”. Nestes tours os passeios são à lugares associados ao sofrimento, geralmente, onde ocorreram tragédias como: os campos radioativos de Chernobyl, os túneis Viet Cong e aos estragos provocados pelo furacão *Katrina* (MEDEIROS, 2006).

³⁷ Modalidade de passeio turístico, em que se vai a países onde imperam conflitos sociais e instabilidade política, iniciada pela ONG Global Exchange, sediada em São Francisco, Estados Unidos da América. Esta ONG leva turistas de países desenvolvidos, principalmente, norte-americanos, para esses tours. No Brasil, a *Global Exchange* já disponibilizou tours sociais a locais como: assentamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e a sala de aula do Projeto *Viva Bebê* no Presídio Talavera Bruce (MEDEIROS, 2006).

e de deslumbramento diante da paisagem física. É a experiência do autêntico, do exótico e do risco em um só lugar [...] (p. 05).

A *Rocinha*³⁸ é uma das favelas cariocas mais vendidas como destino turístico, assim como a bela e pacata Copacabana dos cartões postais que é promovida há décadas. Com sete agências de tours regulares, que tentam diversificar seus serviços, a Rocinha está bem servida de passeios, enquanto as promotoras disputam a utilização da marca “favela tour” e os espaços de atuação de trabalho. O atributo de “maior favela do Brasil”, aliado a sua localização próxima aos melhores hotéis da cidade e o favorecimento paisagístico de uma bela vista do alto do morro são itens favorecedores do sucesso da “Rocinha Turística”, fatores que não estão presentes na *Cidade de Deus*³⁹ influenciaram o seu insucesso como destino turístico, ainda que o filme homônimo tenha feito bastante sucesso (MEDEIROS, 2006).

Os passeios na *Rocinha* se apresentam como uma oportunidade de entender a Complexidade do Brasil: passeio sociológico. Os operadores de turismo do local tentam romper com o discurso que associa favela à violência. A pobreza, portanto, se coloca neste contexto como testemunha o contraste social, porém, em nenhum momento como propulsor de conflitos. Entretanto, o tráfico de drogas e suas condutas violentas, não deixam de ser tema durante os passeios. O que se questiona, contudo, é a dimensão ética dos passeios à medida que o foco destes é direcionado aos favelados, constituindo a ideia de visita ao “zoológico”, encorajada por algumas agências (MEDEIROS, 2006).

Quanto ao gasto dos turistas durante as visitas na *Rocinha* acaba sendo pouco, não usufruindo dos benefícios econômicos gerados pelo turismo. O interesse dos moradores em abrirem uma agência de turismo própria existe, mas a distância até que tal fato se realize, existe e é grande. Todas as sete agências atuantes na Rocinha possuem guias profissionais. A agência *Exotic Tours* seria a única agência com objetivo de treinar jovens da Rocinha e de outras favelas para serem guias auxiliares, entretanto, esta iniciativa não foi bem aceita entre os demais operadores (MEDEIROS, 2006).

O Morro da Babilônia⁴⁰ - muito menor que a *Rocinha* - também é mundialmente conhecido, desde os anos 1960, quando o filme *Orfeu Negro ali foi gravado*, e consolidou os símbolos da brasilidade, negritude, favela e carnaval. Assim, o *Babilônia*, ocasionalmente, vem atraindo turistas de diferentes nacionalidades em busca da exuberância mostrada no filme. Os moradores da *Babilônia* atuam como guias dos passeios, onde o foco está na

³⁸ Localizada na Zona Sul do Rio de Janeiro, entre os bairros da Gávea e Leblon.

³⁹ Localizada no bairro de Jacarepaguá, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

⁴⁰ Localizado no bairro do Leme, Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro.

vivência com a natureza, baseada no reflorestamento realizado no local. Entretanto, resistir as propostas das agências externas para explorar o *turismo no morro também* significa ficar sem recursos financeiros para investir na diversificação dos tours (MEDEIROS, 2006).

O *Morro dos Prazeres* localizado no bairro de Santa Teresa – região central do Rio de Janeiro – explora a dimensão artística do local por meio dos seus marcos históricos nativo que busca visitar o Rio de Janeiro “tradicional”, “autêntico” e “boêmio”. O turismo promovido nos *Prazeres* acontece por meio de parcerias entre agentes externos e líderes locais, porém, o protagonismo do trabalho é questionado pelas lideranças do morro. Uma das preocupações associadas à hierarquização do fornecimento do serviço de tours nos *Prazeres* é o fato do foco dos passeios acabarem por muitas vezes tomar uma espetacularização da violência na favela (MEDEIROS, 2006).

A experiência turística no Morro da Providência é diferente de todos os outros aqui apresentados. Neste o agente promotor é governamental – a Prefeitura do Rio de Janeiro - que surgiu de encontro com a “inauguração” do *Museu a Céu Aberto da Providência*⁴¹, em 2005. Entretanto, a venda do turismo no local está associada ao patrimônio e a autenticidade da tradição local e no qual os guias são, em grande parte, moradores do morro. Já no período do *Favela-Bairro* – do qual a *Providência* recebeu intervenções urbanísticas - o morro foi idealizado ser um ponto turístico. Foram R\$ 14.000.000,00 investidos na construção de redes de água e esgoto, praças e creches.

Apesar de todas as formas de elevação do padrão das favelas aqui apresentadas, uma nova realidade de poderio passou a expandir-se pouco à pouco nas favelas do Rio de Janeiro a partir dos anos 2000, as chamadas *milícias*⁴² (ZALUAR; CONCEIÇÃO, 2007). Estas *milícias* brasileiras e, principalmente, cariocas, formadas por policiais, ex-policiais (sobretudo militares), alguns agentes penitenciários e alguns bombeiros, surgiram teoricamente com o objetivo de fornecer “segurança” aos locais possivelmente ameaçados pelo tráfico de drogas. Entretanto, a realidade revela atividades comerciais, venda de serviços e pagamento taxas, praticamente, obrigatórios aos moradores dos locais dominados por milicianos, de acordo com a necessidade dos clientes como a cobrança de taxa das cooperativas de transporte alternativo,

⁴¹ O *Museu a Céu Aberto da Providência* não existe fisicamente, nunca foi construído. Os moradores informam que foi uma idealização do Prefeito César Maia durante sua gestão, portanto, o museu agora se constitui apenas no campo da imaginação (MEDEIROS, 2006).

⁴² “... milícia é comumente usada para designar uma força militar composta de cidadãos ou civis que pegam em armas para garantir sua defesa, o cumprimento da lei e o serviço paramilitar em situações de emergência, sem que os integrantes recebam salário ou cumpram função especificada em normas institucionais. Podem ser tanto os que exercem a atividade de defesa de uma comunidade (pessoas, propriedades e leis) como os homens habilitados a cumprir esta atividade e que podem ser chamados a usar as armas em tais situações (ZALUAR; CONCEIÇÃO, 2007, p. 89-90).

a venda de sinal ilegal de TV a cabo (*gatonet*), a venda inflacionada de botijão de gás, o pagamento de percentuais para a venda, compra e aluguel de imóveis, entre outras (ZALUAR; CONCEIÇÃO, 2007).

Assim, esses grupos de homens com treinamento militar e muitas vezes ainda pertencentes a instituições do Estado – que inicialmente foram até chamados de “*polícia mineira*” - encontraram na vulnerabilidade das favelas, diante da ausência do próprio Estado nestes locais, um negócio muito lucrativo. No entanto, estes que se auto identificam como mantenedores da ordem, se utilizam de coação, agressões físicas, entre outros métodos, para que as “leis” sejam obedecidas nos locais (ZALUAR; CONCEIÇÃO, 2007). Portanto, as favelas do Rio de Janeiro comandadas por grupos de milicianos, ainda que de forma mais velada, continuam a conviver com a violência no seu dia-a-dia, subsistindo a sensação de insegurança nestes locais (ZALUAR; CONCEIÇÃO, 2007).

Em 2009, rumores e desejo da volta das políticas de remoções voltaram a pairar no ar da cidade do Rio de Janeiro. Em publicação, do jornal O GLOBO de 12 de abril de 2009, o prefeito desta cidade, Eduardo Paes já tinha sua posição sobre o assunto, do qual não descartava as remoções de seus planos administrativos, como divulgou que “a remoção não é a melhor opção no caso de comunidades já consolidadas. Mas o assunto não pode ser tratado como tabu, nem descartado completamente. Por isso, deve e merece ser discutido pela sociedade” (MENDES, 2015).

A mídia impressa deu também seu incentivo à ideia das remoções, de maneira bem exagerada, à respeito das remoções reavivando a utopia de uma Zona Sul sem a presença de favelas⁴³. Em 15 de setembro, em publicação ainda do jornal O GLOBO foi divulgada uma relação de 119 favelas que deveriam ser removidas de forma total ou parcial da paisagem da cidade. A reportagem trouxe ainda o Plano Plurianual de Ação da prefeitura, em que chamou atenção o item chamado “ordem pública” no qual a meta se define em: “coibir novas ocupações ilegais e a expansão horizontal ou vertical das comunidades estabelecidas, a partir do uso efetivo de ecolimites e de um monitoramento aerofotográfico constante” (MENDES, 2015, p. 13).

O Tribunal de Contas do Município ratificou a probabilidade da efetuação de remoções de favelas associando à realização dos megaeventos na cidade: “a política de não remoção começa a deixar de ser um tabu, sendo repensada em benefício da Cidade como um todo, haja vista as ações previstas nos projetos relacionados à Copa do Mundo da FIFA de

⁴³ Texto publicado pelo jornalista Ali Kamel no dia 07 de abril de 2009, no jornal O GLOBO (MENDES, 2015).

2014 e às Olimpíadas de 2016” (MENDES, 2015, p. 14). O Secretário Municipal de Habitação alegou que as atuais remoções não possuem semelhança com as do período da ditadura militar, nos anos 1960 e 1970. Afirmou que os moradores de locais insalubres e de risco terão opções como a compra de imóveis usados, indenização ou ainda, o principal, a compra de um imóvel do *Programa Minha Casa, Minha Vida* (MENDES, 2015).

Em abril de 2010, a pior chuva dos últimos quarenta e seis anos no Rio de Janeiro, que causou diversos desmoronamentos, reativou a ideia, neste momento de forma mais concreta, da necessidade e urgência das remoções. Assim, no mesmo mês, o Prefeito Eduardo Paes declarou que iria executar a retirada de treze mil domicílios, sob a justificativa que todos se encontravam em áreas de risco e que de acordo com o posicionamento da Geo-Rio os custos despendidos em obras de contenção superariam os da remoção (MENDES, 2015). Em 7 de abril de 2010 a Prefeitura anunciou o decreto 32.081, decreto este que autoriza ações de acesso e desapropriação de imóveis e em seguida anunciou a remoção das favelas dos Prazeres e Fogueteiro, em Santa Teresa, São João Batista, em Botafogo, Laboriaux, em São Conrado, Cantinho do Céu e Pantanal, no Rio Comprido, Parque Colúmbia, na Pavuna e Morro do Urubu, em Pilares. Concomitantemente, foi lançado o programa *Morar Seguro* por meio do decreto 42.406, de 13 de abril, pelo Governo do Estado, regulamentando as remoções no médio e no longo prazo (MATTOS, 2013, p. 179).

Entre tais declarações à respeito das possíveis remoções obteve destaque a intenção governamental da remoção total do Morro dos Prazeres, o que suscitou um vasto movimento de resistência articulado por representantes da cultura, mídia, órgãos públicos, movimentos urbanos e Igreja Católica. Todavia, a difusão da notícia pela mídia resultou em uma declaração do Prefeito desistindo da remoção integral do morro. Porém, o movimento de resistência se espalhou por outras favelas ameaçadas de desaparecimento como: Providência, Rocinha, Cantagalo, Horto, Pavão Pavãozinho, Tabajaras, Vidigal, Restinga, Vila Recreio, Vila Harmonia, Vila Autódromo, Indiana, Metrô Mangueira, entre outras (MENDES, 2015).

Mesmo assim as remoções passaram a ocorrer e não de forma tão pacífica quanto anunciada pela Secretaria de Habitação caso viesse acontecer. Registros de demolições sem aviso, o uso de métodos truculentos e de intimidação por parte da polícia militar e de funcionários da Prefeitura. Ainda aconteceram casos de remoções que não tiveram uma razão plausível, indenizações muito abaixo do valor esperado ou ainda casos em que na retirada dos moradores os mesmos ainda não tinham alternativa de moradia. Enfim, peritos negaram o

apontamento de várias favelas como áreas de risco, sendo os casos da Vila Autódromo, na Zona Oeste e do Morro da Providência, no Centro (MATTOS, 2013).

Conquanto, o discurso era o da “integração” na Cidade do Rio de Janeiro, via “sustentabilidade social, econômica e ambiental”, onde os três poderes (Federal, Estadual e Municipal) alinhados proporcionariam a “virada histórica” nesta cidade. Logo, Eduarda La Roque, economista e Secretária de Fazenda do Município, definiu como três componentes fundamentais para tal realização: a instalação das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs⁴⁴); a oferta dos serviços públicos nas favelas; representatividade da UPP Social e a “sociedade civil” participante, porém, esta última através de “Parceria Público-Privada e com o Terceiro Setor” (PPP3) (MENDES, 2015).

Deste modo, poderemos conjecturar estratégias de inserção da favela nos perímetros de mercado – gastronômicos, culturais, empresariais, turísticos, terciários – e nos serviços públicos com parceria com o setor privado. Tais estratégias que, por sua vez seriam “inclusivas”, acarretam um aumento no custo de vida dos moradores, impossibilitando-os de pagarem suas contas, mesmo que inseridos em uma melhor infraestrutura, ainda deparam-se com a especulação imobiliária, principalmente, nas favelas ocupadas por UPPs. Desta maneira, um grande número de antigos moradores não consegue se sustentar na nova favela, destarte, acontece o que chamamos de “remoção via mercado” ou “remoção branca” (MATTOS, 2013). Conforme Mattos (2013), a “remoção branca” já é constatada em algumas favelas da Zona Sul do Rio de Janeiro:

[...] conforme denuncia uma parte dos moradores do morro Santa Marta, que questiona enfaticamente a condição, aventada pela Prefeitura, de “favela-modelo”. Na Rocinha, há hoje botequins e padarias de grandes redes que concorrem deslealmente com as tradicionais birosacas, as quais acabam sendo vendidas pelos seus donos (p.181).

Além da “remoção via mercado”, as favelas ocupadas com uma Unidade de Polícia Pacificadora, constantemente passaram a apresentar casos de abuso de poder, cerceamento de

⁴⁴ A Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) é um dos mais importantes programas de Segurança Pública realizado no Brasil nas últimas décadas. Implantado pela Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro, no fim de 2008, o Programa das UPPs é planejado e coordenado pela Subsecretaria de Planejamento e Integração Operacional. O Programa das UPPs foi elaborado com os princípios da polícia de proximidade, um conceito que vai além da polícia comunitária e tem sua estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de Segurança Pública. O Programa engloba parcerias entre os governos – municipal, estadual e federal – e diferentes atores da sociedade civil organizada e tem como objetivo a retomada permanente de comunidades dominadas pelo tráfico, assim como a garantia da proximidade do estado com a população. Além de levar paz aos moradores da comunidade, a pacificação tem um papel fundamental no desenvolvimento social e econômico das comunidades, pois potencializa a entrada de serviços públicos, infraestrutura, projetos sociais, esportivos e culturais, investimentos privados e oportunidades (RIO DE JANEIRO, 2014).

liberdade, entre outras ações provenientes da Polícia Pacificadora, não condizentes com objetivo da mesma, gerando mais desconfiança e atrito do que paz e proximidade, como declarou a promotora de Justiça do Rio de Janeiro, Gláucia Costa Santana, em matéria do *Fantástico*:

“Eu ouvi mãe de família dizendo que a polícia entrava a qualquer hora, do dia ou da noite, em suas casas, dizendo que havia suspeita de que ali havia um depósito de drogas. Traziam para fora da casa adolescentes para fazer perguntas e pressionar sobre informações de onde estariam as armas ou as drogas” (PORTAL G1, 2013).

Portanto, o conjunto de ações de “integração” é colocado como legado proporcionado por intermédio dos megaeventos com sede na cidade do Rio de Janeiro (SANTOS, 2013). Como resultado parcial das remoções o Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro apresenta:

Cerca de três mil famílias situadas na cidade do Rio de Janeiro já foram removidas e outras oito mil estão ameaçadas. A justificativa, na maior parte das vezes, é a localização destas comunidades em áreas de interesse da prefeitura e do governo do estado para o projeto da Copa e das Olimpíadas, como as destinadas à construção do estacionamento para o estádio do Maracanã, às obras viárias com faixas segregadas para o BRT, e ao Porto Maravilha no centro da cidade, entre outras [...] (2013, p. 20).

Constatamos, portanto, que o empenho na integração das favelas à cidade e os meios pelos quais se daria, não passou pela via debate com as mesmas. Portanto, Mendes (2015) cita algumas das questões que demonstram a repetida condição unilateral nas quais são traçadas muitas das políticas sociais, que fornecem respostas controversas as demandas das comunidades:

[...] os próprios moradores demandam que o interesse social seja reconhecido em detrimento de uma equiparação supostamente igual de realidades totalmente distintas. Por isso levantam questões sobre a qualidade do serviço prestado na favela, o padrão de urbanização do local e a renda auferida pela população para, com total razão, lutar por critérios diferenciados de cobrança (p. 23).

As essas ações governamentais – traduzidas em intervenções urbanas - das últimas décadas, aqui constatadas, que constituem os Planos Estratégicos da Prefeitura do Rio de Janeiro – desde 1994⁴⁵, entram em consonância com o conceito de “cidade global⁴⁶”, já

⁴⁵ Informação disponível em: LOPES, Rodrigo. O Planejamento Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro - Um Processo de Transformação. Rio de Janeiro: **Trabalho e Sociedade**, a. 3, n. 5, mar. 2003.

seguidos por cidades europeias como Lisboa, Londres e Barcelona, sendo a última a grande inspiradora. A economia globalizada orienta a cidade para um novo protagonismo, onde as intervenções urbanas promovidas quase que totalmente por parcerias entre o Poder Público e a iniciativa privada, privilegia a valorização de algumas áreas em detrimento de outras (MAIA; ALVARENGA, 2015). Assim, a gentrificação⁴⁷ torna-se uma consequência direta desse processo de enobrecimento da cidade.

Harvey (2012) prevê o malfadado futuro das favelas - conforme conhecemos - diante dos novos “paradigmas” de metrópole no qual estão inseridas:

Aposto que dentro de quinze anos, se a tendência atual continuar, todas aquelas ladeiras ocupadas por favelas no Rio de Janeiro serão cobertas por condomínios de alto padrão com fabulosa vista para a idílica baía, enquanto os primeiros moradores terão sido removidos para alguma periferia remota (p. 85).

3.4 OS CONJUNTOS HABITACIONAIS

Quando nos referimos à habitação popular brasileira, ainda que não tenham se constituído como tal, devemos necessariamente destacar quatro órgãos que tiveram mote no Brasil: o primeiro teve suas atividades no campo habitacional, compreendida entre os anos de 1937 a 1964, foram os IAPs – Institutos de Aposentadoria e Pensões e o segunda, que se deu entre os anos de 1964 e 1986, foi o BNH – Banco Nacional de Habitação. Os IAPs tinham seu financiamento intermediado pelas Carteiras Imobiliárias, que fomentaram moradia para a população de baixa renda, mas somente para seus associados, constata Sanvitto (2010). No caso BNH, este foi o órgão regulador das operações financeiras do Plano Nacional de Habitação (PNH) que incluía do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) e

⁴⁶ [...] o conceito de cidade global é a expressão de um processo histórico bastante concreto vivido por determinadas metrópoles do Primeiro Mundo e, como tal, procura refletir a totalidade de seu movimento. Ao mesmo tempo em que designa o processo de transformação na estrutura produtiva das metrópoles, decorrente da globalização da economia, evidencia as contradições a ele inerentes: as alterações promovidas no mercado de trabalho e o aumento consequente da desigualdade social, com rebatimento na apropriação do espaço urbano (CARVALHO, 2000, p. 70).

⁴⁷ Gentrificação – Esse fenômeno pode se referir tanto ao consumo, quando espaços submetidos a processos de renovação/ requalificação urbana e passam a ser frequentados por um público mais “seleto”, enobrecendo a região – fenômeno esse observado nos centros históricos de algumas cidades, antes obsoletos e degradados. Mas a dentrificação também está referida aos espaços de moradia, aprofundando a segregação socioespacial, à medida em que se constata uma apropriação de áreas antes ocupadas por segmentos populares por moradores mais abastados, demonstrando a força dos agentes do capital no que se refere à intervenção sobre o espaço urbano e a despossessão dos trabalhadores quanto ao direito à Cidade (MAIA; ALVARENGA, 2015, p. 07).

diversos órgãos⁴⁸ de apoio, sob a Lei⁴⁹ Federal nº 4.380 (SANVITTO, 2010). Entretanto, duas outras experiências brasileiras no setor habitacional, ainda que de menor conhecimento público, também tiveram importantes realizações no campo da habitação que também aqui serão descritas, que são a Fundação da Casa Popular (FCP), atuando de 1946 a 1964 e Departamento de Habitação Popular do Distrito Federal (DHP), criado em 1946 e teve suas atividades até 1962. Ainda que estes órgãos voltados à habitação social tenham sofrido influências bem semelhantes na sua criação e desenvolvimento, que possam em grande parte de seus empreendimentos caracterizá-los de conjuntos habitacionais, Sanvitto (2011) destaca que as iniciativas no campo habitacional fomentadas pelos IAPs, FCP ou DHP recebiam o nome de conjuntos residenciais.

O primeiro Instituto de Aposentadorias e Pensões (IAP) foi o da categoria⁵⁰ dos Marítimos, em 1933 (GOMES, 2002). Estes Institutos, os quais descreveremos, primeiramente, tiveram sua criação e desenvolvimento entrelaçado com o momento sociopolítico brasileiro que se iniciou no período dos anos 1930, que foi marcado por uma Revolução – conhecida como a Revolução de 30⁵¹ e a Administração do – a princípio - Chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas. Vargas estabeleceu um novo compromisso de Governo, que não estava centralizado nos antigos grupos que compunham o poder (classes

⁴⁸ O BNH foi o principal órgão financeiro do Sistema Financeiro da Habitação, porém, contava com a complementariedade de outros órgãos de naturezas pública e privada. O banco contou com o apoio complementar dos Agentes de diversas áreas: os Agentes Financeiros foram as Caixas Econômicas, Associações de Poupança e Empréstimo e as Sociedades de Crédito Imobiliário; Agentes Promotores, que atuavam na comercialização das unidades habitacionais, as COHABs – Companhias de Habitação, e cooperativas habitacionais; “Agentes para Atividades Complementares, com a incumbência de desenvolver atividades de natureza técnica como os Institutos de Orientação às Cooperativas Habitacionais – INCOOPs; e os Agentes Especiais, como o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SERFHAU, o Banco do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE (SANVITTO, 2010, p. 93).

⁴⁹ [...] Esta Lei instituiu “a Correção Monetária nos Contratos Imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria”, criou “o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo [...]” (SANVITTO, 2010, p. 91).

⁵⁰ [...] A partir de 1930 assiste-se a uma acelerada ampliação do Seguro Social, agora vinculados progressivamente a uma política global do Estado para a classe operária. As CAPs (Caixas de Aposentadorias e Pensões) deixam de ter por âmbito as grandes empresas tomadas individualmente, para abrangerem as chamadas Categorias Profissionais (1933), surgindo os IAPs (Institutos de Aposentadorias e Pensões), que paulatinamente – conforme a capacidade de pressão e barganha de cada setor – passam a englobar grande parcela dos assalariados urbanos do setor privado e estatal (IAMAMOTO, 2008, p. 291-292).

⁵¹ A frase de Antônio Carlos “Façamos a revolução antes que o povo a faça” ajuda a explicar a Revolução de 1930. Foi um movimento das oligarquias que não se beneficiavam da política do café-com-leite, como a do Rio Grande do Sul, com o apoio de setores sociais cansados da velha e corrupta República, tal como os tenentes e as classes médias urbanas. Essa parcela da oligarquia que se revoltava queria acabar com o domínio da oligarquia cafeeira mineiro-paulista ou, ao menos, compor-se com ela. Ao mesmo tempo pretendia impedir que o poder lhe fugisse das mãos, tomado pelos tenentes ou qualquer outro grupo de oposição (ARRUDA; PILETTI, 2000, p. 366).

médias, tenentes, oligarquias periféricas, etc), mas se legitimou “pairando sobre todas as classes” (BONDUKI, 1994, p. 716).

A “Era Vargas⁵²” implantou várias leis trabalhistas, entre elas: as férias remuneradas, jornada diária de trabalho de oito horas, o salário mínimo (1940), repouso semanal obrigatório, indenização por dispensa sem justa causa, entre outras, que culminaram na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), anunciada no dia 1º de maio de 1943 (GOMES, 2002). Entretanto, Getúlio Vargas também exerceu um forte controle sobre os trabalhadores descrito na Lei de Sindicalização do ano de 1931. Esta lei obteve como objetivos: “transformar o sindicato em colaborador do Estado; disciplinar o trabalho, considerado mero fator de produção e evitar a luta de classes usando o sindicato como intermediário entre capital e trabalho” (ARRUDA; PILETTI, 2000, p. 369).

Porém, um dos maiores problemas urbanos da classe trabalhadora, a ser enfrentado por Vargas e também seus sucessores, sempre foi a habitação, tanto pela falta de acesso facilitador para ao acesso da moradia fixa (própria) como pelos aluguéis que consumiam grande parte do salário dos trabalhadores. O problema habitacional nas grandes cidades são transpassados por necessidades de nível social, individual, técnico, demográfico e econômico, passando assim o problema habitacional à categoria de questão habitacional impescindindo a intervenção do Estado. Portanto, um governo de viés populista, como o de Vargas, a questão habitacional era uma importante demanda a ser enfrentada.

Logo, verificou-se que além do reconhecimento da questão da habitação por parte do Estado, a iniciativa privada isoladamente não conseguiria equacionar representativamente a questão (BONDUKI, 1994, p. 724). Assim, se deu o início da construção de inúmeros conjuntos habitacionais por parte do Estado, com as carteiras prediais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), a partir de 1937, como relata Farah (1984) e Melo (1987):

Efetivamente, a criação das carteiras prediais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões representou um mecanismo através do qual os imensos recursos que afluíam aos cofres dos IAPs e que não tinham destinação imediata (estes recursos proviam do depósito compulsório de empresas e trabalhadores para o pagamento futuro de aposentadorias e pensões) podiam financiar a construção civil, não só na habitação social (Planos A e B), mas também no Plano C, que financiava a incorporação imobiliária para os setores médios (*apud* BONDUKI, 1994, p. 725).

Entretanto, destaca-se a influência europeia neste modo de produção habitacional em massa, que em alguns momentos também incorporava equipamento sociais aos conjuntos

⁵² [...] ramifica-se em três momentos: o Governo Provisório -1930-1934 -, o Governo Constitucional - 1934-1937 - e o Estado Novo - 1937-1945 [...] (SANTANA, 2015).

habitacionais (BONDUKI, 1994). Assim, a produção destes conjuntos habitacionais trouxeram algumas inovações que foram inseridas no método de construção brasileiro como: os blocos de apartamentos multifamiliares padronizados, a introdução dos pilotis aos prédios e também a boa qualidade, solidez e tamanho dos apartamentos e casas construídas como relata Bonduki (1998, p. 165):

O primeiro grande conjunto residencial construído pelo IAPI, concluído em 1943, foi o Conjunto Residencial do Realengo, no Rio de Janeiro, composto por tipologias diversificadas, casas geminadas duas a duas, geminadas em fileiras e blocos de apartamentos de quatro andares; além de infra-estrutura (*sic*) completa (rede de água, luz, esgoto; galeria de águas pluviais, pavimentação e estação de tratamento de esgoto) e serviços de caráter coletivo – “...escola primária para 1500 alunos, creche para 100 crianças, ambulatório médico, gabinete dentário, quadras para a prática de esportes, templo católico e horto florestal – que foram totalmente implantados” (*apud* BARON, 2011, p. 116).

O Conjunto Residencial do Realengo, projetado por Carlos Frederico Ferreira, localizado no bairro de Realengo, no subúrbio do município do Rio de Janeiro, se destacou pela sua diversidade e também pela sua grandiosidade. Foram construídas um total de 2.344 unidades habitacionais neste Conjunto Habitacional que se localiza próximo a linha férrea. Esse modelo de construção habitacional diversificado serviu como exemplo para que o IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários) optasse por construir moradias, nos centros urbanos, do modelo de blocos laminares e nas cidades pequenas, casas geminadas (ESKINAZI, 2010).

Ainda que possam se destacar os aspectos positivos das unidades habitacionais produzidas pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões, subordinados ao Ministério do Trabalho, estes divergiam quanto a produção e viabilização destas habitações, divergência que foi também relevante neste processo de produção habitacional. A questão que estava inserida nessa contrariedade foi o objetivo do Estado em viabilizar o acesso à casa própria e em oposição a ideia dos IAPs que mantinha os conjuntos habitacionais do Plano A em sua propriedade viabilizando-os apenas por aluguéis, com o objetivo “de impedir a delapidação das reservas da Previdência” (BONDUKI, 1994, p. 728). As carteiras prediais foram uma das frentes de atuação dos IAPs, mas não era o foco ou objetivo central destas instituições, que em sua definição eram instituições previdenciárias, tinham seu foco na garantia de aposentadoria e pensão aos seus associados e como investimento nos fundos de reserva da Previdência Social.

Logo, os retornos financeiros esperados, principalmente, pelos Planos A e B reduziram-se ao ponto de torná-los insignificantes. Desta forma, paulatinamente os IAPs passaram a investir basicamente nas carteiras prediais do Plano C, destinada as rendas médias, onde a rentabilidade estava garantida, aliando a outros investimentos. Esta ação dos institutos foi combatida por sindicatos, políticos e imprensa, mas não foi suficiente para alterar o destino destas instituições (BONDUKI, 1994). Em 1943, já na reta final da “era Vargas”, a Consolidação das Leis do Trabalho, que teve por base a Carta do Trabalho do governo fascista italiano, trouxe uma série de normas⁵³ aos sindicatos que travaram suas atividades e a perda de sua autonomia (ARRUDA; PILETTI, 2000). A situação dos sindicatos viria a piorar no decorrer do governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), como descreve Gomes (2002, p. 48), “[...] houve muita perseguição e repressão ao movimento sindical, ocorrendo inclusive, a cassação do Partido Comunista do Brasil, que se tornara legal em 1945, concorrera às eleições e elegeu candidatos”.

Além da notável perda de força do movimento sindical e de seu direito de luta, que atingira várias demandas do trabalhador como a da habitação, no ano de 1942, uma medida governamental que tentou aliviar o ônus da moradia aos brasileiros, acabou por complicar um pouco mais a situação dos que viviam na “corda bamba” do tão desejado lar, que foi o decreto-lei do inquilinato. Este tratava basicamente de congelar e regular os valores dos alugueis com a relação entre inquilinos e proprietários, assim, suspendia-se ao direito pleno de propriedade. O Estado justificou o decreto-lei conferindo à habitação um status de “mercadoria especial, onde o interesse social ultrapassa os mecanismos de mercado” (BONDUKI, 1994, p. 719-720).

A lei do inquilinato, a princípio, representou uma ação governamental louvável, levando em conta “a grande maioria dos trabalhadores e da classe média eram inquilinos”, no início da década de 1940 (BONDUKI, 1994, p. 720). Porém, o decreto, instituído no Governo Vargas, revelou posteriormente intenções subjacentes, nas quais não focavam no alívio do custo de vida do trabalhador, como nos relata Bonduki (1994):

⁵³ [...] não podia haver ligação entre categorias; por exemplo, o sindicato, federação ou confederação de metalúrgicos não podia organizar-se com os congêneres dos ferroviários; só o Ministério do Trabalho podia reconhecer oficialmente um sindicato; foram proibidas atividades políticas dentro dos sindicatos; os sindicatos não podiam filiar-se a organizações sindicais internacionais; funcionários públicos não tinham direito a filiar-se; o Ministério do Trabalho controlava as verbas sindicais: cada trabalhador contribuía anualmente com o valor de um dia de trabalho, a contribuição sindical, que era redistribuída às organizações sindicais; o governo, por meio do Ministério do trabalho, podia intervir no sindicato quando achasse conveniente (ARRUDA; PILETTI, 2000, p. 369).

O congelamento dos aluguéis também se situa entre as medidas que visam reduzir o custo de reprodução da força de trabalho para elevar o patamar de acumulação da empresa capitalista sem rebaixar acentuadamente as condições de vida dos trabalhadores, uma das estratégias utilizadas para intensificar o processo de crescimento industrial, salvaguardando o pacto de classes⁵⁴. Neste sentido, a lei do inquilinato servia excepcionalmente ao modelo de desenvolvimento econômico que se impulsionava, seja por canalizar recursos ao setor industrial, seja por contribuir para a redução do valor da força de trabalho e dos salários (p. 721).

Decorrente da lei do inquilinato, os proprietários logo se sentiram incomodados e prejudicados, pois tinham que lidar com o controle do valor dos aluguéis e com a especulação imobiliária, principalmente nas áreas centrais das cidades. Os despejos⁵⁵, portanto, tornaram-se recorrentes nos anos do pós-guerra, quando a crise habitacional atingiu o seu ápice entre os anos de 1945 e 1948, agravando carestia de habitação nas grandes cidades do Brasil. (BONDUKI, 1994). Porém, a crise habitacional deste período não pode está fundamentada somente na implantação da lei do inquilinato como nos explica Bonduki (1994):

[...] Na verdade, esta crise é consequência de um processo mais amplo, que se caracteriza, por um lado, pela transferência para o próprio trabalhador e para o Estado dos encargos necessários à edificação da moradia popular — que até então era majoritariamente construída pela iniciativa privada [...] (p.728).

Entretanto, mesmo com a paralização da produção de unidades habitacionais dos planos A e B e todas adversidades experimentadas no setor habitacional nos anos 1940, o período de maior atividade das carteiras prediais dos IAPs foi entre os anos de 1946 a 1950, quando chegou a representar “25% do total de imóveis licenciados nesse período”, no Rio de Janeiro (BONDUKI, 1994, p. 726) Todavia, devemos ratificar que este foi o momento onde se intensificou os esforços e atenção na produção do Plano C das carteiras prediais. Contudo, podemos verificar a grande representatividade que estes Institutos tiveram na história da habitação social brasileira, conforme destaca Bonduki (1994):

[...] Para se ter uma noção do impacto desta intervenção, ressalta-se que apenas o IAPI, Instituto de Aposentadoria dos Industriários, financiou entre 1937 e 1950

⁵⁴ Diversos estudos realizados no período por instituições voltadas para equacionar uma política de desenvolvimento econômico e social sugerem soluções indiretas para melhorar o padrão de vida operário, ao invés de aumentos salariais. A redução do custo de habitação aparece com frequência (v. ARAÚJO, 1942 *apud* BONDUKI, 1994, p. 721).

⁵⁵ Os casos de despejos estavam limitados aos proprietários que conseguissem provar terem necessidade da casa para moradia própria, para si ou para ascendente ou descendente direto, ou que tivesse planta aprovada para construir edificação de maior área no terreno resultante da demolição do prédio alugado. Muitas ações foram, no entanto, montadas de modo artificial, com alegações mentirosas. Segundo pareceres de advogados da época, apenas em 30% das ações havia sinceridade (BONDUKI, 1994, p. 722-723).

quase 5000 unidades habitacionais para classe média, promovidas por incorporadoras imobiliárias, 90% das quais no Rio de Janeiro, onde viabilizou a construção de 618 edifícios de apartamentos (p. 728).

Nos anos 1940 também vimos ser criada, durante o Governo Dutra, a Fundação Casa Popular (FCP), um organismo federal, sob o Decreto Lei nº 9.218, de 1º de maio de 1946, e posteriormente teve suas competências ampliadas com o Decreto Lei nº 9.777, em 06 de setembro de 1946. A Fundação Casa Popular surgia com o objetivo de encarar o problema habitacional de uma forma mais centralizada do que os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensão. A Financiadora de Estudos e Projetos – Grupo de Arquitetura e Planejamento (FINEP-GAP, 1983) relatou o que propunha a FCP:

[...] financiamento de habitações na zona rural e em áreas urbanas, pela iniciativa privada ou pública destinadas à venda ou locação a trabalhadores, sem objetivos de lucro; financiamento de obras urbanísticas para melhoria das condições de vida dos trabalhadores; estudos de habitações classificadas como populares, desde as tipologias até os sistemas construtivos; financiamento ao setor da construção civil para racionalização das construções, bem como, para a indústria de materiais de construção e assessoria as prefeituras que não possuísem pessoal técnico habilitado (*apud* BARON, 2011, p. 111-112).

Quanto aos recursos utilizados pela Fundação:

o Decreto que a instituiu determinava que seriam advindos de um empréstimo compulsório de pessoas físicas, prevendo-se doações, contribuições e transferência do Tesouro Nacional; porém o Decreto-Lei Federal nº 9.777 revogou este dispositivo e determinou a contribuição obrigatória de 1% sobre o valor de todo imóvel adquirido [...] (TROMPOWSKY, 2012, p. 05).

A Fundação Casas Popular esteve sempre a par das realizações internacionais no campo habitacional, realizações que serviram para embasar seus trabalhos. Para as suas ações iniciais, o Conselho Central da Fundação contou com a contribuição de François Girard, técnico francês especializado em habitações populares. A contribuição de Girard foi através de palestra, explanando sobre as realizações europeias no campo habitacional (TROMPOWSKY, 2012). O corpo técnico da FCP contou com os trabalhos dos arquitetos Affonso Eduardo Reidy, Henrique Mindlin e da engenheira Carmen Portinho que já tinham experiências com a habitação de baixa renda na arquitetura moderna. Porém, este corpo técnico tinha uma perspectiva de habitação “integral”, completa, onde espaços seriam aproveitados por equipamentos, diferente do ponto de vista da própria FCP que tendia a construções de pequenos agrupamentos habitacionais (ESKINAZI, 2010).

Portanto, a FCP que inicialmente tinha a pretensão de seu utilizar de ideias originais para a realização dos seus projetos, optou por vias mais conservadoras na implementação dos mesmos. O conservadorismo adotado pela fundação estava presente até no uso do imóvel quanto na conduta de seus moradores, onde a moradia era considerado um local da família a ser preservado, como o morador deveria portar-se irrepreensivelmente. No caso de não cumprimento dessas determinações as sanções cabíveis eram tomadas, como explica Trompowsky:

[...] o que poderia levar à rescisão de seu contrato tanto quanto se o imóvel fosse por ele utilizado com outra finalidade que não a de sua moradia. Neste sentido, visitas de inspeção por assistentes sociais eram regularmente realizadas nos primeiros anos de moradia [...] (2012, p. 06).

Dentre os principais trabalhos da Fundação da Casa Popular podemos destacar o Conjunto Residencial de Deodoro, projetado entre 1953-1954, por Flávio Marinho Rego. O Conjunto de Deodoro que tinha originalmente projetado duas enormes construções em forma de serpente – que recordara o Conjunto do “Pedregulho”, de Reidy – não teve seu projeto efetivado por completo, compondo, no final de sua construção, o total de 1.314 unidades habitacionais (ESKINAZI, 2010). Ainda que o Conjunto de Deodoro tenha um destaque na produção habitacional da FCP, a preferência da Fundação estava pautada na oferta da casa própria das unidades unifamiliares (TROMPOWSKY, 2012).

Os Institutos de Aposentadoria e Pensões tiveram uma posição contrária à criação da FCP, pois acreditavam que a Fundação poderia desestabilizar seus negócios. No entanto, os IAPs cooperaram bastante para a execução de suas produções habitacionais. Dentre tais ações cooperativas podemos destacar a doação de terrenos das IAPs onde a Fundação arcava com os custos da infraestrutura a ser instalada e também há o fato de quando os IAPs repassavam seus fundos para a FCP, onde esta ficava responsável pela obra em que os segurados dos IAPs eram os favorecidos (TROMPOWSKY, 2012). Ainda foi constatada a oposição dos sindicatos à FCP, segundo Bonduki (1998, p. 120):

[...] porque entendiam que a FCP acabaria minando os institutos previdenciários. Queriam, na verdade, articular o movimento sindical aos institutos, ampliando sua esfera de poder. Mas justificaram sua oposição com o argumento de que os institutos estavam capacitados para enfrentar o problema habitacional... Essa tese não se sustentava, uma vez que repetidas vezes os IAPs haviam deixado claro que não consideravam a solução do problema habitacional seu principal objetivo (*apud* BARON, 2011, p. 112-113).

Os resultados quantitativos da FCP não foram satisfatórios, visto que no período de 1946 à 1964 atingiu um total 18.082 empreendimentos contra a 31.099, apenas do Plano A das IAPs, no mesmo período (TROMPOWSKY, 2012). Além da escolha pela construção dos empreendimentos imobiliários nos grandes centros urbanos⁵⁶ - de acordo com a demanda - a limitação quanto aos recursos viabilizados ao FCP tanto por parte da União – que inviabilizou a taxa de 1% nas transações imobiliárias – quanto por parte das IAPs, que passaram a impossibilitar o repasse de seus recursos, dificultaram seus afazeres no campo habitacional.

No ano de 1946, outro órgão governamental foi criado, o Departamento de Habitação Popular do Distrito Federal (DHP), neste caso vinculado à Prefeitura do Rio de Janeiro, o órgão tinha a incumbência de prover habitação aos cidadãos de baixa renda, entre eles a categoria do quadro de pessoal da Prefeitura (ESKINAZI, 2010). Assim, como na experiência da Fundação Casa Popular, a DHP dispôs dos trabalhos de dois grandes nomes da arquitetura e engenharia moderna; Affonso Eduardo Reidy e Carmem Portinho, respectivamente.

Dentre os trabalhos mais significativos do DHP constam os conjuntos habitacionais Marquês de São Vicente, Paquetá, Pedregulho e Vila Isabel. Vamos ressaltar aqui o Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes – conhecido como Conjunto do “Pedregulho” – assentado no morro do mesmo nome - no bairro de Benfica. O Conjunto que se destacou com a alta qualidade adquirida em todas as suas construções, teve o seu projeto assinado por Reidy. A engenheira Carmem Portinho, que foi diretora do DHP, também realizou a fiscalização da obra e contribuições artísticas e paisagísticas de Anísio Medeiros, Portinari e Burle Marx.

O Conjunto do Pedregulho, ocupando uma área por volta de 50 mil metros quadrados contém três edifícios para moradia, sendo um deles um extenso prédio em forma de serpente, que fica localizado na parte alta do terreno, dividido em 7 andares sobre pilotis. O terceiro andar do edifício é um pavimento livre inspirado na proposta das Unités de Le Corbusier, porém a área livre deste andar também foi destinada para o uso de comércio, serviços e recreação (ESKINAZI, 2010). Acima do terceiro andar foram construídos quatro andares de apartamentos do tipo duplex, de dois quartos e abaixo, dois andares de apartamentos regulares. O projeto inicial que previa a construção 478 unidades habitacionais concluiu-se com o total de 328 unidades habitacionais de padrão diversificado.

⁵⁶ Dos empreendimentos, 68% foram realizados em cidades com mais de 50.000 habitantes até 31/12/1960, sendo 70% deles na Região Sudeste – os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, respectivamente, foram os mais beneficiados, assim como a cidade do Rio de Janeiro foi a mais beneficiada das cidades (ANDRADE, 1982 *apud* TROMPOWSKY, 2012).

Outras qualidades relevantes neste empreendimento a salientar foi a implantação de equipamentos e serviços no seu vasto terreno, estendendo a sua funcionalidade. Entre esses estão: escola primária, ginásio, vestiários, piscina, posto de saúde, lavanderia mecanizada, playground, mercado e creche (BARON, 2011).

Bonduki (1994) afirma que o Conjunto do Pedregulho ainda que se destaque no cenário da arquitetura moderna brasileira, ele não deve ser visto de uma forma isolada, mas sim inserido em um contexto de projetos e obras que o precederam, entre 1930-1950, onde já se preocupava com o problema da habitação social. Segundo o mesmo autor, a viabilidade e sucesso, das instituições pautadas na política de habitação social neste período, foram comprometidos pela visão clientelista e paternalista que pairavam sobre estas.

Sob o governo do primeiro Presidente da República escolhido indiretamente, no período de regime militar Brasileiro, o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, em 1964, foi implantado o Banco Nacional de Habitação (BNH) (SANVITTO, 2010). O modelo de habitação promovido pelo BNH teve suas particularidades que o definiram e destacaram, conforme descreve Sanvitto:

[...] esta produção assumiu a designação de conjuntos habitacionais. Os conjuntos habitacionais ocuparam vazios urbanos e expandiram a periferia das grandes e médias cidades. Tais conjuntos eram formados de pequenas casas em lotes privatizados, ou por blocos de apartamentos implantados numa área coletivizada, em sua maioria sem elevador ou pilotis [...] (2011, p. 03).

A então Secretária de Serviços Sociais do Estado da Guanabara, no Governo de Carlos Lacerda, foi uma grande entusiasta e elaboradora do Plano Habitacional ligado ao BNH, uma vez que achava necessário e recomendara ao Governo Federal um que estivesse ligado ao um Sistema Financeiro, centralizado a um Banco. Dessas recomendações, feitas por carta, em abril de 1964, ao Presidente Castelo Branco, Sandra ratifica a primordialidade de tal Plano de Habitação:

Prezado amigo Presidente Castelo,
Aqui vai o trabalho sobre o qual estivemos conversando. Estava destinado à campanha presidencial do Carlos (Lacerda, observação da autora), mas nós achamos que a Revolução vai necessitar de agir vigorosamente junto às massas. Elas estão órfãs e magoadas, de modo que vamos ter de nos esforçar para devolver a elas uma certa alegria. Penso que a solução dos problemas de moradia, pelo menos nos grandes centros, atuará de forma amenizadora e balsâmica sobre suas feridas civis (SANVITTO, 2010, p. 90).

Sobre a enorme brecha de déficit habitacional se encaixava perfeitamente o PNH que atingiria, principalmente, a população de baixa renda⁵⁷ como pedido de Sandra Cavalcanti em sua carta ao Presidente Castelo a “não abandonar a população favelada” (SANVITTO, 2010, p. 91). O banco proveria não somente habitação para a população, mas se destinaria também ao saneamento básico, ao transporte e a infraestrutura urbana em geral. Entretanto, de acordo com o ministro do Planejamento Roberto Campos, o BNH abrangeria um objetivo muito maior na economia brasileira, conforme cita Brum (2012):

[...] o BNH deveria, além de fornecer habitações às camadas populares, funcionar como um impulso à economia do país, através do apoio à construção civil, estimulando as várias indústrias ligadas ao setor, gerando empregos desta forma e reaquecendo o mercado de capitais, já que o BNH seria um organismo de financiamento da casa própria, através da administração da Carteira de Operações de Natureza Social, com os recursos vindo de 1% dos salários sob Regime de CLT (p. 360).

Ainda que constatada toda agilidade na implantação do Plano Nacional de Habitação, junto com o Banco Nacional de Habitação, no ano de 1964, somente no ano de 1967 que o Banco ganha impulso para a realização efetiva de suas atividades quando passa a dispor dos recursos provenientes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS. Sanvitto (2011) afirma que o FGTS foi “o principal⁵⁸ suporte para a concretização do BNH, constituindo sua maior fonte de recursos”. A utilização do fundo previdenciário – do FGTS – viria de encontro com o recomendado pela Subcomissão de favelas (1952), do período Vargas, para a construção de moradias para os trabalhadores moradores das favelas (BRUM, 2012).

A política habitacional desenvolvida nos anos 1960 proporcionou um momento intenso de erradicação de favelas e remoções dos favelados – no Rio de Janeiro – conforme a atenção e preocupação explicitada pela Senhora Sandra Cavalcanti – no período que ficou conhecido como a “era das remoções”. Porém, as remoções, que se concentraram nas favelas da área central da cidade, e sobretudo, na zona sul, tiveram suas controvérsias quanto a todos

⁵⁷ A Lei Federal que criou o BNH previa o caráter social da instituição determinando limites mínimos de recursos a serem destinados para habitação de baixa renda. Nas entidades estatais, no mínimo 70% dos recursos deveriam ser aplicados em habitações com valores unitários inferiores a sessenta vezes o maior salário mínimo vigente no país. Para as entidades privadas, integrantes do sistema financeiro da habitação, no mínimo 60% dos recursos deveriam estar aplicados em habitações de valores unitários inferiores a cem vezes o mesmo referencial (SANVITTO, 2010, p. 92).

⁵⁸ A atuação do BNH só veio a progredir a partir de 1967, com a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, Lei nº 5.107 de 13 de setembro de 1966, e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo – SBPE, Decreto-Lei nº 70/66 de 21 de setembro de 1966. Foram criados como captadores de recursos a serem gerenciados pelo BNH e destinados aos financiamentos para o Plano Nacional de Habitação. O primeiro uma poupança compulsória, o segundo voluntária, ambas corrigidas monetariamente e remunerado os investimentos através juros. [...] (SANVITTO, 2011, p. 94).

os processos que as envolviam, principalmente, porque foi excluída da pauta uma construção conjunta, entre governo e sociedade, sobre os rumos das favelas e seus favelados (BRUM, 2013).

Numa matéria do jornal *Luta Democrática* sobre a Ilha das Dragas, a remoção se evidencia numa imposição do governo:

Um grupo de assistentes sociais intimou as 600 famílias residentes na Ilha das Dragas, na Praia do Pinto, a dali saírem no prazo de 60 dias, findo o qual terão que sair ‘mesmo à força’. Perguntadas para onde iriam os favelados, disseram as assistentes sociais que as famílias da Ilha das Dragas poderiam ir para onde quisessem, às suas próprias custas, mas que, por conta do governo do Estado, somente para a Cidade de Deus⁵⁹ (LUTA DEMOCRÁTICA, 1968 *apud* BRUM, 2012, p. 362).

Entretanto, a preocupação com os moradores das favelas, suas condições de vida e a realização de ações de interventivas haviam se consolidado anos antes também fora de esfera governamental. O destaque deve ser dado às ações realizadas pela Igreja Católica Apostólica Romana, do Rio de Janeiro, nas décadas de 1930 a 1950⁶⁰, que culminaram na criação do bairro São Sebastião, mais conhecido como Conjunto Habitacional Cruzada São Sebastião, onde foi o destino de moradia de grande parte dos ex-moradores da Praia do Pinto e da Ilha das Dragas.

A Cruzada São Sebastião era uma entidade privada, fundada pelo Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Helder Câmara, em 1955, cuja missão estava pautada no tripé: “urbanizar, humanizar, cristianizar” (GONÇALVES; SIMÕES; FREIRE, 2010, p. 108). A inspiração para a criação da Cruzada foi o encontro de seu fundador com duas personalidades da Igreja Católica: o padre e economista, Louis-Joseph Lebret e o padre Abbé Pierre, durante o XXXVI Congresso Eucarístico Internacional, realizado no Rio de Janeiro, no ano de 1955 (GONÇALVES; SIMÕES; FREIRE, 2010).

⁵⁹ Construído inicialmente com o dinheiro da Aliança para o Progresso (organização de ajuda econômica e social para a América Latina criada pelos Estados Unidos em 1961), o conjunto habitacional de Cidade de Deus foi idealizado para abrigar os favelados removidos da Zona Sul da cidade (ZALUAR, 1994).

⁶⁰ A Igreja do Rio, em 1937, sob o comando do Cardeal-Arcebispo Dom Sebastião Leme, fundou o Instituto de Educação Social e Familiar, formado por profissionais como assistentes sociais e educadores familiares atuaram “nos diferentes organismos assistenciais do município, principalmente naqueles voltados para o atendimento aos moradores das favelas” (GONÇALVES; SIMÕES; FREIRE, 2010, p. 103). No ano de 1946, já sob a liderança do Cardeal Dom Jaime e Barros Câmara, cooperando com a administração municipal de Hidelbrando de Góes, formou-se a Comissão Construtora de Centros de Assistência Cultural e Recreativa, tendo o seu primeiro Centro de Ação Social (CAS) na favela da Barreira do Vasco. Posteriormente, no ano de 1947, o Cardeal Dom Jaime, lançou bases mais sólidas para “prestar ampla assistência social aos moradores dos morros, favelas e locais semelhantes no Rio de Janeiro”, criando a Fundação Leão XIII (GONÇALVES; SIMÕES; FREIRE, 2010, p. 107). As ações da Fundação tinham como objetivo central a promoção da ascensão social das populações e assim atuaram nos CAS que foram construídos nas favelas cariocas.

Dom Helder acreditava que o único meio de superar a “luta de classes” era aproximando os pobres dos ricos e, de maneira mais concreta, na forma de moradia. Assim em 1957, dois anos depois de fundada a *Cruzada*, foi inaugurado o primeiro conjunto habitacional, chamado Bairro São Sebastião do Leblon, onde passaria a receber famílias oriundas da Praia do Pinto e da Ilha das Dragas. Logo depois da inauguração do conjunto, na Zona Sul do Rio de Janeiro, confirmou sua ideia inicial dizendo que “mesmo que a cidade dispusesse de transportes adequados, seria erro social, de consequências imprevisíveis, varrer os trabalhadores para sempre mais longe das casas dos patrões” (GONÇALVES; SIMÕES; FREIRE, 2010).

O conjunto foi concluído com um total 916 apartamentos, distribuídos em dez prédios e conseguiram acolher quase todas as famílias das duas favelas. As famílias que seriam proprietárias de seus imóveis ao concordar assinar o contrato com a Cruzada São Sebastião, assumiam o compromisso de comprar o imóvel por meio de prestações mensais no valor de 8% a 15% do salário mínimo, no período de 15 anos, além de se responsabilizar pelo pagamento de luz, água e impostos. O trabalho da Cruzada também se preocupava com aspectos morais dos moradores que habitariam o conjunto, portanto, pessoas solteiras ou em estado de concubinato não podiam se candidatar a compra de um imóvel no conjunto (GONÇALVES; SIMÕES; FREIRE, 2010).

Os moradores da Praia do Pinto já haviam estabelecido uma relação próxima da Igreja Católica por intermédio da Fundação Leão XIII⁶¹, criada em 1947, pelo Cardeal Dom Jaime e Barros Câmara. A Fundação tinha, por meio de fichas individuais, o registro extenso sobre a vida dos moradores que se referia “a limpeza das casas, o número de ocupantes de cada barraco, os eventuais conflitos domésticos e entre vizinhos e os pedidos para a realização de melhorias nos casebres (que deviam ser aprovados pela instituição)” (GONÇALVES; SIMÕES; FREIRE, 2010, p. 110).

Além da criação do Bairro São Sebastião do Leblon que reassentou ex-moradores de favelas da Lagoa, a Cruzada atuou realizando obras de urbanização no Parque Alegria e na favela Morro Azul, no Flamengo, e “instalação de redes de iluminação, esgoto e telefonia em mais de 50 favelas por toda a cidade” (SILVA, 2010). As atividades da Cruzada foram

⁶¹ Apoiada no tripé educação, saúde e habitação, a Fundação Leão XIII exerceu, durante os seus quinze primeiros anos de existência, um papel importante nas ações de remoção de algumas favelas – como a do Morro de Santo Antônio, em 1955– mas, sobretudo nos trabalhos de saneamento, tendo sido alvo de críticas virulentas por “promover a perpetuação” das favelas (GONÇALVES; SIMÕES; FREIRE, 2010, p. 107). Entre 1947 e 1954 a Fundação Leão XIII atuou em 34 favelas, contribuindo para aumentar a oferta de serviços públicos (saúde, educação, saneamento básico, energia elétrica) [...] (GONÇALVES; SIMÕES; FREIRE, 2010, p. 107).

grandiosamente reduzidas, a partir dos anos 1960, após a transferência de Dom Hélder para Olinda/ Recife – onde assumiu a diocese – e após a eleição de Carlos Lacerda, que como governador do Estado da Guanabara, quando empreendeu mudanças institucionais (GONÇALVES; SIMÕES; FREIRE, 2010).

Todavia as remoções realizadas, no Rio de Janeiro, sob a “regência” e durante o governo de Carlos Lacerda (1960-1965) - tiveram insucesso tanto no objetivo de reabilitar o favelado, quanto na própria aprovação dos favelados ao programa de remoções (BRUM, 2013). O urbanista americano, John Turner⁶², em passagem pelo Brasil, em palestra organizada pelo Governo Federal Brasileiro, ratificara em janeiro de 1968, o futuro de insucessos das remoções, onde a transferências dos favelados para os locais longínquos da cidade dificultaria do seu sistema de vida.

Entretanto, em 1968 foi criado por meio do Decreto Federal n. 62.654, em 3/5/1968 o CHISAM - Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana – que era ligado ao Ministério do Interior e ao BNH – o órgão deu um novo fôlego ao programa de remoções de favelas (BRUM, 2012). Para as autoridades governamentais e do CHISAM o programa de desfavelamento favoreceria os favelados retirando-os tanto do mau conceito que tinham por conta de suas condições: social, econômica, moral e higiênica. Ainda os afastariam da marginalidade e insegurança dos que se encontravam em situação de invasores. Havia ainda a justificativa de que os ex-moradores das favelas, quando removidos para áreas distantes da região metropolitana do Rio de Janeiro, seriam absorvidos como mão-de-obra no mercado de trabalho desta região⁶³ (BRUM, 2013).

A distância entre a atual moradia e os antigos empregos acabou por ser o grande fator dificultador para os moradores removidos para os Conjuntos Habitacionais dos grandes vazios urbanos, como no caso da Cidade Deus. Segundo a autora Zaluar (1994), os moradores do Conjunto da Cidade de Deus tinham atravessar a madrugada caminhando entre matos para chegar ao ponto de ônibus mais próximo, para irem ao trabalho. Além de vivenciarem os percalços da distância periférica, os moradores experimentaram um severo crescimento em suas despesas mensais, que conseqüentemente levaram vários mutuários ao atraso das prestações dos imóveis e em seguida ao despejo dos que não conseguiram negociar sua dívida

⁶² “Professor americano acha que transferência não é solução para favelado” (JORNAL DO BRASIL, 1968a *apud* BRUM, 2012).

⁶³ Pelos dados do Censo das Favelas, publicado 20 anos antes, 58,44% dos favelados da Zona Norte trabalhavam na própria zona onde moravam; e na Zona Sul, este percentual aumentava para 78,53% (DISTRITO FEDERAL, 1949 *apud* BRUM, 2013, p.183-184).

com a COHAB (Companhia de Habitação). As COHABs eram os agentes promotores destinados às famílias com renda mensal mais baixa - de até três salários mínimos – que posteriormente passou ao limite de até cinco salários mínimos. A população de renda familiar de quatro a sete salários eram atendidos pelas cooperativas habitacionais agrupadas por categorias profissionais. Já no caso dos clientes imobiliários de renda familiar a partir de sete salários mínimos foram destinados a uma diversidade de agentes como as Associações de Poupanças e Empréstimos, Sociedades de Crédito Imobiliário e Caixas Econômicas (SANVITTO, 2010).

A diferença verificada na forma de intermediar o provimento de moradia nesta época, todavia, não foi relevante quanto ao modelo e qualidade habitacionais produzidas igualmente, quase que em sua totalidade. Situação contrária a adotada no período anterior ao BNH, quando a diversidade esteve presente nos projetos de arquitetos e engenheiros das produções habitacionais (SANVITTO, 2010). Por questões econômicas, as ideias originais que conceberam os conjuntos habitacionais, inclusive influenciadas por socialistas, se perderam. Tanto os *pilotis* de Le Corbusier, que deixavam o andar térreo dos prédios livres, como as grandes áreas sem circulação de automóveis que deveriam ser ocupados por equipamentos urbanos como escolas e postos de saúde, foram desaparecendo dos projetos e quando instalados foram em número inferior a necessidade da comunidade (STAM *et al.*, 2008). As alterações nos modelos originais dos conjuntos geraram problemas que não foram adicionados na lógica quantitativa dos projetos como utilização do andar térreo para a construção de um número maior de apartamentos, que proporcionou uma grande falta de privacidade aos que ocuparam este nível dos edifícios. Portanto, o que pode-se dizer que consagrou modelo de construção BNH foi a sua própria arquitetura, que externamente chama atenção pelo seu formato de “H”, que construído em excesso geraram confusão quanto sua identificação e cansaço visual. O modelo foi seguido e repetido em todo país de maneira exaustiva (SANVITTO, 2010).

As características dos conjuntos habitacionais do período ditatorial brasileiro foram de encontro com as dos grandes conjuntos europeus do pós-guerra, especialmente, os *grands ensembles*⁶⁴ franceses. No entanto, a influência de Le Corbusier e dos princípios da Carta de Atenas não evitou que, ao longo dos anos, os *grands ensembles* fugissem de seus propósitos iniciais e contribuíssem para a eclosão de vários problemas sociais. A preocupação com a

⁶⁴ [...] como ficaram conhecidos os grandes conjuntos habitacionais construídos na periferia das grandes cidades francesas nas décadas de 50 e 60, foram considerados uma solução pelo recém-criado Ministério da Reconstrução Urbana – MRU (SANVITTO, 2010, p. 154).

produção rápida e em grande quantidade, excluiu o que deveria ser primordial ao projeto que é a preocupação como o usuário, o qual estaria incluído em processo qualitativo que foi excluído na busca frenética de resultados quantitativos (SANVITTO, 2010).

A *Cité de Rotterdam*, localizada no subúrbio da cidade de Estrasburgo na Alsácia⁶⁵ Francesa, foi o primeiro dos *grands ensembles* franceses e é um exemplar das iniciativas habitacionais que conjugaram vários fatores que justificaram o insucesso desses empreendimentos. A obra concluída em 1953, foi executada em 18 meses, com o total de 8.000 unidades habitacionais, tem grandes semelhanças com a *Cidade Tiradentes*, bairro da cidade de São Paulo que abriga o maior complexo de conjuntos habitacionais da América Latina. A *Cidade Tiradentes* não se assemelha somente em sua grandiosidade, que na realidade supera a *Cité de Rotterdam* umas cinco vezes, mas na complexidade de problemas gerados por uma política habitacional em que a quantidade foi erigida em um patamar alto em detrimento da qualidade.

A ausência de infraestrutura interna, tanto a relativa a baixa qualidade da construção, quanto a ausência de atividades, equipamentos de lazer e escolas, além do isolamento dos moradores causado pela distância em relação ao centro urbano são características dos dois conjuntos habitacionais, francês e brasileiro. Na década de 1960, os problemas apresentados nos *grands ensembles* franceses desenvolveram conflitos entre vizinhos e um grande número de delinquência juvenil, enquanto o bairro *Cidade Tiradentes* carrega o estigma de bairro violento, ainda que não esteja na lista dos bairros mais violentos da cidade de São Paulo.

Os *grands ensembles* foram construídos até o início dos anos 1970, mas, diante de tantos problemas, a reformulação do processo de produção de moradias foi necessária e efetuada. O tamanho dos conjuntos a serem construídos foi menor, respeitando a geografia espacial das cidades onde seriam instalados e ainda priorizando a pretensão dos futuros moradores. Já no caso da *Cidade Tiradentes*, como em todo sistema de construção regido pelo BNH, o padrão habitacional foi mantido até o fim das atividades do PNH.

Os recursos aplicados no financiamento habitacional da população de baixa renda pelo BNH começaram a obter declínio quanto ao seu retorno financeiro a partir do ano de 1967. Assim a solução encontrada pelo Banco foi de favorecer as concessões de empréstimos aos

⁶⁵ Alsácia: em fr. Alsace, região do E da França, abrangendo os departamentos de Bas-Rhin e Haut-Rhin; 8.280km², 1.566.048 hab. Sede adm.: Estrasburgo – Geogr. É a menor das regiões francesas, porém densamente povoada devido à forte urbanização. Três grandes aglomerações (Estrasburgo, Mulhouse e Colmar) concentram perto de 45% da população regional. [...] Milhares de habitantes da região trabalham diariamente na Alemanha Ocidental e na Suíça, onde há melhores salários (GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL, 1998, p. 218).

programas de habitação direcionados aos detentores de maiores rendas (SANVITTO, 2010). Em setembro de 1973 entrou em extinção a Coordenação de Habitação (CHISAM), deixando para trás a meta de remover todas as favelas do Rio de Janeiro até 1976. Como resultado final das ações da CHISAM, 175 mil pessoas de 62 favelas foram removidas, sendo que apenas parte destas direcionadas a 35.517 unidades habitacionais (BRUM, 2013).

A crise mundial do petróleo, experimentada a partir do ano de 1973, estimulou o retorno da inflação brasileira e desfez o mito do “milagre econômico⁶⁶” brasileiro. Medidas anti-inflacionárias adotadas pelo governo, o direcionamento dos recursos do BNH para outros setores, o aumento do desemprego que reduziu significativamente o volume de recursos do FGTS, a partir dos anos 1977, conseqüentemente, refletiram na construção civil fomentada pelo BNH. A elevada inflação e a evolução da recessão, somadas a rígidas políticas monetárias, aumentaram as dificuldades presentes no Sistema Financeiro da Habitação, a partir de 1979. Entre os anos de 1983 e 1984 o Banco reduziu a quantidade de concessões de financiamentos e vivenciou um declínio no campo da produção habitacional. Quando José Sarney tomou posse da Presidência da República – em 1985 – o setor habitacional estatal encontrava-se em alto nível de inadimplência, baixo desempenho social promocional e havia movimentos de mutuários organizados que esperavam que o novo governo viesse a resolver o problema que se espalhara por todo sistema servido pelo BNH (SANVITTO, 2010).

O Banco Nacional de Habitação vivenciou a ratificação de seu fim em 21 de novembro de 1986, por meio do Decreto-Lei 2.291, quando suas atividades foram absorvidas pela Caixa Econômica Federal. O Banco acompanhou, de 1964 a 1986, da instauração ao fim do regime militar brasileiro (SANVITTO, 2010). O BNH, portanto, passou a ser considerado como “um fator decisivo para aprofundar as iniquidades sociais” (KOWARICK, 1988, p. 153), significou também, como descreve Sanvitto (2010, p. 106), “a consolidação de uma forma de tratar a questão da habitação com características de gestão e recursos financeiros centralizados, com grandes projetos em áreas periféricas ou vazios urbanos, contando com a participação de empresas de projeção do setor da construção civil.” Logo, o país passara a tratar a questão habitacional de forma fragmentada pelos municípios e estados.

O balanço dos resultados quantitativos do BNH, por período, foi de aproximadamente 440 mil unidades habitacionais financiadas entre 1964 e 1969, sendo 40% dessas unidades

⁶⁶ Período brasileiro, que teve início em 1967, quando o Ministro da Fazenda, Delfim Netto, conseguiu obter empréstimos do Banco Mundial e assim fortaleceu as empresas estatais como Petrobrás, Companhia Vale do Rio Doce, Eletrobrás, entre outras, aumentando a capacidade de produção e de exportação destas. Além disso, o governo criou condições facilitadoras para que empresas multinacionais viessem a investir sua tecnologia e capital no país. Este período de crescimento acelerado do país se estendeu até 1973 (ARRUDA; PILETTI, 2000).

para o mercado popular com renda de até três salários mínimos; entre os anos de 1970 e 1974, das 640 mil unidades, apenas 12% foram destinadas as famílias de baixa renda; e entre os anos de 1975 e 1980, no período de maior produção habitacional do Banco, foram construídas 750 mil unidades, quando ao mesmo tempo foi elevada a renda mínima – de 3 para 5 salários - para concessão de crédito para compra do imóvel. Portanto, o Plano de Habitação Nacional se deteriorou à medida que se afastou de seus clientes preferenciais e demais objetivos que influenciaram a sua criação (ABRANCHES, 1985).

3.5 CONDOMÍNIOS POPULARES

Passados mais de vinte anos do fim do marcante Plano Nacional de Habitação, dos anos 1960, tendo o Banco Nacional de Habitação como centralidade de seu Sistema Financeiro, que deixou durante esse período uma grande lacuna quanto à questão habitacional no Brasil, em 25 de março de 2009 o Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva lançou um novo Plano Nacional de Habitação (através da MP n.º 459). Durante um período de uma grande crise mundial, o novo plano surgiu visando “o combate à crise e instabilidade política e econômica – bem como aos seus impactos negativos sobre os níveis de emprego – através, principalmente, do incentivo à geração de emprego, renda e crescimento econômico” (HIRATA, 2009, p.01). O plano, portanto, engloba a totalidade da cadeia produtiva da construção civil, de modo a incentivar a criação de novos postos de trabalho formais, por conseguinte, gerará o aumento no consumo de bens duráveis e produtos perecíveis. No segundo plano, na cadeia da construção civil, estão os fornecedores e fabricantes que vão indiretamente gerar novos empregos (HIRATA, 2009). Deste modo, a política habitacional se apresentou como “mola propulsora” do desenvolvimento⁶⁷ do país, representando um significativo item Programa de Aceleração do Crescimento⁶⁸ – PAC – a partir de 2011⁶⁹ (KRAUSE; BALBIM; NETO, 2013).

⁶⁷ “Ou seja, uma política habitacional que enfrentasse efetivamente o déficit, que desse conta dos inúmeros matizes resultantes das distintas realidades regionais, sociais e econômicas brasileiras, poderia entregar como produto o que se entende efetivamente por moradia, algo muito além da unidade habitacional em si, por reunir diversas condicionantes de uma vida digna, com acesso aos direitos básicos que constituem os pilares da cidadania e que, no entendimento dos autores, são a base para o desenvolvimento” (KRAUSE; BALBIM; NETO, 2013, p. 08).

⁶⁸ Decreto n.º 6.025, de 22 de janeiro de 2007.

Os recursos do destinados ao Plano Nacional de Habitação teriam sua distribuição por base nos dados do IBGE/PNAD (2007) que calculou déficit habitacional por regiões do país no total de 7,2 milhões de moradias. Entretanto, a meta estabelecida pelo plano se distanciou bastante do número total do déficit habitacional vigente, sendo estipulado o provimento de um milhão de moradias. Todavia, o próprio Presidente da República afirma essa meta de resolver parcialmente o problema habitacional declarando que parte do objetivo do plano é de “resolver parte dos problemas de moradia de alguns brasileiros” (HIRATA, 2009, p. 02).

Os recursos direcionados para efetivação do plano serão por intermédio do fundo da Caixa Econômica Federal. Para o entendimento mais amplo deste déficit foi necessário considerar a faixa de renda familiar que mais é atingida, na qual foi identificada naquelas com renda de até 3 (três) salários mínimos. Ainda que as famílias com renda de até 3 salários mínimos sejam o público alvo para a concessão do financiamento, tal concessão abrange as famílias com rendas de até 10 (dez) salários mínimos (HIRATA, 2009).

Deste modo, o programa central do Plano Nacional de Habitação é o *Programa Minha Casa Minha Vida*, abrangendo as capitais brasileiras, suas regiões metropolitanas, municípios com mais de 100 mil habitantes, excepcionalmente, atingirá os municípios entre 50 e 100 mil habitantes, conforme seu déficit habitacional. Às construtoras, portanto, cabem a apresentação dos “projetos às superintendências regionais da Caixa, podendo fazê-los em parceria com estados, municípios, cooperativas, movimentos sociais ou independentemente” (CAIXA, 2015).

Em 13 de abril de 2009, o decreto nº 6.819, definiu a abrangência do *Programa Minha Casa, Minha Vida* – PMCMV e suas subdivisões em: o *Programa Nacional de Habitação Urbana* – PNHU e *Programa Nacional de Habitação Rural* – PNHR. O PNHR, integrante do *Programa Minha Casa, Minha Vida*, tem como beneficiários trabalhadores rurais e agricultores, de acordo com sua renda bruta familiar mensal, subdivididos em três grupos de faixas de renda (Cap. III, Art.8º, §I, II e III). “A renda bruta familiar anual dos agricultores será aferida pela *Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar* – DAP” (Cap. III, parágrafo único).

Algumas similaridades com o Sistema Financeiro de Habitação da década de 1960 com o atual Plano Nacional de Habitação preocupam e não devem ser desconsideradas. Quanto ao tratamento dado ao provimento de moradias, na época do SFH, tiveram seu modelo como comércio de mercadoria, que por fim favoreceu os mutuários de maior faixa de renda.

⁶⁹ O Programa Minha Casa Minha Vida passou a fazer parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), na segunda versão do Programa, no PAC 2, de 2011.

Mesmo que o foco prioritário do plano de 2009 seja a população de baixa renda (de 0 até 3 salários mínimos) não se vê mecanismos a serem utilizados que venham garanti-lo (HIRATA, 2009).

Outro fator a se colocar em xeque e que remete a certa similaridade com o período BNH é quanto a localização dos condomínios a serem construídos, principalmente quando se fala dos disponibilizados à população de mais baixa renda. Neste recente PNH a localização dos imóveis está previamente evidenciada quando correlacionado ao valor estipulado para o teto máximo dos imóveis, que serão disponibilizados à população de baixa renda, o que faz com que esses empreendimentos sejam quase que obrigatoriamente construídos nas áreas periféricas da cidade (HIRATA, 2009).

Foi apresentada aos empreendedores do Programa vigente a possibilidade viável de produzir moradias bem localizadas, ainda que de forma que se combatam os vazios urbanos e fazendo que estes sejam utilizados, pautada no Estatuto da Cidade (BRASIL, 2010). Assim, a possibilidade apresentada destaca-se pelo fato de que a presença de vazios urbanos nas áreas centrais das cidades podem prover habitações não estando necessariamente ligada a soluções quantitativas, pois tais fatos não considerados nas décadas de 1960 e 1970 levaram a resultados negativos das políticas habitacionais daquele período (BRASIL, 2010).

Entretanto, o *Programa Minha Casa, Minha Vida* tem características que se assemelham a um exemplo muito próximo de programa habitacional, o mais recente *Programa de Arrendamento Residencial* – PAR – reestruturado pela Lei 10.188/2001. Na execução do PAR no município de Vila Velha – ES – foram produzidos vários empreendimentos populares fechados, verticais e horizontais. No caso de Vila Velha a maioria dos condomínios foram construídos nas zonas periféricas da cidade, corroborando com o processo de segregação espacial que vai contra ao disposto no Estatuto da Cidade, Lei Federal 10257/2001 quanto a função social que a propriedade urbana deve atender (REZENDE, 2012). A mesma situação pode ser observada no Rio de Janeiro, onde uma quantidade considerável de empreendimentos imobiliários de interesse social⁷⁰ destinados ao *Programa Minha Casa Minha Vida* estão localizados, sobretudo, na Zona Oeste do município. Cabe ressaltar, portanto, a distribuição espacial das unidades habitacionais produzidas e ofertadas no município do Rio de Janeiro e a tendência do Programa conforme estes dados de Cardoso et al. (2013):

⁷⁰ Empreendimentos construídos para a faixa I do Programa, destinada aos beneficiários que têm rendimentos mensais até R\$ 1.600.

- a Zona Oeste agrupa em torno de 47% das unidades financiadas, ressaltando, a concentração de quase 30% desta quantidade, nos bairros de Campo Grande e Santa Cruz;
- a região da Barra da Tijuca e a Zona Norte juntas concentram um pouco mais de 35% do total de empreendimentos;
- a Região Central somente 1,5% do total de unidades;
- a Zona Sul e a região da Grande Tijuca não receberam nenhum empreendimento financiado pelo Programa *Minha Casa, Minha Vida*.

Entretanto, é importante sinalizar a localização dos empreendimentos relacionados às faixas de renda, estabelecidas pelo PMCMV, a quem estes são designados:

[...] Cerca de 53% de todas as unidades voltadas para o público de zero a três salários mínimos estão na Zona Oeste, enquanto 51% de todas as unidades voltadas para o público de seis a dez salários mínimos estão na Zonas Norte e região da Barra da Tijuca. Nesse contexto alguns bairros se destacam por concentrarem um número significativo de unidades de uma faixa de renda específica. É o caso de Santa Cruz (Zona Oeste) que recebeu 3.980 unidades (95% do seu total) para o público de zero a três salários mínimos, ou de Taquara e Jacarepaguá (região da Barra da Tijuca) que juntas receberam 2.609 unidades apenas para o público de seis a dez salários mínimos (CARDOSO et al. , 2013, p. 08).

Como exemplo de empreendimentos na área de maior concentração de unidades habitacionais construídas para o *Programa Minha Casa, Minha Vida* temos o Residencial Málaga Garden, localizado na Avenida Brasil nº 49.101, em Campo Grande e os residenciais Vivendas do Ipê Branco e Vivendas do Ipê Amarelo (chamados de Ipês de Realengo), ambos localizados na Rua Hélio do Amaral, no bairro de Realengo, de acordo com Cardoso et al. (2013).

Dentre as características físicas do Residencial Málaga Garden podemos destacar as citadas por Cardoso et al. (2013):

O empreendimento apresenta 299 unidades habitacionais em modelo duplex com área útil de 44 m² espalhadas em 77 blocos, contendo cada um deles de três a seis imóveis. O condomínio conta ainda com 121 vagas de estacionamento, área de lazer, campos de futebol, salão de festas, piscina, espaço gourmet e jardim. [...] (p. 11-12).

Os Ipês de Realengo, entretanto, apesar de apresentarem a mesma quantidade de unidades habitacionais, Cardoso et al. (2013) apresentam uma distribuição espacial e equipamentos diferem do Málaga Garden:

[...] Os dois empreendimentos possuem as mesmas características, contando cada qual com 299 unidades habitacionais distribuídas em 16 blocos com quatro pavimentos (variando de 16 a 24 apartamentos cada), salão de festas, quadra poliesportiva, parquinhos e estacionamento [...] (p. 12-13).

Os equipamentos instalados e a configuração do *Residencial Málaga Garden* nos leva a supor que é um empreendimento planejado para ser adquirido pelo seguimento de renda média familiar em torno de 3 a 6 salários mínimos. No entanto, segundo a Secretaria Municipal de Habitação – SMH – o empreendimento obteve financiamento da Caixa Econômica Federal, sendo enquadrado como empreendimento imobiliário designado à faixa de renda de 0 a 3 salários mínimos (CARDOSO et al., 2013).

Contudo, enquadrado nesta faixa o empreendedor continuou a realizar vendas a preço de mercado, tendo sido relatado vendas por valores de até 87 mil Reais^{71 72}. Dessa forma, surge a hipótese de que o empreendedor se beneficiou da flexibilização de índices urbanísticos e de subvenções fiscais, além de ter direcionado o produto para uma faixa de renda diferente da qual foi enquadrado. Com isso, há evidências que sugerem a possibilidade de casos de duplo contrato: um para atender a exigência de venda para o público específico de 0-3 s.m., e outro contrato de empréstimo pessoal para pagar a diferença entre o valor máximo permitido para a faixa de renda em questão e o valor de mercado do empreendimento (CARDOSO et al., 2013, p. 12).

Na região onde está localizado o Residencial, o uso do espaço urbano e a população relativa são muito baixos. O acesso ao condomínio é dificultoso e fica localizado em uma região de infraestrutura e serviços deficitários. O Conjunto Campinho, que fica ao sul do *Málaga Garden*, entre a Avenida Brasil e a Estrada do Campinho, é o ponto de referência da localidade.

[...] Lá se encontram escolas (públicas e particulares), creches, igrejas, ponto de motos, além de comércios como mercados, padaria, açougue e cabeleireiro. Entretanto nos três casos foram apontadas a inexistência de postos de saúde, delegacias, cartórios, bancos, lotéricas e correios. Os centros de Campo Grande e Santa Cruz configuram-se como principais centralidades dos moradores, distando aproximadamente 17 minutos de carro do Málaga Garden (CARDOSO et al., 2013, p. 15).

Os Ipês de Realengo por sua vez, foram construídos no ensejo como Habitação de Interesse Social (HIS), por intermédio do Programa de Arrendamento Residencial (PAR),

⁷¹ O preço de compra dos imóveis no Málaga Garden, ao longo das duas pesquisas, variou de 42.000 a 87.000 Reais, tendo o subsídio variado entre 13.000 e 30.000 Reais. Apenas um morador, em ambas as pesquisas, não se valeu do financiamento do PMCMV para a compra do imóvel (CARDOSO et al., 2013, p. 12).

⁷² Pela legislação do PMCMV 1, o valor máximo para a venda de casas em capitais é de R\$ 47.000,00 (R\$ 51.000,00 - apartamentos) para a faixa de renda de 0-3 s.m. e de R\$ 130.000, 00 para a faixa de 3-6 s.m. (CARDOSO; ARAGÃO, 2012).

sendo necessário para a obtenção de um dos imóveis, o cadastramento na Prefeitura do Rio de Janeiro - atendendo os critérios do PAR⁷³ – e ser contemplado por meio de sorteio. Porém, as chuvas que assolaram algumas áreas do Morro do Urubu⁷⁴, Olaria e Copacabana, em abril de 2010, aliada à construção do Parque de Madureira⁷⁵, que promoveu a remoção dos moradores da Vila das Torres⁷⁶, deram novos rumo aos Ipês de Realengo, nos quais a Prefeitura, em acordo com o Governo Federal, transferiram os empreendimentos do PAR para o PMCMV. Portanto, aos moradores do Morro do Urubu foi reservado o Ipê Amarelo e aos moradores removidos de Olaria, Copacabana e para ex-moradores da Favela Vila das Torres foi reservado o Ipê Branco (CARDOSO et al., 2013).

Nas proximidades dos Ipês estão de um lado a nova quadra do *G.R.E.S. Mocidade Independente de Padre Miguel* e de outro a Favela do Batan. Os residenciais Ipês também ficam próximos à Avenida Brasil, mas a via acaba isolando esta área desses residenciais do restante da parte de habitação mais antiga do bairro de Realengo. Para os moradores dos Ipês de Realengo, a distância de suas novas moradias para seus antigos locais de trabalho aumentou de modo considerável, e conseqüentemente, também aumentou seu tempo de deslocação, e em muitos casos ainda passaram a depender da realização baldeação nos transportes públicos (CARDOSO et al., 2013).

[...] A respeito da localização e deslocamento até as escolas, a situação é mais precária nos Ipês de Realengo já que a maioria de seus moradores depende da rede pública e nem todos conseguiram transferência para escolas mais próximas a sua nova moradia (CARDOSO et al., 2013, p. 14-15).

Entretanto, ainda que os Ipês de Realengo fiquem distantes em média 25 km das moradias anteriores dos seus habitantes, muitos dos mesmos ainda realizam diversas atividades próximas ao local de suas antigas residências, adotando uma forma de ainda manterem vínculos com seus locais de origem. O nível de rejeição ao novo domicílio chega a 74% para os moradores do Ipê Branco e 52% para os moradores do Ipê Amarelo, onde estes afirmaram que preferiam estar morando nas suas residências anteriores⁷⁷. Os serviços

⁷³ Lei no 10.188, de 12 de fevereiro de 2001.

⁷⁴ Localizado entre os bairros de Pilares, Piedade e Tomás Coelho.

⁷⁵ A todos os moradores das áreas informadas foi concedida a opção de mudar-se para os empreendimentos imediatamente ou aceitar o aluguel social, na qual a Prefeitura oferece um valor mensal a ser aplicado na busca ou pagamento por um novo imóvel. Foi relatado durante as visitas que tal valor era muito baixo, colaborando então com a escolha pela mudança para os Ipês de Realengo (CARDOSO et al., 2013, p. 13).

⁷⁶ A Vila das Torres estava localizada entre os bairros de Rocha Miranda, Turiaçu e Madureira (CARDOSO et al., 2013).

⁷⁷ Através da pergunta “Onde você prefere morar, foram oferecidas três respostas, a saber: no atual domicílio, no domicílio/bairro anterior ou em outro local” (CARDOSO et al., 2013, p. 16).

condominiais também não agradam aos moradores, por serem considerados insuficientes. Somado a esse fator, as contas de condomínio, água e luz, dão um “sabor um pouco mais amargo”, para os que não gostam de morar no local e agora ainda devem arcar com essas novas contas (CARDOSO et al., 2013).

Os moradores do Málaga Garden também tiveram seu tempo de deslocamento para seus locais de trabalho aumentado, sendo somada a isso a escassa oferta de transporte público, onde o carro particular e o transporte irregular se colocam como opções aceitáveis. Todavia, seus moradores aprovam majoritariamente seu novo local de moradia e estão satisfeitos com os serviços condominiais, apesar das contradições entre o que é ofertado no ato da compra dos imóveis e o que realmente é efetivado (CARDOSO et al., 2013).

Contudo, cabe ressaltar que os beneficiários do *Programa Minha Casa, Minha Vida* enquadrados na Faixa I do Programa – com rendimento familiar mensal de até R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos Reais), não podem vender ou alugar seu imóvel antes do prazo de 10 anos, período de conclusão do financiamento⁷⁸. Entretanto, podendo o beneficiário liquidar antecipadamente todas as parcelas⁷⁹ do financiamento e adotando todos os procedimentos de quitação do imóvel, o mesmo fica livre para negociar o bem⁸⁰. Este fato gerou também grande descontentamento aos moradores dos Ipês de Realengo, que assumiram a obrigatoriedade de residir por 10 anos nos imóveis (CARDOSO et al., 2013).

Outros fatores, porém, por meio de regras e padrões que não se adequam as necessidades objetivas das famílias, também revelam um olhar cartesiano sobre a questão da moradia, atravessando o sonho da casa própria das famílias que aderem ao PMCMV, transformando-o muitas vezes em “pesadelo”. Um deles é quanto à tipologia das unidades habitacionais destinadas a Faixa I do Programa, onde as casas térreas – na capital – têm o padrão de metragem de 35m², subdivididas em sala, cozinha, banheiro, dois quartos, área externa com tanque e kit solar; no caso dos apartamentos – na capital – o padrão de metragem é de 42m², subdivididos em sala, cozinha, área de serviço, banheiro, dois quartos e kit solar. As dimensões definidas para os imóveis ignoram totalmente os diversos tamanhos de famílias, principalmente aquelas que dependeriam de imóveis com mais de dois quartos.

Os diversos novos custos de moradia - para grande parte dos moradores – como as contas de luz, água, condomínio, somadas a impossibilidade do desenvolvimento de alguma

⁷⁸ [...] No caso das Faixas 2 e 3, por se tratar de operações de mercado, nada impede que logo em seguida à assinatura do contrato de financiamento, o adquirente venda o imóvel (CAIXA, 2014).

⁷⁹ [...] com os devidos ajustes da atualização monetária (CAIXA, 2014).

⁸⁰ Informações coletas da entrevista fornecida pelo Diretor de Habitação da CAIXA, Teotônio Rezende (CAIXA, 2014).

atividade produtiva ou comercial, no interior das residências, impactam negativamente a estabilização das famílias nos condomínios populares:

[...] não se admite a possibilidade de realização de atividades econômicas/produtivas no contexto desses “condomínios populares” – o que impacta enormemente no orçamento doméstico, já que muitos desses novos moradores do bairro atribuíam às casas anteriores mais que a função de “abrigo” – na verdade, muitos deles transformavam a casa em “oficina” ou “bazar”, o que significa que desenvolviam algum tipo de produção ou comércio no âmbito do espaço de moradia e, de uma hora para outra, depararam-se com uma dura realidade: a perda de sua fonte de renda [...] (MAIA; ALVARENGA, 2015, p. 08).

Rezende (2012) destaca que o discurso da existência de uma “segurança garantida”, permeia a justificativa dos condomínios fortificados nos vazios urbanos segregacionais, construídos pelo PAR. A justificativa pautada na segurança inserida na diretriz do PAR, que visa a “promoção da melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas” vai contra a experiência de quem já vive em um dos empreendimentos do programa, relatada em entrevista transcrita por Rezende (2012):

“No começo eu me sentia importante e achava chique quando falava para meus amigos que estava morando em um condomínio fechado. Agora, passou quatro anos, a ficha caiu. Eu estou é num campo de concentração, trancafiado num caixote; eu, minha mulher e filhos, cercados por um muro de 3 metros de altura e sendo mandado pela Caixa Econômica Federal que dita as normas aqui. Eles trata a gente como se fosse mercadoria descartável. Hoje eu sei que este muro só serve para separar pobres de dentro dos pobres de fora que acham que nós de dentro somos ricos. Disseram que o muro e o portão são para garantir a segurança. Outro dia destes morreu o filho de um vizinho. Os traficantes entraram no condomínio, começaram a baleiar o rapaz dentro de casa e acabaram de matar o pobre no meio da rua. Ai a ficha caiu mais ainda... cadê a segurança prometida?⁸¹” (p. 334).

O clima de insegurança se tornou também evidente nos condomínios do *Minha Casa, Minha Vida*, quando denúncias de famílias beneficiadas pelo Programa do Governo Federal, mostradas pelo Jornal RJTV de 07 de abril de 2014⁸², relataram possíveis ameaças e assassinatos comandados por milicianos em um condomínio localizado em Campo Grande, Zona Oeste do Rio de Janeiro. As denúncias também relataram a expulsão de moradores dos imóveis para que a milícia posteriormente realizasse a revenda dos imóveis pela internet.

Segundo os moradores do condomínio, uma operação policial, em 2011, já havia conseguido expulsar os milicianos do local, porém, depois de um tempo, a milícia ocupou o

⁸¹ Entrevista de, concedida ao autor por uma liderança do Movimento Jacarenema de Luta pelo Direito de Morar com Dignidade, no Residencial Jacarenema, em Vila Velha – ES (21/10/2010).

⁸² Notícia obtida em G1 RIO (2014a).

local novamente. O secretário de segurança pública, José Mariano Beltrame, naquele momento, declarou o atrelamento das possíveis voltas dos criminosos ao local, à ausência da oferta de serviços de todo tipo, com a persistência da inserção destes.

O problema que parecia ser pontual de um condomínio ou outro do PMCMV, a reportagem do Jornal EXTRA, de 26 de março de 2015⁸³, divulgou os resultados da “Operação Tentáculos” da Secretaria Estadual de Segurança Pública, onde houve vários presos acusados de participarem desses grupos paramilitares que atuavam nos condomínios do Programa. Segundo a Secretaria de Segurança, esses grupos já dominavam 38 condomínios da Zona Oeste, levando a sujeição de 12 mil famílias.

Além da segurança ausente, os equipamentos comunitários como: escolas, creches e unidades de saúde, que se somariam a função social dos referidos condomínios, como nos casos do BNH, não formaram uma presença notável (REZENDE, 2012). Os condomínios populares fechados, sobretudo os construídos nos bairros pobres das áreas periféricas das grandes cidades são definidos por Rezende (2012) como “bolhas urbanas”, que cercam os pobres em “redomas” que tendem a “implodir em suas contradições historicamente acumuladas”.

Cabe a Caixa Econômica Federal a análise do empreendimento a ser construído pelo Programa *Minha Casa, Minha Vida*, onde são realizadas análises: jurídica (verifica a situação jurídica da empresa e de seus representantes); de risco da empresa; de risco do empreendimento; de engenharia e de trabalho social. O trabalho social deverá ser garantido nos empreendimentos destinados às famílias com renda de até 3 (três) salários mínimos⁸⁴, onde a previsão de gasto no trabalho é no mínimo de 0,5% sobre o valor da obra. A análise do trabalho social visa garantir o provimento de ações sociais de capacitação para o convívio comunitário, uso de equipamentos comunitários, educação ambiental e integração social (CAIXA, 2015). Porém, a ausência de detalhamento dessas ações e de dispositivos que não só garantam, mas obriguem a realização do trabalho social e punam os empreendedores que não os realizem, favorece confortáveis brechas legais que tendem aos empreendedores do programa a considerar a produção habitacional fora da totalidade da questão habitacional, mas dentro da lógica de mercado.

⁸³ Mais detalhes a este respeito podem ser encontrados em MARINATTO; SOARES (2015).

⁸⁴ “[...] Nos financiamentos com recursos do FGTS, o trabalho social está previsto em empreendimentos com valor da unidade de até R\$ 40mil” (CAIXA, 2015).

O plano não prevê ainda a regularização de vários edifícios e terrenos fora de utilização, bem localizados e devedores de milhões de Reais em impostos como o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) ou a reabilitação e/ou urbanização das favelas. Todas as incertezas e lacunas do Plano de Habitação traz a temeridade da reprodução de uma “Cidade de Deus 2”, onde as famílias de baixa renda podem ser alocadas nos terrenos mais baratos, longe dos Centros das cidades, de empregos e sem infraestrutura. Contudo, o *Programa Minha Casa, Minha Vida* revela-se, na tentativa de agregar a ampliação do acesso ao crédito à política de habitação e à política de geração de empregos, sem que tenham uma necessária articulação com aspectos urbanísticos ou fundiários (HIRATA, 2009). Assim, os condomínios populares aqui destacados, não se aproximaram, nem mesmo em seus projetos, do modelo condominial dos segmentos mais abastados. Diante, de todos os percalços apresentados pelo PMCMV, o sonho de casa própria vai mais uma vez se desmantelando diante dos olhos dos que acreditavam, finalmente, concretizar o sonho da moradia definitiva e digna.

Portanto, a implementação das sucessivas políticas habitacionais e os mais variados tipos de habitação popular existentes, os cortiços ainda resistem no panorama carioca no segmento de moradia popular. Contudo, os variados fracassos das políticas apresentadas – até as limitações já apresentadas no atual PHN – tornaram a permanência dos cortiços na cidade cada vez mais possível e primordial. Logo, no próximo capítulo mostraremos como os cortiços subsistem e reinventando tanto em forma, quanto em conteúdo – nas formas de sociabilidade, nas normas, na organização interna, na administração, entre outros, conforme verificaremos.

4 PESQUISA DE CAMPO: OS ATUAIS CORTIÇOS DA GLÓRIA

4.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo explanaremos sobre o cortiço nos dias atuais e como ele e seus moradores se inserem na dinâmica da cidade do Rio de Janeiro, após aproximadamente cem anos da tentativa de extingui-lo, definitivamente, no *bota-abaixo* do Prefeito Pereira Passos. Como constatamos, no período em que Pereira Passos esteve à frente da Prefeitura do Distrito Federal (Rio de Janeiro), e até mesmo antes, não se alcançou o objetivo de erradicar-se com os cortiços - dado como foco de doenças altamente contagiosas, até mesmo porque foi uma ação que ia totalmente contra a crise habitacional que já se instalava há décadas na cidade e, também, a posterior falta de estrutura para realocar os que eram removidos das suas antigas estalagens.

Portanto, dentre os atuais cortiços, que mostraram resistir à passagem dos séculos, que estão em pleno funcionamento e que se encontram concentrados em uma quantidade significativa, bem próximos uns dos outros, no Rio de Janeiro, foram os que observamos localizados no bairro da Glória. Sendo um dos bairros que circundam o Centro, a Glória, também foi nos séculos XIX e XX detentor de um grande número de cortiços e, por conta desse fato, também recebeu intervenção da municipalidade quando estes se tornaram indesejados ao cenário carioca.

Para compreendermos como se desenvolveu o bairro da Glória e as relações que permearam a história dos cortiços no bairro, iremos inicialmente apresentar a sua formação e desenvolvimento, os atores sociais presentes neste momento que ajudaram criar as características distintivas do bairro.

Subsequentemente, objeto de pesquisa, localizado, mais especificamente, na Rua Santo Amaro – no bairro da Glória – através de pesquisa realizada para este trabalho, nos transportaram para o tempo presente onde os cortiços continuam com sua vaga cativa no “hall” das habitações populares na cidade do Rio de Janeiro. Em último momento deste capítulo, apresentaremos uma análise pautada nos dados empíricos, decorrente da observação da pesquisadora, entrevistas com moradores dos cortiços, com um proprietário de cortiço e com o atual presidente – desde 2011 - da Associação de Moradores da Glória (AMA-Glória).

4.2 A HISTÓRIA DA GLÓRIA

4.2.1 Formação do bairro

A história do bairro da Glória se entrelaça com a história do início da ocupação europeia na cidade do Rio de Janeiro. Os franceses que chegaram ao Rio de Janeiro em 1555, logo fizeram como aliados os índios tupinambás e construíram uma fortaleza nas terras da Glória, chamada Uruçumirim. Porém, em 20 de janeiro de 1567, a tropa portuguesa junto com seus índios aliados, os *termiminós*, comandados pelo chefe índio Araribóia, travaram uma batalha contra os franceses e seus aliados na praia em frente ao Outeiro⁸⁵ da Glória, na época chamado de Morro do Lerype. Os portugueses ganharam a batalha, porém, seu líder Estácio de Sá, foi atingido por uma flecha levando-o à morte um mês depois (CAVALCANTI, 2015, p. 15).

Naquela época o caminho para chegar à Glória era bastante dificultado pela natureza. Era necessário passar pelo Morro do Castelo, entre pântanos, lagoas e morros (RIO DE JANEIRO, 2003). Quanto a veneração à Nossa Senhora da Glória, no Morro do Lerype, surgiu no início do século XVII – 1608 – quando a imagem da Virgem foi colocada por um devoto chamado Ayres em uma gruta no morro. Porém, marcou-se na história o ano de 1671, quando o português Antonio Caminha esculpiu uma imagem de madeira de Nossa Senhora e ergueu uma capelinha para colocá-la, onde tinha a gruta no morro. A capela se transformou no atual Outeiro da Glória em 1739, quando passou por um processo de reconstrução (RIO DE JANEIRO, 2003).

Quando a Família Real se instalou no Rio de Janeiro, por volta do ano 1808, passaram a frequentar o Outeiro, pela devoção que tinham à Nossa Senhora da Glória, que se tornou mais forte a partir do momento que a realeza passou a batizar seus rebentos nesta Igreja (CAVALCANTI, 2015). Assim, as missas, festas e demais cerimônias religiosas da Igreja do Outeiro de Nossa Senhora da Glória – como no dia da sua santa – dia 15 de agosto - passa a ser um local importante e de encontro da nobreza e alta burguesia, ainda que, se reunissem também diversos extratos da sociedade, em torno das procissões, quermesses e barraquinhas (RIO DE JANEIRO, 2003).

A festa dedicada à Virgem ultrapassava o espaço do Outeiro e sempre terminava em “recepção e baile na casa de algum nobre, ou ricoço que morava no bairro da Glória, ou

⁸⁵ Outeiro ou oiteiro *s.m.* Pequeno monte, menor que um morro; colina (LUFT, 1991, p. 458).

próximo dele” (CAVALCANTI, 2015, p. 28). A ladeira da Glória, caminho para a igreja, foi um remanso da nobreza. Um palacete da Ladeira passou a realizar a recepção das festas a partir de 1824, lugar onde foi moradia dos barões de Sorocaba e sua família posteriormente. Entretanto, o local mais prestigiado das festas da região era o Palacete do Visconde de Meriti (Manuel Lopes Pereira Baía). O palacete do Visconde foi construído na esquina da Rua da Glória com a Rua Benjamin Constant, onde depois de sua derrubada foi construído o Palácio Arquiepiscopal São Joaquim⁸⁶ (uma das residências do Arcebispo do Rio de Janeiro) (CAVALCANTI, 2015). Nesse período, a região entre a colina da Glória, passando pelo Catete até Laranjeiras tinha uma extensa área rural. A grande parte dos fazendeiros dessa região escolheu como domicílio mansões da Glória e do Catete. A escolha de moradia na região foi seguida “por membros da nobreza e por comerciantes ricos” (RIO DE JANEIRO, 2003, p. 14).

O segundo Reinado foi um período de grandes transformações na Glória e suas cercanias, com várias novas construções. Uma grande e imponente construção foi a Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro, fundada em 1840 na Rua Santo Amaro, n.º 80. A ideia da criação do hospital surge em 1848, depois de uma grande epidemia de febre amarela assolou no Rio de Janeiro, assim, foi inaugurada uma enfermaria no ano de 1850 e o hospital foi inaugurado em 1858, porém, diversas obras foram realizadas posteriormente, aumentando enormemente a capacidade de atendimento do hospital.

Em março de 1854, deu-se a inauguração da iluminação pública e gás encanado, pelo Barão de Mauá na região da Glória. Na mesma época se deu o início da vida noturna da região, nos seus bares e restaurantes. Todavia, o palácio (Palácio do Catete)⁸⁷ construído em 1862, pelo Barão de Nova Friburgo, também foi um importante estímulo para o desenvolvimento de toda a região. A inauguração de um mercado popular no largo da Glória, em 1864, deu ao local um grande movimento de fornecedores e compradores de produtos alimentícios (CAVALCANTI, 2015). No mesmo ano se estabeleceu na Rua do Russel, n.º1, o prédio da antiga estação de tratamento de esgotos de *The Rio de Janeiro City Improvements Company Ltda*⁸⁸. A realização de saneamento, aterros na orla e posteriormente a introdução

⁸⁶ Palácio São Joaquim: Rua da Glória, n.º 446 – Glória. Bem tombado pelo município: Decreto 34.433 de 13/09/2011 – D.O. RIO de 14/09/2011 – tombamento definitivo.

⁸⁷ Rua do Catete n.º 179 – Catete, Palácio do Catete (BTN – Bem Tombado Nacional).

⁸⁸ Processo n.º E-18/ 001.723/2002. Tombamento definitivo: 30/12/2006 (Tombamento Estadual). Localizada em área verde junto da Avenida Beira Mar, o prédio da antiga estação de tratamento de esgotos de *The Rio de Janeiro City Improvements Company Ltda*, conhecido simplesmente com *A City*, foi, em 1864, a primeira elevatória e estação de tratamento de esgotos das Américas e terceiro mundo. Exemplar ímpar da arquitetura industrial do Rio de Janeiro do século XIX, tem equipamentos ainda em ótimo estado de conservação. Desde

das estações de bondes nos bairros da Zona Sul estimularam seu adensamento, desse modo, “instala-se na região uma classe média abastada, seguida por pequenos comerciantes e, mais adiante, por pessoas de todas as classes sociais” (RIO DE JANEIRO, 2003, p. 15). Até seguidores doutrinários do positivismo de Auguste Comte se direcionaram à Glória, onde ergueram – em 1881 – na Rua Benjamim Constant n.º 74 - o famoso templo da Igreja Positivista do Brasil, conhecido como *Templo da Humanidade*⁸⁹.

A admirável Ladeira da Glória nesse momento, já contava com 24 imóveis e a Rua do Russel, 14 edificações (CAVALCANTI, 2015). Nesse período, aparece como um dos grandes administradores de propriedades no bairro da Glória o industrial e comendador, Manuel Vicente Lisboa. Antes de falecer, o comendador vendeu seus imóveis no bairro para sua sobrinha Zulmira Manuela da Silva e seu marido, comerciante português, Antônio Mendes de Campos (em 11 de junho de 1900). O comerciante, Antônio Mendes, também foi um grande homem de negócios, com boas relações políticas, que chegou a doar ao Prefeito Pereira Passos um terreno para que fosse construída uma vila operária. A Vila foi levantada, mas na década de 1970 foi posta abaixo por conta das obras do metrô, abriu uma estação no bairro (CAVALCANTI, 2015).

Outro exemplo de vila, do mesmo proprietário - que neste caso não se tratava de habitação operária -, mas que resistiu ao tempo, e ainda existe, é a *Villa Aymoré*. A *Villa Aymoré* foi um dos dez casarões de Antônio Mendes, com nome indígena, que embelezavam a ladeira da Glória. Em 1885, o casarão funcionou como colégio de “Educação de Meninas”, e depois, entre 1897 e 1902, serviu como fábrica de perfumes. O casarão foi subdividido ainda nas primeiras décadas do século XX, sendo uma parte destinada aos inquilinos de posse e outra aos inquilinos mais pobres na parte tida como cortiço. Notícias de jornal registraram, algumas vezes, brigas entre o administrador e os inquilinos do cortiço (CAVALCANTI, 2015).

Nos anos 2000 a *Villa Aymoré* se encontrava em estágio avançado de deterioração. Em 2005 o conjunto arquitetônico que abriga a *Villa* foi tombado pelo município do Rio de Janeiro, inserido na Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) da Glória e do Catete.

Três investidores da *Landmark Properties* compraram a *Aymoré* – e todo o conjunto - em 2009 e deram início de seu restauro em 2010 (COSTA, 2012).

1970, o edifício passou a sediar a sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado da Guanabara atual SEARJ” (LERNER; BITTENCOURT, 2012, p. 95).

⁸⁹Bem tombado pelo Estado.

As reformas tiveram investimentos de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais), em que as fachadas originais foram mantidas, assim como o nome de cada villa (sobrado) em deferência aos índios tupinambás que viveram naquela região: *Aymoré, Corijó, Guarany, Goytacaz, Iracema, Juruna, Kiriri, Moema, Tamoyo e Tupy* (ESTADÃO, 2015). Em 2014, as obras chegaram ao fim e agora – como os seus investidores já haviam anunciado - o conjunto se transformou em belo e luxuoso empreendimento comercial. Com diversos escritórios para aluguel, onde abrigarão, principalmente, empresas estrangeiras (COSTA, 2012).

Durante o período de reformas promovidas pelo Prefeito Pereira Passos (1902-1906), os bairros da Glória e do Catete passaram por grandes transformações. O ano de 1905, parte das mudanças são notadas, quando é instalado, na Glória, um encantador relógio⁹⁰ *art nouveau*. Seguiu-se o alargamento de ruas e a inserção de vários símbolos e imóveis que modificaram o estilo arquitetônico de origem portuguesa para o francês (RIO DE JANEIRO, 2003).

Vários logradouros, como a Rua Barão de Guaratiba e Rua Almirante Baltazar – que foram eliminadas do mapa com as obras para o metrô - eram repletos de casas operárias, vilas, em cortiços e casas de cômodos. Também na extinta Rua Beco do Rio nº 85 havia dois blocos de sobrados, construídos pela Prefeitura em 1910, arrendados ao Sr. Carlos Leal para que o mesmo os sublocassem. Os sobrados, dados como casas de operários, possuíam dois andares, o térreo para famílias – pois tinham sala e quarto ou sala e dois quartos – e o andar superior para solteiros, com quartos simples. Porém, ainda que hajam tais registros – como em Benchimol (1990, p.135), visto no primeiro capítulo deste trabalho (p. 19) – que revelam também um perfil popular na Glória, não há nenhuma datação que possa identificar o início do deslocamento de camadas populares para o glamoroso bairro. Considerando a Glória um bairro pequeno, grande parte dos cortiços e demais tipos de habitações populares certamente desapareceram junto as várias ruas do bairro nas obras que neste se realizaram.

A vida boêmia no bairro da Glória teve seu papel destaque nos anos 1930 (1935), sobretudo com a inauguração do Bar e Restaurante Taberna da Glória, que ficava na esquina do Beco do Rio com Rua do Catete. Outro grande símbolo da construção e do bom estilo do bairro foi o Hotel Glória. O Hotel, inaugurado em 1922, além de servir de local de hospedagem, foi um importante espaço de reuniões políticas, sociais e festas de carnaval. A região passou a compor uma grande rede de hotéis de ótima qualidade (CAVALCANTI, 2015).

⁹⁰ Conhecido como *Relógio da Glória*, foi tombado pelo Governo Estadual.

Prado Júnior, prefeito do Rio (1926-1930), anos depois de Pereira Passos, utilizou também da inspiração a *Belle Époque* francesa e deu de presente ao bairro a Praça Paris, erguida no aterro de onde antes era Praia das Areias de Espanha e “surtem nas redondezas edifícios *art nouveau* e torna-se moda passear entre as alamedas da Praça Paris. [...]” (RIO DE JANEIRO, 2003, p. 15). Os Largos da Glória e do Russel – hoje pontos de referência do bairro - também foram obras da gestão Prado Júnior.

O Catete, bairro vizinho, no início do século XX, destaca sua vocação de bairro comercial varejista, provavelmente, pela sua posição geográfica, localizado na passagem para os demais bairros da Zona Sul. A vocação para o comércio fez com que muitos comerciantes estabelecessem moradias em mansões e também se tornassem proprietários de cortiços, tendo nos alugueis mais uma fonte rentável, o que tornou o bairro menos glamoroso, porém, mais acessível às camadas populares (RIO DE JANEIRO, 2003).

Entretanto, o Catete e a Glória acabam passando por um processo de decadência, nos anos 1930, quando fluxo de veículos passa a se concentrar na Avenida Beira Mar, conseqüentemente, cresce o número de moradores de baixo poder aquisitivo, assim como, aumenta a ocupação irregular nas encostas dos morros da região, destacando-se o Morro Santo Amaro - localizado entre a Glória e o Catete – e o Tavares Bastos - no Catete. Na década de 1960, a construção do *Aterro do Flamengo*, com um extensa área de lazer aberta e arborizada, cortada por duas pistas expressas, distanciou ainda mais o fluxo de veículos da região da Glória e Catete, concomitantemente, o de pessoas, proporcionando um declínio econômico nestes bairros e deterioração dos imóveis (RIO DE JANEIRO, 2003).

Cavalcante (2014) aponta a transferência da Capital Federal para Brasília⁹¹ e as obras do metrô⁹² como pontos cruciais e declínio dos bairros da Glória e Catete. Com as obras para passagem do metrô e construção das estações, vários imóveis foram demolidos e centenas de pessoas desalojadas. Aos moradores do bairro da Glória restou um duplo sentimento, no qual o metrô traria – como trouxe – transporte qualidade e valorização da região, mas ao mesmo tempo, sentiram como se desfigurassem o bairro quando neste momento retiram seus símbolos marcantes “arquitetônicos, urbanísticos, culturais e históricos como a *Taberna da Glória* e o restaurante *Lamas*” (CAVALCANTI, 2015, p. 55).

⁹¹ Com a transferência da Capital Federal (1960), o Palácio do Catete deixa de ser sede do executivo do Governo Federal.

⁹² As obras do metrô Glória se deram ao longo da década de 1970 e findaram em 1979 quando foi inaugurada (CAVALCANTI, 2015).

Entretanto, depois da chegada do metrô na Glória, se acentua o período de abandono e decadência do bairro, assim como seu bairro vizinho a Lapa, até os primeiros anos do século XXI, quando começou o processo de “revitalização⁹³” desta região. Hoje se pode considerar a Glória um pequeno e charmoso bairro carioca, que sendo geograficamente o primeiro bairro da Zona Sul após o Centro, “*abre as portas*” para a região tão admirável, o corredor para as praias oceânicas da Zona Sul do Rio de Janeiro. O restrito bairro tem uma população de 9.661 habitantes⁹⁴, onde, apesar de sua proximidade com o Centro da cidade e de ter uma razoável quantidade de estabelecimentos comerciais e escritórios, os seus moradores se servem, principalmente, do comércio e serviços do seu bairro vizinho, o Catete, mantendo a característica da Glória de bairro residencial.

A sua posição geográfica, limítrofe com os bairros do Catete, Flamengo, Santa Teresa, Lapa e Centro faz com que seus moradores fiquem muito servidos, pois, o que não se encontra na Glória se encontra em algum desses bairros com fácil acesso. Entretanto, dentro de tantas características que atraem, facilitam a vida de seus moradores *oficiais*⁹⁵ e torna o bairro um local apazível, também atraiu ao bairro uma quantidade grande de população em situação de rua. Esta população que é vista com frequência na Praça da Glória - onde uma *Organização Não-Governamental* lhe serve café da manhã. Os moradores de rua parecem invisíveis, no restante de tempo, aos demais quando são vistos caminhando sem destino nas ruas do bairro ou até mesmo são encontrados dormindo nas calçadas das ruas. Esta população constitui-se, provavelmente, de usuários de crack ou, ainda, trabalhadores informais que permanecem no bairro como forma de evitar custos com transporte ou tempo de deslocamento entre casa e atividade laborativa.

O Palácio São Joaquim que, no ano de 2013, recebeu o Papa⁹⁶ no Rio de Janeiro, atualmente é bem utilizado pelo atual Arcebispo do Rio de Janeiro por conta do enorme prédio da Mitra Arquiepiscopal que foi construído ao lado do palácio. O prédio agrega vários profissionais e serviços oferecidos pela Arquidiocese, porém, não foi possível identificar nenhum trabalho direto da Igreja com aqueles que ali vivem.

⁹³ [...] o sentido de revitalização urbana refere-se à apropriação cultural e econômica de espaços e imagens das cidades com o objetivo de atribuir novos usos e sentidos a um lugar, detendo, não raras vezes, um caráter segregador e higienizador. Em geral, as “políticas de revitalização urbana” induzem à reapropriação desses espaços por outros sujeitos, em geral mais “qualificados” - leia-se turistas e investidores (MAIA, 2013, p. 14).

⁹⁴ Mais detalhes a respeito dos dados do CENSO, 2010 podem ser encontrados em INSTITUTO PEREIRA PASSOS (2015).

⁹⁵ Aqueles que moram em uma residência, sob um teto.

⁹⁶ Atual Papa Francisco, que no ano de 2013, esteve no Rio de Janeiro em virtude da Jornada Mundial da Juventude, realizada nesta cidade.

Mesmo em seu pequeno espaço, a Glória registrou, no início do século XXI, muitos casos de violência, segundo Marconi⁹⁷, Presidente da Associação de Moradores da Glória, e os problemas estavam geralmente associados à crackolândia que havia no bairro, da qual conferiu ao bairro o “*título*” de maior distribuidor de crack da zona sul. Porém, a presença da UOP (Unidade de Ordem Pública) na Glória, mais especificamente entre a Glória e Catete, a 9.^a delegacia de Polícia na mesma proximidade, a patrulha do 2.^o Batalhão, uma enorme quantidade de guardas municipais e 150 homens da Força Nacional, que se localizaram, principalmente, no Morro Santo Amaro, entre outras ações governamentais fizeram com que a crackolândia acabasse. Segundo Marconi, grande parte das ações interventivas realizadas no bairro fazia parte de um programa piloto do Governo Federal, *Crack, é possível vencer*⁹⁸, a respeito de como se combater o crack, que devido ao seu sucesso, colocou a Glória como exemplo para todo país⁹⁹.

O Presidente da AMA- Glória ainda disse que “esse patrulhamento todo fez com que os índices de criminalidade na Glória fossem não para zero, mas um dos menores da cidade ou o menor da cidade. Há cerca de dois anos, três anos houve uma melhoria assim assustadora. Chegava até a dizer que a Glória era o bairro mais seguro de toda a cidade”. Entretanto, hoje todo esse aparato praticamente sumiu. A força nacional¹⁰⁰ diminuiu a quantidade de homens no bairro em mais de 60%, o 2.^o Batalhão está com déficit de pessoal e diminuiu a patrulha na Glória, a UOP também está com uma quantidade reduzida de guardas – que são da guarda municipal – para atender Glória, Catete, Flamengo, Largo do Machado e um pedacinho da Lapa e a 9.^a Delegacia encontrava-se fechada há mais ou menos um ano¹⁰¹. Isso criou um transtorno para a população da Glória, destruiu toda aquela sensação de segurança, relatou¹⁰² Marconi.

Mesmo diante deste fato, o 2.^o Batalhão da Polícia Militar, em Botafogo, continua atendendo normalmente os moradores da Glória. O tamanho do bairro faz com que não tenha uma demanda efetivamente grande, então, no caso do serviço de saúde onde há atendimento público mais próximo, que o atendimento abrange área da Glória é o Centro Municipal de

⁹⁷ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada no Bairro da Glória em 13/07/2015.

⁹⁸ Mais informações sobre o Programa podem ser encontradas em Brasil, (2015a).

⁹⁹ Parte das informações foram noticiadas por Freitas através da Imprensa RJ em 18/05/2012.

¹⁰⁰ O Ministério da Justiça prorrogou, em 21/07/2014, a permanência da Força Nacional na comunidade Santo Amaro, no Rio, por mais 90 dias – de acordo com as ações do programa *Crack, é possível Vencer* (G1 RIO, 2014b). Entretanto, parece que a maior preocupação governamental a respeito do combate ao crack se deu no período da Copa do Mundo de 2014, sediada no Rio de Janeiro, quando o efetivo da Força Nacional chegou a dobrar na cidade, porém, a prorrogação deste prazo ainda poderia ser solicitada (G1 RIO, 2014b).

¹⁰¹ A 9.^a Delegacia foi reaberta alguns meses após a entrevista.

¹⁰² Devido à falta de tempo hábil, não foi possível checar a veracidade de todos os dados relatados pelo Sr. Marconi na sua entrevista.

Saúde Manoel José Ferreira, localizado na Rua Silveira Martins n.º 161, no Catete. Já no caso de hospitais, Marconi relatou que é um problema, porque não há hospitais públicos. A não ser a Beneficência Portuguesa – que é filantrópica – mas está em um estado de falência. É um hospital enorme que poderia ser utilizado pela população com menos recursos financeiros, mas por oferecer o atendimento particular em quase sua totalidade e estar em um estado precário, não atende esta população. Entretanto, no campo educacional a *Escola Municipal Deodoro* na Rua da Glória n.º 108 e a *Escola Municipal Maria Leopoldina* na Rua Santo Amaro n.º 133, atendem a população suficientemente.

O bairro, porém, é muito bem atendido quando nos referimos aos serviços privados como: farmácia, supermercado, minimercado, lanchonete, padaria, restaurante, bistrô, entre outros. Em relação à cultura, a Glória é relativamente bem suprida. No campo das atividades culturais, a Glória parece “beber” da mesma “água da cultura” dos seus bairros vizinhos, Santa Teresa e Lapa, ainda que em menor quantidade. São os grupos ligados ao samba e chorinho, que têm o maior destaque nas atividades do bairro. No chamado *Samba na Feira*, que todo domingo, durante a Feira Popular da Glória, que acontece das 07 às 14 horas, na Rua da Glória, grupos de samba e chorinho se apresentam no *Ponto Cultural Rubem Confete*, em meio ao movimento de pessoas que vão para admirar e comprar produtos diversos, inclusive, dos artesãos do bairro. No gênero de feira com produtos alimentícios há a já tradicional Feira Orgânica da Glória, que ocorre todos os sábados na Praça do Russel¹⁰³, das 07 às 13 horas, com alimentos sem agrotóxico, certificados, direto dos seus agricultores. A feira, por vezes, abre espaço e convida artistas de diferentes seguimentos para entreter culturalmente seus clientes e demais pessoas que passam por lá.

Ainda no campo da cultura, tem a *Banda da Glória* e os *Arteiros da Glória*, que são bandas tradicionais do bairro que saem no carnaval de rua carioca, mas que também desenvolvem cursos e eventos durante o ano. O *Sambastião* (grupo de samba/ bloco carnavalesco), que também sai no carnaval, marca presença uma vez por mês, sempre aos sábados, na Praça do Russel. O *Centro de Movimento Deborah Colker*¹⁰⁴ também faz-se presente, na Rua Benjamin Constant n.º 30, com o diferencial do projeto *A GLÓRIA DA GLÓRIA* que visa reconquistar a auto-estima do bairro perdida devido a processos negativos/

¹⁰³ O nome da praça mudou para Luís de Camões, porém, a praça situada em frente a Rua do Russel, ainda continua sendo chamada e anunciada como Praça do Russel por diversas pessoas e segmentos.

¹⁰⁴ Famosa produtora, diretora e coreógrafa de espetáculos de Dança Contemporânea.

desagregadores vividos pelo bairro nas últimas décadas, como: o alto índice de drogas, a violência, a prostituição, entre outros¹⁰⁵.

Todavia, quando nos referimos a teatro e cinema o bairro está em déficit. O famoso e luxuoso Teatro Glória, que ficava no Hotel Glória, foi destruído após o hotel ser vendido para o grupo EBX do empresário Eike Batista¹⁰⁶, em 2008, e ter passado por uma imensa obra de modernização, que deveria durar dois anos¹⁰⁷. Porém, em 26 de junho de 2014¹⁰⁸, a reportagem da Rádio Globo, divulgou o estado de abandono do hotel, desde 2010, quando as obras pararam quando as empresas de Eike Batista começaram a apresentar problemas. Rebatizado de Glória Palace, o hotel foi vendido ao Grupo Suíço¹⁰⁹, ACRON, no início do ano de 2014. O hotel teria suas obras concluídas até as Olimpíadas de 2016 que ocorrerão no Rio de Janeiro. Entretanto, a volta do Grupo EBX aos negócios do hotel no final de 2014¹¹⁰, que ficaria pronto para Olimpíadas, segundo Eike, ficará pronto, mas não há mais prazo definido (GOBBI, 2015).

Em relação ao cinema, o Memorial Getúlio Vargas, localizado na Praça Luís de Camões s/n, que foi inaugurado em 2004, é o local que fornece o entretenimento cinematográfico para a população, mas com filmes diferenciados das grandes salas de cinema. No bairro ainda há muitos artesões, artistas plásticos e escritórios de arquitetos, de acordo com o relato de Marconi, Presidente da AMA – Glória.

Apesar do estado de abandono do bairro no final do século XX, a Marina da Glória, inaugurada em 1979, e do MAM (Museu de Arte Moderna), que apesar de ter sido inaugurado em 1948, trouxeram ao bairro uma relativa atenção quando passaram a receber uma grande quantidade de eventos e espetáculos, ainda que construídos nas *franjas* do bairro.

Em meio a decadência e ascensão, abandono e “revitalização” da Glória, bairro que outrora teve moradores mais abastados, se diversifica quanto a sua população e vive contradições socioeconômicas, que podem ser percebidas, principalmente, quando analisados os diferentes tipos de moradias que se desenvolveram e permaneceram no bairro desde o início de sua ocupação. A realidade da favela e de seus moradores também é presente na

¹⁰⁵ Mais detalhes a este respeito podem ser encontrados em Centro de Movimento Deborah Colker (2015).

¹⁰⁶ “O Glória fazia parte de um grande projeto idealizado por Eike para a região da Marina do Rio de Janeiro. Ele seria integrado a uma grande área de eventos que seria criada na região. O hotel, apesar de longe da faixa turística mais valorizada da cidade - a orla que vai de Copacabana até o Leblon, na Zona Sul - é tradicional na cidade. Foi o primeiro cinco estrelas do país e era a hospedagem preferida de presidentes da República até pouco antes do fechamento para reforma (BETA VEJA.COM, 2014).

¹⁰⁷ Mais detalhes a este respeito podem ser encontrados em Saraiva e Pennafort (2008).

¹⁰⁸ Mais detalhes a este respeito podem ser encontrados em Moraes (2014).

¹⁰⁹ Mais detalhes a este respeito podem ser encontrados em Beta Veja.com (2014).

¹¹⁰ Mais detalhes a este respeito podem ser encontrados em G1 RIO (2014c).

dinâmica do bairro da Glória, como em quase todo Rio de Janeiro, ainda que a única favela do bairro – Morro Santo Amaro – esteja localizada oficialmente no bairro do Catete, sua posição geográfica está muito mais direcionada à Glória. No entanto, aqui nos referiremos às moradias da modalidade cortiço, que sob um rápido olhar quase não são percebidas, em meio aos prédios de apartamentos, estabelecimentos comerciais e casas de muros e portões altos.

Constatada a existência dos cortiços na Glória, assim como em outros bairros da cidade, ratificamos o fato de que nem mesmo a gestão do Prefeito Pereira Passos ou a apresentação de outros modelos de moradias foram capazes de remover totalmente os cortiços do cenário carioca. Mesmo as grandiosas intervenções urbanísticas pelas quais passou a Glória, diminuindo sensivelmente o número de imóveis, não conseguiu reduzir a zero a quantidade de cortiços no bairro.

4.3 OS ATUAIS CORTIÇOS

Essa gente entupia as casas de cômodos, velhos casarões de muitos andares, divididos e subdivididos por um sem número de tapumes de madeira, até nos vãos dos telhados, entre a cobertura carcomida e o forro carunchoso. Às vezes, nem as divisões de madeira; nada mais que sacos de aniagem estendidos verticalmente em “sceptos”, permitindo quase a vida em comum, em uma promiscuidade de horrorizar. (BACKHEUSER, 1906 *apud* BENCHIMOL, 1990, p. 290).

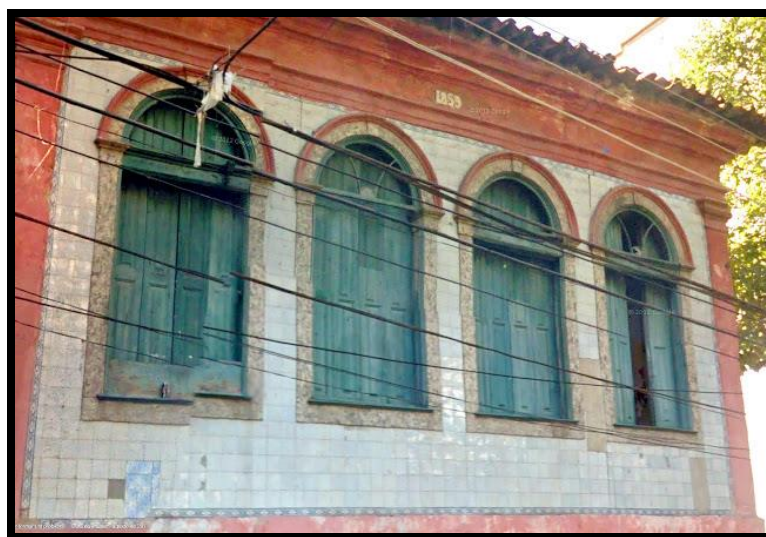
Essa é a descrição – exagerada e pejorativa - que Backheuser (1906) fez sobre os cortiços no início do século XX, foi sensivelmente alterada com o passar dos anos, anulando e diminuindo muitos dos estigmas atribuídos aos cortiços e seu residentes. A primeira e relevante alteração realizada foi justamente a mudança da denominação de cortiço para casarão. O cortiço que era designado como “*Cabeça-de-Porco*”, “fundo de quintal”, “moquifo”, “mocó”, “maloca” (VERAS, 1999, p. 03 *apud* KOWARICH, 2007, p. 178), passa a ser associado, ainda que pelo menos conceitualmente, com o nome de *casarão* que designa¹¹¹ além de *casa grande*, a *casa rica*, *opulenta*.

¹¹¹ Designação de casarão pode ser encontrada em DICIONÁRIO CRIATIVO. Casarão. In: **Dicionário Criativo**. Casarão. Disponível em: <<http://dicionariocriativo.com.br/significado/casar%C3%A3o>>. Acesso em: 10 out. 2015.

Deste modo localizamos na tranquila e bucólica Rua Santo Amaro, na Glória, uma grande quantidade cortiços, “rebatizados” por *casarões*. Devido aos muros e portões altos, geralmente bem fechados, a identificação dos cortiços só se tornou possível ao abordarmos os moradores que ocasionalmente transitavam na região.

4.3.1 O Casarão Rosa

O cortiço situado na Rua Santo Amaro n.º 188, denominado *Casarão Rosa*, por grande parte daqueles que vivem na região, tornou-se, ao longo de nossas idas ao bairro, o principal foco de nosso olhar e de nossa empreitada investigativa. Ele é conhecido assim justamente pela coloração de suas paredes externas. O bonito e imponente casarão, apesar de só fornecer uma discreta visão frontal, para os que passam na rua, exhibe à sua frente a datação do ano de construção, que neste caso data o ano de 1859, remetendo ao período em que a alta burguesia residia nesta região.



**Figura 11. Frente do *Casarão Rosa* (RJ).
Fonte: GOOGLE STREET VIEW, 2012.**

Para nos auxiliar na compreensão das relações sociais estabelecidas no cortiço e por conta do cortiço, contaremos com as entrevistas fornecidas por cinco moradores do *Casarão Rosa*, que aqui identificaremos através de pseudônimos, de modo a preservar a identidade de cada um deles:

- Vânia, de 30 anos, possui o ensino fundamental incompleto, é dona de casa e trabalha em casa esporadicamente com manicure. Mora no casarão há 13 anos, com marido e 4 filhos, com uma renda familiar mensal de um pouco mais de 1 salário¹¹² mínimo;
- João, de 22 anos, possui o ensino médio completo, é estudante. Mora com os pais no casarão desde que nasceu, e possuem uma renda familiar de 2 salários mínimos;
- Kátia, de 26 anos, possui o ensino médio incompleto, trabalha como cuidadora de idosos. Mora no local há 3 anos com o companheiro, tem uma renda familiar em torno de 1 salário mínimo e meio;
- Carmem, de 63 anos, possui o ensino médio completo, é aposentada, mas também realiza trabalho autônomo. Mora no local há 3 anos e tem uma renda fixa de 1 salário mínimo;
- Carine, de 24 anos, possui o ensino fundamental incompleto, é dona de casa. Mora no local há 1 ano, com o marido, têm uma renda familiar de 1 salário mínimo e meio.

Dentre os entrevistados, cariocas e nordestinos, três das entrevistadas foram levadas por seus companheiros a morar no casarão, mas todos tomaram conhecimento do local por meio de indicação de algum conhecido, que morava no local e já sabia da existência de quarto disponível. A Rua Santo Amaro, ainda que tenha uma significativa quantidade de moradias coletivas - segundo seus moradores - não há placas indicando a disponibilidade de moradia para alugar, nem mesmo alguma indicação de que algum desses casarões sejam pensões, casas de cômodos ou algo parecido.

4.3.1.1 As condições estruturais

O *Casarão Rosa*, como constatado, é realmente bem antigo e parece preservar as mesmas características estruturais por muitos anos. Um dos seus proprietários e administrador, desde 1998, o senhor Walter, informou que o local continua sem alterações desde então.

¹¹² Salário mínimo nacional vigente a partir de 01.01.2015: R\$ 788,00 (aplica-se a toda citação a que se refere). Mais detalhes a este respeito podem ser encontrados em BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social. **Valor do salário mínimo nacional**. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/sal_min/salario-minimo.htm>. Acesso em: 04 ago. 2015b.

Com 53 quartos, o casarão está no momento com 40 quartos ocupados. Os quartos estão distribuídos em quatro edificações, em que inclui o casarão principal e os anexos que ficam na área dos fundos do terreno, sendo três edificações ao nível da rua em formato de ‘U’. O casarão principal está subdividido em três níveis de quartos bem pequenos, que pode-se dizer configurar em térreo, primeiro andar e sótão.

Em geral nos quartos há espaço para os móveis e eletrodomésticos básicos, como: geladeira, fogão e cama de casal, e em outros somente de solteiro. Alguns pouquíssimos quartos cabem mais do que isso e em outros, nos caso dos situados no sótão, nem isso cabe. Quando a família passa da quantidade de duas pessoas, morando no mesmo quarto, fica difícil afirmar que estes não residam amontoados. O ambiente é familiar, não há pessoas que não sejam parentes dividindo o mesmo quarto. O caso de Vânia é um exemplo, que apesar de se mostrar bem adaptada ao local e de não deixar passar nenhum momento importante da família sem alguma festa de boa qualidade no pátio, se incomoda bastante com a situação de viver com marido e quatro filhos no mesmo quarto, mas não seria capaz pagar o aluguel de mais um quarto.

Entretanto, as condições estruturais precárias são tão preocupantes quanto o fato de ver um monte de gente morando em um cubículo. Quando adentramos a edificação principal podemos ver e sentir a fragilidade da antiquíssima propriedade. O piso de madeira bem velha e sem conservação range a cada passo dado e ainda fornece pelas frestas das tábuas uma visão para o andar térreo, que além de tirar a privacidade dos que ali moram, paira a sensação de que, a qualquer momento, o piso do 1.º andar vai se abrir totalmente.

Há buracos enormes na estrutura do casarão, localizadas no alto das paredes, que se vê quando está no interior da construção, onde teria espaço para passar um gato ou até um cachorro. Há muitas rachaduras nas paredes e se empurradas com uma força relativa ou se imaginar a queda de algo muito pesado sobre algumas das paredes, aumenta a sensação de fragilidade do local e o temor de um possível desabamento. A fiação no interior do Casarão, tanto nos corredores, quanto nos quartos, é aparente e quase se assemelha a varais de roupas, mas não apresentam nenhuma emenda ou desencepe. Como se pode imaginar não há laje no casarão. Carmem informou que em dias de chuva podem-se ver muitos pontos de goteira no local. Dos entrevistados, Carmem é quem se mostrou mais preocupada com as condições estruturais da moradia. A mesma disse que já alertou aos moradores sobre o risco eminente, no intuito que juntos pudessem solicitar as obras necessárias ao proprietário, mas a maioria não se importa e diz que “Deus protege”.

Podemos verificar, nesse discurso dos moradores, no qual não se importam com a precariedade do local de moradia, a introjeção da naturalização da pobreza. Deste modo, os problemas sociais vivenciados passam a ser considerados normais ou como algo esperado. Portanto, diariamente, naturalizamos situações em que se estampam a pobreza, a desigualdade social e a privação de direitos onde “lutar contra isto significa não reproduzir de forma ingênua as verdades absolutas, mas sim, estranhar e reagir frente aos fatos” (ACCORSSI; SCARPARO; GUARESCHI, 2012, p. 537).

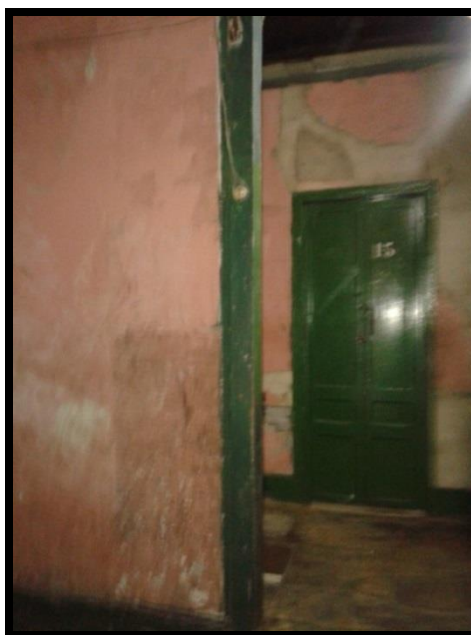
A ausência de reação dos moradores diante das péssimas e até perigosas condições de moradia, favorecem a continuidade de situações desiguais e opressivas. Freire (2000, p.43) caracteriza a origem da inatividade das classes oprimidas como é a “força da ideologia fatalista dominante que estimula a imobilidade dos oprimidos e sua acomodação à realidade injusta, necessária ao movimento dos dominadores”.

A naturalização da pobreza, portanto, se enquadra no modo geral da Ideologia de naturalização das coisas, quando grupos humanos diante de certos momentos históricos-sociais passam a lidar com os acontecimentos produzidos como natural ou como resultado inevitável (ACCORSSI; SCARPARO; GUARESCHI, 2012, p. 537). Assim, não só os que assistem externamente aos acontecimentos, mas também aos que os vivenciam passam a assimilar tal olhar de “naturalidade”, sobretudo, diante das realidades mais aviltantes.

Dessa maneira, Telles (2001) explica como a naturalização da pobreza, por exemplo, pode radicalizar o discurso da cidadania, no qual elimina os pobres, transformando-os em indivíduos ou extratos sociais, privados de direitos, em que: “a indiferenciação do pobre remete a uma esfera homogênea das necessidades na qual o indivíduo desaparece como identidade, vontade e ação, pois é plenamente dominado pelas circunstâncias que o determinam na sua impotência” (p. 51-52).

A entrevistada Carmem ainda relatou ter falado diretamente com a esposa do proprietário sobre a condição em que se encontra a propriedade e da possibilidade de se fazer uma reforma, e a mesma respondeu que o casarão é tombado e não pode ser feito obra como em outros lugares e que há mais regras. O fato foi realmente confirmado em entrevista com senhor Walter, que confirmou que o casarão realmente precisa de diversas obras, mas como foi tombado, precisa seguir diversas regras para realizá-las, mas tem interesse em fazer a obra o mais rápido possível. Acredita que com 500.000 Reais consegue realizar todas as obras necessárias, mas só está esperando um dos dois outros donos (herdeiros) do casarão voltar do exterior para discutir o assunto e tomar as providências para iniciar as obras.

Todavia, uma reforma de grande proporção – como demonstra ser necessário no *Casarão Rosa* – o que despenderia grande empenho e investimento por parte dos proprietários para sua realização, poderia indicar uma expulsão dos moradores atuais – de baixo poder aquisitivo – uma vez que o imóvel reformado, poderá atrair moradores mais “qualificados”, ou mesmo vir a assumir uma nova atividade, como transformar-se em um albergue, em um hostel ou até mesmo em uma casa de cômodos com valores de aluguéis mais altos.

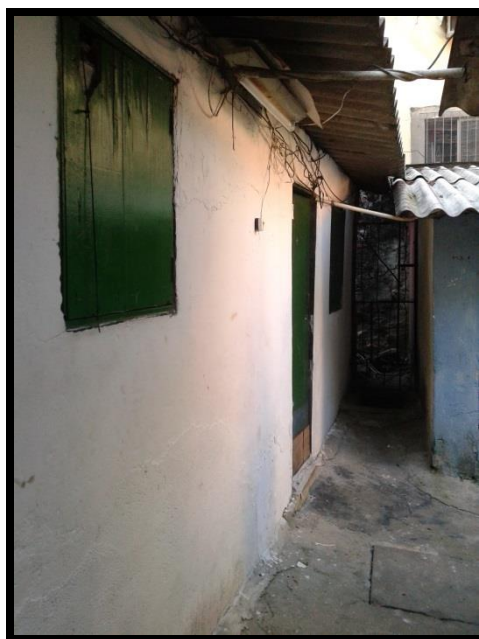


**Figura 12. Péssimas condições que se encontram as paredes e piso do 1.º andar do *Casarão Rosa* (RJ).
Fonte: arquivo da pesquisadora, 2015.**

As condições estruturais dos anexos são bem melhores ou passam uma sensação de segurança muito maior do que o casarão, tanto que, dos dois entrevistados que residem nesta área, nenhum deles apresentou qualquer tipo de reclamação dessa alçada. Entretanto, a fiação também é aparente acima de algumas portas da área anexa, mas também não apresenta nenhuma emenda ou desencape.

Construído ao nível do chão, com paredes de alvenaria, onde todos têm uma porta e uma janela. As moradias nos anexos transmitem a sensação de mais conforto e tranquilidade, que provavelmente está associado ao fato da segurança de residir em uma área do imóvel em que o teto e o piso não correm risco de ruir e as paredes alvenaria asseguram certa privacidade. Talvez essa sensação possa até ter alguma relação com o fato da moradora mais antiga residir no anexo do cortiço há mais de trinta anos. Esta impressão é confirmada no relato de João que disse que seus pais não têm nenhuma intenção de se mudar dali, pois é

onde eles conseguem melhores condições de viver, aliado ao valor do aluguel, que proporciona a eles condições de fazerem outras coisas com salário, porque se fossem morar em outro lugar o salário deles iria ser gasto quase todo no aluguel. No entanto, certamente, estão subjacentes as melhores condições de vida no local, conforme indicadas por João, sobretudo, os fatores relacionados ao bairro ou à região de moradia que proporciona uma maior proximidade ao trabalho e serviços.



**Figura 13. Frente de quarto da área anexa do *Casarão Rosa* (RJ).
Fonte: arquivo da pesquisadora, 2015.**

A moradia no “térreo”, quando adentramos o vão de entrada – que na realidade parece um buraco – temos a sensação de estar em um local diferente do resto do casarão, mais parecido com uma senzala. Nos corredores que parecem formar um labirinto, a passagem de ar é pouca e o calor ali é maior. Observando – o andar térreo – do lado de fora, veem-se os pequenos quadradinhos com gradeado de ferro desenhado e forte, notoriamente do século XIX, que serve de passagem de ar para os quatinhos dessa parte da casa. Esta passagem de ar que nada se parece com uma janela de um local para um ser humano viver, reforça a ideia que aquele local pode ter sido utilizado como senzala no passado. Vânia, que mora nesta parte do casarão, relatou que não dá para ficar no quarto com tudo fechado e que pelo menos durante o dia ela fica com a porta aberta, para circulação do ar. A entrevistada ainda informou que, devido às frestas das tábuas do piso superior, quando alguém andava sobre elas caía terra nas pessoas que estavam em baixo, então, seu marido pegou várias placas de compensados que

achou na rua e foi encaixando entre as tábuas de cima e as paredes de baixo, por conta própria.

As “janelas” do andar “térreo” além de serem muito baixas, as suas grades são bem fortes e tramadas, impedindo que qualquer mão acesse qualquer coisa do lado de fora. Assim, diante da impossibilidade dos moradores do andar térreo do casarão, colocarem um varal de roupas nas suas “janelas”, conforme a maioria dos outros fazem, o corredor desta área inferior da casa é tomado de varais com roupas.

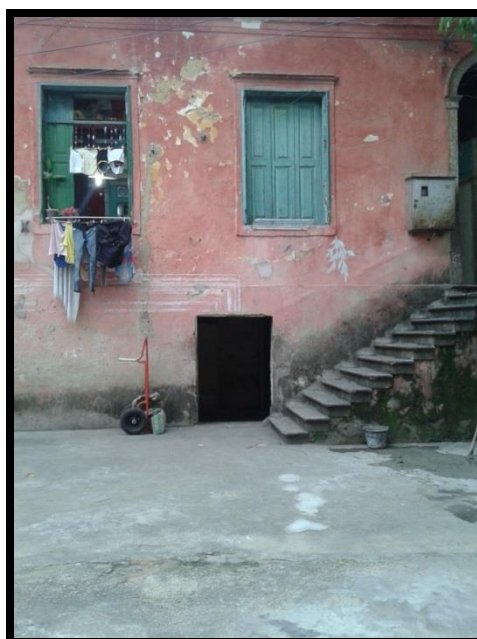


Figura 14. Lateral esquerda do *Casarão Rosa*, onde se vê abaixo das janelas a entrada para o andar térreo (RJ).

Fonte: arquivo da pesquisadora, 2015.

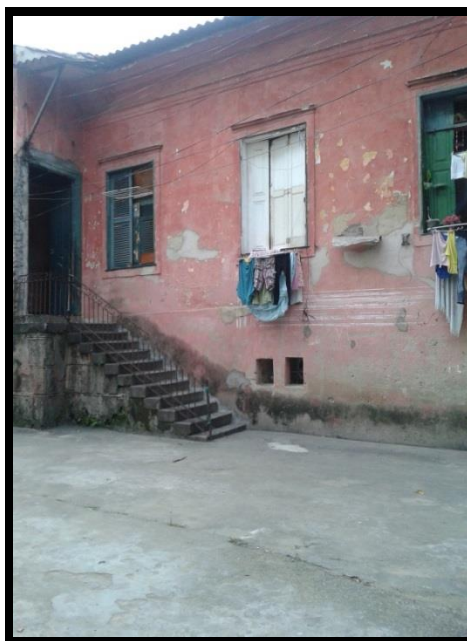


Figura 15. Lateral esquerda do *Casarão Rosa*, onde se vê abaixo da grande janela dois quadradinhos de passagem de ar dos quartos do andar térreo (RJ).
Fonte: arquivo da pesquisadora, 2015.

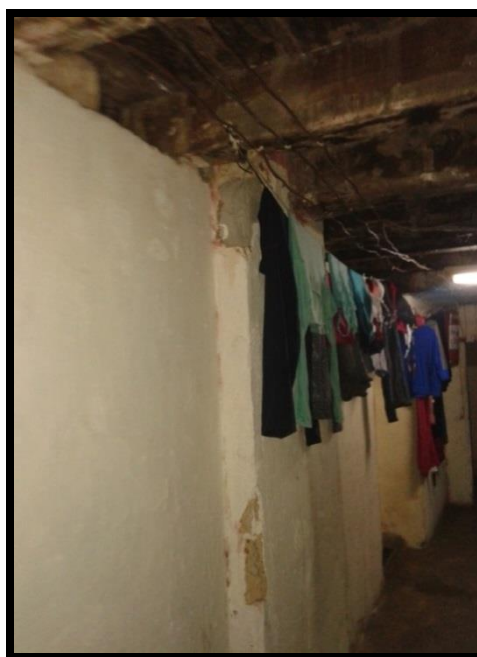


Figura 16. Corredor do andar térreo do *Casarão Rosa* (RJ).
Fonte: arquivo da pesquisadora, 2015.

Quanto à moradia no sótão é até difícil imaginar de como uma pessoa pode viver naquele espaço. As escadas encontradas ao longo do corredor do casarão, todas dão acesso a um desses quatinhos. Morar em um dos quatinhos do sótão exige muito vigor físico, pois, as escadas improvisadas e a altura verificada da porta ao telhado da casa levam a acreditar que

um adulto não consegue ficar de pé neles. Estes quartos não se encontravam ocupados por nenhum morador durante o período desta pesquisa. Um local onde parece não passar pela porta nem geladeira, nem fogão, ou ainda, parece que o piso não sustentaria o peso desses eletrodomésticos. Os quartos localizados no sótão parecem apresentar uma única vantagem, que é de possibilitar a quem ali se destinar, residir sob um teto e com a segurança de uma porta com fechadura.

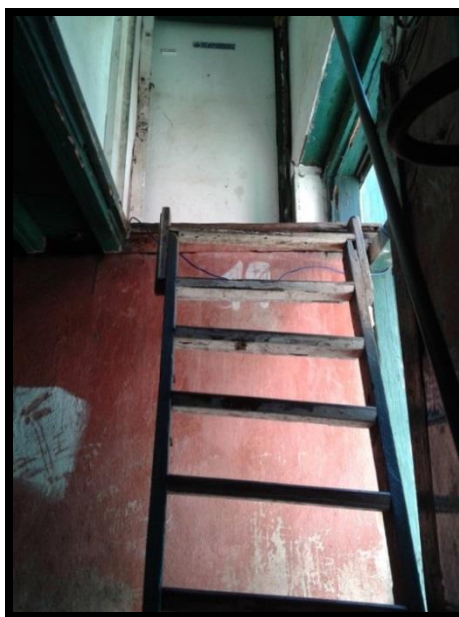


Figura 17. Uma das escadas de acesso ao sótão (2.º andar) do *Casarão Rosa*.

Escada posta no espaço onde há pias para utilização coletiva.

Fonte: arquivo da pesquisadora, 2015.

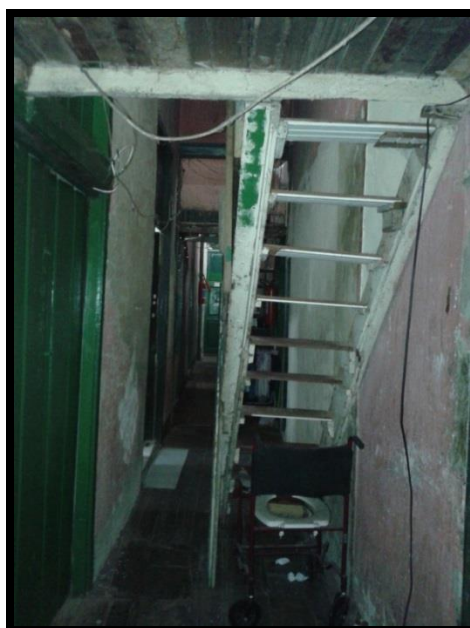


Figura 18. Corredor do 1.º andar do *Casarão Rosa*, onde se vê outra escada de acesso ao sótão (2.º andar) (RJ).

Fonte: arquivo da pesquisadora, 2015.

4.3.1.2 Os equipamentos para higiene

Em toda a área do Casarão Rosa há uma quantidade total de 7 banheiros – todos com chuveiros somente com água fria - dos quais 3 estão localizados no interior do casarão, outros 3 estão localizados na área dos anexos e 1 banheiro fica no pequeno espaço externo da lateral direita do casarão. O número de banheiros, a princípio, parece insuficiente para a quantidade de pessoas que ali residem, mas, ao observar a movimentação nos banheiros, foi verificado que não são utilizados com tanta frequência, ao menos no período diurno. Para Vânia não tem estresse para usar o banheiro. Disse que, se os banheiros (internos) do casarão estão cheios, a pessoa sai e vai ao banheiro de fora. Não tem briga para ninguém sair do banheiro porque está demorando.

Há uma pessoa específica – moradora - contratada pelo proprietário para fazer a limpeza dos banheiros diariamente e o valor do salário desta pessoa está incluído no aluguel. Kátia informou que, apesar da limpeza ser realizada duas vezes por dia, não é bem feita. A entrevistada Carmem disse que não vai muito ao banheiro, pois, não acha que é bem limpo e, principalmente, à noite utiliza um urinol.

O resgate de práticas que suporíamos estarem extintas, como a utilização do urinol (penico), usual no Brasil colonial, revela que “estas se adaptam ao contexto sociocultural em que estão inseridas” (FIGUEIREDO, 2009, p. 20). O padrão de desenvolvimento alcançado pela sociedade, apesar de grande, não foi viabilizado para a totalidade de seus membros, assim, não seria de se estranhar que algumas práticas ainda estejam presentes no mundo contemporâneo. No entanto, quando nos referimos a tal ocorrência em uma metrópole – como o Rio de Janeiro – podemos verificar os padrões de vida onde a ausência de suas condições básicas estão envolvidas no contexto. Cada vez mais, nas grandes cidades, nos remetemos ao passado histórico quando os meios atuais de vida citadina se tornam inacessíveis, como: os remédios naturais de ervas (remédio da “vovó”) quando se recursos financeiros para a compra dos alopáticos são escassos; o uso do lampião, quando a conta de luz está cada vez mais alta e quase impagável; a volta dos poços nos quintais, à medida que a água não chega às casas, por intermédio da companhia da água e esgoto; e o uso do urinol (penico) quando várias famílias

podem passar toda vida em residências em que os sanitários são de uso coletivo de higienização insuficiente. Assim, práticas socioculturais passadas permeiam o nosso presente discretamente e de maneira mais permanente do que esporádica.

Carine também não vai ao banheiro à noite e utiliza um urinol, mas informou um motivo diferente, pois, tem medo que apareça alguma assombração no quintal, dado que outros afirmaram já terem visto. O medo de Carine aumenta ainda mais porque há uma suposição de que o terreno tenha servido no passado de cemitério de escravos.

Nesta colocação e justificativa da moradora Carine, quanto a sua não utilização do banheiro à noite, podemos identificar vestígios do que concluímos ser uma lenda urbana. Quando nos referimos a uma lenda urbana podemos defini-la de forma simples, como nos indica Renard:

Propomos a seguinte definição: Um boato ou uma lenda urbana é um enunciado ou uma narrativa breve, de criação anônima, que apresenta múltiplas variantes, de conteúdo surpreendente, contada como sendo verdadeira e recente em um meio social que exprime, simbolicamente, medos e aspirações [...] (2007, p. 02).

Porém, a lenda usualmente que traz em si temas folclóricos antigos, prolongados no interior ou na cidade, que na sua simplicidade ganham um peso de veracidade maior, onde a advertência quanto a um perigo formam o ciclo objetivo da mesma, como ocorreu na narrativa de Carine, que Lopes (2008) define como “conto de precaução”.

É relevante o método de como esta lenda circula em certa comunidade em um contexto ou ambiente comum para os seus componentes, pois, carrega na narrativa destes, práticas e regras de funcionamento desta comunidade, relativamente conscientes, moderadamente anônimas. No contexto comunitário a lenda surge, em diversos momentos, como uma resposta inconsciente quanto a alguma questão da própria comunidade, ainda que não considerem as histórias verdadeiras (LOPES, 2008). Assim, supomos que a reação de Carine, causada pela lenda, que a mesma reproduz, se recebida da mesma forma por diversos membros do casarão, pode induzir a uma prática disciplinadora, evitando diversos problemas noturnos, que supostamente, poderiam envolver a circulação dos moradores nas suas áreas comuns.

As pias para utilizar na lavagem dos utensílios de cozinha e preparo de alimentos estão localizadas em apenas dois pontos do casarão. Duas ficam lado-a-lado no interior do 1.º andar do casarão e três na lateral direita do exterior do casarão. Aparentemente estão limpas e vazias, não se vê as pessoas utilizando muito as pias, mesmo em horário de almoço.

A área dos tanques – que também remetem ao passado bem distante – fica localizado na lateral do grande quintal ao fundo. Mesmo sendo difícil vê-los sendo utilizados totalmente, sempre há alguém usando algum tanque e colocando o papo em dia enquanto lava alguma peça de roupa. Como as pias, os tanques aparentam ser relativamente limpos. Kátia falou que o problema nesta área ocorre quando está calor: a água diminui, só dá para abrir uma bica de cada vez. A mesma acredita que o proprietário desliga a água para economizar.



Figura 19. Área das pias, no 1.º andar do *Casarão Rosa* (RJ).
Fonte: arquivo da pesquisadora, 2015.



Figura 20. Tanques da lavagem de roupas, na lateral esquerda do casarão (RJ).
Fonte: arquivo da pesquisadora, 2015.



Figura 21. Portas dos banheiros da área anexa do casarão (RJ).
Fonte: arquivo da pesquisadora, 2015.



Figura 22. Banheiro interno do casarão localizado no 1.º andar (RJ).
Fonte: arquivo da pesquisadora, 2015.

4.3.1.3 A organização

No *Casarão Rosa* existe uma organização, onde há normas e regras de convivência, mas que não são traduzidas em estatutos, leis, etc. Enquanto, pelos condomínios a fora a organização é pautada em estatutos, reuniões, atas, multas, e ainda assim não evitam a quebra de normas e regras, no *Casarão Rosa* um consenso implícito reina sobre os moradores, provavelmente, imposto pelo proprietário, ainda que ninguém o admita. Quanto a uma coisa

ou outra colocada nas áreas comuns, internas e externas do casarão, não há preocupação, pois, só ficam temporariamente. Vânia confirmou a boa organização do casarão e disse que “todo mundo se entende para que tenha um bom uso”.

João também afirmou a ausência de regras, mas para ele esse fato reflete de modo negativo, pois, disse que “as pessoas fazem uso indevido das coisas e dos lugares, por isso as portas estão quebradas em tudo quanto é lugar do casarão.” Carine relatou que a única regra é não atrasar o pagamento, porque, se atrasar dois ou três dias, no próximo mês a cobrança do aluguel é acrescida de multa. Não pode ter máquina de lavar nem forno micro-ondas, porque consome muita luz, mas Carine relatou que algumas pessoas têm esses aparelhos. O administrador confirmou que não tem nenhuma regra ou norma, a organização é boa e os moradores se entendem. Ainda assim, o administrador, contraditoriamente, como o morador João, disse que a proibição do aparelho de micro-ondas e máquina de lavar existe, e se dá por causa do valor da conta de luz, que já está muita alta, em torno de R\$ 3.000,00 (três mil Reais) e se ele permitir o uso desses aparelhos, conseqüentemente, a conta de luz sobe e também o valor do aluguel, e ninguém gosta quando o valor do aluguel aumenta. Porém, senhor Walter informou que o que é realmente vedado ao morador é utilizar ou vender drogas em qualquer área do casarão.

O pátio – a maior área comum do casarão – é mais utilizado para festas. Considerada a maior festeira do casarão, Vânia, já fez várias festas no pátio, até a do seu próprio casamento. A entrevistada mostrou fotos das festas no pátio que, de tão bem produzidas, ela mesma ressaltou que nem parecia que foram feitas ali naquele lugar. As festas não têm hora para acabar. Vânia que, no momento, já está preparando a próxima festa, relatou que: “o pessoal do prédio ao lado é quem se incomoda mais, aí a polícia aparece e tem que fazer menos barulho”.

Verifica-se, assim, o controle social exercido pela vizinhança sobre os moradores do casarão. O controle neste sentido surge como uma legitimação do ponto de vista de grupos dominantes, contrapondo as “tendências desviantes” de agentes de outro grupo (CRUBELLATE, 2004). A motivação das ações de controle geralmente é pautada na manutenção da ordem social, assim, regulando o comportamento individual em sociedade (CRUBELLATE, 2004). Portanto, de acordo com tais conceitos, podemos constatar que, ainda que inconscientemente, a vizinhança – moradores dos prédios – os quais, predominantemente, são da classe média – grupo dominante da área geográfica da Zona Sul do Rio de Janeiro, com imóveis de alto valor aquisitivo, encarregam-se de “uma forma específica de controle por meios indiretos que utiliza padrões convencionados no âmbito do

grupo de referência a que pertencem os indivíduos que se pretenda controlar” (CRUBELLATE, 2004, p. 06).



Figura 23. Vista do *Casarão Rosa*, onde se vê o prédio vizinho na lateral direita (RJ).
Fonte: arquivo da pesquisadora, 2015.



Figura 24. *Casarão Rosa* do alto, onde dá para avistar o prédio vizinho da lateral esquerda (RJ).
Fonte: arquivo da pesquisadora, 2015.



Figura 25. Vista parcial do quintal do casarão (RJ).
Fonte: arquivo da pesquisadora, 2015.



Figura 26. Produção de uma festa infantil no Casarão Rosa com cama elástica, piscina de bolas e tenda. Vista do prédio vizinho à lateral direita (RJ).
Fonte: arquivo da pesquisadora, 2015.

Porém, João, que é morador do cortiço, não gosta do fato de não ter nenhuma restrição de horário para barulho. Para o administrador não há nenhum problema em fazer festas. Ele até gostaria que houvesse mais festas para animar o ambiente.

Quanto ao controle de quem entra e sai do *casarão* e sua segurança, constatamos que talvez exista uma falsa impressão de segurança em um primeiro momento. Diante daquele

portão de ferro alto e forte – como em quase todas as casas da rua – parece que a segurança interna não deveria ser uma preocupação. No entanto, no local não há interfone e, portanto, por vezes o portão está aberto ou então alguém que não tem a chave da entrada fica esperando aparecer outra pessoa até o portão se abrir para entrar. A entrevistada Vânia disse que o casarão é seguro, pois, todo mundo olha todo mundo. Para João “entra quem quer no casarão”. A entrevistada Kátia explicou um pouco mais o assunto, revelando a segurança deficitária do *casarão*, disse que os ex-moradores não devolvem a chave do portão quando deixam de morar no casarão e que o portão quase nunca está trancado. Kátia ainda disse que já houve até perseguição de bandido, em que a polícia entrou portão adentro. Segundo Walter – o administrador - a circulação de não moradores no interior do casarão não é permitida, só se for visita permitida por algum morador, o que revela mais uma regra do casarão.

Essa contradição que paira no casarão à respeito das suas regras evidencia uma forma de consenso construído socialmente, instituindo o controle sobre os moradores, mesmo sem que estes percebam acabam por introjetar e estabelecer a ordem requerida pelo proprietário. Crubellate (2004) ainda informa que a ordem convencional não é formalizada por estatuto ou lei, mas personificada nos indivíduos, assim, “tem correspondência, assim, com o tipo específico de controle social que aqui estamos considerando, cujo um dos aspectos é a conformação do comportamento em relação a normas informais, não estatuídas” (p. 10).

Portanto, apenas a ausência documental, de estatutos, leis, entre outros, pontos que distancia a administração do casarão do modelo condominial, pois, as regras de convívio, ainda que consensualmente, os aproximam cada vez mais. Regras essas talvez fundadas na busca do afastamento dos estigmas que sempre marcaram as moradias coletivas como a desordem, sujeira, violência, etc. Desta forma, Crubellate explica que ordem convencional ou controle social não significam ausência de dominação, mas apenas uma forma diferente de dominação (2004, p. 10).

4.3.1.4 A relação com o proprietário

Como foi mostrado, há divergências entre as falas dos moradores e do administrador e, até mesmo, uma clivagem dos moradores para com o proprietário. A relação dos moradores com o proprietário em geral é passiva. Há quem reclame e quem elogie sua administração,

mas nenhum dos entrevistados costuma levar algum tipo de reclamação ou solicitação diretamente ao senhor Walter.

Vânia, por exemplo, rendeu muitos elogios ao proprietário. A moradora e sua família têm um bom relacionamento com o proprietário. Informou que ele só cria dificuldade se o morador quiser mudar de quarto. Entretanto, teve um período, que compreendeu dois anos, que ela não teve condições nenhuma de pagar o aluguel e o proprietário a mudou para um quartinho nem tão bom, mas a mesma pode ficar todo esse tempo sem pagar nada. A mesma relatou que ainda teve outro momento em que ele foi muito bom com ela, pois, quando ela atrasou seis meses de aluguel e o proprietário, Sr. Walter, deixou que ela regularizasse depois, pagando parcelado em muitas vezes.

Mesmo diante dessas expressões de benevolência citadas por Vânia, a entrevistada Carine afirmou que para Walter tudo é lucro. Disse que o mesmo é judeu e cheio de manias. Na hora de receber o aluguel ele pede que a pessoa o entregue com a mão direita e com sorriso no rosto. João, apesar do bom relacionamento dele e da família com o administrador, fez muitas críticas à sua administração, principalmente, no que se refere à falta de conservação do casarão e à falta de exigências preliminares para as pessoas morarem ali. Porém, João acredita que esse é o custo de morar na Zona Sul, mas tem sonho de morar em outra cidade e construir uma casa com um monte de quartos para alugar, em uma cidade onde os custos sejam mais baratos.

Percebemos que o proprietário judeu, mesmo que muito elogiado por uma das entrevistadas, é carregado de estigmas, característico da visão anti-semita na qual a usura é colocada como um dos traços fundamentais do povo judeu, ignorando-se a sua característica real e oposta baseada no *Talmud*,¹¹³ onde mostra-se que a usura era claramente proibida (SCLIAR, 2007). Entretanto, a visão de lucro, que a locação de quartos pode gerar, é também colocada como uma possibilidade de elevação social por um dos inquilinos, reproduzindo possivelmente uma lógica dominante.

Verificamos, portanto, que a representatividade de morar na Zona Sul do Rio de Janeiro perpassada pelo status de se configurar a localização das elites, que por sua vez produz frutos facilitadores da vida urbana, como o acesso ao sistema de água e esgoto, a serviços educacionais de boa qualidade, áreas verdes, entre outros, que contrapõem a ausência de toda espécie que marcam outras áreas e bairros de cidade (CARDOSO, 2010). Portanto, morar em região e/ ou bairro onde a infraestrutura se mantém com a maior oferta de serviços e

¹¹³ *Talmud*: coletânea de textos que servia de código moral para as comunidades judaicas (SCLIAR, 2007).

oportunidades compatíveis as necessidades de seus cidadãos metropolitanos, não viabiliza aos extratos de baixo poder aquisitivo da sociedade a infraestrutura de moradia adequada para que estes possam desfrutar do status de morar na Zona Sul carioca em sua amplitude.

Para Kátia, que mora no “térreo” (subsolo) do casarão, vê como maior problema a falta de regras do proprietário para colocar preço no aluguel. Kátia disse ainda que Walter coloca o preço de acordo com o que ele acha que a pessoa pode pagar e não de acordo com o que vale o quarto, criando uma situação ambígua, que tanto pode favorecer, quanto prejudicar quem busca o casarão como espaço de moradia. Carmem também falou sobre a questão do valor do aluguel do quarto – R\$ 300,00 (trezentos Reais) - não condizer com as condições e tamanho do cômodo, como, no seu caso, em que a mesma disse que não vale um aluguel nem de R\$ 100,00 (cem Reais). A entrevistada Carmem relatou que ela é quem mais fala dos problemas do casarão, provavelmente, porque ela tem um pouco mais de estudo que os outros moradores, conhece os seus direitos e está sempre lendo, adquirindo conhecimento com os livros que tem em casa. Por conta de suas reclamações, Carmem recebeu um bilhete, que afirmou ter sido remetido pelo proprietário, no qual diz, basicamente, que ela não é obrigada a morar em um lugar onde se sintam insatisfeita. A mesma disse que lá a comunicação é baseada no bilhete, que qualquer coisa que aconteça a pessoa recebe um bilhete, mas nunca o proprietário vai à porta do morador falar alguma coisa e também nunca a pediram para ir embora ou recebeu uma ordem de despejo. Entretanto, Carmem, que não se inscreveu no programa habitacional vigente, *Minha Casa Minha Vida*, culpou o governo por viver nessa situação, que não dá a ela condições de viver em um lugar melhor.

O proprietário Walter por sua vez não demonstrou, nem relatou nenhum tipo de tensão ou dificuldade na relação com os que residem no cortiço. Disse, no entanto, que o valor do aluguel é definido de acordo com a posição do quarto, se é dentro do casarão ou no anexo, na frente ou atrás, mas o valor pode ser negociado de acordo com o que a pessoa pode pagar. Só exige o depósito de um mês de aluguel adiantado para quem for morar lá, pois, relatou que as pessoas que procuram morar no casarão são muito humildes e se exigir muita coisa eles não vão conseguir morar nem ali. Walter ainda falou que o morador só é despejado por determinação da justiça, apesar de não haver contrato de locação, logo, há necessidade da apresentação de uma outra base legal para o despejo de tais moradores – o que não foi informado pelo administrador. Durante a sua gerência houve apenas três casos de despejo, todos por um longo tempo de atraso de aluguel. Em um desses casos, a pessoa não quis sair de maneira nenhuma, a polícia teve que ser chamada para retirá-lo e as coisas dessa pessoa foram

para um depósito público. Walter explicou que os procedimentos tomados no caso de atraso de aluguel são, a princípio, diversos avisos por escrito – bilhetes. Depois, se não houver pagamento ou negociação, coloca-se na justiça. No momento, há dois moradores com aluguel em atraso e que estão na justiça.

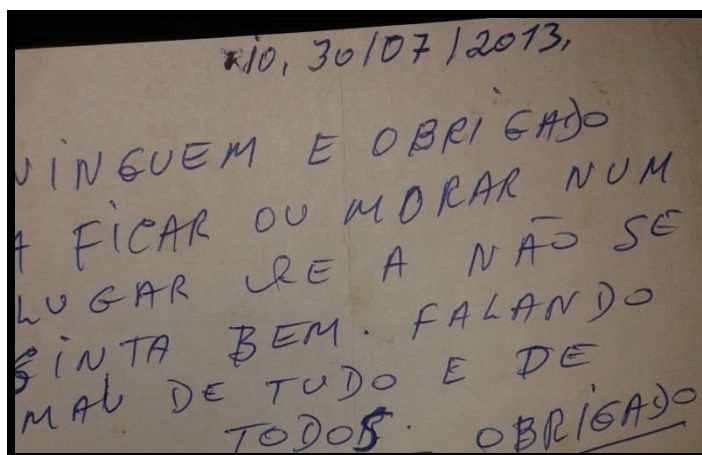


Figura 27. Um dos bilhetes atribuído ao administrador do *Casarão Rosa*.
Fonte: arquivo da pesquisadora, 2015.

4.3.1.5 As relações entre os moradores do casarão

A convivência dentro do casarão, portanto, é bastante pacífica. Não foi visualizada nenhuma confusão ou discussão entre os moradores. Entretanto, uma prática que poderia se considerar normal para quem reside em casa com tantos moradores, a conversa no portão, não existe. Essa prática talvez não aconteça porque a calçada em frente ao casarão é bastante estreita, não possibilitando tal convívio. O quintal (pátio), que possui um bom espaço, poderia ser então um espaço de convívio utilizado com frequência, mas não é o que se vê. Naquele grande espaço vazio raramente se vê umas crianças brincando, já as poucas conversas entre adultos, se limitam aos degraus de acesso ao casarão.

Bauman (2009) por sua vez refere-se à vida na cidade, como a cada dia mais nos colocamos como estrangeiros, pessoas que não têm interesse em interagir, estabelecendo fronteiras que emergem diferenças que buscamos legitimar. As diferenças fazem parte da base da nossa existência, no entanto, também nos impedem de interagir e promover um ambiente cortês entre os indivíduos.

Portanto, a ausência da convivência entre os moradores do Casarão pode revelar a demarcação de fronteiras que Bauman (2009) cita como uma obsessão explicando sua origem:

[...] essa obsessão deriva do desejo, consciente ou não, de recortar para nós mesmos um lugarzinho suficientemente confortável, acolhedor, seguro, num mundo que se mostra selvagem, imprevisível, ameaçador; de resistir à corrente, buscando proteção contra forças externas que parecem invencíveis e que não podemos controlar, nem deter, e menos ainda impedir que cheguem perto de nossas casas, de nossas ruas (p. 75).

A movimentação de moradores, entrando e saindo do casarão ou dos seus quartos é regular durante o dia. Somente no final da tarde, quando parte dos moradores começa a chegar dos seus trabalhos é que aumenta um pouco a circulação no local. A circulação que se vê é dos próprios moradores e durante os dias de semana (segunda-feira a sexta-feira) é bem daqueles que têm trabalhos informais, como as entrevistadas Carmem que faz artesanato em casa, Vânia que é manicure e Kátia que trabalha como cuidadora de idosos em jornada parcial. Carine, que é dona de casa, faz parte também de uma parcela que fica bastante tempo no interior do casarão, geralmente enquanto o marido está no trabalho. A entrevistada Carine apontou alguns moradores presentes e suas profissões, que também se incluem na esfera do mercado de trabalho informal, como: feirantes, lavadeira de roupa e marmiteira. As crianças, jovens (estudantes) e idosos, também fazem parte desta parcela circulante. Ainda que tenha sido constada uma representativa presença de moradores no mercado de trabalho informal dentre as entrevistas, Vânia e Carine têm maridos trabalhando formalmente, enquanto João tem o pai trabalhando com carteira assinada e citou alguns amigos e amigas da casa que trabalham de carteira assinada e, por isso, só tem contato à noite com eles.

Apesar da percebida pacificidade entre os moradores, todos os entrevistados relataram que a convivência entre eles é péssima. Carine disse que a convivência entre os moradores é a pior coisa. Disse que há muita fofoca entre os moradores, que falam da vida do outro. A briga entre o marido e mulher acontece em uma noite e vira conversa entre os vizinhos no dia seguinte. Também há casos nos quais se uma mãe briga com a outra, depois não deixa o filho brincar com o filho dessa pessoa. Senhor Walter falou sobre o assunto e disse que não costuma haver brigas entre vizinhos, só discussão leve e nunca houve nenhum caso de violência no casarão.

Carmem relatou uma convivência turbulenta com alguns moradores. Como realiza trabalhos de artesanato com miçangas sofre preconceito e a chamam de macumbeira, assim como pelo gosto por plantas. Carmem disse que viveu muito tempo no meio do culto afro-

brasileiro, mas não é *macumbeira*. A entrevistada ainda relatou que no casarão “tem um negócio de não gostar de negro” e que ela não gosta disso e já defendeu uma criança, com quem estavam implicando.

Pode-se considerar ainda que a entrevistada seja caucasiana e a questão do preconceito é uma visão subjetiva da entrevistada, pois, foi observado no período da pesquisa, muitos moradores afrodescendentes e que transpareciam ter um ótimo relacionamento com os demais moradores. Quanto ao aspecto do preconceito religioso, também não ficou bem fundamentada sua existência, visto que Carine declarou ser participante de uma religião do culto afro-brasileiro e tem um ótimo relacionamento com grande parte dos moradores que conhecem sua opção religiosa. Portanto, sem desconsiderar totalmente a declaração dada pela entrevistada Carmem a respeito dos preconceitos existentes no casarão, não é possível validá-los como presentes na totalidade dos indivíduos que ali coabitam.

4.3.1.6 A convivência com os demais moradores da rua

Sendo a Glória um bairro pequeno, onde os serviços básicos utilizados pelos moradores estão à curta distância, grande parte dos moradores do bairro andam à pé, um dos motivos pelo qual se encontram muito nas ruas. Observamos esta movimentação, que nas vezes em que tivemos a companhia de algum morador do casarão, vários moradores dos prédios passaram, cumprimentaram e conversaram com os mesmos, demonstrando certo nível de conhecimento e até de amizade.

Entretanto, a visão dos entrevistados – moradores do *Casarão Rosa* – sobre o relacionamento com seus vizinhos de rua com maior poder aquisitivo não é unânime. No entanto, podemos observar, nos relatos dos entrevistados, que a divergência de opinião sobre o relacionamento com os vizinhos é transpassada pela questão do trabalho, que, quando presente, promove a integração das partes ou, se ausente, dificulta a integração das partes.

Carine relatou que a convivência com os moradores da rua em geral é boa e fala com eles como é possível, “mas tem gente dos prédios que condena quem mora no *casarão* e fala que o *casarão* tem ratos”. Falou que tem muita gente preconceituosa. Quem mora no *casarão* é muito julgado e as pessoas da rua não dão emprego para quem mora no casarão. Informou também que uma vez trabalhava em uma casa de família e a patroa a mandou embora

alegando que foi porque ela morava no *casarão* e as pessoas faziam muita confusão e não saíam da porta. Carine informou que os moradores dos prédios preferem contratar pessoas de fora do bairro para serviços domésticos do que contratar pessoas que moram nos casarões. João – que, como Carine, não trabalha - acha a convivência com os vizinhos da rua é boa. Porém, acredita que algumas pessoas dos prédios os igualam a favelados ou inferiores.

Podemos constatar no relato acima, que é incômodo para o morador do *casarão*, ser assemelhado ao morador de favela, muito provavelmente pela carga de estigmas que este último carrega. Tendo por base em regras estabelecidas por grupos de maior poder financeiro, cultural e político, as favelas são vistas como algo que não se encaixa cenário da metrópole (PERLMAN, 2003). As favelas, segundo Perlman (2003), caracterizadas por seus assentamentos ilegais, são observadas como um tipo de “doença exposta feia e grave”, associadas ao crime, violência, prostituição e toda espécie de mazela social, e consequentemente, seus moradores se “banham” dos estigmas de seu local de moradia. Deste modo, se verifica legitimidade do desejo do morador João de não ser igualado a um morador de favela, o que se intrinca com o desejo dos moradores de se afastarem do estigma de cortiço, que carrega quase a mesma carga depreciativa da favela, citada pelo entrevistado.

Ainda que a ideologia da marginalidade – que associava a imagem dos moradores de favelas aos “marginais” - nos anos 1970, tenha gerado uma política de remoção de favelas, Perlman (2003) afirma que hoje o conceito de marginalidade foi transmutado para os traficantes de drogas que ali atuam. Entretanto, os moradores são considerados vítimas, reféns e também cúmplices destes bandidos, permanecendo ainda com o estigma de “marginal”.

Portanto, Kátia e Vânia, que trabalham diretamente com moradores da rua, têm opiniões mais positivas sobre o relacionamento com seus vizinhos mais abastados. Kátia que informou que atualmente quase não fica no bairro nos seus dias de folga, disse que a convivência com os vizinhos é muito boa, não tem nenhum problema. Vânia confirmou positivamente esta relação, principalmente, porque é manicure, então, as clientes são todas moradoras dos prédios e casas da rua. As clientes vão fazer unhas e levam os seus filhos que ficam brincando com os filhos da Vânia no quintal. Por fim, a entrevistada Carmem – aposentada – relatou que a convivência com os vizinhos da rua é tranquila. Disse que a maioria das pessoas é idosa. Acredita que tem que ter ética e cumprimenta a todos.

O presidente da AMA-Glória, disse que não ocorre nenhum tipo de problema entre os moradores dos casarões e os demais moradores do bairro, pois, ocorre uma política de boa vizinhança. Marconi relatou ainda que “é como a comunidade do morro Santo Amaro, é a

mesma coisa. Existe uma política de boa vizinhança entre a comunidade e o pessoal que mora nessas casas de cômodos e a maioria das pessoas que moram em casas e apartamentos”. Deste modo, podemos verificar que o termo utilizado pelo Presidente da Associação para se referir aos casarões – casa de cômodos – se aproxima do conceito cortiço do que seus próprios moradores tentam se distanciar, promovendo um certo confronto conceitual onde há o afastamento e a aproximação de fundamento depreciativo em relação aos cortiços e, conseqüentemente, aos seus subtipos, como já abordamos neste trabalho.

4.3.1.7 A modernidade do novo cortiço e vantagem de morar nesta residência

Contudo, o cortiço (casarão) agora é dotado de algumas novas tecnologias, mais comuns ao padrão de vida de maior poder aquisitivo, como computador com internet, TV a cabo ou ainda celulares modernos com acesso às redes sociais. Mediante demais gastos por conta do morador – sem interferência do proprietário ou de terceiros – muitos moradores possuem os serviços citados acima, solicitados legalmente às operadoras responsáveis.

Vânia informou que tem até uma antena externa, do próprio *casarão*, sem custo, que melhora a imagem dos canais abertos, “fica com a imagem limpinha, mas é só canal aberto.” Como utiliza muito a internet, fez um contrato com uma empresa prestadora do serviço e subdividiu o sinal entre alguns moradores que precisavam, com os quais divide a conta mensal do serviço.

Mesmo diante do relativo conforto apresentado no atual cortiço, todos os entrevistados alegaram que a única vantagem de morar no *Casarão Rosa* é o baixo valor do aluguel, que está em uma média de R\$ 300,00 (trezentos Reais) – sendo comum na fala dos entrevistados que esse é o menor valor de aluguel de quarto entre os casarões da rua.

Baudrillard (1995) explica que o aparecimento sem limites de necessidades de consumo tem como uma de suas motivações aglomeração urbana. Assim, o consumo de gêneros tem o seu valor não monetário, mas o que ele distingue simbolicamente, o que ele “comunica”. Portanto, a escolha por certos bens servem como delimitadores de classe, ou até, estilos de vida que marcam simbolicamente diferenças (BAUDRILLARD, 1995 *apud* MAIA, 2012, p. 348).

Maia (2012) explica as consequências do desejo latente do consumidor de estar atualizado (à frente), momentaneamente, podem gerar prejuízos a longo prazo à população pobre:

Esta “consciência” acerca da obsolescência dos produtos e a constante preocupação em estar à frente, em demonstrar sucesso e sentirem-se pertencentes a um padrão de vida que consideram como referente a um grupo ou classe hierarquicamente superior – no caso a classe média – pode levar os trabalhadores pobres ao endividamento, ao abuso dos crediários, à permanência no “vermelho” (MAIA, 2012, p. 349).



Figura 28. Parte da área externa do casarão, onde podemos ver algumas antenas de serviço de TV de canais fechados (RJ).

Fonte: arquivo da pesquisadora, 2015.

4.3.1.8 As vantagens e desvantagens de residir no bairro

Quanto ao bairro, é genérico entre os entrevistados, as vantagens relacionadas à proximidade ao Centro, comércio, praia, colégios, aos bairros que tem uma grande oferta de serviços, além do ótimo sistema de transporte. Todavia, para Carine o bairro é bom, mas não traz as facilidades e glamour que um bairro da Zona Sul do Rio de Janeiro traria, conforme a imaginação das pessoas quando conta que mora no bairro da Glória, fora das comunidades carentes.

No caso, das desvantagens associadas ao bairro da Glória, também houve uma unanimidade de opiniões entre os moradores do casarão e também o Presidente da Associação de Moradores, que citaram o aumento da violência como o maior problema do bairro. Os entrevistados falaram que à noite a situação é pior, mas Vânia citou que quase vivenciou um assalto durante o dia que só não foi realizado por conta da proteção que buscou com um segurança de loja. Vânia percebeu que o bairro ficou mais perigoso após o fechamento da 9.^a Delegacia de Polícia¹¹⁴.

No entanto, os entrevistados não participam de nenhum movimento ou associação no qual possam reivindicar melhores condições de moradia, referentes ao casarão ou ao bairro. Marconi ainda confirmou a situação mais abrangente, em que disse que não há participação de nenhum morador dos casarões da Rua Santo Amaro na associação de moradores. A associação de moradores não exige nenhum tipo de contribuição financeira para que os moradores do bairro interessados possam participar, assim, este fato não pode ser posto como motivo para inatividade dos moradores. Marconi relatou que a participação dos moradores do bairro já é mínima, mas dos moradores dos casarões é inexistente. O presidente da AMA-Glória acredita que o baixo nível de escolaridade dos moradores dos casarões e, conseqüentemente, a falta de entendimento sobre seus direitos, que os levam a não participar da associação, ainda que a falta de participação se mostre uma realidade entre todos os segmentos sociais.

A vontade de se mudar para outro local, principalmente, para uma propriedade própria, está presente entre os entrevistados residentes do *Casarão Rosa*, porém, entre os seus relatos não foi identificado uma grande quantidade tentativas legais neste intuito. Diante da vontade de ter sua casa própria, Kátia, Carmem e Carine informaram que tentaram se inscrever no *Programa Minha Casa Minha Vida*, mas não conseguiram. Kátia informou que não conseguiu devido à renda, mas não detalhou que questão a respeito da renda a impediu, já Carmem e Carine não souberam informar o motivo de impedimento de suas inscrições. Vânia, no entanto, informou que se inscreveu há quatro anos no programa, mas nunca obteve resposta.

Para os segmentos populares, afirma Maia (2012), a casa representa um bem de valor incalculável, que traz para estes o significado de inserção real na localidade e na cidade em que vivem, além de passar a serem identificados como protagonistas de sua história de vida. Maia (2012) ainda relata sobre que a casa tem sua importância não só para os seus moradores,

¹¹⁴ Informação obtida em agosto de 2015.

mas também para sociedade, tanto no âmbito do consumo quanto no da reprodução social. A casa própria, portanto, para os segmentos populares possui mais do que valor mais representativo que o monetário, valor esse que pode ser condensado através de expressões e palavras como: “a casa ‘é tudo’ – ‘abrigo’, ‘lugar de descanso’, ‘local de privacidade’, ‘espaço da família’, ‘refúgio’, ‘segurança’, ‘propriedade’, ‘a cara de quem mora’” (MAIA, 2012, p. 342).

4.3.2 O Casarão Branco: um cortiço “em particular”

Uma segunda realidade de cortiço nós observamos na mesma Rua Santo Amaro. Neste cortiço não é adotado o sistema de aluguel, nem possui gerente, administrador ou síndico. O sistema é o de compra de quarto ou compra das chaves, onde cada morador não se preocupa com despejo. Sem escritura ou algum documento, quando o morador não deseja ficar mais, vende pelo valor que desejar o direito pelo quarto.

Este cortiço, também chamado de *casarão*, é bem menor que o *Casarão Rosa* analisado anteriormente. Com dois andares, tem o aspecto bem antigo, não possui nenhuma datação em suas paredes, mas percebem-se alguns elementos que remetem ao final do século XIX ou início do século XX. Observamos no casarão a porta principal e as janelas bem desenhadas - que parecem feitas de madeira de lei – e o espaço vazio na parede, em forma de losango, que provavelmente ocupava o azulejo de algum santo de devoção, típico das casas portuguesas do período referido.



Figura 29. Frente do *Casarão Branco* (RJ).
Fonte: arquivo da pesquisadora, 2015.

A estrutura deste casarão é aparentemente bem sólida e de alvenaria. Não há muita fiação aparente. Apenas em alguns momentos da tarde e da noite, quando é necessário iluminar a conversa e lanche no portão na barraquinha que ali na frente, que, de vez em quando, se vê os fios passando pelos “ares” do casarão. Portanto, foi bem em frente ao casarão, em uma conversa de portão que encontramos a nossa entrevistada moradora de um dos quartos, a única do casarão que se dispôs a conceder a entrevista.



Figura 30. Entrada do *Casarão Branco* (RJ).
Fonte: arquivo da pesquisadora, 2015.

Nossa entrevistada do *Casarão Branco* é Deise¹¹⁵, de 54 anos, que tem ensino fundamental completo, é dona de casa, mas trabalha ocasionalmente como ambulante. Reside há, aproximadamente, 12 anos no casarão, com três filhos, uma nora e três netos. Tem uma renda fixa de aposentadoria de 1 salário mínimo e soma-se a sua renda mais três salários mínimos dos filhos.

Deise já morou em outro *casarão* próximo à Avenida Presidente Vargas, havia comprado as chaves, mas o local foi demolido. O dinheiro da compra das chaves foi perdido. Foi morar no *Casarão Branco* levada pelo marido – hoje falecido – que conhecia muita gente no bairro por causa de seu trabalho como ambulante. Ele ficou sabendo do lugar para morar e trouxe a família.

Moram apenas seis famílias no *casarão*, que ocupam exatamente a quantidade de quartos que lá existem. Somente um quarto é alugado, mas para uma pessoa amiga do dono que não quis morar mais ali. O banheiro do *casarão* é coletivo e fica bem próximo à entrada principal, mas está sempre com a porta trancada, e só os moradores têm chave. Esta atitude foi tomada porque muitas pessoas que passavam pela rua entravam para usar o banheiro. Deise conseguiu construir um banheirinho no seu quarto, pois disse que “não gosta desse negócio de dividir banheiro com estranho”.

Os maiores problemas relativos a este *casarão* são quanto a sua conservação e limpeza. A parede externa (frontal) do casarão é onde mais se destaca a necessidade de reformas. O mofo no alto dessa parede aparenta que durante décadas as chuvas não só lavaram a pintura, mas encontraram ali um local para se infiltrar. Não pude observar com detalhes a parte interna deste casarão, pois fiquei limitada a observação do corredor, mas a pintura é realmente necessária assim como a limpeza, pois, a poeira de tão aparente parece morar ali há muito tempo.

Deise fez alguns melhoramentos no seu quartinho e construiu um mezanino no seu interior, onde na parte de cima mora um filho, a nora e os dois filhos deles, ela e o restante da família moram no primeiro andar do quartinho. Deise falou que no local não tem regras de convivência, nem organização do espaço. Deise disse que é bom desse jeito, mas tem hora que dificulta, quando alguém quer organizar alguma coisa, como uma obra ou pintura no *casarão*. A entrevistada ainda relatou que a pior coisa do casarão é a falta de união entre os moradores, que impede que sejam feitas muitas coisas para melhorar o ambiente.

¹¹⁵ Pseudônimo utilizado para preservar a identidade da entrevistada de n.º 1 (2015).

Os espaços de uso comum dos moradores são bem restritos. No corredor que é bem estreito há bastante “coisa” de uso e desuso espalhada, além do varal que se estende no local. A maior área comum do *casarão* constitui um espaço pequeno, onde se encontram estacionadas várias bicicletas e entulhos, sendo a mesma área em que são realizadas as festas dos moradores. Deise falou que nas festas todos são muito unidos e geralmente fazem juntos.



Figura 31. Área de convivência do *Casarão Branco*.
Fonte: arquivo da pesquisadora, 2015.



Figura 32. Corredor principal do *Casarão Branco*.
Fonte: arquivo da pesquisadora, 2015.

Relatou Deise que é muito bom ser dona do seu quarto, mas a Beneficência Portuguesa quem é a dona verdadeira. A segurança da casa quase própria vive junto com a insegurança, pois, não é dela realmente. Tem um medo consciente de que um dia possa ser despejada pelo verdadeiro dono ou pela Prefeitura. O *casarão*, de acordo com Deise, está com IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) atrasado há anos. Deise informou que foi ver o valor dos atrasados e era em torno de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil Reais). Informaram à mesma que o valor poderia ser parcelado, mas os moradores não quiseram se unir para pagar a dívida. Segundo Deise as contas de água e luz não chegam, apesar disso, tais serviços funcionam com regularidade e o correio passa lá normalmente para entregar outras correspondências. A entrevistada falou que não sabe o motivo pelo qual não chegam estas contas. Os serviços de internet e tv à cabo são individuais e alguns moradores como ela têm esses serviços.

Deise gosta da rua onde mora, dos vizinhos da rua, dos vizinhos do *casarão* e ama o bairro. Relatou que as pessoas e a rua onde mora são ótimos e não vê grandes problemas no bairro, disse que alguns problemas têm em todo lugar. A entrevistada dá-se bem com todo mundo. Deise informou que utiliza o posto de saúde do bairro vizinho, sua neta estuda no Colégio Deodoro, bem próximo, e também há um colégio de ensino fundamental na rua onde a neta estudava antes. Tem muitos supermercados perto que ela frequenta e acha que o bairro tem tudo que ela precisa.

Contudo, Deise queria ter uma casinha própria. Já se inscreveu para o *Programa Minha Casa Minha Vida*, mas não foi chamada. Gostaria muito de conseguir alguma coisa na Glória mesmo. Disse que uma amiga conseguiu um apartamentinho no bairro. Ela gostaria muito de conseguir o mesmo.

5 CONCLUSÕES

Os cortiços no período da República Velha brasileira constituíram-se – nos seus subtipos diversificados - como principais modelos de moradia da população trabalhadora mais pobre, que passavam a abarrotar as grandes cidades, sobretudo, o Rio de Janeiro, capital da República. Hoje os cortiços, mais claramente e conceitualmente, conforme verificamos, constituem uma das respostas, mais do que necessária para que as camadas populares possam usufruir o direito à cidade. Direito esse pautado muitas vezes nos benefícios decorrentes do processo de urbanização, porém, o mesmo baseia-se também no ônus decorrente de tal processo, afirma-nos Oliveira (2001). Os diversos processos de urbanização e políticas de habitação em uma metrópole como o Rio de Janeiro, de acordo com o que verificamos neste trabalho, se tornaram cíclicos, e se repetem nas suas metodologias aplicadas em detrimento da população mais pobre, atingindo diretamente o seu direito à moradia na sua totalidade.

A busca pelo “bônus” de residir em uma cidade metropolitana torna-se cada vez mais coerente quando esta – como a cidade do Rio de Janeiro – cada vez mais está a procura de se tornar a “vitrine” para o mundo a exemplo de outras metrópoles, como Barcelona. Assim como Barcelona (1992), o Rio de Janeiro sede do megaevento das Olimpíadas de 2016, tenta alcançar os patamares mais altos do mercado mundial a partir de uma “reorganização socioespacial” exigida pela reestruturação do capital, que antes tinha uma presença discreta, atualmente tem uma presença concreta . Entretanto, é, consideravelmente, difícil imaginar o quão tangível se constitui o objetivo carioca de se equiparar a Barcelona, visto que a cidade europeia aguardou 70 anos para a realização do seu megaevento¹¹⁶. Quanto as influências e transformações estabelecidas a partir das realizações dos megaeventos, são identificadas para além das favelas, como verificamos neste trabalho de pesquisa, mas, ainda assim, são as camadas populares quem mais desfrutam do “ônus” decorrente desse processo, seja dentro ou fora das favelas.

Portanto, nas duas últimas décadas, verificamos várias transformações urbanas na cidade, algumas perceptíveis, outras nem tanto; algumas noticiadas, outras sem pauta. O olhares desantetos e apressados dos residentes desta cidade que não percebem “sutís” transformações, por muitas vezes não notam nem mesmo o que permanece há séculos, como

¹¹⁶ Mais detalhes a este respeito podem ser encontrados em Arcoverde (2012).

os cortiços. Sendo assim, observamos o antigo virando novo e, de forma bem discreta, o passado histórico perde espaço no presente lógico e ganha vida no futuro da “cidade ideal”.

Verificamos portanto, o bairro da Glória, assim, como seu bairro limítrofe, a Lapa, presencia essa realidade de finas alterações que pouco a pouco leva a um passado imemorial. Logo, a Villa Aymoré, que antes já fora cortiço, ainda que tenha conservado estruturalmente as fachadas das edificações, é apenas um dos exemplos¹¹⁷ da cidade que transformou o velho em novo, se abrindo para um mundo novo de possibilidades constituído prol mercado. Ainda que a obra da *villa* não tenha declaradamente o viés de um empreendimento direcionado aos megaeventos, este vem seguindo firmemente a concepção ubanística de cidade global.

Mesmo com o descaso do patrimônio histórico do Rio de Janeiro sendo tantas vezes denunciado, constatamos outras obras de restauração de bem tombado pela Prefeitura do Rio - como a Villa Aymoré - se deu as reformas das famosas Casas Casadas das Laranjeiras¹¹⁸, construída no ano de 1883 . Neste o município adquiriu o imóvel e realizou as obras necessárias, mas também como a *villa*, as casas que um dia foram residências multifamiliares - depois de um investimento milionário para se reequer - mudou de função para um Centro Cultural¹¹⁹. Entretanto, observamos que os bens tombados abandonados passam a ter seu estado degradante mais notório quando estes são ocupados por famílias ou indivíduos que passam a fazer nestes lugares sua morada¹²⁰.

É evidente que são necessários os cuidados com os imóveis abandonados, tombados ou não, e que o risco de vida para os que passam a residir nestes é bem maior do que os que não moram. No entanto, os noticiários não enfatizam o risco estabelecido pela degradação destes imóveis, mas sim a degradação valorativa de tais imóveis ou o perigo que eles oferecem, quando seus ocupantes, supostamente, podem ser usuários de drogas ilícitas (crack) ou assaltantes¹²¹. Acima de tudo, as preocupantes notícias de abandono e invasão de imóveis, geralmente, se passam nas Zonas Sul e Central – regiões de maior interesse

¹¹⁷ Outro exemplo é o local onde se estabeleceu a companhia de teatro franco-brasileira *Dos à Deux*, na Rua Santa Cristina – rua paralela à Santo Amaro. O local que anteriormente havia sido um cortiço, agora serve como local de ensaios, criação, hospedagem para outras companhias e no futuro também terá um teatro (FISCHBERG, 2015).

¹¹⁸ Estabelecida no bairro das Laranjeiras, na Rua Leite Leal, n.º 11.

¹¹⁹ Porém, desde da finalização de suas reformas em 2007, as poucas atividades não estão abertas ao público.

¹²⁰ Temos como exemplos o Largo do Boticário (Cosme Velho) e Hotel Bragança (Lapa). Ambos localizados em áreas valorizadas da cidade: Largo do Boticário, localizado na Zona Sul e Hotel Bragança na área Central. Reportagem de Bastos no jornal *O Globo* do dia 20/03/2013 fala-se do estado de decadência do *Largo do Boticário*, que havia sofrido invasões. A notícia da saída dos moradores do *Hotel Bragança* está na reportagem de Rohde e Corredo no jornal *Extra* do dia 11/12/2010.

¹²¹ Notícia obtida em reportagem do RJTV da Rede Globo, exibida em 03/11/2011. Mais detalhes também a este respeito podem ser encontrados em Neves (2015).

econômico - que se tornam cada vez mais valorizadas devido às mais recentes intervenções urbanísticas¹²².

Sendo outro elemento que há de destacar nas sutís transformações, nas regiões acima citadas, é a forte presença de estrangeiros que passaram a residir na cidade, sobretudo, após o megaevento da Copa do Mundo da FIFA de 2014. Ainda que este fato não tenha se mostrado relevante pelos entrevistados desta pesquisa, justamente o bairro da Glória, tem vivenciado, sistematicamente, a realidade de novos residentes originados de outros países¹²³. Não por acaso, as regiões de maior interesse da cidade – interesse mercadológico – apontam para uma “requalificação” do espaço urbano, o que se dirige a ofertas de serviços, produtos e espaços com valores elevados, alterando diretamente seu público consumidor e, conseqüentemente, os seus moradores. Deste modo, é relativamente difícil imaginar de como os cortiços de aluguel, principalmente, como o *Casarão Rosa*, poderá resistir a valorização crescente da região. A reforma do casarão, portanto, que é imprescindível, até mesmo por conta de seu tombamento, indubitavelmente, virá a significar a mudança de seu público residente por outro mais “qualificado”, nos remetendo ao passado literário do cortiço de João Romão que se transformou na *Avenida João Romão*, correndo o risco de aristocratizar-se.

A situação é direcionada mais especificamente pela apropriação desigual do espaço urbano, onde o capital – condutor – ignora a cidade como produto das relações sociais historicamente construídas, em prol de sua acumulação. A realidade do bairro da Glória possui cada vez mais moradores estrangeiros, de acordo com o movimento habitual da “revitalização” dos espaços da metrópole, como já acontece em outros locais da cidade, poderá abrir-se a possibilidade de um processo de periferização, atingindo os moradores menos abastados da localidade de interesse, ocorrência que se mostra corriqueira, quando a metrópole passa a ser inserida no contexto de cidade global. A provisão habitacional para a população de baixa renda – hoje representada pelo *Programa Minha Casa Minha Vida* – também vem a adensar o movimento de periferização a partir do momento que privilegia os locais mais longínquos da cidade, se constituindo em um fato que não ser visto em separado do processo de “revitalização” da cidade, sendo de responsabilidade das esferas federal, estadual e municipal prover habitação de interesse social em espaços ociosos da cidade, não somente nas áreas periféricas. Portanto, podemos constatar que a ausência de resultados

¹²² Como as realizadas pela Concessionária *Porto Maravilha*, que está realizando diversas intervenções urbanísticas na região Central, principalmente, nas proximidades do porto do Rio de Janeiro.

¹²³ Reportagem *Glória nas Alturas* mostra um novo momento vivenciado pelo bairro “com empreendimentos culturais, opções de lazer e moradores recém-chegados” (FISCHBERG, 2015).

positivos quanto aos moradores inscritos no PMCMV, dos casarões aqui pesquisados, esbarra também com a presumível falta de disponibilidade de tais moradores trocarem o bairro da Glória, na Zona Sul da cidade Rio de Janeiro, por um bairro como Santa Cruz, na Zona Oeste – região extrema da cidade – onde foram construídos grande parte dos imóveis de interesse social do programa. Assim, arraigado à indisponibilidade de residir nos bairros longínquos da cidade, estão presentes a distância em relação ao Centro, aos postos de trabalho e até mesmo o acréscimo orçamental de determinados encargos, como energia, condomínio, gás e IPTU. A histórica ausência, ainda que parcial, mas significativa, dos equipamentos e de contingente de segurança pública nos bairros periféricos e a constatada falta de segurança interna dos condomínios do PMCMV impelem os seus residentes a sobreviverem submissos aos ditames do tráfico e/ou da milícia. Portanto, optar por uma possível mudança dos *casarões* para um dos condomínios do PMCMV significa arcar com todos esses ônus previstos.

Mesmo com a existência dos diversos movimentos de luta por moradia e da articulação entre estes, ainda há ocupações que estão totalmente desvinculadas de qualquer tipo de organização e movimento, como é o caso do *Casarão Branco*, que consta nesta pesquisa. Ainda que o envolvimento com esses grupos não garanta a permanência nos imóveis, estes movimentos ampliam não só o eixo da luta com diversos meios de intervenção e ajuda, através de protestos, medidas jurídicas, entre outros, aumentando a resistência aos despejos, e, sobretudo, elevando a conscientização política do direito à moradia, onde a invasão¹²⁴ passa a ser enxergada como ocupação¹²⁵. Analisamos, portanto, que entre o medo e a possibilidade de despejo, nos casos dos casarões pesquisados, não há um grande distanciamento, visto que o despejo é uma ação cada vez mais comum na metrópole que toma moldes de cidade global, que “revitaliza” e “requalifica” as áreas de interesse da cidade.

Verificamos, no entanto, o elevado déficit habitacional brasileiro, em que o atual Programa Nacional de Habitação que tem à frente o *Programa Minha Casa Minha Vida* não trará soluções definitivas e/ ou globais à questão da moradia, no entanto, dados do Censo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2010 revelaram que há cerca de 6,07 milhões de domicílios vagos¹²⁶ no Brasil e, destes, 193.682 estão localizados na cidade do Rio de Janeiro (IBGE 2010 *apud* CENTRO GASPARGARCIA DE DIREITOS HUMANOS, 2012, p. 09). Assim, é inexequível não admitir que a grande quantidade de domicílios vagos/ ociosos, no Rio de Janeiro e em todo país - que por muitas vezes são ocupados e

¹²⁴ *s.f.* Ação ou efeito de invadir. *v.t.* 1. Entrar à força em. 2. Alastrar-se por (LUFT, 1991, p. 366).

¹²⁵ *v.t.* 1. Tomar posse de. 3. Instalar-se; acomodar-se. 4. Tomar, encher (um espaço) (LUFT, 1991, p. 450).

¹²⁶ Incluindo os domicílios em construção (KONCHINSKI, 2010).

transformados em cortiços – fazem parte – uma parte bem grande – das soluções de provimento habitacional no Brasil.

O Rio de Janeiro, representado por seus administradores municipais, desde o século XIX, como observamos nesta pesquisa, tentaram, por intermédio de variadas políticas sociais, expulsar as camadas populares das regiões mais privilegiadas da cidade. O cortiço no contexto atual da cidade, ainda que notoriamente necessário, parece representar a parte mais frágil neste embate do direito à cidade. Apesar dos casos de movimentos populares se organizarem em favor de tais ocupações constituídas cortiços isso não é via de regra, como nos casos do *Casarão Rosa* e *Casarão Branco*. Mesmo que a relação com o patrimônio seja diferente nos dois casarões, um por meio de aluguel administrado pelo proprietário e outro por uma antiga ocupação, a permanência dos moradores de ambos está visivelmente ameaçada, pela especulação imobiliária que visa melhores negócios para seus proprietários, ou ainda, pela “cidade” que move estrategicamente os seus habitantes em favor do mercado.

Diante dos poucos impactos das políticas de habitação, do déficit habitacional e também da habitual inacessibilidade dos diversos meios de habitações regulares e até mesmo irregulares - como algumas encontradas em favelas - a persistência do modelo habitacional chamado *cortiço* faz-se plenamente considerável e até mesmo necessário. Assim, mesmo que de modo discreto, a presença dos cortiços nas áreas de maior circulação, acesso a serviços e as atividades de trabalho, cumprem um papel relevante na dinâmica socioeconômica da cidade e se mostra como exemplar de modelo passível a aperfeiçoamentos para inserção em futuras políticas habitacionais que procurem se pautar no fornecimento de moradia no sentido global de suas demandas. Documentos como o *Estatuto da Cidade*¹²⁷ acompanhado das experiências dos cortiços que resistem firmemente em uma metrópole como o Rio de Janeiro podem não só produzir prósperas políticas habitacionais, mas podem nos trazer subsídios necessários para a permanência de modelo aperfeiçoado de cortiços diante a persistente “questão habitacional”, sendo que também podem fornecer a definitiva compreensão de certos modelos habitacionais como os cortiços, que são, por sua natureza, enquadrados na sociedade capitalista vigente como inelimináveis. Contudo, sob o conceito de cidade global, o interesse de mercado vem ganhando a “disputa travada” com o interesse social, distancia-nos da esperança plasmada pela *Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU* (1948)¹²⁸ e a *Constituição Brasileira de 1988*¹²⁹, que tem o direito à moradia como direito fundamental. Assim, os

¹²⁷ Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana.

¹²⁸ Artigo 25º, parágrafo 1º.

¹²⁹ Artigo 6º.

cortiços perdem cada vez mais espaço na cidade, tornando-se quase iminente o seu desaparecimento. Harvey (2008, p. 86), portanto, ratifica que “progressivamente vemos o direito à cidade cair em mãos privadas ou interesses quase privados”.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique. A Lógica da Ação Estatal: Política Social no Brasil Autoritário. In: ABRANCHES, Sérgio Henrique. **Os Despossuídos: Crescimento e Pobreza no país do milagre**. Editora Zahar. Rio de Janeiro, RJ, 1985. p. 49-80.

ACCORSSI, Aline; SCARPARO, Helena; GUARESCHI. A naturalização da pobreza: reflexões sobre a formação do pensamento social. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 536-546, 2012.

ACERVO CASA DE OSWALDO CRUZ. Prata Preta. In: Marcos Paiva Fotografia. **O espaço vivido**. Disponível em: <http://www.marcospaiva.com.br/dia_vacina.htm>. Acesso em: 15 mar. 2015.

AMOROSO, Mauro. A favela faltou na foto: o desmonte do Santo Antônio pelas lentes do Correio da Manhã. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 12, 2006, Niterói. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação Nacional de História - Seção Rio de Janeiro, 2006.

ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. **Toda a História: História Geral e História do Brasil**. 10. ed. Rio de Janeiro: Ática, 2000.

ARCOVERDE, Beatriz. Olimpíadas: Até hoje, Barcelona é modelo a ser seguido pelas cidades olímpicas. **Portal EBC**, Brasília, 28 jul. 2012. Agência Brasil. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-07-28/olimpiadas-ate-hoje-barcelona-e-modelo-ser-seguido-pelas-cidades-olimpicas>>. Acesso em: 06 fev. 2016.

AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. São Paulo: Klick, 1997.

BARON, Cristina Maria Perissinotto. A produção da habitação e os Conjuntos Habitacionais dos Institutos de Aposentadorias e Pensões – IAPs. **TÓPOS**, Presidente Prudente, v. 5, n. 2, p. 102-127, dez. 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BASTOS, Isabela. Largo do Boticário poderá ganhar hotéis de charme. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 mar. 2013. Rio. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/largo-do-boticario-podera-ganhar-hoteis-de-charme-7890333>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: Um Haussmann Tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1990.

BETA VEJA.COM. Eike vende Hotel Glória, no Rio de Janeiro, a fundo suíço. *Economia*. **Beta Veja.com**, São Paulo, 01 fev. 2014. *Economia*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/eike-vende-hotel-gloria-no-rio-de-janeiro-a-fundo-suico/>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

BOAVENTURA, Gustavo Freire. A narrativa de beleza em anúncios da belle époque tropical. **Revista Contemporânea**, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 2, p. 114-126, 2011.

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil. **Análise Social**, Lisboa, v. 29, n. 127, p. 711-732, 1994.

BRAGA et. al. A perspectiva de atuação do Assistente Social na defesa do acesso à moradia e sua relação com o direito à cidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SERVIÇO SOCIAL, 12, 2007, Foz do Iguaçu - PR. **Anais ...** Foz do Iguaçu: Conselho Regional de Serviço Social, 2007. Disponível em: <<http://cresspr.org.br/wp-content/uploads/arquivos/asocialdefesamoradia.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 20 nov. 2014.

_____. Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 11 jul. 2001.

_____. **Lei n.º 11.977**, de 07 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis números 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm>. Acesso em: 20 nov. 2014.

_____. Ministério das Cidades: Secretaria Nacional de Programas Urbanos. **Como produzir moradia bem localizada com os recursos do Programa Minha Casa Minha Vida? Implementando o instrumentos do Estatuto da Cidade!** Brasília: MC, 2010. Disponível

em:

<http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0535/Anos_Anteriores/Cartilha_-_Minha_Casa_Minha_Vida.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2015.

_____. Senado Federal. Conferência Rio-92 sobre o meio ambiente do planeta: desenvolvimento sustentável dos países. **Em Discussão**, Brasília, a. 3, n. 11, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/conferencia-rio-92-sobre-o-meio-ambiente-do-planeta-desenvolvimento-sustentavel-dos-paises.aspx>>. Acesso em: 31 jan. 2015.

_____. Ministério da Justiça e Cidadania. **Conheça o Programa Crack, é possível vencer**. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/conheca-o-programa-crack-e-possivel-vencer>>. Acesso em: 08 nov. 2015a.

_____. Ministério do Trabalho e Previdência Social. **Valor do salário mínimo nacional**. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/sal_min/salario-minimo.htm>. Acesso em: 04 ago. 2015b.

BRUM, Mario Sergio. Ditadura civil-militar e favelas: estigma e restrições ao debate sobre a cidade (1969-1973). **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, v. 14, n. 28, p. 357-379, jul./dez. 2012.

_____, Mario Sergio. Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano 16, n. 29, p.179-208, 2013.

CAIXA. Minha Casa Minha Vida: Posso vender meu imóvel. **Agência Caixa de notícias**, Brasília, 17 abr. 2014. Disponível em: <<http://www20.caixa.gov.br/Paginas/Noticias/Noticia/Default.aspx?newsID=618>>. Acesso em: 01 out. 2015.

_____. **Cartilha Minha Casa Minha Vida**. Brasília. Disponível em: <http://www.adh.pi.gov.br/minha_casa_minha_vida.pdf>. Acesso em: 01 out. 2015.

CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAGÃO, Thêmis Amorim. Reestruturação do setor imobiliário e o papel do Programa Minha Casa Minha Vida. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL RII, 12, 2012, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Rede Iberoamericana de Pesquisadores sobre Globalização e Território, 2012.

_____, Adauto Lúcio et al. Quando um direito vira produto: impactos do Programa Minha Casa Minha Vida na cidade do Rio de Janeiro¹. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 13, 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Instituto de Geografia, 2013.

CARDOSO, Elizabeth Dezouart. Estrutura Urbana e Representações: A invenção da Zona Sul e a construção de um novo processo de segregação espacial no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX. **Geotextos**, Salvador, v. 6, n. 1, p.73-88, jul. 2010.

CAVALCANTI, Mariana. Do barraco à casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 69-80, fev. 2009.

CAVALCANTI, Nireu Oliveira. **Villa Aymoré**. Rio de Janeiro: Landmark, 2015.

CARVALHO, Mônica de. CIDADE GLOBAL: anotações críticas sobre um conceito. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 70-82, out./ dez. 2000.

CENTRO DE MOVIMENTO DEBORAH COLKER. **Crianças da nossa comunidade**. In: Centro de Movimento Deborah Colker. Crianças da nossa comunidade. Disponível em: <<http://www.cmdc.art.br/#!/sociais/cou5>>. Acesso em: 18 set. 2015.

CENTRO GASPAR GARCIA DE DIREITOS HUMANOS. **Cartilha Moradia é Central: lutas, desafios e estratégias**. São Paulo: 2012. Disponível em: <<http://www.gaspargarcia.org.br/sites/default/files/Moradia%20C3%A9%20Central%20vers%C3%A3o%20web2.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2016

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. **Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro: Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro**. 2013. Disponível em: <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2013/05/dossie_comitepopularcoparj_2013.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2015.

COSTA, Célia. Villa Aymoré passa por reformas deve ser alugada para empresas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 jul. 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/villa-aymore-passa-por-reformas-deve-ser-alugada-para-empresas-estrangeiras-5531621>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

COSTA, Jurandir Freire. **Orde Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

CRUBELLATE, João Marcelo. Participação como controle social: uma crítica das estruturas organizacionais flexíveis. **RAE-eletrônica**, São Paulo, v. 3, n. 2, jul./dez. 2004.

DAMATTA, Roberto **A Casa e a Rua: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

DICIONÁRIO DO AURÉLIO. Fogo. In: Dicionário do Aurélio. **Fogo**. Disponível em: <<http://www.dicionariodoaurelio.com/fogo>>. Acesso em: 06 abr. 2015.

DICIONÁRIO CRIATIVO. Casarão. In: Dicionário Criativo. **Casarão**. Disponível em: <<http://dicionariocriativo.com.br/significado/casar%C3%A3o>>. Acesso em: 10 out. 2015.

DICIONÁRIO INFORMAL. Galego. In: Dicionário Informal. **Galego**. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/galego/>>. Acesso em: 02 abr. 2015.

ENGELS, Friedrich. **A questão da habitação**. Tradução Aldeia Global. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1979.

_____, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2008.

ESKINAZI, Mara Oliveira. A habitação social e a afirmação da arquitetura e do urbanismo modernos: das Siedlungen berlinenses do entre-guerras aos conjuntos habitacionais cariocas. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 11, 2010, Vitória. **Anais...** Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2010.

ESTADÃO. Vila histórica é reformada para abrigar escritórios na Glória. **Estadão**, São Paulo, 11 ago. 2015. Blogs Estadão Rio. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/blogs/estadao-rio/vila-historica-e-reformada-para-abrigar-escritorios-na-gloria/>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

FERNANDES, Maria Celia. **Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro: A travessia da “arca grande e boa” na história carioca**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2011.

FERREIRA, Alvaro. Favelas no Rio de Janeiro: nascimento, expansão, remoção e, agora, exclusão através de muros. **Biblio 3W - Revista Bibliográfica de Geografía Y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 14, n. 828, jun. 2009.

FIGUEIREDO, Chenia Rocha. **Equipamentos hidráulicos e sanitários**. Brasília: Universidade de Brasília, 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/13eqhidrasan.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2015.

FISCHBERG, Josy. Glória nas Alturas. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 06 set. 2015. Revista O Globo, p. 28.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo_freire_pedagogia_da_indignacao.pdf>. Acesso em: 15 set. 2015.

FREITAS, Guedes de. Polícia ocupa morro Santo Amaro para combate ao crack. **Imprensa RJ**, Rio de Janeiro, 18 mai. 2012. Subsecretaria de Comunicação Social. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=926786>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

G1 RIO. Expulsos do ‘Minha Casa Minha Vida’ por milícia do Rio denunciam mortes. **Portal G1**, Rio de Janeiro, 07 abr. 2014a. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/04/expulsos-por-milicia-do-minha-casa-minha-vida-denunciam-assassinatos.html>>. Acesso em: 06 fev. 2016.

_____. Força Nacional ficará mais 90 dias na comunidade Santo Amaro, no Rio. **Portal G1**, Rio de Janeiro, 21 jul. 2014b. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/07/ministerio-da-justica-prorroga-permanencia-da-forca-nacional-no-rj.html>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

_____. Eike faz acordo com fundo suíço e ‘volta’ ao Hotel Glória, no Rio. **Portal G1**, Rio de Janeiro, 12 nov. 2014c. Economia. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/11/eike-faz-acordo-com-fundo-suico-e-volta-ao-hotel-gloria-no-rio.html>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

GIDDENS, Anthony. **Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo**. Tradução Cibele Saliba Rizek. São Paulo: UNESP, 1998.

GOBBI, Gustavo. Eike Batista admite fracasso e diz que quitou dívidas com BNDES. **Rede TV**, São Paulo, 05 jun. 2015. Mariana Godoy Entrevista. Disponível em: <<http://www.redetv.uol.com.br/jornalismo/marianagodoyentrevista/blog/blog-do-programa/eike-batista-admite-fracasso-e-diz-que-quitou-dividas-com-bndes>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

GOMES, Angela Maria de Castro. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GONÇALVES, Rafael Soares; SIMÕES, Soraya Silveira; FREIRE, Leticia de Luna. A contribuição da Igreja Católica na transformação da habitação popular em problema público na França e no Brasil. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, n. 31, p. 97-120, jan. /jul. 2010.

GOOGLE STREET VIEW. In: **Azulejos Antigos no Rio de Janeiro**. 2012. Disponível em: <<http://azulejosantigosrj.blogspot.com.br/2012/10/santa-teresa-iii-rua-santo-amaro.html>>. Acesso em: 10 out. 2015.

GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. **Alsácia**. São Paulo: Nova Cultural, 1998. v.1.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **As classes perigosas**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012.

HIRATA, Francini. “Minha Casa, Minha Vida”: Política Habitacional e de geração de emprego ou aprofundamento da segregação urbana? **AURORA**, Marília, a. 3, n. 4, p. 01-11, jul. 2009.

HOFBAUER, Andreas. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: UNESP. 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 24. ed. São Paulo, Cortez, CELATS, 2008.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. **Censo, 2010**. In: Armazém de Dados. Censo, 2010. Disponível em: <<http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/>>. Acesso em: 16 set. 2015.

JESUS, Ronaldo Pereira de. Artigo: A Revolta do Vintém e a crise da monarquia. **História Social**, Campinas, n. 12, p. 73-89, 2006.

JUNIOR, Sérgio Luiz Milagre; FERNANDES, Tabatha de Faria. A Belle Époque Brasileira: as transformações urbanas no Rio de Janeiro e a sua tentativa de modernização no século XIX. **Revista História em Curso**, Belo Horizonte, v. 3, n. 3, p. 19-33, 2013.

KONCHINSKI, Vinicius. Número de casas vazias supera déficit habitacional brasileiro, indica Censo 2010. **Portal EBC**, Brasília, 11 dez. 2010. Agência Brasil. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2010-12-11/numero-de-casas-vazias-supera-deficit-habitacional-brasileiro-indica-censo-2010>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

KOWARICK, Lúcio. Áreas centrais de São Paulo: dinamismo econômico, pobreza e políticas. **Lua Nova**, São Paulo, n. 70, p. 171-211, 2007.

_____, Lúcio. (org.). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

KRAUSE, Cleandro; BALBIM, Renato; NETO, Vicente Correia Lima: Minha Casa Minha Vida, nosso crescimento: Onde fica política habitacional? **Texto para Discussão: IPEA**, Brasília: Rio de Janeiro, n. 1853, p. 01-59, ago. 2013.

LERNER, Dina; BITTENCOURT, Marcos. **Patrimônio cultural: guia dos bens tombados pelo Estado do Rio de Janeiro 1965-2005**. Rio de Janeiro: Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC, 2005.

LIMA, Livia de Souza. O Crescimento urbano e as condições de submoradia: Estudo da efetividade do Programa de Cortiços da cidade de São Paulo. In: **CONFERÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO IPEA CODE**, 2, 2011, Brasília. **Anais...** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011.

LOPES, Carlos Renato. Em busca do gênero lenda urbana. **Linguagem em (Dis)curso: LemD**, Santa Catarina, v. 8, n. 2, p. 373-393, maio/ago. 2008.

LOPES, Rodrigo. O Planejamento Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro - Um Processo de Transformação. **Rio de Janeiro: Trabalho e Sociedade**. Rio de Janeiro, a. 3, n. 5, mar. 2003.

LUFT, Celso Pedro. Invasão. In: LUFT, Celso Pedro. Invasão. **Mini Dicionário Luft**. 3. ed. São Paulo: Ática/ Scipione, 1991. p. 366.

_____, Celso Pedro. Ocupação. In: LUFT, Celso Pedro. Ocupação. **Mini Dicionário Luft**. 3. ed. São Paulo: Ática/ Scipione, 1991. p. 450.

_____, Celso Pedro. Outeiro. In: LUFT, Celso Pedro. Outeiro. **Mini Dicionário Luft**. 3. ed. São Paulo: Ática/ Scipione, 1991. p. 458.

MACEDO, Roberto de. **Barata Ribeiro: administração do primeiro prefeito do Distrito Federal**. Pequenos estudos sobre grandes administradores do Brasil. Rio de Janeiro, DASP, 1955.

MAIA, Rosemere Santos. Sobre portas, paredes e afetos: casa, territorialidade e identidade entre os segmentos populares. Revista **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 339-352, jul./dez. 2012.

_____, Rosemere Santos. Entre a maravilha e o caos: Política Urbana, ordem pública e criminalização da pobreza no Rio de Janeiro do século XXI. In: ENCONTRO NACIONAL ANPUR, 15, 2013, Recife, PE. **Anais...** Recife: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2013.

_____, Rosemere Santos; ALVARENGA, Tainá de Paula. Em “pedaços” – sobre fronteiras, hierarquias e estigmas num bairro popular da Cidade do Rio de Janeiro. In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO, 12, 2015, Lisboa. **Anais...** Lisboa: Associação Internacional das Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa, 2015, v. 1, p. 1616-1627.

MALTA, Augusto. **Visconde de Itaúna no número 119**. Portal Augusto Malta. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1941. 1 fot. Disponível em: <<http://portalaugustomalta.rio.rj.gov.br/>>. Acesso em: 16 set. 2015.

_____, Augusto. **Barracão de madeira componente da estalagem existente nos fundos dos prédios dos números 12 a 44 da Rua do Senado**. Portal Augusto Malta. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1906a. 1 fot. Disponível em: <<http://portalaugustomalta.rio.rj.gov.br/>>. Acesso em: 16 set. 2015.

_____, Augusto. **Casinhas novas da estalagem nos fundos dos prédios números 12 a 44 da Rua do Senado**. Portal Augusto Malta. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, [1906b?]. 1 fot. Disponível em: <<http://portalaugustomalta.rio.rj.gov.br/>>. Acesso em: 16 set. 2015.

_____, Augusto. **Estalagem localizada na Rua do Senado**. Portal Augusto Malta. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1906c. 1 fot. Disponível em: <<http://portalaugustomalta.rio.rj.gov.br/>>. Acesso em: 16 set. 2015.

_____, Augusto. **Fachada do cortiço Chácara da Floresta, na Rua da Ajuda**. Portal Augusto Malta. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, [19--]. 1 fot. Disponível em: <<http://portalaugustomalta.rio.rj.gov.br/>>. Acesso em: 16 set. 2015.

_____, Augusto. **Entrada de habitação coletiva**. Portal Augusto Malta. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1906d. 1 fot. Disponível em: <<http://portalaugustomalta.rio.rj.gov.br/>>. Acesso em: 16 set. 2015.

MARINATTO, Luã; SOARES, Rafael. Na Zona Oeste, milícia domina 38 conjuntos do 'Minha casa, minha vida' e até pinta seu símbolo nos condomínios. **Extra**, Rio de Janeiro, 26 mar. 2015. Casos de Polícia. Disponível em: <<http://extra.globo.com/casos-de-policia/na-zona-oeste-milicia-domina-38-conjuntos-do-minha-casa-minha-vida-ate-pinta-seu-simbolo-nos-condominios-15701296.html>>. Acesso em: 06 fev.2016.

MATTOS, Romulo Costa. Remoções de favelas na cidade do Rio de Janeiro: uma história do tempo presente. **Outubro**, São Paulo, n.21, p. 171-190, 2º sem. 2013.

MEDEIROS, Bianca Freire. A construção da favela carioca como destino turístico. **CPODOC**, Rio de Janeiro, p. 01-25, 2006.

MENDES, Alexandre Fabiano. As experimentações do poder no Rio de Janeiro: entre a remoção e a integração da favela à cidade. In: Silva, Geraldo; Corsini, Leonora (org.). **Democracia x Regimes de Pacificação: a inexistente recusa do controle exercido em nome da segurança**. Rio de Janeiro: Annablume, 2015.

MINAYO, Maria C.S. et al. Métodos, técnicas e relações em triangulação. In: MINAYO, Maria C.S.; ASSIS, Simone G.; SOUZA, Edinilsa R. (org.). **Avaliação por triangulação de métodos: Abordagem de Programas Sociais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p. 71-103.

_____, Maria C.S. et al. Construção dos instrumentos qualitativos e quantitativos. In: MINAYO, Maria C.S.; ASSIS, Simone G.; SOUZA, Edinilsa R. (org.). **Avaliação por triangulação de métodos: Abordagem de Programas Sociais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p. 133-156.

MORAES, Evelyn. Fechado há seis anos e com obras paradas desde 2010, Hotel Glória tem fachada tomada por pichações. **Rádio Globo**, Rio de Janeiro, 26 jun. 2014. Notícias do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://radioglobo.globo.com/noticias-do-rio-de-janeiro/2014/06/26/FECHADO-HA-SEIS-ANOS-E-COM-OBRAS-PARADAS-DESDE-2010-HOTEL-GLORIA-TEM-FACHADA-TOMADA-POR.html>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

MUMFORD, Lewis. Paraíso paleotécnico: Coketown. In: Lewis, Munford. **A cidade na história - suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 483-520.

NETO, José Colaço Dias; CUNHA, Neiva Vieira da. 'Cortiços': Apontamentos para uma etnografia da habitação coletiva e memória urbana do Centro da cidade do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31, 2007, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2007.

NEVES, Ernesto. O Largo da discórdia: Revitalização do Largo do Boticário não consegue sair do papel. **Veja Rio**, Rio de Janeiro, 20 jun. 2015. Disponível em: <<http://vejario.abril.com.br/materia/cidade/revitalizacao-do-largo-do-boticario-nao-consegue-sair-do-papel/>>. Acesso em 01 fev. 2016.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. **Estatuto da cidade; para compreender...** Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.

PERLMAN, Janice E. Marginalidade: Do Mito a Realidade nas Favelas do Rio de Janeiro 1969-2002. In: ENCONTRO NACIONAL ANPUR, 10, 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2003.

PINHEIRO, Manoel Carlos; FIALHO JR., Renato. Pereira Passos: vida e obra. **Coleção Estudos Cariocas**, Rio de Janeiro, n. 20060802, p. 01-14, ago. 2006.

PORTAL G1. Moradores se dizem vítimas de violência de policiais em UPP do Rio. **Portal G1**, Rio de Janeiro, 22 set. 2013. Fantástico. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2013/09/moradores-se-dizem-vitimas-de-violencia-de-policiais-em-upp-do-rio.html>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, 10 dez. 1948. Brasília: Unesco, 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em 20 fev. 2015.

RAICHELIS, Raquel. Gestão pública e a questão social na grande cidade. *Lua Nova*, São Paulo, n. 69, p. 13-48, 2006.

RENARD, Jean-Bruno. Um gênero comunicacional: os boatos e as lendas urbanas. **Famecos**, Porto Alegre, n. 32, abr. 2007.

REVISTA ILUSTRADA. Capa. **Revista Ilustrada**, Capital Federal, nº 656, 1893. Disponível em: <<http://www0.rio.rj.gov.br/cultura/site/img/roubo/Rev%20Ilustrada%20-653-1893.jpg>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

REZENDE, Aldo. Bolhas urbanas: Estado, política habitacional e confinamento dos pobres. **TerraPlural**, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 327-338, jul./ dez. 2012.

RIBEIRO, Gladys Sabina. Por que você veio encher o pandulho aqui? Os portugueses, o antilusitanismo e a exploração das moradias populares no Rio de Janeiro da República Velha. **Análise Social**, Lisboa, v. 29, n. 127, p.631-654, 1994.

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Segurança. **UPP: Unidade de Polícia Pacificadora**. Rio de Janeiro: SESP, 2014. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/seseg/exibeconteudo?article-id=1349728>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Urbanismo. **Nota técnica n.12: Zona Sul a Imagem do Carioca**. In: Coleção estudos da cidade - RIO ESTUDOS, n.º 108. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, Diretoria de Informações Geográficas, 2003.

RJTV. Reportagem Palacete São Cornélio. **Rede Globo**, Rio de Janeiro, 03 nov. 2011. RJTV. In: CAPABIANCO, Ana. Palacete São Cornélio: Asilo São Cornélio. You Tube, 3 nov. 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PszkwqDjNyQ>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

ROHDE, Bruno; CORREDO, Wania. Moradores deixam o prédio do Hotel Bragança, na Lapa. **Extra**, Rio de Janeiro, 11 dez. 2010. Rio. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/rio/moradores-deixam-predio-do-hotel-braganca-na-lapa-381778.html>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. História da Urbanização no Rio de Janeiro. A cidade: capital do século XX no Brasil. In: CARNEIRO, S.; SANT'ANNA, M.J.G. (org.). **Cidade: olhares e trajetórias**. Rio de Janeiro: Garamont, 2009, p.85-120.

SANTANA, Maria Ilza. Era Vargas. **Info Escola**: navegando e aprendendo. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/historia/era-vargas/>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

SANTOS, André da Rocha. Habitação precária e os cortiços da área central de Santos. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 13, n. 26, p. 549-571, 2011.

SANTOS, Júlio César Borges dos. Os megaeventos, a política de pacificação e a transformação da favela em commodity. CONFERÊNCIA INTERNACIONAL MEGA EVENTOS E A CIDADE, 2, 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013.

SANTOS, Leonardo Soares dos. Os subúrbios do Rio de Janeiro no início do século XX. **Humanidades**, Caicó, v. 12, n. 30, p. 257-280, jul./dez. 2011.

SANTOS, Luciana da Silva. Terceiro Distrito, carne verde e matadouro: um Triângulo bem articulado na primeira capital republicana (Rio de Janeiro, final do século XIX). **Catarinense de História [on-line]**, Florianópolis, n.19, p.73-94, 2011.

SANVITTO, Maria Luiza Adams. **Habitação coletiva econômica na arquitetura moderna brasileira entre 1964 e 1986**. 2010. 548f. In: Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

_____, Maria Luiza Adams. Conjunto Habitacional BNH: registro de um exemplar. SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 9, 2011, Brasília, DF. **Anais...** Brasília: Grupo de trabalho internacional para documentação e conservação das criações do movimento modernista de arquitetura, 2011.

SARAIVA, Alessandra; PENNAFORT, Roberta. Eike Batista compra o Hotel Glória. **Estadão**, São Paulo, 15 mar. 2008. E&N Negócios. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,eike-batista-compra-o-hotel-gloria,140814>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

SCLIAR, Moacyr. O dinheiro como estigma. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 out. 2007. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/artigos/o-dinheiro-como-estigma>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

SIGNIFICADOS. Promiscuidade. In: Significados. **Promiscuidade**. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/promiscuidade/>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

SILVA, Marta do Nascimento. **A favela como expressão de conflitos no espaço urbano do Rio de Janeiro: o exemplo da zonal sul carioca**. 2010. 157f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia, Rio de Janeiro: PUC, 2010.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro (1870-1930)**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

STAM, Gilberto et al. Conjunto habitacional, uma utopia que virou ruína. **DiverCidade**, Rio de Janeiro, n. 16, jan./ abr. 2008. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/antigo/v1/divercidade/numero16/1.html>>. Acesso em: 02 abr. 2015.

TEIXEIRA, Manuel C. A habitação popular no século XIX – características morfológicas, a transmissão de modelos: as ilhas do Porto e os cortiços do Rio de Janeiro. **Análise Social**, Lisboa, v. 29, n. 127, p. 555-579, 1994.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: USP/Ed. 34, 2001.

TERRA, Paulo Cruz. Conflito cotidianos e motins: os usuários de bondes do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX. **História Social**, Campinas, n. 22/ 23, p. 235-253, 2012. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/viewFile/1211/843>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

TORRES, João Martins. **Acervo Instituto Moreira Salles, 1904-1905**. Disponível em: <<http://portalarquitetonico.com.br/a-reforma-urbana-de-pereira-passos-no-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

TROMPOWSKY, Mario. A FCP – Fundação da Casa Popular e a implantação de uma política habitacional no Brasil: o processo de uma experiência governamental no campo da habitação popular. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 8, 2004, Niterói, RJ. **Anais...** Niterói: Escola de Arquitetura e Urbanismo/ Universidade Federal Fluminense.

VALLADARES, Lícia do P. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI, Renato R. (org.). **Corporativismo e desigualdade – A construção do espaço público no Brasil**. Rio de Janeiro: Iuperj/Rio Fundo, 1991.

VAZ, Lilian Fessler. Dos cortiços às favelas e os edifícios de apartamentos – a modernização da moradia no Rio de Janeiro. **Análise Social**, v. 29, n. 127, p. 581-597, 1994.

_____, Lilian Fessler. **Modernidade e moradia: habitação coletiva no Rio de Janeiro nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

VELLOSO, Mônica Pimenta. AS TIAS BAIANAS TOMAM CONTA DO PEDAÇO – Espaço de Identidade Cultural do Rio de Janeiro. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 207-228, 1990.

VIANNA, Mônica Peixoto. **Habitação e modos de vida em vilas operárias**. São Paulo: USP, 2004. Disponível em:
<http://www.nomads.usp.br/disciplinas/SAP5846/mono_Monica.pdf>. Acesso em: 27/04/2015.

WIKIPÉDIA. Prata Preta. In: **Wikipédia**. Prata Preta. Disponível em:
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Prata_Preta>. Acesso em: 13 abr. 2015.

ZALUAR, Alba. **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro: UFRJ/ Revan, 1994.

_____, Alba; CONCEIÇÃO, Isabel Siqueira. Favelas sob o controle das Milícias no Rio de Janeiro – que paz? **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 89-101, jul./dez. 2007.

ANEXO

Anexo 1**AUTORIZAÇÃO**

Aline Santos da Costa, DRE 109147305, autorizo a Escola de Serviço Social da UFRJ a divulgar total ou parcialmente o presente Trabalho de Conclusão de Curso através de meios eletrônicos e em consonância com a orientação geral do SiBI.

Rio de Janeiro, 22/06/2016.

Aline Santos da Costa